2015
Relatório Anual

Queremos contribuir
para o progresso das
pessoas e das empresas

Santander Totta

3	Mensagens do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva
6	Órgãos Sociais
8	Factos relevantes e prémios obtidos em 2015
10	Informação Corporativa
11	Responsabilidade Social Corporativa
17	Enquadramento da Atividade
25	Áreas de Negócio
31	Áreas de Suporte ao Negócio
34	Informação Económica e Financeira
42	Gestão de Risco
49	Proposta de Aplicação de Resultados
50	Informação Complementar e Anexos
53	Governo Societário
78	Demonstrações Financeiras Consolidadas
84	Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
255	Relatórios e Pareceres Consolidados
261	Demonstrações Financeiras Individuais
267	Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
416	Relatórios e Pareceres Individuais

2015, foi um ano de importantes resultados tanto para o Grupo Santander como para o Santander Totta.

Numa altura em que vivemos grandes transformações e em que é discutida a Banca do futuro, o Santander efetuou um alinhamento da sua cultura corporativa, centrando-a na nossa **missão -** que é contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas - e na **visão** de nos tornarmos no melhor Banco comercial, ganhando a confiança e lealdade dos nossos colaboradores, clientes, acionistas e da sociedade.

E queremos também que tudo aquilo que fazemos seja **Simples, Próximo e Justo.**

2015, foi um ano de importantes resultados tanto para o Grupo Santander como para o Santander Totta.

O Santander tem um modelo de negócio centrado no cliente, com uma diversificação geográfica equilibrada entre mercados maduros e emergentes, e está organizado através de um modelo de filiais autónomas em capital e liquidez e sujeitas a supervisão e regulação local.

Em Portugal, o Banco Santander Totta, que apresenta os melhores *ratings* de toda a Banca Portuguesa, alcançou este ano um **resultado** da sua atividade recorrente de 284,9 milhões de euros, mais 72,5% em relação ao período homólogo. Esta evolução resulta de um modelo de crescimento orgânico centrado nos ganhos recorrentes da Banca Comercial e numa prudente gestão de risco.

Na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif, em finais de dezembro, o Santander Totta adquiriu uma carteira de ativos no valor de cerca de 10 mil milhões de euros, maioritariamente composta por uma carteira de crédito (bruto) de 6,5 mil milhões de euros (3,2 mil milhões de euros de crédito a particulares e 3,3 mil milhões de euros de crédito a empresas), uma carteira de depósitos de 4,5 mil milhões de euros, uma rede comercial de 177 postos de atendimento e respetivos colaboradores, e uma base de cerca de 350 mil clientes.

Com esta aquisição, o Santander Totta reforça a sua presença no sistema financeiro português assim como a sua capacidade para continuar a apoiar a economia portuguesa, incrementando a sua presença nas regiões autónomas da Madeira e Açores.

A nível da **solidez**, o rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1) atingiu 13,9% e por seu turno, o rácio CET 1 *fully implemented* foi de 14,0%. Assim, embora a aquisição dos ativos e passivos do ex-Banif tenha tido um impacto negativo nos rácios CET1 em base *phasing-in* e *fully-implemented*, respetivamente, o Santander Totta continua a apresentar níveis de capitalização elevados, claramente acima dos requisitos mínimos exigidos pelo BCE.

Quero agradecer aos colaboradores do Banco o esforço e a dedicação que nos permitiu alcançar estes excelentes resultados.

Antonio Basagoiti

Queremos continuar a crescer, acompanhando o crescimento da economia, apoiando as empresas e as famílias portuguesas

… e consolidar o nosso objetivo de sermos um Banco cada vez mais Simples, Próximo e Justo.

O ano de 2015 foi um ano inconstante em termos políticos e financeiros em Portugal e no Mundo em geral. Foi um ano marcado por alguns acontecimentos importantes para o sector financeiro. Assistimos em Portugal a uma recuperação gradual da economia mas sem sinais de maior aceleração. O PIB cresceu 1,5%, as exportações e a procura interna registaram um crescimento moderado e tivemos uma ligeira redução da taxa de desemprego. Como consequência, o sistema financeiro como um todo, e à semelhança dos anos anteriores, registou elevados prejuízos.

Apesar deste cenário, em 2015, o Banco Santander Totta alcançou um resultado líquido da sua atividade recorrente de 284,9 milhões de euros, que representa um crescimento de 72,5% em relação ao ano anterior, e manteve-se como o Banco com melhor *rating* do sistema financeiro português.

No final do ano, e como consequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal, o Santander Totta adquiriu uma carteira de ativos e passivos do Banif e parte substancial da sua atividade comercial, reforçando deste modo a sua presença no sistema financeiro português assim como a sua capacidade para continuar a apoiar a economia portuguesa incrementando a sua presença nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores. Considerando o impacto desta aquisição, o rácio CET1 é de 13,9% e *fully implemented* de 14,0%.

O Banco Santander Totta foi ainda reconhecido pelo mercado e pelos clientes como um Banco sólido e de confiança, tendo recebido vários prémios das mais diversas publicações.

São três os fatores de diferenciação do Banco Santander Totta, que lhe permitem ter uma consistência nos seus bons resultados, e apresentar sistematicamente os melhores rácios de capital e liquidez:

- Uma **Equip**a comprometida, motivada e bem preparada;
- Uma gestão rigorosa de **Riscos** e uma cultura de **Eficiência** através do controlo de custos e permanente inovação digital/ CRM; e
- Um modelo de negócio com **foco no Cliente** e nas suas necessidades.

Continuámos, este ano, o nosso plano de transformação multicanal. Colocámos *wi-fi* em todos os balcões, postos de Netbanco e lançamos uma nova APP, com as principais funcionalidades e muito simples de utilizar, sempre com o objetivo de melhorar o serviço aos nossos clientes. Na área de empresas desenvolvemos novas soluções tecnológicas que permitem melhorar a qualidade dos nossos produtos, soluções e serviços que disponibilizamos. Para além das melhorias na banca eletrónica, destacamos a plataforma eletrónica de *Trade Finance* para as empresas exportadoras.

Consolidámos o nosso modelo de segmentação de clientes, com uma oferta, um modelo de serviço e uma estratégia de comunicação **diferenciada por segmento**. Alterámos a nossa forma de comunicação, que passou a ser mais próxima dos clientes, com emoção e com uma presença digital contínua.

Na área de particulares, o ano de 2015 foi marcado pelo lançamento do **Mundo 1|2|3**, uma solução destinada aos clientes particulares do Banco que, para além das vantagens da conta associada, pode proporcionar um conjunto adicional de benefícios como desconto nas compras do supermercado, combustíveis, portagens, e água/eletricidade/telefone.

O segmento de Empresas continuou a merecer um especial destaque na atividade global do Santander Totta. A consolidação do programa **Santander Advance**, lançado no final de 2014, é uma aposta na aproximação do Banco às empresas. Queremos ser o Banco de referência das empresas, o parceiro nos seus negócios. No âmbito deste programa, com uma oferta financeira e não financeira inovadora no mercado, **oferecemos 500 estágios** em empresas e **cursos de formação** para os seus executivos, onde participaram mais de **1.000 empresas.**

O ano de 2015 foi também o ano em que continuámos a investir no desenvolvimento das **nossas equipas** e introduzimos novas medidas que permitem melhorar a vida dos nossos colaboradores e a conciliação da sua vida profissional e pessoal, sendo de destacar a implementação da medida do *Flexiwork*. Introduzimos os 8 comportamentos corporativos que passarão a fazer parte do nosso dia-a-dia.

Estamos, ainda, a terminar a construção do **novo edifício** onde teremos melhores e novas condições para os nossos colaboradores.

Em termos de **Responsabilidade Social**, mantivemos o nosso apoio ao segmento de Universidades como motor para o desenvolvimento da sociedade, disponibilizámos 900 bolsas de estudo, de mobilidade e sociais e aumentámos as ações de voluntariado das nossas equipas.

Para 2016, queremos continuar a ser o melhor Banco Comercial, continuar a investir no nosso plano de transformação multicanal e de CRM, ter uma excelência operativa com processos mais simples e ágeis e consolidar a nossa segmentação e a forma de comunicação com os clientes.

Tudo isto para continuarmos a ser um banco **Simples**, **Próximo** e **Justo** para os nossos colaboradores, clientes, acionista e sociedade.

António Vieira Monteiro

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice – Presidente	António Maria Pinto Leite
Secretário	Luís Manuel Baptista Figueiredo

Conselho de Administração

Presidente	António Basagoiti Garcia-Tuñón
Vice-Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vice-Presidente	Enrique Garcia Candelas
Vogais	Carlos Manuel Amaral de Pinho
	Isabel Maria Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota
	João Baptista Leite
	José Carlos Brito Sítima
	José Urgel Moura Leite Maia
	José Manuel Alves Elias da Costa
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Conselho Fiscal

Presidente	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C.
	Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A.

Comissão Executiva

Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	João Baptista Leite
	José Carlos Brito Sítima
	José Manuel Alves Elias da Costa
	José Urgel Moura Leite Maia
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Secretário da Sociedade

Efectivo	Luís Manuel Baptista Figueiredo
Suplente	Raquel João Branquinho Nunes Garcia

Ignacio Centenera
Contabilidade e Controlo de Gestão[1]

João Baptista Leite
Tecnologia, Operações, Integração de Dados, Segurança Informática e Risco Tecnológico

Pedro Castro e Almeida
Rede de Empresas, Controlo e Dinamização da Rede Empresas, Negócio Internacional, Institucionais, Fomento à Construção e Banca Global e Mercados

Manuel Preto
Financeira, Estratégia e Gestão Multicanal e Inteligência Comercial[2]

Nuno Frias Costa
Recursos Humanos, Organização, Custos, Imóveis e Serviços Gerais[3]

José Leite Maia
Redes de Particulares e Negócios, *Private*, Controlo e Dinamização da Rede P&N, Promotores e Mediadores Imobiliários e Internacional

José Carlos Sítima
Secretaria-Geral, Assessoria Jurídica do Negócio, *Compliance,* Prevenção de Branqueamento de Capitais, Inspeção, Recuperações e Desinvestimento

António Vieira Monteiro
Presidente da Comissão Executiva, Riscos, Função Gestão de Riscos e Auditoria Interna

José Manuel Elias da Costa
Meios de Pagamento, Seguros e relação com a gestão de ativos enquanto banco de comercialização

Luís Bento dos Santos
Comunicação, Marketing Corporativo, Universidades, Qualidade e *Public Policy*

(1) A área de Contabilidade e Controlo de Gestão depende diretamente do Presidente da Comissão Executiva e a gestão é assegurada pelo Dr. Ignacio Centenera, Diretor Agregado à Comissão Executiva.
(2) A área de Inteligência Comercial, que integra a definição estratégica e gestão dos segmentos e produtos, desenvolvimento de clientes e CRM e Marketing, depende diretamente do Presidente da Comissão Executiva, que é coadjuvado pelo Dr. Manuel Preto.
(3) A área de Recursos Humanos, Organização, Custos, Imóveis e Serviços Gerais depende diretamente do Presidente da Comissão Executiva e a gestão é assegurada pelo Dr. Nuno Frias Costa, Diretor Agregado à Comissão Executiva.

Prémios e distinções em 2015

O Banco Santander Totta foi distinguido com os prémios "Melhor Banco" e "Melhor Private Banking" em Portugal pela revista Euromoney. Também a revista Global Finance voltou a considerar o Santander Totta como o "Melhor Banco em Portugal", no âmbito dos "The World's Best Developed Markets Banks 2015" tendo também atribuído o prémio de "Melhor Private Bank". A mesma revista atribuiu, ainda, o prémio "Best Trade Finance Bank 2015". Por seu turno, no âmbito dos prémios de Banca e Seguros, a revista Exame atribuiu ao Santander Totta os prémios de "Melhor Grande Banco", o "Mais Rentável", o "Mais Sólido" e o que "Mais Cresceu". Por último, a revista The Banker destaca o Santander Totta como o "Banco do Ano".

Outras distinções

- *Private Banking Survey*, categorias de serviços: "Melhor Banco no segmento *High Net Worth* ($5.000.000 - $30.000.000 Dólares) ", "Gestão de Ativos", "Capacidade de Banca Comercial", "Pesquisa e Assessoria de Alocação de Ativos", Filantropia e Investimento em Impacto Social" e Clientes Internacionais" – *Euromoney*
- Banco Mais Seguro em Portugal 2015 – *Global Finance*
- *Best Foreign Exchange Provider* 2015 Portugal – *Global Finance*
- Melhor *Contact Center* do Setor Banca 2015 – *Associação Portuguesa de Contact Center (APCC)*
- *CIO of the year*, Elsa Graça, diretora de Tecnologia e Processos do Santander Totta, na categoria de Orientação para o Cliente, pela inovação do sistema de abertura de conta via *tablet* – *CIONET*
- *CIO Awards 2015* – *International Data Corporation (IDC)*
- Prémios Locais de Trabalho Saudáveis 2015, categoria Grandes Empresas – 3º lugar – *Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP)*

Outros factos relevantes em 2015

Janeiro

- Santander Totta lança programa de estágios – *Santander Top Training*
- José Quitério é o vencedor do prémio Universidade de Coimbra 2015
- Santander Totta é o melhor *Trade Finance* em Portugal
- Santander, a empresa que mais apoia a educação no mundo

Fevereiro

- Revista *Euromoney* elege o *Private Banking* do Santander Totta como o melhor em Portugal
- Santander Totta lança 200 bolsas de mobilidade em países ibero-americanos
- Elsa Graça, do Santander Totta, é "CIO of the Year"
- Mundo 1|2|3 traz oferta integrada ao *mass market*

Março

- Revista *Global Finance* elege o Santander Totta como o "Melhor Banco em Portugal"
- Banco Santander Totta promove missões empresariais virtuais com o Perú e Chile e apoia missão empresarial aos Estados Unidos
- S&P reafirma *rating* do Santander Totta e passa *outlook* de estável para positivo
- Modelo de atendimento para clientes Select celebra 1 ano

Abril

- Conferência Top Exporta distingue as melhores empresas exportadoras portuguesas
- Ministro da Saúde na entrega do prémio de Investigação Santander Totta/UNL a projeto sobre o Alzheimer tardio
- Santander Asset Management e Pioneer Investments unem forças para criar uma gestora de ativos global líder na Europa e América Latina

Maio

- Santander Totta apoia oportunidades de investimento na Polónia
- Santander Totta melhora a oferta do *spread* de crédito para clientes *mid* e *mass market*
- Santander Totta é líder na PME Crescimento 2014
- Nova vogal do Conselho de Administração do Santander Totta

Junho

- "Facedecode" é o projeto vencedor do prémio de empreendedorismo iUP25k
- Igualdade do género e *flexiworking* em debate na "Semana Somos Santander"
- Moody's melhora *rating* dos depósitos do Santander Totta
- Santander Totta aposta no digital com nova *app*
- Universidades de Évora e Lusíada integram o Santander Universidades
- IDC premeia abertura de conta em *tablet* com um dos projetos mais inovadores de Portugal
- Santander Totta apoia Associação Raríssimas
- Carolina Monteiro, do ISCTE, vence 12ª edição do prémio *Primus Inter Pares*

Julho

- Santander Totta investe 5,6 milhões de euros em projetos do Ensino Superior, Ambiente e Ação Social
- Santander Totta "Melhor Banco em Portugal" pela *Euromoney*
- Santander Totta leva Mundo 1|2|3 às praias de norte a sul do país
- Universidade dos Açores recebe programa Santander Universidades
- 60 empresários fecham com nota 20 primeira edição do Programa *Advance* de Gestão
- Nasce a Cátedra Internacional RSC Santander Galiza-Norte de Portugal

Agosto

- Centros de investigação da Universidade do Porto apoiados com 500 mil euros

Setembro

- Ana Botín reforça em Lisboa a aposta no mercado português
- Santander Totta com *wi-fi* em todos os balcões
- Standard & Poor's melhora *rating* do Santander Totta para 'BB+'
- Casa da América Latina e Santander Totta premeiam estudantes de doutoramento de Portugal e México
- Santander Totta é o assessor financeiro da *First State Investments* na aquisição da *Finerge* à *Enel Green Power*

Outubro

- Projeto da RedEmprendia para celebrar empresas universitárias recebe cerca de um milhão de euros da UE
- Santander Totta é o assessor financeiro do *Lancashire County Pension Fund* na compra de ativos
- Emissão de *covered bonds* do Santander Totta ficou 40 pontos abaixo do custo da República
- Santander lança competição internacional de resolução de enigmas para estudantes

Novembro

- Universidade de Coimbra celebra Dia da Internacionalização
- Santander Totta vence "Escolha do Consumidor 2016"
- O modelo Santander *Advance* destinado a empresas faz 1 ano
- Programa *Junior Achievement* para promover educação financeira apoia 1.780 alunos
- Recursos Humanos lançam 8 comportamentos para ser Simples, Próximo e Justo.
- *Private Banking* do Santander Totta eleito Melhor em Portugal pela revista *Global Finance*, depois de receber a mesma distinção da *Euromoney* e *The Banker/PWM*

Dezembro

- Santander Totta é o "Melhor Grande Banco", o "Mais Rentável", o "Mais Sólido "e o que "Mais Cresceu", no âmbito dos prémios de Banca e Seguros da revista Exame
- Revista *The Banker* destaca Santander Totta como o "Melhor Banco em Portugal"
- Campanha de Natal apoia IPO de Lisboa com 30 mil euros
- Dia do Voluntariado - *Open Day* reúne 360 estudantes nas instalações do Banco
- BEI e Banco Santander Totta celebram acordo para financiamento às PME e *mid-caps*

A nossa **missão** é contribuir para o progresso das pessoas e das empresas

A nossa **visão** é ser o melhor banco comercial

Ganhando a confiança e fidelidade dos nossos empregados, clientes, acionistas e sociedade

Melhor Banco para os nossos colaboradores

Atrair, reter e comprometer os melhores profissionais capazes de oferecer o melhor serviço aos nossos clientes e garantir o sucesso e sustentabilidade do negócio.

Melhor Banco para os nossos clientes

Construir relações de confiança a longo prazo com os nossos clientes, oferecendo soluções simples, personalizadas, um tratamento justo e equitativo e um serviço excelente através das nossas agências e canais digitais, com o objetivo de aumentar a sua satisfação e vinculação com o Banco.

Melhor Banco para a sociedade

Desempenhar a atividade bancária contribuindo para o progresso económico e social das comunidades em que estamos presentes, de forma responsável e sustentável, com especial compromisso no âmbito do ensino superior.

Melhor Banco para os nossos acionistas

Obter uma rendibilidade e retorno para os nossos acionistas, atrativas e sustentáveis, apoiada num modelo de negócio com elevada recorrência de receitas, prudência de riscos, eficiente e com disciplina e solidez de capital.

Prosseguimos a nossa estratégia de ser um Banco cada vez mais

Simples, Próximo e Justo

Introdução

O Santander Totta desenvolve uma política de responsabilidade social alinhada com a política do Grupo Santander, assente na missão de contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas. O principal eixo é o Ensino Superior, através da promoção do conhecimento e mérito, fomento ao empreendedorismo, empregabilidade e mobilidade internacional, no âmbito dos acordos de colaboração que mantém com as principais Universidades e Politécnicos portugueses.

Além disso, o Banco orienta, também, a sua atuação para a comunidade na qual está presente, através de apoios e donativos a várias instituições do terceiro setor e da participação de colaboradores voluntários em várias iniciativas ao longo do ano e do mecenato cultural a projetos de promoção da cultura portuguesa.

No plano ambiental, o Santander Totta tem vindo a desenvolver medidas de eficiência energética e redução de consumos nas suas instalações, bem como de promoção de práticas sustentáveis junto dos seus colaboradores de forma a garantir um desenvolvimento sustentável da sua atividade.

Em 2015, o investimento total em Portugal em atividades diretamente relacionadas com a responsabilidade social corporativa ascendeu a cerca de 6,8 milhões de euros, um aumento de cerca de 21% em relação ao ano anterior.

Santander Universidades

Convénios, protocolos, prémios e bolsas

Em 2015, o Santander Totta celebrou novos acordos de parceria com as instituições de ensino superior, com destaque para o convénio com a Universidade de Évora e Universidade dos Açores e renovou outros acordos, mantendo 48 convénios com as principais Universidades e Politécnicos portugueses.

Os protocolos assinados com a Universidade de Évora e a Universidade dos Açores estabelecem parcerias através das quais o Banco, como mecenas, passa a apoiar estas instituições de ensino superior na realização de projetos e atividades com vista ao seu desenvolvimento, ao reforço do seu prestígio e da excelência do seu ensino e da sua investigação, permitindo ainda aos estudantes aceder a um conjunto de vantagens, entre as quais, acesso ao programa de estágios Santander Universidades, programas de mobilidade internacional, bem como a emissão do cartão universitário inteligente para toda a comunidade universitária.

No apoio ao empreendedorismo, o Banco atribuiu 36 prémios de mérito científico e académico e 384 bolsas de estudo e apoios sociais.

Nos prémios de mérito científico são de destacar os seguintes:

- Prémio de Investigação Santander Totta/Universidade Nova de Lisboa que tem como objetivo distinguir projetos de investigação nas áreas das Ciências da Vida, das Ciências Sociais e Humanas e das Ciências Exatas e Engenharias. O vencedor da 8ª edição foi o trabalho "Recapitulação da doença de Alzheimer de início tardio usando culturas tridimensionais de neurónios humanos";

- Prémio Universidade de Coimbra/Santander Totta, que é um dos mais relevantes prémios nas áreas da ciência e da cultura a nível nacional. Em 2015, consagrou a longa e notável carreira de José Quitério na área da preservação do património gastronómico português;
- Prémio *Primus Inter Pares* - ao longo de mais de 12 anos de existência, este prémio, lançado pelo Banco Santander Totta e pelo jornal Expresso, é hoje um prémio de excelência, que tem permitido distinguir e premiar os melhores estudantes de economia, gestão e engenharia, concedendo-lhes acesso a uma formação académica complementar de grande prestígio. Em 2015, a vencedora foi Carolina Monteiro, estudante de gestão do ISCTE, que terá a oportunidade de frequentar um MBA numa *Business School* de prestígio nacional e internacional: IESE, em Barcelona, Instituto de Empresa, em Madrid, Lisbon MBA (Universidade Católica e Universidade NOVA), ISCTE, ISEG e a Porto Business School;

- Prémio Científico "Mário Quartin Graça", uma iniciativa da Casa da América Latina e do Santander Totta que visa distinguir doutoramentos realizados por investigadores portugueses ou latino-americanos em universidades de ambos os lados do Atlântico. Gustavo Miguel Guillemin, Érica Castanheira e Isabel Araújo Branco, foram os vencedores deste prémio, em 2015;

- Prémio de Jornalismo Económico Universidade Nova de Lisboa/Santander Totta. O PJE é uma iniciativa do Santander Totta, em colaboração com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de

Lisboa, que visa reconhecer a qualidade da criação jornalística, distinguindo os melhores trabalhos da imprensa escrita e eletrónica em 3 categorias: Gestão de Empresas e Negócios, Mercados Financeiros e Sustentabilidade Empresarial.

No apoio ao empreendedorismo e inovação, o prémio promovido pela Universidade do Porto conta com o apoio do Santander Totta e tem como objetivo sensibilizar os jovens para o empreendedorismo e criação de novas empresas que tenham por base um processo de exploração de conhecimento e inovação. O projeto "Facedecode – We make faces" foi a ideia de negócio vencedora do concurso de empreendedorismo iUP25K. Esta tecnologia, que permite criar avatares – corpos gráficos que identificam os cibernautas - de forma mais simples e rápida, promete trazer uma revolução ao mundo do cinema de animação e dos videojogos.

Em parceria com a Idea Puzzle, o Santander Totta entregou, pelo quarto ano consecutivo, o prémio ao melhor desenho de investigação de doutoramento criado com o *software* Idea Puzzle. A premiada foi a investigadora Maria João Gouveia, com o projeto de doutoramento "A parentalidade *mindful* na obesidade pediátrica: Das práticas parentais ao ajustamento psicológico das crianças e adolescentes", desenvolvido na Universidade de Coimbra.

O prémio de empreendedorismo FCSH/NOVA - Santander Totta – Melhor Ideia de Negócio, que visa estimular o empreendedorismo inovador e promover a conceção de novas ideias, distinguiu três projetos. O primeiro prémio foi para "My Santo António", que venceu com um projeto que pretende divulgar o Largo de Santo António da Sé, em Lisboa, como centro da invocação do amor romântico, assim como explorar comercialmente produtos, serviços e eventos alusivos ao "fenómeno antoniano".

Ensino e investigação

O Santander Totta apoiou com 500 mil euros a investigação desenvolvida por vários centros de investigação da Universidade do Porto, durante os próximos três anos, no âmbito de um acordo assinado entre aquela instituição de ensino superior e o Banco, através do Santander Universidades.

O objetivo deste apoio é garantir um melhor posicionamento da Universidade do Porto nos *rankings* que medem o desempenho das Universidades, incentivando os seus centros de investigação a aumentar a sua produção científica ao nível do SCOPUS (base de dados profissional de referências e citações científicas).

No âmbito do convénio com a Universidade da Beira Interior esta optou por utilizar uma grande fatia da verba do convénio para apoio aos projetos de doutoramento e pós-doutoramento desenvolvidos nos vários departamentos daquela instituição. Assim, em 2015 foram pagos com verbas do Santander Universidades, 15 bolsas de incentivo a doutoramento e 2 bolsas de incentivo a pós-doutoramento.

A Cátedra Internacional RSC Santander Galiza-Norte de Portugal é uma iniciativa conjunta do Banco Santander, através do Santander Universidades, e da Fundação Centro de Estudos Euroregionais Galiza-Norte de Portugal (Fundação CEER) e é constituída por três universidades galegas (Corunha, Santiago de Compostela e Vigo) e três portuguesas (Minho, Porto e Trás-os-Montes e Alto Douro). Tem como objetivo o desenvolvimento de atividades docentes, de investigação, formação e documentação no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

Programa de bolsas de mobilidade internacional

Durante o ano de 2015, foram disponibilizadas mais de 200 bolsas de mobilidade internacional ao abrigo do programa de bolsas de mobilidade luso-brasileiras e ibero-americanas e programas próprios das instituições de ensino superior parceiras.

O Banco homenageou os estudantes que participaram este ano no programa de mobilidade internacional entre a Universidade do Porto e Universidades Ibero-americanas. Instituído em 2007 pelo Santander Totta, cerca de mil estudantes já cruzaram o Atlântico ao abrigo deste programa para estudar num país diferente.

O Banco Santander Totta homenageou, também, os estudantes que participaram nos programas de mobilidade internacional com a Universidade de Coimbra. Para além dos 19 estudantes que usufruíram destas bolsas, mais de 30 estudantes e investigadores saíram de Portugal no âmbito do programa de bolsas ibero-americanas e luso-brasileiras.

Por seu turno, o programa de bolsas Santander PKU *Summer School* proporcionou a quatro alunos da Universidade Nova de Lisboa a oportunidade de terem uma experiência na Universidade de Pequim.

Empregabilidade

O programa de bolsas de estágio Santander Universidades está inserido numa iniciativa com a duração de 3 anos, através do qual serão atribuídas 1.500 bolsas de estágio para alunos finalistas ao longo dos próximos três anos. As bolsas de estágio têm a duração de três meses, num valor de 1.650 euros cada (550 euros por mês) e serão realizadas em PME

portuguesas. O programa irá implicar um investimento global do Banco, ao longo de três anos, de 2,5 milhões de euros.

Pelo segundo ano, o Santander Totta promoveu nas universidades o projeto "U2 Work", uma série de conferências e *workshops* sobre a inserção no mercado de trabalho, destinadas aos estudantes finalistas e graduados, tendo-se realizado conferências nos Institutos Politécnicos de Setúbal e do Porto e na Universidade de Coimbra. Um inquérito feito aos participantes revelou que 100% recomendaria o evento aos seus pares e 98% avaliaram os eventos de forma positiva.

Apoio às infraestruturas de ensino superior

O Santander Totta apoiou a reabilitação do Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV), uma estrutura da Universidade de Coimbra, classificada como património da humanidade pela UNESCO. O projeto tem um custo de 180 mil euros e é patrocinado na totalidade pelo Santander Totta, no âmbito do protocolo que o Banco mantém com a Universidade de Coimbra.

O Banco apoiou, ainda, a requalificação do novo parque da Quinta de Lamas, com três hectares de jardim e espaços desportivos localizados entre as faculdades de Engenharia e de Economia. O projeto, da responsabilidade da Universidade do Porto, representou um investimento superior a 1,1 milhões de euros – cofinanciados em 750 mil euros pelo Banco Santander Totta, ao abrigo do convénio de cooperação entre o Santander Totta e Universidade do Porto.

Universia

Projetos académicos

A Universia manteve as linhas de atuação do plano estratégico iniciado em 2014, e orientado por dois eixos de atuação: (1) projetos académicos relacionados com a difusão do conhecimento e com a aproximação da universidade à empresa, que inclui publicações académicas, relatórios e estudos, MOOC's (cursos *online* massivos em aberto), entre outros; e (2) serviços universitários que promovem o emprego e estágios profissionais para estudantes e recém-licenciados, a formação empresarial através do vínculo com a universidade e ainda ações de marketing *online* especificamente dirigidas a jovens ibero-americanos.

No âmbito dos projetos académicos, a Universidade Nova criou o primeiro MOOC na plataforma que incidiu sobre "Sistemas de Informação Geográfica". Das 1.423 inscrições, 1.156 iniciaram o curso que foi concluído por 186 utilizadores registados.

A Universidade do Porto lançou o seu primeiro MOOC em outubro: "As alterações climáticas nos *media* escolares". Esta primeira edição teve 736 inscritos.

No último trimestre de 2015, o Banco Santander, em parceria com o Universia lançou Santander NEO's Challenge, uma competição internacional de talento universitário que consiste na resolução de um enigma baseado num caso demonstrável empiricamente, que irá pôr à prova os estudantes universitários de Portugal, Espanha, EUA, Argentina, Chile, Espanha e México.

Esta primeira edição contou com um total de 198 equipas inscritas, em que 28 são equipas portuguesas, representantes das Universidades da Madeira, Aveiro, Évora, Lisboa, Nova de Lisboa, Algarve, Porto e Instituto Politécnico de Coimbra.

Serviços universitários

O ano de 2015 foi o ano de consolidação da rede Trabalhando em Portugal. Com 30 portais em pleno funcionamento, 20 são de instituições de ensino superior. Com este projeto, as universidades ganharam plataformas de gestão do tema da inserção profissional que lhes permite gerir os CV's dos seus alunos, as ofertas de emprego exclusivas para a instituição e ainda receber ofertas partilhadas de todos os *sites* da rede, desde que sejam relevantes. De salientar que a maioria destas universidades ainda não tinha implementado qualquer sistema para o efeito.

A comunidade Trabalhando está presente em 11 países ibero-americanos e oferece mais de 200 mil oportunidades mensais de trabalho.

A II edição do *Jumping Talent* decorreu em março de 2015 na Câmara de Comércio de Lisboa e contou com a presença de 70 estudantes universitários portugueses, os quais tiveram que mostrar as suas competências perante os *coaches* das 9 empresas participantes, entre elas o Santander Totta.

No final de 2015, a plataforma móvel Universia, MARKETING - UNI>COM, conta com 9 instituições de ensino superior participantes: U. Católica Portuguesa, Nova SBE, U. de Aveiro, I.P. do Porto, U. de Évora, U. do Algarve, U. Lusíada, I.P. de Beja e U. de Coimbra. O último desenvolvimento, a *app* "UCoimbra", teve o apoio da marca Santander e, adicionalmente, esta *app* conta com uma área Santander Universidades destinada ao público universitário.

Apoio à Comunidade e Meio Ambiente

Voluntariado e envolvimento dos colaboradores

Durante o Natal, os colaboradores do Santander Totta ajudaram na melhoria das instalações do Hospital Pediátrico do Instituto Português de Oncologia. Sob o mote, "Neste Natal dê mais valor ao seu presente e ajude o IPO", os colaboradores e o Banco juntaram 30.000 euros para ajudar às obras de requalificação e ampliação do hospital. Durante a iniciativa os colaboradores adquiriam *kits* de etiquetas de Natal, com desenhos feitos pelas crianças do IPO, no valor de 1 euro, que adicionalmente o Banco triplicou. Além dos *Kits*, os colaboradores fizeram também donativos a esta causa, o que demonstrou bem o comprometimento do Banco e dos seus colaboradores com a sociedade onde estão inseridos.

O Santander Totta e a Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras (Associação Raríssimas), que apoia jovens e adultos portadores de patologias raras, com diferentes graus de autonomia e com necessidades específicas que não conseguem satisfazer sem ajuda, assinaram um protocolo através do qual o Banco irá apadrinhar e comparticipar as despesas de saúde de dois utentes da Casa dos Marcos, ao longo de cinco anos no âmbito do projeto "Olha Por Mim". O valor total do apoio é de 50.000 mil euros.

No que respeita à política de responsabilidade social e de promoção do desporto e de hábitos de vida saudável, o Santander Totta apoiou a meia maratona do Porto, umas das mais importantes provas do país, que este ano celebrou a 9ª edição, com o patrocínio do Santander Totta. O Banco comparticipou as inscrições de mais de 1.000 colaboradores e familiares. A prova tem também uma vertente social, em que foram apoiados os Bombeiros Voluntários do Porto, com uma doação por parte da organização no valor de 5.000 euros.

No âmbito do projeto que o Santander Totta está a desenvolver com a *Junior Achievement*, o Banco decidiu comemorar o Dia Internacional do Voluntariado apoiando este projeto através de um *Open Day* para alunos do ensino secundário. Assim, no dia 4 de dezembro, o Santander Totta recebeu 30 alunos nos serviços centrais e 330 na rede comercial, um aluno por balcão, de Norte a Sul do País.

Participaram, nesta iniciativa, 665 colaboradores voluntários, num total de 669 horas de voluntariado.

Durante 3 dias, 24 colaboradores voluntários do Banco ajudaram a produzir produtos para apoiar as crianças e jovens da instituição BIPP (Banco de Informação de Pais para Pais), que visa a plena inclusão das pessoas com necessidades especiais na sociedade e que conta com o apoio regular de voluntários do Banco.

Durante a semana "Somos Santander", ao abrigo do dia solidário, 4 colaboradores ajudaram às obras de requalificação da Associação Crescer Ser, no Porto, que tem como missão promover, organizar e dinamizar serviços comunitários de apoio à criança, ao jovem e à sociedade familiar.

O Santander Totta em parceria com a Gertal (empresa que explora o restaurante da sede do Banco) lançou uma campanha que pretende que por cada 100 refeições totalmente consumidas nas suas instalações, a Gertal doa 1 Kg de bens alimentares ao Banco Alimentar Contra a Fome. Em 2015, foram entregues 414Kg em alimentos ao Banco Alimentar Contra a Fome.

Apoio social

O Santander Totta patrocinou a participação de cinco instituições do terceiro sector no 7º seminário de *fundraising* organizado pela *Call to Action*. O principal objetivo do seminário foi o de capacitar as empresas participantes a gerirem de forma sustentada e angariarem de forma adequada os seus recursos.

Desde 1995 que o Santander Totta é membro fundador da Fundação CEBI, cujo objetivo é apoiar crianças, jovens, idosos e famílias mais desfavorecidas, participando na sua Assembleia de Fundadores e mantendo um representante no Conselho de Administração. Das suas ações destaca-se a promoção da educação, abrangendo 1.800 alunos, desde a creche ao 9º ano de escolaridade, sendo que destes, cerca de 400 beneficiam de bolsas de ação e promoção social. Acrescenta-se ainda o apoio a mais de 250 idosos por ano e cerca de 400 atendimentos diários de medicina física e reabilitação.

Ao longo do ano de 2015, várias instituições e associações de cariz social marcaram presença no espaço solidário das instalações do Banco, dedicado à promoção de projetos e iniciativas de solidariedade social, contando com o apoio de colaboradores voluntários na promoção das causas representadas.

Educação financeira

O Santander Totta assinou um acordo de colaboração com a *Junior Achievement* para que os colaboradores do Banco, em

conjunto com outras empresas, sejam voluntários a lecionar aulas em colégios de todo o país, para abordar temas de empreendedorismo, cidadania, economia, ética e educação financeira. Os estudantes criam também a sua própria empresa com a ajuda de um voluntário do Banco, que os orienta nas etapas de criação do negócio. Ao longo do projeto foram realizadas 350 sessões, num total de mais de 2.000 horas de voluntariado. Com este projeto conseguiu-se abranger 1.780 alunos.

No âmbito do Programa Santander *Advance*, o Santander Totta disponibiliza formação para os seus clientes através do Programa *Advance* de Gestão e do *Advance Journey* destinados aos colaboradores das empresas e sem custos associados.

As ações de formação que podem ser presenciais ou via *online*, são oferecidas pelo Santander Totta a quadros médios e superiores de empresas, sem custos, e são ministradas por reputadas instituições de ensino superior, associadas ao Banco nesta iniciativa: NOVA School of Business & Economics, em Lisboa, e a Porto Business School. Ao longo do ano de 2015 mais de 1.000 empresas foram abrangidas com os cursos disponibilizados pelo Santander *Advance*.

A área de Universidades, em colaboração com as áreas de Fundos e Direções Comerciais, levou a cabo sessões informativas sobre a oferta de produtos do Banco nas Universidades, nas quais o Banco tem acordos.

Em 2015, realizaram-se duas sessões, na Universidade da Beira Interior e no Instituto Politécnico de Castelo Branco, com cerca de 60 participantes.

O Santander Totta participa no Plano Nacional de Educação Financeira, desenvolvido pela Associação Portuguesa de Bancos, Comissão Nacional de Mercado e Instituto de Seguros de Portugal, que visa contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamentos financeiros adequados, através da vários projetos e iniciativas, como é o caso do portal "Boas Práticas, Boas Contas", que assume o compromisso de oferecer aos cidadãos informação útil e acessível sobre serviços bancários através de casos práticos, com os quais as pessoas se possam identificar.

Cultura

No âmbito do Festival das Artes, realizado em Coimbra, organizado pela Fundação Inês de Castro, que em 2015 foi dedicado ao tema "Este ano há Festa", o Banco apoiou uma exposição no Museu Nacional de Machado de Castro. Além do apoio pecuniário à exposição, o Santander Totta cedeu temporariamente uma obra do seu património artístico, *Instrument du Musique*, de Vieira da Silva. Foram também atribuídas 50 entradas a clientes. A exposição registou mais de 16 mil visitantes.

O Banco apoiou, também, a realização das Conferências do Estoril que têm como objetivo criar um polo de reflexão de nível internacional sobre os desafios da globalização, com particular atenção à relação entre os domínios global e locais. A iniciativa visa afirmar Portugal como ponto de encontro de algumas das mais conceituadas individualidades, organizações internacionais, universidades, centros de investigação e desenvolvimento, *think tanks* e organizações não-governamentais.

O Santander Totta apoiou a realização, pelo segundo ano, do Fórum do Futuro - um festival internacional de pensamento, que decorre anualmente na cidade do Porto - e tem como principal objetivo reunir convidados de múltiplas disciplinas para refletir sobre questões que importam às sociedades contemporâneas. Em 2015, o tema central foi a felicidade.

No âmbito do apoio cultural, o Banco associou-se a diversas iniciativas que visaram promover a cultura portuguesa e que, sempre que possível, foram alargadas também aos clientes do Banco, como foram o caso de concertos realizados na Casa da Música e na Fundação Calouste Gulbenkian.

Ambiente

No Centro Santander Totta, foi implementado um novo processo para recolha de papel e embalagens PET, onde foram distribuídas, em substituição dos caixotes do lixo, 200 caixas PAPeleiras, para recolha de papel e 100 PETeiras para recolha de garrafas de água em plástico. Relativamente aos restantes materiais como o vidro, outros tipos de plástico e restantes resíduos, como os orgânicos, foram colocados na copa para a devida separação e reciclagem.

O Banco tem vindo a implementar ao longo dos últimos anos várias medidas de redução do consumo e de melhoria da eficiência energética, das quais se destacam:

Nos balcões:

- Instalação de detetores de presença em salas de reuniões, gabinetes, instalações sanitárias, *back-offices*, arquivos e arrumos para desligar a iluminação quando os locais estão desocupados;

- Substituição dos sistemas de climatização obsoletos por outros de menor consumo;
- Regulação do *set point* de equipamentos AVAC;
- Regulação da iluminação de acordo com o índice de luz natural;
- Alteração de letreiros luminosos para sistemas LED.

Nos edifícios:

- Instalações de sistema de *free cooling* para funcionamento com temperaturas exteriores inferiores a 20ºC desligando o sistema de climatização;
- Automatização do controlo da iluminação, instalação de luminárias com regulação de fluxo para aproveitamento da luz natural;
- Regulação do *set point* do AVAC.

Tem também sido reforçada a comunicação das políticas que visam a redução da emissão de gases de efeito de estufa, como é o caso da política de mobilidade que aconselha o uso de transportes públicos em prol do carro e a utilização de videoconferências como forma de reduzir as deslocações.

O novo edifício do Santander Totta terá uma elevada eficiência dos equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado. Entre as novas funcionalidades vai ser possível que os equipamentos de ar condicionado façam a recuperação de calor que permitirá arrefecer e aquecer os espaços com elevada eficiência energética, proceder ao aproveitamento da água das chuvas para rega do jardim da cobertura do edifício e terá sensores de medição da luz natural e de movimento que permitem controlar a iluminação e reduzir o consumo de energia.

Sensibilização junto dos *stakeholders* para práticas e hábitos sustentáveis

No âmbito da sua política de sustentabilidade de proteção do meio ambiente, o Santander Totta marcou presença na 8ª edição do Greenfest, com a iniciativa "UniverCity", onde algumas das principais universidades do país apresentaram projetos com impacto social ou ambiental. O Banco esteve também presente através do espaço "Networking Lounge", criado para que empresas, organizações, profissionais e cidadãos pudessem estabelecer contactos e partilhar conhecimentos.

O GIRO é uma iniciativa de voluntariado empresarial na qual são realizadas várias intervenções a nível nacional, com vista à melhoria da qualidade de vida de jovens e crianças em risco, idosos, à defesa dos animais e à recuperação de espaços naturais. Mais de 20 colaboradores do Banco participaram nesta iniciativa de voluntariado empresarial, desenvolvida em colaboração com a GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial.

Economia Internacional

A economia mundial, em 2015, desacelerou face ao ano anterior, com um crescimento previsto apenas marginalmente acima de 3%, o ritmo mais lento desde a Grande Recessão. À semelhança do ano transato, a desaceleração resultou sobretudo da deterioração das condições económicas nas economias emergentes, não sem efeitos de contágio às economias desenvolvidas, em especial as que têm maiores volumes de comércio mundial com a China, como os EUA e o Japão.

A necessidade de ajustamento económico nas economias emergentes, para corrigir desequilíbrios gerados, no modelo de crescimento ou ao nível das contas públicas, e a descida dos preços das matérias-primas são alguns fatores de risco considerados pelo FMI nas suas projeções de janeiro de 2016.

Crescimento Económico Mundial

	2013	2014	2015
Mundo	**3,3**	**3,4**	**3,1**
Países Avançados	**1,1**	**1,8**	**1,9**
EUA	1,5	2,4	2,5
UEM	-0,3	0,9	1,5
Reino Unido	1,7	2,9	2,2
Japão	1,6	0,0	0,6
Países em Desenvolvimento	**5,0**	**4,6**	**4,0**
África	5,2	5,0	3,5
Ásia	7,0	6,8	6,6
China	7,7	7,3	6,9
Europa de Leste	2,9	2,8	3,4
Médio Oriente	2,3	2,8	2,5
América Latina	2,9	1,3	-0,3
Brasil	2,7	0,1	-3,8

Fonte: FMI (Janeiro de 2016)

Nos EUA, a dinâmica de crescimento carateризou-se por alguma volatilidade, com um ritmo de expansão mais lento nos primeiro e quarto trimestres, afetado inicialmente por condições climatéricas adversas, e posteriormente pela dinâmica do investimento. A redução do preço do petróleo, que caiu já em 2016 para mínimos desde 2003, abaixo dos 30 dólares por barril, afetou o investimento em fontes alternativas de crude, como o petróleo e gás de xisto.

Apesar da volatilidade gerada pela evolução destas componentes da procura agregada, o consumo privado manteve um crescimento sustentado, apoiado pela descida da taxa de desemprego para 5,0%, o nível mais baixo desde 2007.

A Reserva Federal dos EUA iniciou o ciclo de subida das taxas de juro de referência em Dezembro, com a subida da taxa dos Fed funds para 0,25%, depois de, em Setembro, ter mantido a política monetária inalterada, na sequência da maior volatilidade dos mercados acionistas observada durante o Verão. Esta foi a primeira subida das taxas de juro de referência desde 2008, e concretizou o primeiro ciclo de subida de taxas desde 2006.

No entanto, e reconhecendo os riscos latentes, a Reserva Federal: (i) decidiu utilizar a remuneração das reservas excedentárias detidas pelo setor bancário junto da FED como instrumento de normalização gradual da política monetária; e (ii) sinalizou que o ritmo de subida de taxas de juro continuaria dependente da evolução dos principais indicadores económicos.

No Reino Unido, o crescimento económico desacelerou em 2015, fruto de um contributo mais negativo das exportações líquidas, refletindo o maior dinamismo do consumo privado e do investimento empresarial (que se refletiu sobre as importações) e a apreciação cambial, em especial face ao euro (quase 10%, em média anual).

O Banco de Inglaterra manteve inalterado o cariz expansionista da política monetária, apesar de alguns membros do Comité de Política Monetária terem, durante grande parte de 2015, defendido uma subida muito gradual das taxas de juro de referência. Contudo, a ausência de pressões inflacionistas, suportou a decisão de não alteração.

No Japão, a atividade económica recuperou, após a estagnação registada em 2014, fruto de uma dinâmica mais favorável do consumo privado, assim como das exportações. O ritmo, contudo, continuou caraterizado por alguma volatilidade, associada ao processo de consolidação orçamental. O Banco do Japão manteve uma política monetária claramente expansionista, tendo anunciado uma extensão das maturidades da dívida pública a adquirir, assim como a possibilidade de aquisição de ETFs e REITs.

Na China, a desaceleração do crescimento económico, para 6,9% em 2015, alimentou expectativas de que esse processo pudesse ser mais pronunciado e a segunda maior economia mundial pudesse estar a caminhar para um cenário de "*hard landing*", em especial porque alguns indicadores de curto prazo revelaram uma dinâmica mais adversa, na sua evolução face ao período homólogo. As autoridades adotaram um conjunto de medidas destinado a apoiar a recuperação, incluindo a descida das taxas de juro, proibição de venda por investidores institucionais e a intervenção nos mercados acionistas, mas que não impediram uma forte correção do principal índice acionista, que caiu cerca de 39% dos máximos de junho até ao início de outubro (após uma valorização de 48% desde o início de 2015 até ao pico de junho). No final do ano, o índice registava uma apreciação de 6% face ao nível do início do ano.

A principal medida adotada pelas autoridades foi a flexibilização da evolução cambial, que conduziu a uma desvalorização do yuan em 1,9%, que foi a mais pronunciada em 20 anos, no contexto da alteração do regime de indexação cambial, que passou a evoluir em linha com o mercado, e que antecedeu a decisão do FMI em incluir o yuan no cabaz de moedas que compõem os "Direitos de Saque Especial", a unidade de conta do FMI.

	PIB	Inflação
UEM	**1,6**	**0,0**
Alemanha	1,7	0,1
França	1,1	0,1
Espanha	3,2	-0,6
Itália	0,8	0,1

Fonte: CE (Fevereiro de 2016)

Na zona euro, o PIB acelerou, com um crescimento de 1,6% no conjunto do ano, ligeiramente acima das expetativas de início do ano, em que terá havido um efeito positivo da política monetária não-convencional do BCE, em especial ao nível da confiança económica.

Em janeiro de 2015, o BCE anunciou a terceira vertente do seu programa de aquisição de ativos financeiros, no âmbito do qual passou a adquirir dívida emitida por entidades públicas (nacionais e supranacionais), num montante global de 60 mil milhões de euros (incluindo os programas já em curso desde o final de 2014 de aquisição de obrigações hipotecárias e de securitizações de créditos).

Este programa, inicialmente previsto ser mantido até setembro de 2016, foi prolongado, em dezembro, até março de 2017, ao mesmo tempo que o BCE disse começar a ponderar adquirir novos tipos de ativos financeiros. Já em 2016, o BCE anunciou uma extensão do seu programa de "*quantitative easing*", ampliando a aquisição mensal de ativos para 80 mil milhões (mais 20 mil milhões de euros) e podendo adquirir também dívida emitida por empresas não-financeiras. Desde o início do programa, o BCE já adquiriu cerca de 800 mil milhões de euros de ativos, dos quais 620 mil milhões de dívida pública (e, destes, 14 mil milhões de dívida portuguesa).

A inflação, contudo, permaneceu claramente abaixo do objetivo do BCE, de "próximo, mas abaixo de 2,0%", refletindo o "output gap" gerado durante a crise, o ajustamento estrutural em curso em alguns países e os efeitos da descida do preço do petróleo. As medidas do BCE têm um impacto sobretudo ao nível das expetativas dos agentes económicos, no combate a expetativas deflacionistas.

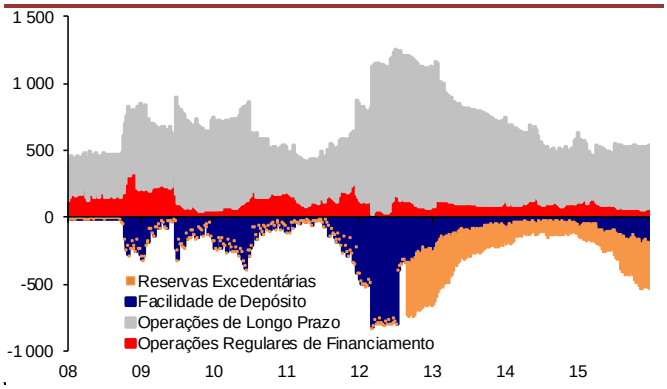
Já em dezembro, e fruto de nova descida das expetativas de inflação, o BCE desceu a taxa de depósito para -0,3%, colocando nova pressão adicional sobre as taxas de juro de curto prazo, assim como sobre a taxa de câmbio do euro.

Apesar da melhor dinâmica económica em 2015, houve um conjunto de percalços, na sequência da crise das dívidas soberanas, que entrou numa nova fase, na Grécia, onde se realizaram duas eleições legislativas e um referendo, num contexto de deterioração das condições económicas e de elevada incerteza.

A deterioração do sentimento económico e um movimento de corrida aos bancos levou à imposição temporária, pelo Governo, de controlos de capitais (encerramento temporário dos bancos e limites aos levantamentos bancários), para travar a saída de depósitos. O Governo grego solicitou um terceiro programa de apoio, o qual foi aceite na Cimeira do Euro de 12 de julho, num contexto político muito complexo, onde todos os cenários, incluindo o de saída temporária pela Grécia da zona euro, estiveram sempre em aberto.

Espanha e Irlanda voltaram a ser duas das economias mais dinâmicas da zona euro, com crescimentos de 3,2% e 6,9%, respetivamente. Espanha realizou eleições gerais, em dezembro, que culminaram num Parlamento mais fragmentado, em que o PP voltou a ser o partido mais votado, mas sem possibilidade de formação de um governo sem um amplo apoio partidário.

Cedência de liquidez pelo BCE (€ bn)



Fonte: BCE

O programa de "*quantitative easing*" implementado pelo BCE, nas suas diferentes vertentes (aquisição de securitizações de créditos hipotecários, de obrigações hipotecárias e de dívida de entidades do sector público) materializou-se num aumento da liquidez excedentária na economia. Em simultâneo, o programa de operações direcionadas de prazo alargado (TLTRO, na sigla inglesa) conduziu a um aumento do prazo das operações de refinanciamento junto do BCE, em detrimento de uma

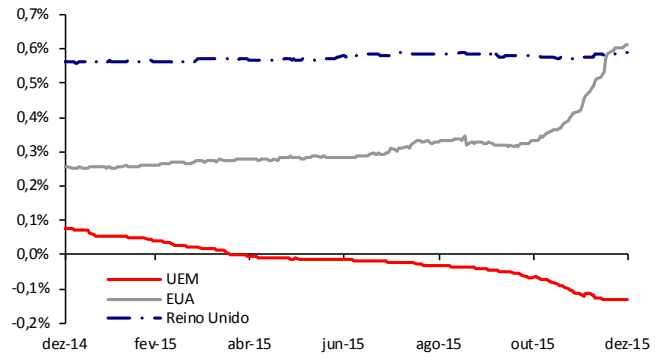
redução das operações de refinanciamento de prazo regular (MRO).

Em consequência do aumento da liquidez excedentária, num contexto de taxa de depósito negativa (desde junho de 2014, tendo descido para -0,3% em dezembro de 2015), as taxas de juro de curto prazo foram progressivamente entrando em terreno negativo. No caso da taxa Euribor 3 meses isso ocorreu no final do primeiro trimestre, numa tendência que se manteria até ao final do ano. Ainda em 2015, também a taxa para o prazo dos 6 meses passaria a ser negativa.

Nos EUA, a Reserva Federal manteve sempre uma linha de discurso orientada para o início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, que viria a concretizar apenas em dezembro. Em antecipação, mas em especial no quarto trimestre, assistiu-se a uma subida das taxas de juro de curto prazo, com a taxa Libor 3 meses a atingir 0,6% no final do ano.

As taxas de juro da libra esterlina caracterizaram-se por uma relativa estabilidade, já que o Comité de Política Monetária do Banco de Inglaterra votou sistematicamente pela manutenção das taxas de juro de referência nos mínimos históricos, fruto das reduzidas pressões inflacionistas, e apesar do forte crescimento económico.

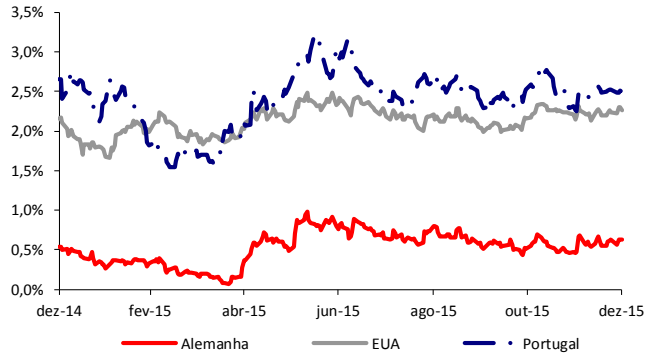
Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

As taxas de juro de longo prazo, na zona euro, registaram uma tendência de descida durante os primeiros meses do ano, influenciadas pelo programa de aquisição de dívida pública implementado pelo BCE. A *yield* dos 10 anos reduziu-se para 0,1% na Alemanha e para 1,5% em Portugal, em Abril, para posteriormente rever tendência. Em junho, as *yields* subiram para 1% na Alemanha e 3% em Portugal. Esta evolução refletiu dinâmicas distintas: por um lado um movimento generalizado de subida das taxas de juro de longo prazo, incluindo nos EUA; por outro lado, o agravamento da situação na Grécia, com o referendo ao programa de ajustamento e subsequente convocatória de eleições antecipadas, que conduziram ao agravamento dos *spreads* de crédito na Europa, em especial nos países ditos "periféricos".

Taxas de Juro 10 Anos

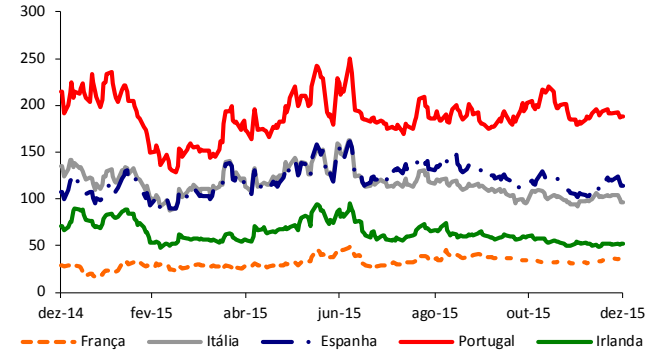


Fonte: Bloomberg

Efetivamente, os *spreads* de crédito soberano que tinham registado mínimos históricos durante o mês de março, quando o BCE iniciou o programa de aquisição de dívida pública, começaram a subir durante o segundo trimestre, com um agravamento total de cerca de 100pb para Portugal e de cerca de 50pb para Espanha e Itália, refletindo os efeitos de contágio da deterioração da situação económica e financeira na Grécia.

No decurso do segundo semestre, o *spread* de Portugal estabilizaria abaixo de 200pb, mas com um aumento da volatilidade associada ao processo eleitoral.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

No mercado cambial, o euro continuou a depreciar face à generalidade das divisas, refletindo a maior divergência entre a política monetária do BCE e a dos principais bancos centrais dos países desenvolvidos. Com efeito, o BCE desceu a taxa de depósito para níveis negativos, e implementou um ambicioso programa de medidas não-convencionais, enquanto nos EUA e, em menor escala, no Reino Unido, as perspetivas eram de uma subida das taxas de juro de referência.

Face ao dólar, o euro terminou o ano a cotar em 1,09 dólares, depois de ter testado mínimos próximos de 1,05 (o nível mais fraco do euro desde 2003). Ainda que o BCE não tenha um objetivo cambial, houve certa coincidência entre o anúncio de alterações de política e os momentos em que o euro testava máximos do ano face ao dólar.

A taxa de câmbio efetivo do euro (que considera as divisas dos doze principais parceiros comerciais da zona euro) depreciou, em consonância, reforçando os mínimos de 2002.

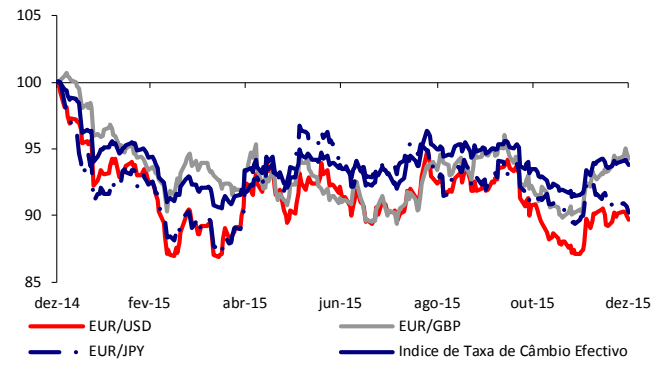
No mercado cambial, destacaram-se dois eventos marcantes. Em janeiro, o Banco Nacional da Suíça (SNB) abandonou a ligação que tinha com o euro (uma taxa de câmbio em redor de 1,2 francos por euro), após intervenções cambiais mais volumosas e em antecipação ao programa de "quantitative easing" do BCE, que poderia exigir mais intervenções por parte do SNB. Após uma apreciação até 0,96 francos por euro, assistiu-se a uma progressiva correção, fechando o ano em 1,09 francos.

Em agosto, a China alterou o regime cambial, com a fixação do câmbio de referência a refletir mais as variações diárias de mercado, o que resultou numa depreciação do yuan para cerca de 6,4 yuan por dólar (uma depreciação de 2%, muito superior às flutuações dos últimos anos).

Esta decisão foi adotada no período de maior volatilidade dos mercados acionistas e percecionada pelos investidores como um instrumento adicional para apoiar a recuperação da atividade económica.

Uma razão fundamental para que autoridades chinesas adotassem um regime cambial mais consonante com as dinâmicas de mercado foi a antecipação à decisão pelo FMI, em Novembro, de incluir o yuan no cabaz de referência dos "Direitos de Saque Especiais", a unidade de conta do FMI, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2016.

Principais Taxas de Câmbio
(Dez-2014 = 100)



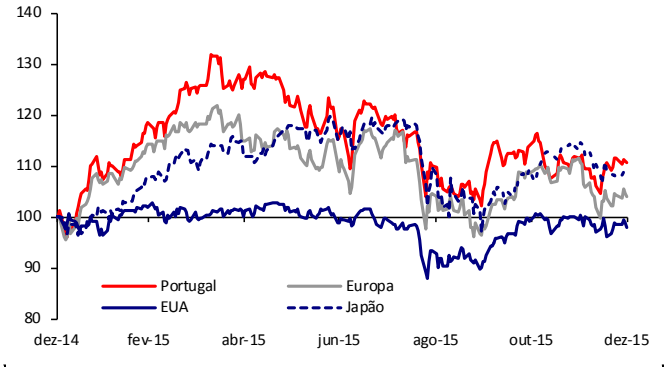
Fonte: BCE

Os mercados acionistas registaram, em 2015, um comportamento caraterizado por uma maior volatilidade, em especial no segundo semestre do ano.

Nos primeiros meses, a generalidade dos mercados observou uma maior valorização, em antecipação às medidas expansionistas que o BCE viria a implementar a partir de março. Os EUA foram a exceção, com a discussão recorrente sobre o início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, assim como pela inesperada desaceleração da atividade económica no primeiro trimestre do ano.

No início do segundo semestre, as incertezas quanto à evolução da economia chinesa culminaram numa forte correção dos mercados, com desvalorizações pronunciadas que anularam os ganhos do início do ano, na Europa (e na China, já que durante todo o primeiro semestre os principais índices valorizaram de forma acentuada, apesar de já nesse período os dados económicos indiciarem uma desaceleração da atividade). No final do ano, a tendência de valorização seria retomada, com valorizações de 3,9% na Europa e 9% no Japão.

Mercados Acionistas
(Dez-14 = 100)



Fonte: Bloomberg

O mercado acionista português registou uma valorização de 10% no ano, sendo que no final do primeiro trimestre tinha registado uma valorização de cerca de 30%, após uma forte depreciação registada em 2014. O índice PSI20 beneficiou da dinâmica das empresas de retalho, *utilities* e indústria, com valorizações superiores a 30% no ano, enquanto, com uma dinâmica adversa, se destacaram o setor bancário (e que culminaria, em dezembro, com a resolução do Banif) e de construção, bem como a situação específica da Pharol (ex-PT SGPS).

A generalidade das matérias-primas registou uma forte desvalorização ao longo do ano de 2015, num contexto de expetativas de abrandamento da economia mundial, em especial da China, que nos últimos anos tem sido o país responsável pelo maior crescimento da procura.

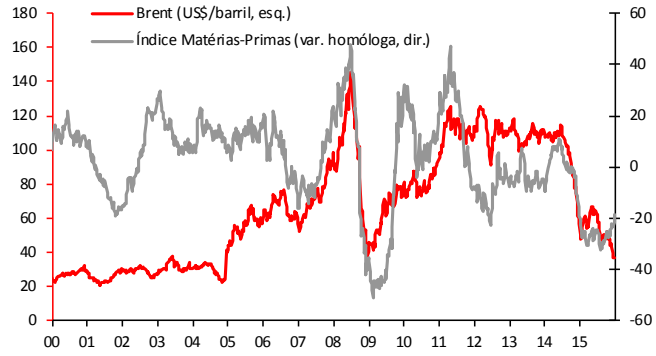
O petróleo foi a matéria-prima cuja descida de preço se tornou mais visível, desvalorizando para cerca de 35 dólares

por barril no final do ano, o nível mais baixo desde 2004, ou seja, uma redução do preço de cerca de 40%. Ao longo do ano, e apesar das perspetivas de menor procura, os principais países produtores, nomeadamente a Arábia Saudita, decidiram manter a produção, mesmo tendo em consideração o reinício das exportações de crude pelo Irão.

O preço das demais matérias-primas evoluiu de forma similar, com uma clara tendência de depreciação, e caindo para mínimos históricos.

O ouro também corrigiu para mínimos históricos, ligeiramente acima dos 1,050 dólares por onça no final do ano, sendo que apenas viria a assumir papel de refúgio mais claro já em 2016, quando a generalidade dos mercados acionistas corrigiu em baixa.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

Economia Portuguesa

A economia portuguesa, em 2015, consolidou a trajetória de recuperação iniciada em meados de 2013, com o PIB a crescer 1,5%, acelerando face aos 0,9% registados em 2014, e após a contração acumulada de 6,8% observada entre 2010 e 2013.

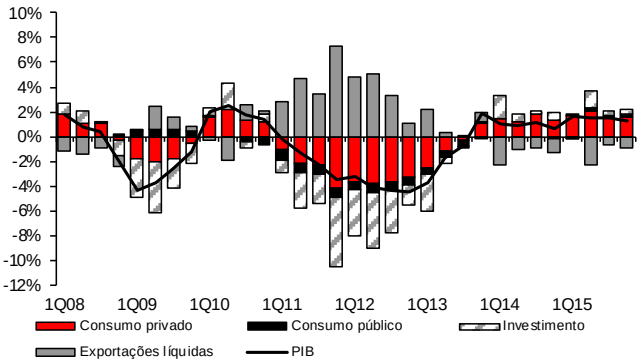
Dados Macroeconómicos

	2013	2014	2015
PIB	**-1,1**	**0,9**	**1,5**
Consumo Privado	-1,2	2,2	2,6
Consumo Público	-2,0	-0,5	0,8
Investimento	-5,1	5,5	3,6
Exportações	7,0	3,9	5,1
Importações	4,7	7,2	7,3
Inflação média	0,3	-0,3	0,5
Desemprego	16,2	13,9	12,4
Saldo Orçamental (% do PIB)	-5,2	-3,6	-3,1
Dívida pública (% do PIB)	129,0	130,2	128,9
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	3,1	1,6	1,7

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

No entanto, a dinâmica de crescimento não foi uniforme ao longo do ano, com o crescimento homólogo de cerca de 1,7% no início do ano e a desacelerar para cerca de 1,3% no último trimestre do ano, sobretudo devido a um abrandamento do investimento. No conjunto do ano, o crescimento económico foi claramente suportado pela procura interna, em especial pelo consumo privado, já que as exportações líquidas tiveram um contributo negativo para o crescimento, como já tinha ocorrido em 2014.

Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)

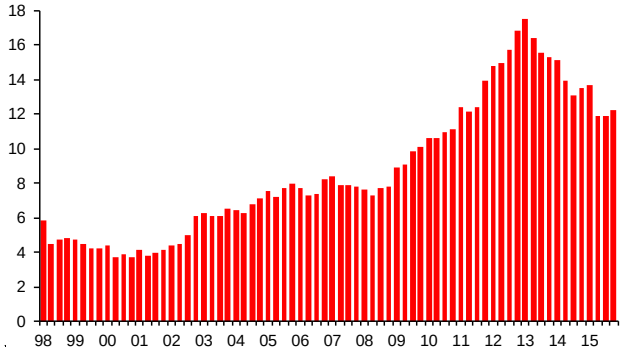


Fonte: INE

O consumo privado cresceu 2,6%, beneficiando da melhor evolução da despesa em bens duradouros, sobretudo no primeiro semestre, período durante o qual esta componente cresceu cerca de 15% em termos homólogos, em linha com o forte dinamismo das vendas de automóveis ligeiros. No segundo semestre, apesar de o ritmo de expansão se ter mantido forte, assistiu-se a uma ligeira desaceleração. As restantes componentes do consumo (bens alimentares e bens e serviços correntes não alimentares) mantiveram ritmos de crescimento sustentados, em redor de 2,5%, em média anual. O mais forte crescimento do consumo foi acompanhado de uma descida da taxa de poupança, para cerca de 4% do rendimento disponível.

A taxa de desemprego desceu para 12,2% no quarto trimestre de 2015, mantendo a tendência de redução iniciada no primeiro trimestre de 2013, mas verificando-se uma moderação do ritmo de descida, em linha com o abrandamento do crescimento económico, em especial do investimento.

Taxa de Desemprego



Fonte: INE

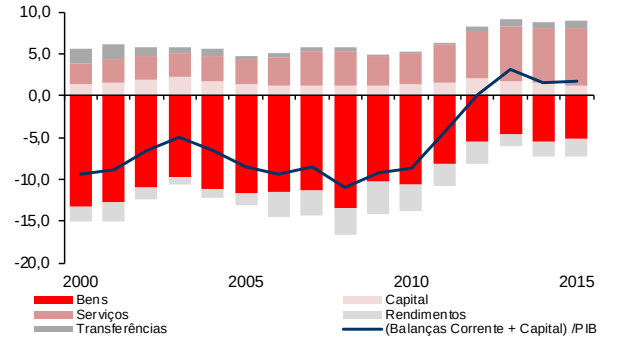
O investimento, com efeito, foi a variável que menos contribuiu para o crescimento, em especial durante o segundo semestre do ano, quando registou dois trimestres de contração em cadeia. Esta evolução resultou da redução da despesa de capital em máquinas e equipamentos, assim como em material de transporte, que tinham tido uma evolução bastante positiva nos trimestres anteriores. A aproximação do ato eleitoral e incerteza associada poderão ter contribuído para algum adiamento de decisões de investimento, mas para as quais continuam a existir fundamentações, sobretudo ao nível das empresas exportadoras, como se pode concluir do inquérito ao investimento, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística.

A procura externa líquida manteve, ao longo de 2015, um contributo negativo para o crescimento, prolongando a tendência já observada durante o ano de 2014. No entanto, as exportações de bens e serviços tiveram uma performance bastante positiva, com um crescimento anual de 5,1%, em termos reais, registando assim uma clara aceleração face ao ano transato. Contudo, no segundo semestre, ocorreu uma desaceleração das vendas para o exterior, na sequência do abrandamento em alguns mercados de relevo, em especial para Angola.

As importações cresceram 7,3% em 2015, acelerando marginalmente face a 2014, mas numa tendência marcada pelo mais forte crescimento no primeiro semestre do ano, já que na segunda metade de 2015 as compras ao exterior cresceram cerca de 5%. As importações de bens de investimento continuaram a ter o maior contributo para o crescimento das importações, mas também as aquisições de bens de consumo foram dinâmicas.

A balança de bens e serviços reforçou a posição excedentária, para 1,7% do PIB, consolidando assim a correção do desequilíbrio externo iniciada durante o período de ajustamento económico, destacando-se a clara melhoria do saldo de bens e serviços, com Portugal a ganhar, um ano mais, quota de mercado externo. Apesar do ainda elevado endividamento externo, o défice da balança de rendimentos permaneceu em redor de 2% do PIB.

Balança Corrente e de Capital (% PIB)



Fonte: Banco de Portugal, INE

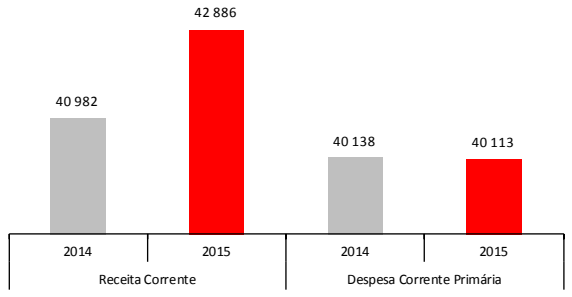
A posição de investimento internacional continuou a evoluir positivamente, em linha com a melhoria do saldo externo, com uma redução da situação negativa para 109,4%, uma redução de 4,9pp face a 2014.

A execução orçamental de 2015, na ótica da contabilidade nacional, registou um défice de 4,4% do PIB, mas influenciado por fatores pontuais, como seja a resolução do Banif, implementada já no final de Dezembro. Sem o impacto desta operação (1,2pp do PIB e de outros fatores pontuais) o défice terá sido de 3,1%, uma redução face aos 3,6% registados em 2014.

A receita fiscal cresceu cerca de 5% em 2015, em consequência, sobretudo, da dinâmica dos impostos indiretos e, em especial do IVA, que cresceu 7,4%. A receita de IRS caiu 1,3%, fruto das alterações ao Código do IRS, mas também devido ao impacto que a descida das taxas de juro teve sobre o imposto arrecadado sobre os depósitos de particulares.

A despesa primária contraiu 0,1%, fruto da descida da despesa com pessoal, mesmo considerando o impacto da reposição salarial que iniciou no ano de 2015.

Receita Corrente e Despesa Corrente Primária (€ mn)

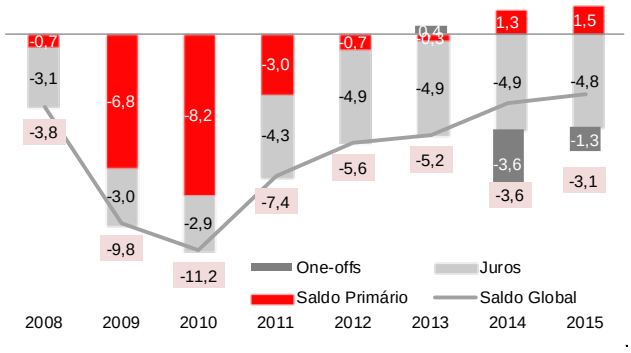


Fonte: Ministério das Finanças

Em contabilidade nacional, nos anos de 2014 e 2015, o saldo orçamental esteve afetado pelas medidas de resolução aplicadas ao BES e Banif, respetivamente. Em 2014, foi registado o empréstimo do Estado ao Fundo de Resolução, no montante de 3,9 mil milhões de euros, e em 2015 foi registada a resolução do Banif, no montante de 2,2 mil milhões de euros. São medidas não-recorrentes, que não afetam a dinâmica orçamental de base.

Estas mantiveram uma trajetória de melhoria sustentada, como refletido no aumento do excedente do saldo primário para 1,4% do PIB, após dois anos em que o saldo já esteve próximo do equilíbrio.

Défice Orçamental (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

A notação de risco da República foi revisto em alta pela agência Standard and Poors, para BB+ (um nível abaixo do nível de *investment grade*), com *outlook* estável. As demais agências mantiveram o *rating* inalterado.

Durante o ano, o Tesouro manteve o regular acesso aos mercados financeiros internacionais, e tirando proveito da descida das taxas de juro de longo prazo para emitir um maior volume de dívida de longo prazo e amortizar antecipadamente os empréstimos ao FMI. Deste modo, em 2015, o Tesouro emitiu, em termos líquidos, quase 13 mil milhões de euros de Obrigações do Tesouro, e amortizou 8,5 mil milhões de euros do empréstimo do FMI.

As principais condicionantes do setor financeiro, em 2015, estiveram relacionadas, por um lado, com o processo de venda do Novo Banco, que veio a ser cancelado em setembro, para posteriormente ser retomado em 2016.

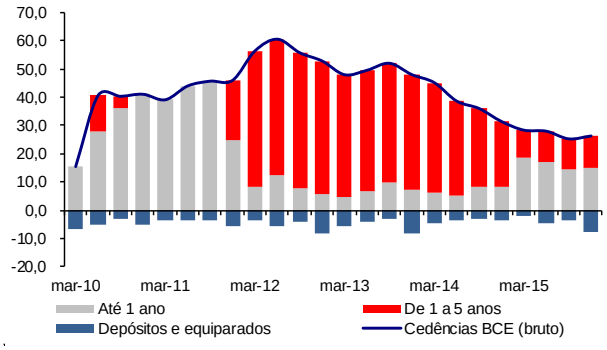
Por outro lado, em dezembro, e após um processo inconclusivo de venda da participação do Estado, o Banif foi alvo de uma medida de resolução, por parte do Banco de Portugal, ao abrigo da qual parte dos ativos e passivos da instituição foram vendidos ao Banco Santander Totta.

Estas alterações no setor financeiro tiveram repercussões sobre a evolução do *stock* de crédito, mas em particular no crédito a empresas, já que houve um processo de "*carve out*" de créditos em situação de incumprimento, assim como de créditos a setores específicos de atividade (como os de construção e atividades imobiliárias). Em consequência, o crédito a empresas acentuou o ritmo de contração no mês de dezembro, com uma queda anual de cerca de 5%.

Ao longo do ano, os fluxos de novo crédito a particulares aumentaram de forma pronunciada, quase duplicando face aos volumes produzidos em 2014. No entanto, permanecem ainda muito abaixo dos níveis de produção verificados antes da crise e do processo de ajustamento. Ao nível do crédito a empresas, os volumes mantiveram-se estáveis durante quase todo o ano, sendo percetível um aumento ligeiro no último trimestre do ano.

O setor financeiro nacional continuou a reduzir o financiamento junto do BCE, apesar dos programas de cedência de liquidez e de "*quantitative easing*" que esta instituição manteve durante o ano. O crescimento dos depósitos de particulares e a redução do crédito permitiram continuar o processo de desalavancagem do setor, que em setembro tinha um rácio crédito/depósitos de 104%. No final do ano, os bancos nacionais estavam financiados em 26,1 mil milhões de euros (20 mil milhões quando ajustado dos depósitos junto do BCE, o que compara com 27,7 mil milhões no final de 2014).

Financiamento no BCE (€ bn)



Fonte: Banco de Portugal

Principais riscos e incertezas para 2016

O desenvolvimento da atividade no ano de 2016 está condicionado por vários fatores de risco, relacionados com a conjuntura económica, doméstica e externa, e com o contexto regulatório e de supervisão.

A incerteza quanto à dinâmica de crescimento em alguns países emergentes e seu contágio às economias desenvolvidas pode afetar a confiança dos agentes económicos e materializar alguns desses riscos latentes numa mais pronunciada desaceleração da atividade, de forma generalizada. Acrescem outros riscos, que transitam de 2015, como o ciclo de subida de taxas de juro de referência nos EUA, a crise dos migrantes na Europa e as tensões geopolíticas no Médio Oriente. O referendo, no Reino Unido, sobre a permanência na União Europeia, contribui com incerteza adicional, com o cenário de "Brexit" a alimentar riscos no que respeita à sustentabilidade da própria união e aos efeitos económicos e financeiros sobre a economia britânica.

Em Portugal, as condicionantes são variadas. O contexto de crescimento económico moderado e o processo de desalavancagem do setor privado não-financeiro podem contribuir para uma expansão mais gradual dos volumes de negócio. A confiança dos agentes económicos estará dependente da evolução da economia europeia, por um lado, e da execução orçamental, por outro. Durante o ano, o Banco de Portugal deverá retomar o processo de venda do Novo Banco, que tinha sido interrompido no final do Verão de 2015.

Também a política monetária expansionista que o BCE está a desenvolver pode colocar pressão sobre a atividade do setor bancário, fruto da descida das taxas de juro de referência. Níveis mais negativos de taxas podem afetar a rendibilidade do setor, já que não podem ser transmitidas, na totalidade, aos ativos e passivos bancários, com a consequente diminuição da margem financeira.

Do ponto de vista regulatório, está em curso a análise de um conjunto de propostas pelo Comité de Basileia quanto aos critérios de cálculo do consumo de capital, incluindo o tratamento da dívida soberana detida pelo setor bancário.

Em 2016, e no âmbito da criação da União Bancária, entra em funcionamento o Mecanismo Único de Resolução, ao qual caberá, também, fixar o requisito mínimo de absorção de perdas (MREL, na sigla inglesa) que as instituições bancárias europeias devem cumprir, e que vem reforçar os requisitos de capitais próprios mínimos.

Banca Comercial

Particulares e Negócios

Em 2015, o Banco orientou a sua atividade de acordo com as prioridades estratégicas e cultura corporativa de ser um Banco Simples, Próximo e Justo.

Numa lógica de diversificação das carteiras de poupança dos clientes, o Banco manteve a sua oferta em contínuo de depósitos indexados e fundos de investimento, o que se traduziu num aumento de recursos em 757 milhões de euros.

No crédito, respondendo às necessidades de apoio à realização de projetos dos clientes, registou-se um crescimento de 101,8% face ao período homólogo na produção de crédito à habitação e de 4,4% na produção de crédito pessoal.

No crédito Negócios/PME's o crescimento de produção foi de 23% face ao período homólogo, muito sustentado no alargamento da base de clientes com crédito, o que permitiu uma evolução positiva neste segmento.

O ano de 2015 também ficou marcado pelo lançamento, em março, do Mundo 1|2|3, solução dirigida a todos os clientes particulares do Banco que, para além das vantagens da conta associada, pode proporcionar um conjunto adicional de benefícios, via *cash-back* na conta-cartão Mundo 1|2|3. No final do ano, mais de 106 mil clientes tinham aderido à conta Mundo 1|2|3. Esta solução tem permitido ao Banco incrementar a captação de novos clientes e reforçar a relação com os existentes.

Na rubrica de cartões de crédito verificou-se uma variação líquida de mais de 40 mil cartões ativos. Registaram-se, no ano, mais de 56 mil novos clientes de cartão de crédito e também um crescimento de 3,1% na base de clientes vinculados e que privilegiam o Santander Totta como o seu Banco principal nas transações.

No que respeita a fundos de investimento comercializados pelo Santander Totta, o total de ativos sobre gestão em fundos de investimento mobiliário, no final de 2015, representa uma quota de mercado de 13,2%.

O crescimento registado na gama de fundos Santander Select/Private foi de 336,2 milhões de euros. Esta gama liderou o crescimento de fundos em 2015 e o volume total ascendeu a 631,3 milhões de euros.

Os fundos de investimento imobiliário totalizavam 478,9 milhões de euros, no final de 2015.

Private Banking e *Select*

Na área de *Private Banking,* o ano de 2015 confirmou, uma vez mais, a solidez, a consistência e a excelência do serviço prestado aos clientes, suportado num modelo de negócio diferenciador, de grande proximidade e numa ampla gama de soluções financeiras em arquitetura aberta com o intuito de satisfazer as suas necessidades financeiras.

O trabalho desenvolvido ao longo do ano foi, ainda, reconhecido pelo mercado e os seus intervenientes, através da atribuição dos três prémios de referência no setor, sendo distinguida como a melhor área de *Private Banking* a operar em Portugal, de acordo com as conceituadas editoras Euromoney, PWM/The Banker e Global Finance.

A marca *Select*, criada para o segmento de particulares *affluent* e lançada em Fevereiro de 2014, tem vindo a posicionar-se no mercado como uma referência e um parceiro nos projetos dos clientes. O modelo comercial foi alargado de forma a garantir mais cobertura e mais qualidade de serviço. Em simultâneo, o Santander Totta mantém um grande foco na dinamização da cobertura digital, proporcionando aos clientes *Select* um conjunto de funcionalidades *online* mais vasto.

Empresas

O segmento de empresas continuou, no ano de 2015, a merecer um especial destaque na atividade global do Santander Totta, mantendo-se o crescimento da carteira de crédito como eixo estratégico de atuação do Banco.

Neste âmbito, e em articulação com as entidades governamentais, foram disponibilizadas, ao longo do ano, diversas linhas de crédito de apoio à atividade das empresas e em especial às PME.

A linha de crédito protocolada com o Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de 200 milhões de euros e cuja comercialização teve início em novembro de 2014, destinada a apoiar a atividade de PME, Mid-Caps e projetos de infraestruturas de pequena e média dimensão de entidades do sector público e instituições de ensino superior públicas ou privadas, foi integralmente colocada no primeiro semestre de 2015. Em 27 de novembro, o Santander Totta renovou a parceria com o BEI, assinando a contratação de uma nova linha de 500 milhões de euros, com libertação de uma primeira *tranche* de 200 milhões de euros, dos quais 168 milhões de euros já se encontram colocados junto das empresas.

Nas linhas PME Crescimento**,** o Santander Totta continuou a manter uma posição de liderança na colocação destas linhas

junto das empresas. Na linha PME Crescimento 2014, cuja comercialização terminou em 30 de abril de 2015, o Santander Totta destacou-se como líder na sua disponibilização, com uma quota de 18,5% em montante de financiamento de operações contratadas na PME Investimentos. Na linha PME Crescimento 2015, iniciada em abril de 2015, o Banco ocupa, também, a liderança, com uma quota de 19,4%, correspondente a 2.029 operações enquadradas na PME Investimentos, no montante total de financiamento aprovado de 270 milhões de euros.

Com o objetivo de reforçar a presença no sector agroalimentar, considerado vital para o crescimento da economia portuguesa, o Banco lançou, no primeiro trimestre do ano, a "Solução Agricultura", com uma oferta de produtos e serviços competitiva e diferenciadora. Com esta oferta pretende-se apoiar a atividade corrente das empresas do sector primário, nomeadamente por via da disponibilização da linha de curto prazo bonificada do IFAP para apoio das campanhas agrícolas e dos adiantamentos das ajudas ao rendimento previstas pela Política Agrícola Comum, tendo para o efeito celebrado um protocolo de colaboração com a Confederação dos Agricultores de Portugal, destinado a facilitar o acesso ao adiantamento daquelas ajudas aos agricultores associados da Confederação.

A par destas linhas de financiamento, e de forma a potenciar a captação de clientes e a sua transacionalidade, o Banco disponibilizou, ainda, uma campanha de oferta de brinde (mini Ipad ou TV LED) pela domiciliação destas ajudas no Banco durante dois anos numa conta à ordem com gestão automática de tesouraria.

O Banco promoveu, também, um conjunto de iniciativas de presença neste sector, nomeadamente a participação e patrocínio do "Ciclo de Conferências da Revista Vida Económica" onde foram apresentadas temáticas de interesse e relevância para o sector, a presença em feiras como a Ovibeja e Feira Nacional de Agricultura e a parceria com consultoras especializadas para prestação de apoio técnico aos clientes na execução dos seus projetos. Em outubro, o Banco, em estreita colaboração com a EDIA (Empresa de Desenvolvimento e infraestruturas do Alqueva, SA), organizou uma missão empresarial ao complexo do Alqueva, para a qual convidou mais de 20 empresas e agricultores de Portugal e Espanha, com a finalidade de dar a conhecer as potencialidades de investimento agrícola e agroindustrial da zona de intervenção do complexo hidroagrícola do Alqueva.

Para o apoio aos projetos de investimento enquadráveis no programa de incentivos ao investimento económico e à criação de emprego - Portugal 2020 - o Santander Totta lançou uma solução integrada, constituída por um conjunto de produtos financeiros, designadamente pela linha de adiantamento dos incentivos aprovados, pela linha de financiamento a médio/longo prazo para complementar as fontes de financiamento dos projetos e por uma linha de garantias bancárias a prestar aos organismos gestores do Portugal 2020. Neste âmbito, estabeleceram-se ainda parcerias com as mais relevantes consultoras para dar apoio às empresas, tendo por finalidade esclarecer e divulgar o programa Portugal 2020.

O Santander *Advance*, programa lançado no final do ano de 2014, e que veio oferecer às empresas, de uma forma distintiva no mercado, um conjunto integrado de soluções financeiras e não financeiras, consolidou no ano de 2015 a marca do Santander Totta junto do segmento das empresas. O crédito *Advance*, linha de crédito com bonificação de taxa de juro pela detenção de produtos e serviços do Banco, proporcionou financiamento a 1.630 empresas no montante global de 45,6 milhões de euros.

No que respeita ao crédito especializado, registou-se um crescimento de 72% na produção face a 2014, com especial destaque para o *leasing* imobiliário, suportado tanto na recuperação do sector imobiliário, como na aposta da colocação dos imóveis em desinvestimento. Assinale-se, ainda, a evolução positiva na produção de *leasing* automóvel (+76%) e de equipamento (+53%), fruto de alguma retoma na economia.

Durante o ano de 2015, o Banco Santander Totta desenvolveu novas soluções tecnológicas permitindo melhorar a qualidade dos produtos, soluções e serviços que disponibiliza às empresas suas clientes com atividade com o exterior e alargando os seus canais de distribuição. Destacam-se a plataforma eletrónica de *Trade Finance* bem como as soluções de *factoring* e *confirming* em euro e divisas.

Em parceria com organizações internacionais, nomeadamente a International Chamber of Commerce, foram efetuados diversos *workshops* destinados a empresas, onde foram tratados temas práticos relacionados com as exportações e importações, como por exemplo *incoterms*, contratos, questões aduaneiras, entre outros.

O Banco tem vindo a consolidar a sua posição no mercado português como um dos principais bancos fornecedores de produtos e serviços bancários internacionais, tendo sido distinguido, em 2015, com o prémio "Best Trade Finance Bank Award" atribuído pela *Global Finance*.

Promotores e mediadores

Nos canais de Promotores Externos e Mediadores Imobiliários, o ano de 2015 ficou marcado pelo acentuado crescimento na produção de crédito à habitação que superou largamente todos os objetivos.

Para estes resultados contribuíram diversos fatores, nomeadamente uma maior apetência do Banco para a captação de crédito, uma conjuntura mais favorável no

sector imobiliário e um profundo trabalho de dinamização junto dos mediadores imobiliários com quem o Banco tem estabelecido protocolos.

Durante o ano, foram reativadas parcerias e estabelecidas muitas outras com novas empresas de mediação imobiliária. Tal como em anos anteriores, o Banco teve uma forte presença nas convenções anuais das principais redes imobiliárias voltando a participar no SIL – Salão Imobiliário de Portugal com um *stand* dedicado quase exclusivamente à captação de novas operações de crédito à habitação.

Apesar de no segundo semestre o foco estar principalmente colocado na captação de clientes e operações via canal de mediadores, a atenção prestada aos promotores externos não foi minimamente afetada. Manteve-se uma política de proximidade junto destes parceiros que também no crédito à habitação alcançaram excelentes resultados complementados por contributos muito positivos em vertentes de negócio como crédito pessoal e crédito a empresas, mas também em vertentes de vinculação como são a transformação/captação de clientes Mundo 1|2|3 e clientes digitais.

Ainda nos promotores externos e mais concretamente no projeto das lojas de promotor, durante o segundo semestre, foram abertas mais 26 lojas, alcançando-se assim um total de 50 aberturas no ano, passando o Banco a contar com 320 lojas de promotor em funcionamento. Esta rede de lojas, complementar à rede de balcões tem vindo a crescer de forma sustentada, contribuindo cada vez mais para a captação de negócio e de clientes.

Canais complementares

O ano de 2015 deu continuidade à estratégia de implementação do Plano de Transformação Multicanal, incorporando o posicionamento definido pelo Grupo para os canais diretos com o objetivo de estar mais próximo dos seus clientes e capacitar ainda mais a oferta dos serviços do Banco ao nível do serviço digital.

Neste contexto, foi implementado um conjunto de realizações e melhorias, com o objetivo de tornar a oferta mais ampla e de melhoria substancial da experiência dos clientes em canais não presenciais.

SelfBanking

A atividade de *SelfBanking* foi centrada na colocação em prática da estratégia e dos planos de atividades previstos para o incremento do negócio, no serviço prestado ao cliente e no aumento da utilização dos equipamentos automáticos.

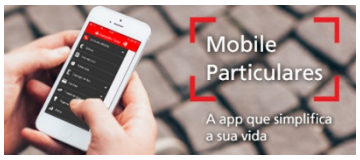
O lançamento do plano de dinamização de utilização dos equipamentos, que visou formar e dar a conhecer aos balcões as funcionalidades e benefícios do serviço aos clientes, e o incremento de novas funcionalidades, destacando-se o envio, por correio eletrónico, do recibo digital das operações efetuadas, vieram enriquecer a oferta de serviços ao cliente.

Foi dada continuidade ao plano de rejuvenescimento tecnológico, procedendo à substituição de mais de 80 equipamentos instalados em balcões. Na inovação tecnológica, foi consolidado o projeto de ATM's com capacidade de recirculação de notas depositadas atingindo, no final do ano de 2015, 20 máquinas com esta capacidade.

O número de ATM's da rede Multibanco decresceu ligeiramente, no entanto, as quotas de mercado mantiveram-se estáveis face ao ano anterior, apresentando valores de 12% em número de ATM´s e de 13% em número de movimentos.

NetBanco

No NetBanco Particulares, canal com maior foco na venda e parte integrante da relação com o cliente, destaca-se o alargamento da oferta de seguros autónomos para contratação e a disponibilização da contratação de seguros financeiros. A introdução de atualizações regulamentares para dar cumprimento às exigências legais fez parte também do conjunto de alterações efetuadas.



No Mobile Particulares, o ano ficou marcado por desenvolvimentos preponderantes no canal Mobile. Foi lançada uma App, com *design* moderno e uma navegação simples e intuitiva, renovando por completo toda a imagem do Banco no serviço digital disponível através de *tablets* e *smartphones*. Além das melhorias no *design* e navegação, foram introduzidas novas funcionalidades, como a possibilidade de acesso através de PIN, botões de acesso rápido às operativas bancárias mais comuns e opção de "modo confidencial" que inibe a disponibilização de saldos de conta. A nova App foi também lançada com uma versão em português e inglês.

Foi ainda lançado o *Smart Watch* – que permite a consulta de saldos e movimentos de conta neste tipo de dispositivos.

Na plataforma NetBanco Empresas houve uma aposta clara na melhoria ao nível transacional, de *design* e navegação, com alavancas de captação e fidelização de clientes empresa. Entre as principais realizações é de salientar *redesign* da plataforma, novas funcionalidades de cartões, alargamento da oferta ao nível dos documentos digitais (extratos TPA, conta corrente caucionada, entre outros) e circularização de saldos e alertas.

O número de utilizadores de canais digitais evoluiu positivamente em 2015, sendo de destacar a evolução no canal Mobile com um crescimento anual acima de 80% o que é o reflexo do enorme esforço de melhoria e da aposta neste canal.

Contact Center

Em 2015, o *Contact Center* do Santander Totta foi considerado pelo sétimo ano consecutivo o "Melhor Contact Center de Portugal no Sector Financeiro", prémio atribuído pela Associação Portuguesa de *Contact Centers*.

O *Contact Center* tem reforçado o investimento no aumento da sua autonomia e na rápida resolução de todas as situações que são apresentadas pelos clientes. Todos os pedidos dos clientes, mesmo que fora do âmbito do *Contact Center*, têm seguimento junto das áreas competentes e rápida resolução.

Foram lançadas diversas ações para os segmentos de Empresas e Negócios, com destaque para o lançamento do Centro de Atendimento de Empresas que tem como objetivo garantir o seguimento de todas as solicitações operativas que os clientes empresa habitualmente efetuam junto das Direções Comerciais de Empresas e, simultaneamente, assegurar uma resposta mais rápida e melhor experiência de cliente. Este projeto está em fase piloto, atualmente em 4 Direções Comerciais de Empresas.

Foi reforçada a sistemática geração de *leads* comerciais para a rede de balcões, no seguimento da deteção de oportunidades de venda no contacto com o cliente.

O *Contact Center* criou uma equipa de especialistas para apoio a clientes e colaboradores sobre o Mundo 1|2|3 e que também assegura o atendimento dos pedidos de contacto efetuados no *site*.

Redes Sociais

Em 2015, verificou-se um aumento de 185.853 novos fãs na página de Facebook institucional do Banco, permitindo ao Banco atingir os 250 mil fãs, sendo, assim, o Banco em Portugal com mais fãs no Facebook. Este crescimento anual (285%) foi conseguido com o reforço de publicidade no Facebook e lançamento de passatempos e iniciativas diversas.

Das principais ações levadas a cabo em 2015, destaca-se o forte apoio ao lançamento do Mundo 1|2|3. O lançamento do Mundo 1|2|3 foi alvo de comunicação transversal nas redes sociais, com particular relevo para a divulgação do vídeo de campanha do Youtube e no Facebook e, desde o seu lançamento, um passatempo semanal dedicado ao Mundo 1|2|3.

Atualmente, o Banco está presente em 6 redes sociais: Facebook, Twitter, Linkedin, Youtube, Instagram e Google+.

Atividade internacional – residentes no estrangeiro

O volume de negócios na área de Residentes no Estrangeiro apresentou bons níveis de crescimento, sinalizando a confiança dos clientes no Banco e, a exemplo dos últimos anos, houve um crescimento importante na captação de novos clientes.

A estratégia comercial focada na segurança e rendibilidade, com condições adequadas às condições de mercado, permitiu um crescimento no volume de recursos e de transferências, tendo a carteira de crédito dado sinais encorajadores para inverter a tendência de redução apesar das amortizações.

No âmbito da estratégia de maior proximidade, manteve-se o forte apoio aos portugueses que residem e trabalham fora de Portugal através das unidades no exterior, garantindo uma oferta de serviços com destaque para a dinamização da APP, Mobile e Netbanco, além da diversificação de produtos de poupança em articulação com a rede comercial em Portugal.

A exemplo do verificado no ano transato e em articulação com o jornal com maior tiragem junto das comunidades, o Mundo Português, foram realizadas entrevistas com os responsáveis das áreas comerciais do Banco no intuito de evidenciar a oferta de serviços.

Em 2015, no apoio às comunidades nos países onde o Santander Totta está representado, realizaram-se encontros com clientes em Zurique, Genebra, Londres, Paris e Lyon, em que foi possível dialogar e conhecer a experiência dos clientes, tendo-se procurado transmitir os valores do Banco e a sua disponibilidade para apoiar a comunidade.

Na campanha de verão que decorreu com grande recetividade e satisfação dos clientes foram preparadas ofertas valorizando os produtos nacionais com um atendimento especializado e muito próximo nos balcões com maior peso no segmento.

Também nos aeroportos e nos principais balcões dinamizaram-se campanhas de comunicação incentivando os clientes a transferir fundos para Portugal, verificando-se um forte crescimento nas transferências para Portugal (35%), sendo de salientar também, em 2015, alterações cambiais muito significativas na Suíça em que o banco central deixou de intervir.

A sucursal de Londres, na sua atividade comercial, manteve o foco na relação com os portugueses residentes no Reino

Unido, em especial na captação de novos clientes e no apoio às transferências.

Global Corporate Banking

Durante o ano de 2015, a área de *Financing Solutions & Advisory* desenvolveu uma intensa atividade, acompanhando a tendência das empresas em explorar novas oportunidades de investimentos, sendo de destacar as seguintes operações: (1) Assessoria e financiamento na aquisição do Vilamoura Resort pela Lonestar; (2) Financiamento da privatização do Oceanário de Lisboa; (3) Financiamento da privatização da EGF; (4) Assessoria no *split* dos ativos da ENEOP2; (5) Assessoria à First State Investments na aquisição da Finerge e na estruturação e montagem do financiamento da operação e (6) Assessoria ao Lancashire County Pension Fund na aquisição de uma participação minoritária relevante no portefólio de ativos eólicos da EDF Energie Nouvelles em Portugal.

A área de *Fixed Income & FX* (FIC) tem vindo a apoiar as empresas portuguesas apresentando soluções de mitigação de riscos financeiros, nomeadamente risco de taxa de juro e risco cambial. Nesta área, o Banco tem disponibilizado um acompanhamento especializado, enquadrando as perspetivas de mercado nas diferentes alternativas de gestão de risco, quer na vertente de taxa de juro quer no apoio dado ao comércio internacional e investimentos externos. Assim, importa referir o apoio dado à internacionalização das empresas nacionais, nomeadamente: (1) pelo reforço na aposta de produtos que melhoram a eficiência na gestão de risco cambial e, (2) pela maior proximidade junto das empresas importadoras e exportadoras apoiando a gestão dos fluxos originados pelas suas trocas comerciais.

Na área de Produtos Estruturados, o ano de 2015 registou uma boa *performance* na comercialização de produtos de passivo. Durante o ano, foram emitidos 19 produtos estruturados, dos quais 15 são emissões denominadas em euros cujo montante total ascendeu a 899 milhões de euros e 4 denominadas em dólares norte-americanos cujo montante atingiu 57,3 milhões de dólares norte-americanos. As emissões que foram colocadas neste período estão indexadas a diferentes ativos transacionados em mercados acionistas de várias geografias.

Perspetivas para 2016

A atividade económica deverá continuar a expandir, mas a um ritmo moderado, num quadro de incerteza geral. Na Europa, as políticas continuam a ser globalmente expansionistas, em especial a política monetária, que, juntamente com os baixos níveis do preço do petróleo estão a contribuir para a melhoria dos orçamentos familiares e a reduzir os encargos das empresas. Também a necessidade de alojar os migrantes que procuram refúgio na EU pode contribuir para o crescimento, com a criação das infraestruturas e mecanismos de acolhimento.

Em Portugal, o crescimento económico deve, também, manter-se sustentado, ainda que moderado, beneficiando das exportações e da sustentação do consumo privado. O cumprimento das exigentes metas orçamentais pode contribuir para o reforço da confiança e necessária reanimação do investimento, enquanto catalisador de maior emprego e crescimento.

O setor bancário encontrará, provavelmente, um enquadramento similar ao do ano transato, com baixas taxas de juro, pressão competitiva e lento crescimento de volumes de negócio. Acrescem, ainda, as novas exigências regulatórias de requisitos de capital e o aprofundamento da União Bancária.

Após a aquisição de um conjunto de ativos e passivos do Banco Banif, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal, no final de 2015, o Santander Totta procedeu à imediata integração da estrutura comercial efetuando o *rebranding* de todas as agências. Para 2016, um dos principais objetivos é concluir a integração operacional e tecnológica.

O Santander Totta tem demonstrado uma forte capacidade de geração de receitas, mantendo a solidez de balanço e uma situação de liquidez confortável. Em 2016, os principais objetivos do Santander Totta são o aumento dos volumes de negócio, das receitas e a melhoria da rendibilidade, com níveis de capital de acordo com as necessidades do negócio e as exigências regulatórias.

O Santander Totta manterá o seu foco na melhoria da satisfação dos clientes com o objetivo de incrementar os seus níveis de vinculação, fazendo com que o Santander Totta seja o seu primeiro Banco. A estratégia assentará: (1) na maior simplificação dos processos, tornando-os mais eficientes; (2) na utilização de ferramentas que permitam uma melhor gestão da informação; e (3) na agilização da gestão de risco, com modelos mais ajustados a cada segmento de clientes, mantendo uma gestão prudente e rigorosa dos riscos assumidos.

Em 2016, o Santander continuará a potenciar o processo de transformação digital de modo a prestar um serviço mais completo e acessível aos clientes, complementando a rede de agências que permanecerá como um canal fundamental na relação com os clientes.

Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos assumiu um papel ativo e determinante na implementação da nova cultura do Banco: Simples, Próximo e Justo.

O ano foi marcado pelo desenvolvimento de programas e ações que contribuíram para comunicar, disseminar e consolidar os novos valores e os comportamentos a eles associados, como foi a implementação de ações de comunicação do "Santander Way", a Semana Somos Santander 2015, a construção da Plataforma de Formação Aberta e um programa alargado de voluntariado, em parceria com a *Junior Achievement*.

Também no plano da gestão, o reforço da proximidade dos colaboradores, através dos gestores de recursos humanos, das reuniões com as distintas áreas e o Programa *Move IN* que fomenta a mobilidade interna, dão nota da dinâmica que se criou ao longo do ano.

A distinção de "Empresa Familiarmente Responsável" foi reforçada com a implementação da política de *flexiworking*, que integra novas medidas de equilíbrio entre a vida pessoal e profissional e reforça as já existentes.

Iniciou-se um programa de mobilidade para serviços centrais – *Move In* – nomeadamente em funções técnicas e administrativas, procurando ter estruturas mais flexíveis, assegurar *back ups* em funções especializadas e trabalhar a cooperação entre áreas e hierarquias. O programa permite ainda, ao nível dos colaboradores, fomentar a aceitação da mudança, gerando oportunidades de carreira.

No âmbito da área de conhecimento e desenvolvimento destaca-se, em 2015, a orientação para a atualização e aquisição de conhecimentos nas áreas normativa, financeira e comercial. Nos primeiros 6 meses do ano, a formação em produtos financeiros com uma abordagem presencial (104 ações em sala, 15.386 horas e 2.367 participantes) é reforçada com a frequência de 4 cursos de *e-learning* sobre o mesmo tema (18.306 horas).

Ainda neste âmbito, foi relevante a formação em "Prevenção e Branqueamento de Capitais", "Obrigações Legais e Deveres de Informação", "Proteção de dados no Grupo Santander" e a "Certificação em Agente Corretor Seguros ou Mediador de Resseguros".

Em 2015, decorreu a terceira edição do "Women's Executive Program", que tem como objetivo impulsionar a ascensão de carreira das mulheres com potencial através de várias competências-chave agrupadas em 3 blocos: Negócio; Liderança e Carreira/Gestão Pessoal. Este programa contou com a participação de 27 Diretivas.

Com uma oferta de cerca de 100 cursos em *e-learning*, atingiram-se 33 % do total de horas de formação (68.647 horas) via plataforma, permitindo assim uma maior oferta para responder às necessidades individuais e dispersão geográfica.

No âmbito da colaboração junto das Universidades, o Santander Totta está presente nas principais escolas nacionais: Católica, Nova, ISCTE, ISEG e FEP. No âmbito do programa de estágios Bolsa de Valores, durante todo o ano realizou-se um total de 95.208 horas de formação em regime de estágio de 130 alunos de várias escolas e universidades.

Nº horas formação – 294.291
Nº horas formação por colaborador – 39
% formação *e-learning* – 34%
Avaliação global – 8,8 (1 a 10)
Investimento em formação – 1.7M€
Investimento em formação/massa salarial – 0,94%

Em 2015, o Grupo divulgou a política de *flexiworking*, que consubstancia uma nova forma de trabalhar, mais Simples, Próxima e Justa.

O *flexiworking* é uma política destinada a criar um ambiente de trabalho que se adapte às circunstâncias pessoais e familiares de cada um, sem perder a exigência e o foco nos resultados. Visa adequar as condições de prestação do trabalho às necessidades dos colaboradores para garantir um melhor equilíbrio trabalho-vida pessoal, sempre que objetivamente seja possível e compatível com as exigências do serviço e do negócio.

O Santander Totta foi certificado como Empresa Familiarmente Responsável, em 2010, sendo a primeira empresa em Portugal a obter esta certificação (que foi renovada em 2013). Atualmente são disponibilizadas mais de 50 medidas de conciliação e equilíbrio, registando-se uma crescente utilização das mesmas.

A solidariedade continuou a fazer parte da agenda de iniciativas promovidas e apoiadas pela área de Recursos Humanos, um valor que se enquadra nos pilares Próximo e Justo da nova cultura corporativa e que, ao longo dos anos, tem demonstrado a sua consistência através da adesão dos colaboradores às iniciativas promovidas. Uma prática que aproxima o Banco das comunidades envolventes e permite ajudar quem mais precisa.

O desenvolvimento e promoção de programas de apoio ao processo de transformação cultural, SANTANDER WAY, a par da gestão da marca SOMOS SANTANDER constituíram o eixo de atuação no domínio da comunicação e compromisso da área de RH.

Em 2015, foi lançada a transformação cultural, Santander Way, com a visão de contribuir para o progresso das pessoas

e das empresas, ser o melhor banco comercial ganhando a confiança dos colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, através de 3 valores: Simples, Próximo e Justo.

A área de RH teve um papel determinante na comunicação destes pilares – visão, missão e valores – junto de todos os colaboradores, tendo por objetivo o reconhecimento, em 2017, de ser um dos 3 melhores bancos onde trabalhar em Portugal.

Para tornar tangível estes pilares, foram definidos 8 comportamentos: (1) Demonstro Respeito; (2) Escuto com Atenção; (3) Falo Claramente; (4) Cumpro as Promessas; (5) Promovo a Colaboração; (6) Trabalho com Paixão; (7) Apoio as Pessoas; e (8) Promovo a Mudança.

Para facilitar a integração e compreensão dos 8 comportamentos, foi implementada uma campanha de comunicação que associou os 8 comportamentos a 8 modalidades desportivas. Foi ainda construída uma ação de formação em regime de *e-learning*, para consolidação dos comportamentos, que terá caráter obrigatório.

Um Banco Simples, Próximo e Justo, foi o mote da semana "Somos Santander 2015", iniciativa que é uma oportunidade para consolidar o relacionamento entre as equipas, hierarquias, colaboradores e clientes. Realizada em Junho, foram 4 dias de iniciativas, com um programa de atividades focadas no reforço dos valores da nova cultura.

Informar com regularidade para envolver e motivar os colaboradores favorecendo uma cultura de transparência, continuou a ser uma prática corrente expressa através das cerca de 300 notícias publicadas nos distintos canais de comunicação interna. Planos de comunicação próprios de apoio a várias iniciativas específicas como o "Prémio Excelência", "Open Day Santander Totta", "Santander Way", "Programa de Voluntariado com a Junior Achievement", as campanhas de reciclagem e segurança da informação e o processo de divulgação sobre a construção do novo edifício Santander Totta, entre outras, dão nota da importância dada à comunicação interna por parte da DCRH.

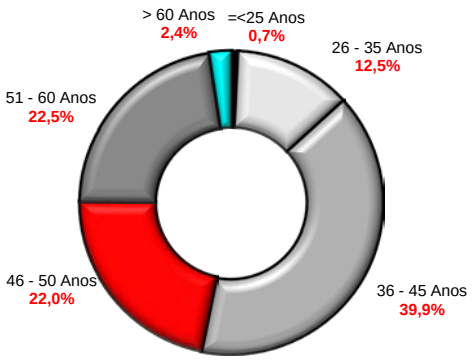
Dar a conhecer os planos de construção do novo edifício Santander Totta, pela dimensão da obra, o que ela representa em termos sociais, económicos, ambientais e as suas características exigiram uma forma própria de dar a conhecer a todos – colaboradores, clientes e sociedade o dia-a-dia da construção, tendo sido criado o blogue Crescer Mais, que menos de um ano decorrido regista mais de 120.000 *page views.*

Ao longo do ano foram promovidos dois questionários para conhecer a opinião dos colaboradores sobre a cultura organizacional, ambiente de trabalho, políticas e práticas de recursos humanos: *Great Place to Work* e questionário corporativo de compromisso. Estes 2 estudos serão de periodicidade anual por forma a permitir, em 2017, confirmar se o Banco atinge o objetivo de posicionamento num dos 3 melhores Bancos para trabalhar.

Registou-se um elevado nível de participação no questionário corporativo de compromisso (87%), equivalente a um aumento de 10 p.p. face a 2014, o que evidencia a consolidação deste questionário como instrumento valorizado pelos colaboradores para comunicar as suas opiniões e ajudar na transformação do Banco.

Nº colaboradores a 31 dezembro 2015 - 5.238
Colaboradores por sexo:
% Masculino – 54,2%
% Feminino – 45,8%
% Diretivos e Chefias Feminino/Total Chefias - 32,3%
Idade Média – 45 anos

Distribuição por escalão etário



Qualidade

Qualidade de serviço e experiência do cliente

Em 2015, o Banco continuou focado na melhoria dos dois principais pilares da sua política de qualidade: ser reconhecido como um Banco de referência na qualidade de serviço prestado aos clientes e proporcionar-lhes uma experiência de cliente conforme os valores: "Simples, Próximo e Justo". Registou-se, em 2015, uma clara melhoria em todos os indicadores, como a satisfação dos clientes, número de reclamações, certificação de qualidade, estudos comparativos com concorrência e prémios de reconhecimento do mercado.

Satisfação de clientes

O exigente modelo de Qualidade 5 Estrelas, implementado desde 2012, obteve resultados finais muito positivos e inspiradores, com 56% da rede de balcões a classificarem-se

já como balcões de excelência. Este resultado deve-se tanto à melhoria dos indicadores relativos a processos operativos como também e muito especialmente à robustez dos indicadores de satisfação de clientes onde o banco regista uma progressiva e sustentada melhoria que se fortalece ano após ano.

Em 2015, foi implementada a possibilidade da rede comercial analisar os seus resultados, em cada balcão, conforme o segmento do cliente (Mass-market, Select, Negócios e Universitário) em observação, permitindo assim uma atuação mais específica nos segmentos que apresentem métricas menos favoráveis.

Sendo o atributo "tempo de espera" de grande importância para a formação da satisfação dos clientes, foi lançado um projeto com o objetivo de melhorar este tipo de experiência.

Ao longo de 2015, a evolução mensal do número de reclamações apresentou uma tendência de decréscimo, culminando, no total do ano, numa redução de 17% em relação ao período homólogo.

Certificação de qualidade

O Banco Santander Totta como organização certificada pela norma ISO 9001, desde 2001, mantém anualmente as auditorias de acompanhamento. Em 2015, foi novamente auditado e garante a sua certificação de conformidade com uma norma que é um marco de referência das melhores boas práticas.

Posicionamento face à concorrência

O Banco realiza, com periodicidade semestral, um estudo de comparação entre os principais bancos do mercado e que pretende aferir a satisfação dos clientes face ao seu principal banco. Nesse comparativo, o Banco Santander Totta tem atingido resultados muito positivos, principalmente nos dois últimos anos. Este estudo, feito de acordo com as melhores práticas, é realizado em todas as geografias onde o Grupo Santander está presente e é o principal indicador de qualidade do Banco e do Grupo

Reconhecimento do mercado

O Banco Santander Totta foi eleito "Escolha do Consumidor", na categoria de grandes bancos, conquistando assim pela segunda vez consecutiva a preferência dos consumidores portugueses. A "Escolha do Consumidor" é o maior projeto de avaliação de marcas em Portugal que permite conhecer o grau de satisfação e aceitabilidade dos consumidores em relação a determinado produto ou serviço.

Atividade Consolidada

Introdução

No final do exercício de 2015, o Banco Santander Totta alcançou um resultado líquido de 284,9 milhões de euros (excluindo o *badwill* e a provisão de restruturação associada resultante da aquisição de ativos e passivos do Ex-Banif), crescendo 72,5% em relação ao período homólogo, com um crescimento das receitas de 24,0% e uma redução dos custos de 3,5%.

No seguimento da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif, no final de dezembro de 2015, o Banco Santander Totta adquiriu uma carteira de crédito de 6,5 mil milhões de euros e uma carteira de depósitos de 4,5 mil milhões de euros.

A carteira de crédito (incluindo garantias e avales) totalizou 35,6 mil milhões de euros, subindo 28,2% em termos homólogos. O crédito concedido a empresas aumentou 38,9% em relação ao final de 2014. O crédito a particulares registou um incremento de 17,4% no último ano.

O rácio de crédito em risco situou-se em 4,8% que compara com 5,7% observado no final do ano anterior, com o rácio de cobertura a atingir 144,0%, face a 75,9% no final de 2014.

Os recursos de clientes de 31,9 mil milhões de euros, aumentaram 19,0% em termos anuais, com os depósitos a evoluírem 25,4%.

O rácio de transformação, medido pelo peso do crédito líquido nos depósitos, situou-se em 114,8%, no final de 2015, comparando com 116,0% alcançados um ano antes.

O rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1), de acordo com as regras da CRD IV/CRR aplicáveis em 2015, atingiu 13,9%, fixando-se em 14,0% em base *fully implemented*.

O Banco efetuou uma emissão, em outubro de 2015, de 750 milhões de euros de obrigações hipotecárias, a cinco anos, com um *spread* de 55 pontos base sobre o indexante de referência.

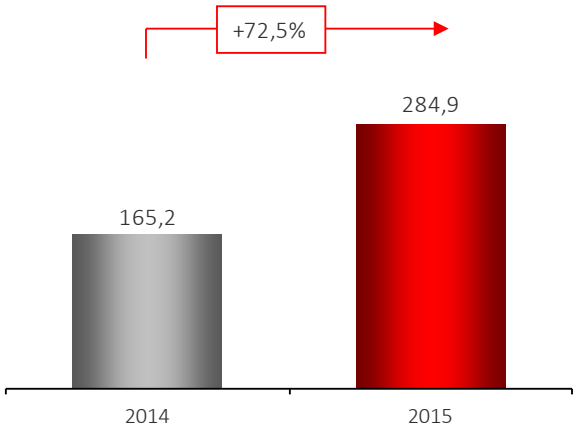
No final de 2015, o financiamento líquido obtido no Eurosistema situou-se em 2,1 mil milhões de euros. Por sua vez, a carteira de ativos elegíveis como garantia nas operações de financiamento junto do Eurosistema ascendeu a 11,3 mil milhões de euros.

O rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas da CRD IV, atingiu 230%.

Em dezembro de 2015, o Banco Santander Totta procedeu a um aumento do capital social no montante de 300 milhões de euros, mediante a substituição de uma emissão de ações preferenciais, no âmbito do plano de otimização de capital.

Os *ratings* da dívida de longo prazo do Banco Santander Totta são as seguintes: Fitch – BBB, Moody's – Ba1, S&P – BB+ e DBRS – BBBH.

RESULTADO DA ATIVIDADE (milhões de euros)



Nota: O resultado líquido em Dez/15 não inclui o *badwill* e a provisão de restruturação associada resultante da aquisição de ativos e passivos do ex-Banif

Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS* (milhões de euros)

	2015	2014	2015/2014
Margem Financeira Estrita	**560,0**	**543,5**	**+3,0%**
Rendimento de Instrumentos de Capital	1,2	1,2	-3,6%
Margem Financeira	**561,1**	**544,8**	**+3,0%**
Comissões Líquidas e Outros Resultados da Atividade Bancária	248,7	262,6	-5,3%
Margem Comercial	**809,9**	**807,3**	**+0,3%**
Resultado de Operações Financeiras	300,2	87,7	+242,4%
Produto Bancário	**1.110,0**	**895,0**	**+24,0%**
Custos Operacionais	(469,9)	(487,2)	-3,5%
Resultado de Exploração	**640,1**	**407,8**	**+57,0%**
Imparidade e Provisões Líquidas	(236,2)	(192,5)	+22,7%
Res.de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Equiv.Patrimonial)	14,5	19,8	-26,7%
Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários	**418,4**	**235,0**	**+78,0%**
Impostos	(133,5)	(69,9)	+91,1%
Interesses Minoritários	0,0	0,0	-17,6%
Resultado da Atividade	**284,9**	**165,2**	**+72,5%**

(*) O resultado líquido em Dez/15 não inclui o *badwill* e a provisão de restruturação associada resultante da aquisição de ativos e passivos do Ex-Banif

A margem financeira estrita totalizou 560,0 milhões de euros, evidenciando um aumento de 3,0% face ao período homólogo, mediante uma gestão adequada dos *spreads* de ativo e de passivo, não obstante um enquadramento de reduzidas taxas de juro.

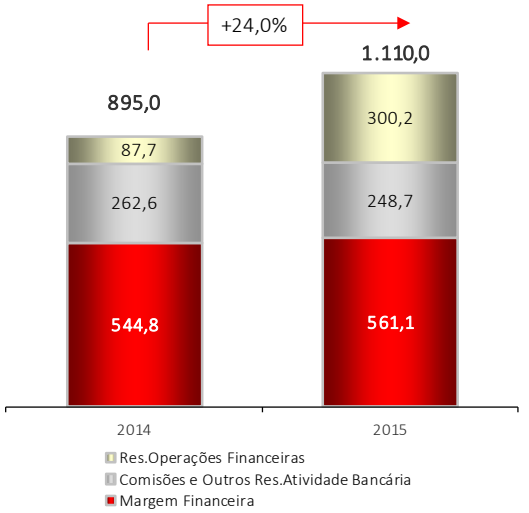
As comissões líquidas e os outros resultados da atividade bancária cifraram-se em 248,7 milhões de euros, 5,3% abaixo do valor registado no período homólogo, com melhoria das comissões de contas, de fundos de investimento e de crédito, embora minoradas pelas comissões de meios de pagamento, de serviços e de seguros.

A margem comercial alcançou 809,9 milhões de euros, ligeiramente acima do valor registado no final de 2014.

Os resultados de operações financeiras situaram-se em 300,2 milhões de euros, equivalente a um aumento de 242,4% face ao período homólogo, refletindo o impacto favorável de reajustamentos na carteira de dívida pública, o exercício da opção de venda da participação no capital da Partang (49%), que detinha 51% no capital do Banco Caixa Geral Totta Angola, nos termos de um acordo celebrado em junho de 2009, e a venda da posição no fundo Multiobrigações.

O produto bancário cifrou-se em 1.110,0 milhões de euros, correspondendo a uma subida de 24,0%, com evolução positiva da margem financeira e dos resultados de operações financeiras.

PRODUTO BANCÁRIO (milhões de euros)



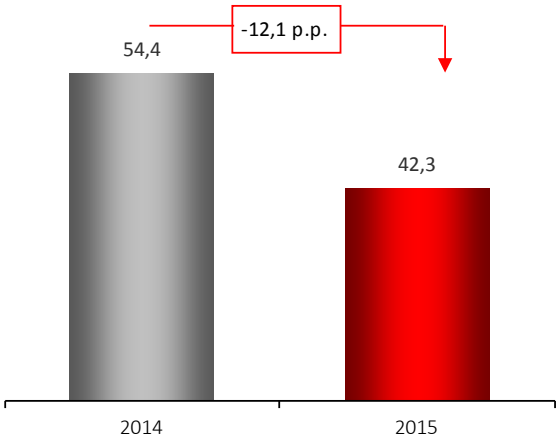
Os custos operacionais totalizaram 469,9 milhões de euros, reduzindo-se em 3,5% no último ano.

CUSTOS OPERACIONAIS (milhões de euros)

	2015	2014	2015/2014
Custos com Pessoal	(275,6)	(281,6)	-2,1%
Gastos Gerais	(154,2)	(143,7)	+7,3%
Custos de Transformação	**(429,8)**	**(425,3)**	**+1,1%**
Amortizações	(40,1)	(61,9)	-35,1%
Custos Operacionais	**(469,9)**	**(487,2)**	**-3,5%**
Rácio de Eficiência (exclui amortizações)	**38,7%**	**47,5%**	**-8,8 p.p.**
Rácio de Eficiência	**42,3%**	**54,4%**	**-12,1 p.p.**

O rácio de eficiência, que representa os custos operacionais em percentagem do produto bancário, situou-se em 42,3%, diminuindo 12,1 p.p. face ao valor verificado em 2014. O resultado de exploração cifrou-se em 640,1 milhões de euros, acima dos 407,8 milhões de euros registados no período homólogo (+57,0%).

RÁCIO DE EFICIÊNCIA (%)



O total de imparidades e provisões situou-se em 236,2 milhões de euros, um aumento de 22,7% em relação ao valor contabilizado no mesmo período do ano anterior.

O resultado de associadas reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, de 14,5 milhões de euros, decresceu -26,7% face ao valor registado um ano antes, influenciado pela alienação da participação no Banco Caixa Geral Totta Angola em julho de 2015.

O resultado antes de impostos e interesses minoritários ascendeu a 418,4 milhões de euros e o resultado da atividade totalizou 284,9 milhões de euros.

Balanço e atividade

No final de 2015, o volume de negócio ascendeu a 67,5 mil milhões de euros, com um aumento de 23,6% em relação ao valor registado em 2014.

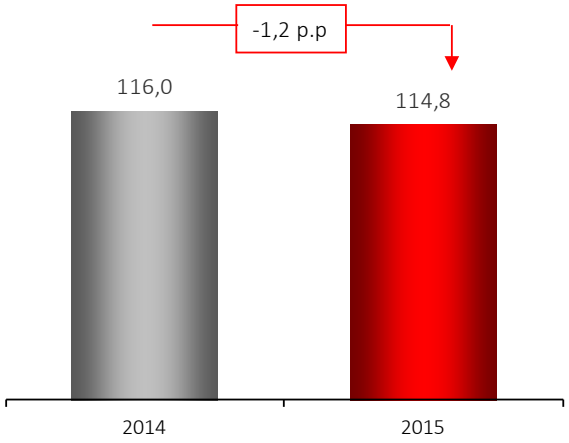
Este crescimento deveu-se à evolução evidenciada pelo crédito bruto (+28,2%) e pelos recursos de clientes (19,0%).

VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros)

	2015	2014	2015/2014
Volume de Negócio	**67 520**	**54 610**	**+23,6%**
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	35 587	27 769	+28,2%
Recursos de Clientes	31 933	26 841	+19,0%

O rácio crédito/depósitos situou-se em 114,8%, no final de 2015 (rácio calculado de acordo com a definição estabelecida no Memorando de Entendimento), uma redução de 1,2 p.p. em relação aos 116,0% verificados em 2014.

CRÉDITO/DEPÓSITOS (%)

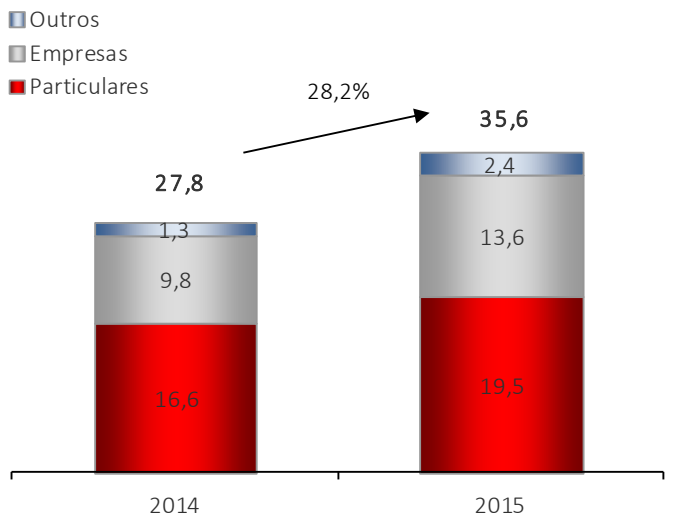


CRÉDITO (milhões de euros)

	2015	2014	2015/2014
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	**35 587**	**27 769**	**+28,2%**
Crédito Bruto	**34 126**	**26 685**	**+27,9%**
do qual			
Crédito a Particulares	19 532	16 635	+17,4%
do qual			
Habitação	17 217	14 794	+16,4%
Consumo	1 937	1 381	+40,2%
Crédito a Empresas	13 648	9 823	+38,9%

A carteira de crédito (incluindo garantias e avales) totalizou 35,6 mil milhões de euros no final do exercício de 2015, aumentando 28,2% em relação ao período homólogo. O crédito concedido a empresas de 13,6 mil milhões de euros, cresceu 38,9%, em resultado do incremento da nova produção e da aquisição da carteira de crédito do ex-Banif, passando este segmento a representar cerca de 40% do total do crédito do Santander Totta. O crédito a particulares situou-se em 19,5 mil milhões de euros, +17,4% face ao final de 2014. O crédito à habitação de 17,2 mil milhões de euros, aumentou 16,4%, no último ano, não só pela incorporação da carteira do ex-Banif, como também pelo aumento de 101,8% nos novos empréstimos face aos montantes contratados em 2014, que minoraram a redução natural do *stock* existente por via das amortizações.

CRÉDITO (milhões de euros)



O rácio de crédito em risco situou-se em 4,8%, reduzindo 0,9 p.p. face a dezembro de 2014 e a respetiva cobertura por provisões fixou-se em 144,0%, comparando com 75,9% observado no período homólogo.

INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

	2015	2014	2015/2014
Credito Vencido s/ Clientes / Crédito Total	4,2%	4,4%	-0,2 p.p.
Crédito Vencido mais 90 dias / Crédito Total	4,1%	4,2%	-0,1 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	4,1%	4,2%	-0,1 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	4,8%	5,7%	-0,9 p.p.
Crédito Reestruturado / Crédito Total	10,2%	9,4%	+0,8 p.p.
Crédito Reestruturado não incluído no Crédito em Risco / Crédito Total	8,4%	6,8%	+1,6 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido	164,1%	99,6%	+64,5 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido mais 90 dias	168,9%	103,4%	+65,5 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	167,8%	102,5%	+65,3 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	144,0%	75,9%	+68,1 p.p.

O total de recursos de clientes de 31,9 mil milhões de euros do final de 2015 aumentou 19,0% face ao montante registado em 2014.

RECURSOS (milhões de euros)

	2015	2014	2015/2014
Recursos de Clientes	**31 933**	**26 841**	**+19,0%**
Recursos de Balanço	27 126	21 760	+24,7%
Depósitos	27 126	21 626	+25,4%
Passivos representados por títulos colocados em clientes	0	134	-100,0%
Recursos fora de Balanço	4 806	5 082	-5,4%
Fundos de investimento geridos ou comercializados	1 664	1 414	+17,7%
Seguros e outros recursos	3 142	3 667	-14,3%

A evolução dos recursos de clientes foi positivamente influenciada pelos aumentos de 25,4% em depósitos e de 17,7% em fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco, compensando a descida verificada em seguros de capitalização e outros recursos (-14,3%).

Rácios de solvabilidade

O rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1), de acordo com as regras da CRD IV/CRR aplicáveis em 2015, atingiu 13,9%, fixando-se em 14,0% em base *fully implemented*, valor que beneficia do aumento de capital efetuado no final do ano.

CAPITAL (milhões de euros)

	2015	2014	2015/2014
Common Equity Tier I	2 635	2 086	+26,3%
Tier I	2 841	2 467	+15,2%
Total Capital	2 915	2 467	+18,2%
Risk Weighted Assets (RWA)	18 919	16 102	+17,5%
CET I Ratio	13,9%	13,0%	+0,9 p.p.
Tier I Ratio	15,0%	15,3%	-0,3 p.p.
Total Capital Ratio	15,4%	15,3%	+0,1 p.p.

Atividade Individual

Demonstração de resultados

O Banco Santander Totta obteve um resultado líquido, em termos de contas individuais, de 230,5 milhões de euros no ano de 2015 (excluindo o badwill e a provisão de restruturação associada resultante da aquisição de ativos e passivos do ex-Banif), acima dos 96 milhões de euros registados em 2014.

O produto bancário atingiu 1.079 milhões de euros no final de 2015, o que equivale a um aumento de 22,4% face aos 881,3 milhões de euros observados no ano anterior, com destaque para o incremento da margem financeira e dos resultados de operações financeiras.

Os custos operacionais cifraram-se em 466,3 milhões de euros, descendo 3,6% em relação ao período homólogo. O rácio de eficiência melhorou de 54,9% em 2014 para 43,2% em 2015.

A evolução conjunta das receitas e dos custos conduziu a um resultado de exploração de 612,6 milhões de euros, uma subida de 54,2% em comparação com o montante alcançado um ano antes.

A imparidade e provisões líquidas situaram-se em 257,5 milhões de euros, subindo 26,2% face a 2014.

Os impostos sobre lucros atingiram 124,4 milhões de euros, +111,6% em relação ao período homólogo.

Balanço e atividade

No exercício de 2015, o volume de negócio ascendeu a 67,6 mil milhões de euros, variando +23,9% em relação ao ano anterior. O crédito (incluindo garantias e avales) subiu 27,9%, para 35,4 mil milhões de euros, e os recursos de clientes cresceram 19,9%, para 32,2 mil milhões de euros (os recursos de balanço aumentaram 26,5% e os recursos fora de balanço diminuíram 8,0%).

VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros)

	2015	2014	2015/2014
Volume de Negócio	**67 642**	**54 579**	**+23,9%**
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	**35 415**	**27 694**	**+27,9%**
Crédito Bruto	**33 975**	**26 607**	**+27,7%**
Recursos de Clientes	**32 227**	**26 884**	**+19,9%**
Recursos de Balanço	27 489	21 731	+26,5%
Depósitos	27 489	21 598	+27,3%
Passivos representados por títulos colocados em clientes	0	134	-100,0%
Recursos fora de Balanço	4 739	5 153	-8,0%
Fundos de investimento geridos ou comercializados	2 013	1 762	+14,2%
Seguros e outros recursos	2 726	3 391	-19,6%

Rácios de solvabilidade

Em 2015, o rácio CET I, de acordo com as regras CRD IV/CRR, atingiu 11,9%. O rácio CET I, *full implemented* situou-se em 11,7%, beneficiando, no ano, do aumento de capital efetuado e dos resultados recorrentes gerados, apesar do impacto negativo da aquisição de ativos e passivos do ex-Banif.

CAPITAL (milhões de euros)

	2015	2014	2015/2014
Common Equity Tier I	**2 261**	**1 597**	**+41,6%**
Tier I	2 474	2 027	+22,0%
Total Capital	2 883	2 336	+23,4%
Risk Weighted Assets (RWA)	**18 923**	**15 948**	**+18,7%**
CET I Ratio	**11,9%**	**10,0%**	**+1,9 p.p.**
Tier I Ratio	**13,1%**	**12,7%**	**+0,4 p.p.**
Total Capital Ratio	**15,2%**	**14,6%**	**+0,6 p.p.**

Introdução

Para o Santander Totta, a qualidade na gestão do risco constitui um eixo fundamental de atuação, na linha da política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão tem sido um fator decisivo para a consecução dos objetivos do Banco.

Risco de Crédito

Principais vetores da atividade

No exercício de 2015, a atividade da área de Riscos de Crédito teve como vetores principais os seguintes:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento do riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Reforço do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos encarteirados intensificou-se a proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, revisão das suas linhas de crédito e antecipar eventuais problemas na sua capacidade de reembolso;
- Esta atuação e o nível de qualidade creditícia dos clientes permitiu continuar a manter rácios de crédito vencido e de crédito em risco significativamente inferiores à média do sector. Por outro lado, intensificaram-se os níveis de apoio ao negócio na captação de novas operações e novos clientes de bom risco e implementaram-se melhorias nos processos com o objetivo de responder aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida;
- Ao nível da função de seguimento de carteiras e clientes, manteve-se o foco permanente na vigilância de segmentos de menor *rating* e em sectores que estão a ser mais afetados pelo contexto macroeconómico com o objetivo de mitigar os rácios de crédito vencido e morosidade. As permanentes revisões de carteira permitem concluir que a carteira está analisada com critérios adequados e o nível de imparidades estimados são, também, adequados.
- Implementou-se um conjunto de medidas na gestão do processo de admissão de novos créditos com o objetivo de melhorar a qualidade de serviço aos clientes sempre que apresentam novas oportunidades de crédito;
- Nos riscos de tratamento massivo (ou não encarteirados), o Banco, visando a melhoria contínua e a eficiência do processo de admissão, e tendo presente o objetivo da qualidade da carteira, procedeu à manutenção dos modelos de decisão automática, nomeadamente *scorings* e sistemas comportamentais utilizados nos segmentos de Particulares e de Negócios;
- Ainda ao nível dos riscos de tratamento massivo, manteve-se o foco na manutenção da qualidade da carteira, atuando sobre a morosidade de gestão e crédito vencido, continuando a disponibilizar um conjunto de produtos e soluções de reestruturação de dívida que permitam adaptar os encargos dos clientes à sua capacidade de reembolso e rendimento disponível atuais e futuros;
- Neste sentido estão definidas estratégias de admissão adequadas nos sistemas de decisão do Banco e utilizam-se sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos clientes;
- Com o objetivo de reforçar o envolvimento comercial e *cross selling* dos clientes e em simultâneo potenciar a captação de novos clientes, foram mantidas campanhas comerciais para o segmento Negócios, visando a produção de crédito novo e retenção de clientes e operações em curso de forma a compensar a erosão natural desta carteira;
- Num cenário macroeconómico adverso onde os rácios de crédito vencido são ainda significativos, manteve-se um grande foco ao nível da atividade de recuperações reforçando a agilidade de intervenção. Destaque para a atividade de recuperações de gestão massiva mantendo simultaneamente um acompanhamento permanente dos casos especiais e dos judiciais/extrajudiciais;
- Manteve-se a política de reforço da negociação visando a redução do número de dações, para que, quando ocorrem, se privilegie a obtenção de dações em pagamento em alternativa à atuação judicial;
- Deu-se continuidade ao processo de modernização da área de Recuperações assente, também, em desenvolvimentos informáticos criteriosamente apontados pelos utilizadores como necessários e que visam o controlo do processo desde a entrada em recuperações, relação com os advogados e ação executiva;
- Manteve-se a vigilância sobre a metodologia de trabalho com vista à otimização dos vários processos tendo como objetivo "stressar" o modelo, aumentando a eficiência dos recursos e a eficácia das ações para permitir antecipar a recuperação do crédito;
- Ao nível do controlo e consolidação de riscos, manteve-se o foco permanente no conhecimento e acompanhamento da carteira de crédito, com vista a um rigoroso controlo do seu risco, procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, de forma a permitir a tomada de medidas com vista a uma gestão correta dos riscos do Banco;
- Manteve-se igualmente a atenção nos modelos internos do Banco, já reconhecidos na sua quase totalidade (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB) para efeitos do cálculo de requerimento de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.

Modelo de risco

Introdução

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Santander Totta está especializada com base na tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados e clientes de tratamento massivo (não encarteirados).

- São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de banca de retalho. A avaliação do risco destes clientes é efectuada pelo analista e complementada com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco;
- São clientes de tratamento massivo os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os riscos com particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas de riscos especializados.

Métricas e ferramentas de medição do risco

Ferramentas de classificação (rating/scoring)

O Santander Totta utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação, correspondendo cada *rating* a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas e complementado pela análise efectuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de banca minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efetuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exijam.

Para as carteiras de riscos de tratamento massivo, tanto de particulares como de negócios não encarteirados estão implementadas ferramentas de *scoring* e de modelos de decisão que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD). Para além da valoração efetuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspetos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira, não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os fatores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada. A perda esperada (ou perda provável) é considerada como mais um custo de atividade (refletindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

O cálculo da perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II), reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating*, mas também para a obtenção de fatores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a

PD calcula-se observando as entradas em morosidade e correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Excetuam-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou banca maiorista global, o cálculo destes parâmetros é efetuado com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência com um portefólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default portfolio*).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indiretos que decorrem da atividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

Ciclo do risco de crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais actuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Conselho Superior de Crédito (CSC). É o CSC que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objeto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, etc.).

Ao nível dos riscos de tratamento massivo, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de planos estratégicos comerciais (PEC) onde se refletem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rendibilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a atividade e a gestão de riscos associada e os meios de suporte necessários.

Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Banco Santander Totta. Este estudo consiste na análise da capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e rendibilidade. Adicionalmente, também se efetua um estudo e revisão da valoração atribuída, sempre que se verifique um alerta ou evento que afete o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objeto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rendibilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta função está também especializada de acordo com a segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detetar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, ações destinadas a mitigá-los.

Recuperações

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma atividade estratégica, integral e de negócio. Os objetivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negocial, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negocial não seja possível, a área de Recuperações procurará então recuperar os créditos recorrendo à via judicial;
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A atividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares, Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações assim segmentada respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta atividade é partilhada com as áreas de negócio.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transações abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de "repos", empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efetuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo risco potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Risco de Balanço

Controlo do risco de balanço

O controlo do risco de balanço incide sobre o risco proveniente da variação das taxas de juro e de câmbio, bem como sobre o risco de liquidez, resultantes dos desfasamentos nos vencimentos e na repreciação dos ativos e passivos. A medição e o controlo do risco de balanço são assegurados por um órgão independente da gestão.

Metodologias

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através da modelação das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco.

Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco baseados no valor patrimonial, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (*stress test*).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições atuais de balanço que constituem indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

O controlo dos riscos de balanço é garantido através da aplicação de uma estrutura de limites quantitativos que visam manter as exposições dentro dos níveis autorizados. Os limites incidem sobre os seguintes indicadores:

- Taxa de juro: sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial;
- Liquidez: cenários de *stress* e rácios de liquidez de curto prazo e estrutural.

Gestão do risco estrutural de balanço

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através de um modelo de análise dinâmica do risco de mercado do balanço, modelando a evolução no tempo dos fatores de risco e das posições do banco sobre os ativos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. O modelo utilizado permite medir e controlar todos os fatores de risco associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente, o risco originado diretamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a exposição ao risco de taxa de juro dos agregados que constituem o balanço.

Em 2015, foi seguida uma política de manutenção da sensibilidade a níveis considerados adequados.

Risco da taxa de câmbio

O risco de câmbio da atividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Grupo como estratégia a sua cobertura na totalidade.

Risco de liquidez

A política de liquidez seguida pelo Grupo assenta num risco de liquidez baixo e na diversificação contínua das fontes de

financiamento, perspetivando o volume e natureza dos instrumentos de financiamento, a utilizar para permitir a consecução e bom desenvolvimento do plano de negócio estabelecido.

Ao manter um perfil de risco conservador estamos muito mais protegidos relativamente a potenciais crises que afetem o meio envolvente.

A política do *mix* de financiamento tem sempre por base um nível de risco de liquidez adequado, de acordo com os limites estabelecidos, e será alvo de apreciação mensal em ALCO. Os limites para o risco de liquidez são estabelecidos por um órgão independente da gestão que de entre outros indicadores exige um volume razoável de ativos líquidos disponíveis.

A gestão de liquidez é efetuada ao nível consolidado. A política de financiamento do Grupo toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de ativos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à atividade de *funding*.

A situação estrutural de liquidez é muito equilibrada e o mercado e capitais, durante 2015, funcionou regularmente. Em outubro de 2015 o Banco Santander Totta emitiu uma *covered bond* de 750 milhões de euros, totalmente colocada em mercado.

Risco de Mercado

Atividades sujeitas a risco de mercado

O perímetro de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos fatores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados em que o Banco Santander Totta opera.

Em função da finalidade do risco, as atividades são segmentadas do seguinte modo:

- Negociação: Neste título inclui-se a atividade de serviço financeiro a clientes;
- Gestão de Balanço: Riscos decorrentes da atividade comercial do Grupo, nomeadamente o risco de taxa de juro e de liquidez resultante dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de ativos e passivos.

Metodologias

Atividade de Negociação

A metodologia aplicada no exercício de 2015, no âmbito do Banco Santander Totta, para a atividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de simulação histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente, utiliza-se a análise de cenários (*stress testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente, é efetuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das alterações que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que permite identificar o impacto das variações das variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Medidas de calibração e contraste *(Backtesting)*

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *backtesting.* O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/esporádicos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Banco Santander Totta cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, entre outros.

Limites

Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objetivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas *(loss triggers)*, permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima *(stop loss)*, a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Risco Operacional

Definição e objetivos

O Banco Santander Totta (BST) define o risco operacional como "o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas". Diferencia-o de outro tipo de riscos, por não estar associado a produtos ou negócio, mas que se encontra presente nos processos e/ou ativos, e é gerado internamente (pessoas, sistemas, etc.) ou como consequência de riscos externos como por exemplo atuação de terceiros ou catástrofes naturais.

O risco operacional é inerente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas e são gerados em todas as áreas de negócios e de suporte. Por esse motivo, todos os colaboradores são responsáveis por gerir e controlar os riscos operacionais gerados em seu âmbito de atuação.

O objetivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional, está direcionado na identificação, medição, avaliação, controlo e mitigação e informação desse risco.

A prioridade do Santander Totta é, portanto, identificar e mitigar fontes de risco, independentemente de terem ou não ocasionado perdas. A medição também contribui para o estabelecimento de prioridades na gestão do risco operacional.

Para o cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, o Grupo optou numa primeira fase pelo método *standard* previsto no normativo de BIS II.

Modelo de gestão

O modelo organizativo de controlo e gestão resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

É praticada uma supervisão e controlo do risco operacional, através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva incluem de forma periódica o tratamento de aspetos relevantes na gestão e mitigação do risco operacional.

A gestão e controlo do risco operacional são parte das responsabilidades de todas as áreas, uma vez que são elas que têm um maior conhecimento dos processos, assim como dos pontos suscetíveis de ocasionar exposições importantes de risco operacional. São acompanhadas por uma área central, responsável pela implementação e seguimento do projeto através do respetivo controlo e supervisão.

As diversas etapas do modelo de gestão e controlo permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as atividades, produtos, processos e sistemas do Banco;
- Definir o perfil objetivo de risco operacional, com especificação das estratégias por unidade e horizonte temporal, por meio do estabelecimento do apetite e tolerância de RO, do orçamento e seu acompanhamento;
- Promover o envolvimento de todos os colaboradores com a cultura do risco operacional por meio de formação adequada a todos os âmbitos e níveis da organização;
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objetiva, continuada e coerente com os padrões regulatórios (Basileia, Banco de Portugal, etc.) e o sector bancário;
- Realizar um acompanhamento contínuo das exposições de risco operacional, implantar procedimentos de controlo, melhorar o conhecimento interno e minimizar as perdas;
- Estabelecer medidas de mitigação que eliminem ou minimizem o risco operacional;
- Elaborar relatórios periódicos sobre a exposição ao risco operacional, e seu nível de controlo para a Administração e Áreas, bem como informar o mercado e organismos supervisores.

O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nos seguintes benefícios:

- Promove o desenvolvimento de uma cultura de risco operacional;
- Permite uma gestão integral e eficaz do risco operacional (identificação, medição/avaliação, controle/mitigação, e informação);
- Melhora o conhecimento dos riscos operacionais, tanto reais como potenciais, e sua atribuição às linhas de negócio e de suporte;

- As informações de risco operacional contribuem para melhorar os processos e controles, reduzir as perdas e a volatilidade da receita;
- Facilita o estabelecimento de limites de apetite de risco operacional.

Para levar a cabo a identificação, medição e avaliação do risco operacional, foram definidas um conjunto de técnicas/ferramentas quantitativas e qualitativas, que se combinam para realizar um diagnóstico a partir dos riscos identificados e obter uma valoração através da medição/avaliação de cada área.

A análise quantitativa realiza-se fundamentalmente através de ferramentas que registam e quantificam o potencial nível de perdas associados a eventos de risco operacional, nomeadamente:

- Base de dados interna, cujo objetivo é a captura da totalidade de eventos de risco operacional, quer tenham impactos contabilísticos ou não. Existem processos de conciliação contabilística que garantem a qualidade da informação incluída na base de dados;
- Base de dados externa, que proporciona informação quantitativa e qualitativa permitindo uma análise mais detalhada e estruturada de eventos relevantes que ocorreram no sector;
- Análise de cenários, em que se obtém a opinião das diversas linhas de negócio, gestores de riscos e de controlos, com o objetivo de identificar eventos potenciais de baixa probabilidade de ocorrência e com uma elevada perda para a instituição. Avalia-se o possível impacto e identifica-se controlos adicionais e/ou medidas de mitigação, que reduzam um possível impacto elevado para a instituição.

A análise qualitativa permite avaliar aspetos ligados a perfil de risco. As ferramentas utilizadas são fundamentalmente:

- Autoavaliação de risco operacional, cujo objetivo principal é identificar e avaliar os riscos operacionais em relação aos controlos existentes, e identificar medidas de mitigação no caso em que os níveis de risco não sejam aceitáveis;
- Indicadores, que são estatísticas ou parâmetros que proporcionam informação sobre a exposição do risco. Os indicadores e respetivos limites são revistos periodicamente, de forma a estarem ajustados à realidade;
- Recomendações de auditorias e reguladores proporcionam informação relevante sobre o risco, permitindo a identificação de debilidades e controlos.

Risco de Cumprimento e Reputacional

O risco de cumprimento é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos para a instituição, com projeção nos resultados ou no capital, decorrentes da violação de normas jurídicas, determinações específicas, obrigações contratuais, regras de conduta e de relacionamento com clientes, princípios éticos e práticas instituídas, relativas à atividade desenvolvida, que se materializem, designadamente, em sanções de carácter legal ou regulatório, afetação das oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou impossibilidade de exigência do cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros.

Por sua vez, entende-se por risco de reputação a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma perceção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

A política do risco de cumprimento e reputacional tem por finalidade a gestão dos mesmos, tal como definido nos parágrafos anteriores, determinando os mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, sendo necessário, que o Banco tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, deteção e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspetos que decorrem do que fica exposto, a política global relativa ao risco de cumprimento e reputacional abrange, designadamente, os instrumentos abaixo identificados que se referem pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco:

- Valores corporativos;
- Política de cumprimento;
- Prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo;
- Códigos de conduta;
- Políticas de comercialização e seguimento de produtos;
- Política de riscos;
- Política de identificação e gestão de conflitos de interesses;
- Política de qualidade;
- Política de tratamento e proteção de dados pessoais;
- Monitorização e seguimento de novos normativos;
- Articulação com as autoridades de supervisão e seguimento de ações por elas desenvolvidas;
- Política de formação de colaboradores;
- Políticas de responsabilidade social e defesa do ambiente.

O Resultado Líquido do Exercício, em termos individuais e referente ao ano de 2015, foi de 515.436.972,19 € (quinhentos e quinze milhões quatrocentos e trinta e seis mil novecentos e setenta e dois euros e dezanove cêntimos) e o Resultado Líquido do Exercício, consolidado, em 2015 foi de 568.376.477,00 € (quinhentos e sessenta e oito milhões trezentos e setenta e seis mil quatrocentos e setenta e sete euros).

Assim, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação de resultados:

- Reserva Legal: 51.543.697,22 € (cinquenta e um milhões quinhentos e quarenta e três mil seiscentos e noventa e sete euros e vinte e dois cêntimos);
- Distribuição de Dividendos: 180.423.765,97 € (cento e oitenta milhões quatrocentos e vinte e três mil setecentos e sessenta e cinco euros e noventa e sete cêntimos);
- Resultados Transitados: 283.469.509,00 € (duzentos e oitenta e três milhões quatrocentos e sessenta e nove mil quinhentos e nove euros).

Lisboa, 29 de Abril de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prevenção de Branqueamento de Capitais

O Banco Santander Totta desenvolve a sua atividade comercial seguindo políticas e critérios de prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, em conformidade com a legislação em vigor.

O Banco aplica procedimentos em linha com o normativo legal, cumpre com os deveres determinados pela Lei, dispõe de uma estrutura orgânica assignada exclusivamente à prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, que se encontra integrada na Direção de Coordenação de Cumprimento e Assuntos Institucionais. O quadro de pessoal está formado e é regularmente atualizado nesta matéria para detetar as situações de eventual risco e efetuar de imediato as comunicações ao órgão competente quando se justifiquem, dispõe de aplicações informáticas para verificar a movimentação atípica, avaliar as transações que se enquadram em tipologias de risco tendo em vista a eventual comunicação às Autoridades, e dispõe de automatismos informáticos para relevar clientes de potencial risco em branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo, a fim de aplicar medidas de diligência reforçada. Anualmente, o sistema é objeto de auditoria.

As unidades sedeadas no exterior são seguidas pela estrutura central sediada na sede através de visitas ou de controlo centralizado, é efetuada a comprovação do funcionamento dos sistemas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo. Estas unidades aplicam os procedimentos instituídos no Banco ou o normativo legal do país, caso este seja mais exigente.

Dando cumprimento ao determinado no Aviso do Banco de Portugal nº 9/2012, o Banco Santander Totta elaborou o correspondente Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo relativo ao período entre 1 de Junho de 2014 a 31 de Maio de 2015, o qual uma vez aprovado pelo Conselho de Administração foi dirigido ao Banco de Portugal.

Por outro lado o Banco, dando cumprimento à Instrução do Banco de Portugal nº 46/2012, procedeu à elaboração do Questionário de Auto Avaliação em matéria de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo relativo ao período de 1 de Novembro de 2014 a 30 de Novembro de 2015 e ao envio do mesmo ao Banco de Portugal, previamente aprovado em Comissão Executiva.

Estrutura Acionista

Acionista	Nº ações	%
Santander Totta, SGPS, S.A.	941.226.328	98,38%
Taxagest - SGPS, S.A.	14.593.315	1,53%

Movimento de Ações Próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 29 de Maio de 2015, a Santander Totta SGPS, S.A. diretamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir ações próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Em 31 de Dezembro de 2014, o Banco Santander Totta, S.A. detinha 271.244 ações próprias correspondentes a 0,041% do seu capital social. Durante o ano de 2015, o Banco Santander Totta S.A. comprou 19.191 ações próprias, correspondente a 0,002% do seu capital social, fechando o ano com um total de 290.435 ações próprias.

A aquisição está inserida na política geral da Santander Totta SGPS, no sentido de adquirir ações de acionistas fora do Grupo Santander que as queiram vender.

TRANSAÇÃO COM AÇÕES PRÓPRIAS DURANTE O ANO DE 2015

Banco Santander Totta, S.A.	Número de ações	Preço médio unitário (€)	Valor Contabilístico (€)	% no Capital Social
Saldo em 31/12/2014	271.244	5,75	1.560.794	0,041%
Aquisição de ações	19.191	6,15	118.049	0,002%
Alienação de ações	0	-	0	-
Saldo em 31/12/2015	290.435	5,78	1.678.843	0,030%

Funções exercidas pelos Membros do Conselho de Administração do Santander Totta noutras sociedades

As principais atividades que os membros do Conselho de Administração do BANCO SANTANDER TOTTA, S.A. desempenham fora das sociedades, significativas em relação às mesmas, traduzem-se no exercício das seguintes funções, nas seguintes sociedades:

Nome	Sociedade	Função exercida
António Basagoiti Garcia-Tuñon	Santander Totta, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
António José Sacadura Vieira Monteiro	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
	Portal Universia Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva (1)
	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova	Membro do Conselho Geral
	Câmara de Comércio Luso-Espanhola	Vice-Presidente
	COTEC - Portugal	Membro do Conselho Geral
	Vieira Monteiro, Lda.	Gerente
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva (2)
José Manuel Alves Elias da Costa	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, SA	Presidente do Conselho de Administração
José Carlos Brito Sítima	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Portal Universia Portugal, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Portal Universia Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
Manuel António Amaral Franco Preto	Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
	Serfin International Bank & Trust	Administrador
	Taxagest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Presidente do Conselho de Administração (1)
	Santotta – International, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda	Gerente
	Totta & Açores Financing, Ltd.	Administrador
	Totta Ireland, Plc	Administrador
João Baptista Leite	UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	SIBS – Forward Payment Solutions, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	SIBS, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Trem II – Aluguer de Material Circulante, ACE	Vogal do Conselho de Administração (3)
	Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE	Presidente do Conselho de Administração
Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha	Santander Totta, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal
	Galp Energia, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração (4)
Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
	Clube do Autor, S.A.	Administrador
Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vogal Suplente do Conselho Fiscal

(1) Em 17/04/15 passou a exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração
(2) Cessou funções em 31/08/15
(3) Cessou funções em 17/12/15
(4) Cessou funções em 16/04/15

Movimentos de Ações e Obrigações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que não foram feitos quaisquer movimentos de ações e obrigações pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao ano de 2015.

I - Introdução

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 70º, nº 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

1. O capital social do Banco é detido em 98,380% pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA, a qual é diretamente dominada pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa Holding, SL, que nela detêm uma percentagem de 99,848%.

   Por sua vez a Sociedade Santusa Holding, SL é totalmente dominada pelo Banco Santander, SA que assim, é indiretamente dominante do Banco Santander Totta, SA.

   Do restante capital do Banco há ainda uma percentagem de 1,525% que pertence a uma Sociedade igualmente sob domínio integral, direto ou indireto, das sociedades Santander Totta, SGPS, SA, Santusa Holding, SL e Banco Santander, SA.

   O capital remanescente, correspondente a 0,064% do total, encontra-se disperso por diversos acionistas, sendo 0,03% correspondente a ações próprias do Banco Santander Totta, SA.

2. As ações representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

   Não há, consequentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

   Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

3. Sem embargo do exposto no número anterior, nos termos estatutários é atribuído um voto a cada cem ações.

   Para que os acionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar o registo ou depósito das ações em intermediários financeiros até ao décimo quinto dia anterior à data de realização da mesma.

4. A Sociedade não tem conhecimento de qualquer acordo parassocial que tenha sido celebrado entre acionistas.

5. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no artigo 278º, nº 1, alínea a) do CSC.

   São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no artigo 413º, nº 1 alínea b) e nº 2 do CSC.

   Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

   O Conselho de Administração integra uma Comissão Executiva na qual estão delegados todos os poderes permitidos pelo artigo 407º, nº 4 do CSC.

   O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respetivo Presidente ou por dois Administradores.

   Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

   Não estão também definidas regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

6. A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente dos negócios e pela representação do Banco. Reúne semanalmente ou sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por outros dois dos seus membros, seguindo continuadamente a evolução dos negócios sociais, nomeadamente através da análise dos projetos em curso ou a desenvolver, bem como dos resultados atingidos.

7. Integram ainda os órgãos de administração o Comité de Remunerações, composto por um membro do Conselho de Administração que não desempenha funções executivas e por um membro do Conselho Fiscal, e o Comité de Riscos, composto por dois membros do Conselho de Administração que não desempenham funções executivas, com as competências estatuídas nos artigos 115º-N e 115º-L do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), respetivamente.

   Tem-se como objetivo permanente a racionalização e uniformização dos serviços operacionais e técnicos de suporte à rede comercial.

8. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição acionista do Banco ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

   No âmbito do normal exercício da atividade bancária, nas suas diversas componentes, há, contudo, contratos que conferem à contraparte o direito de os resolver na

eventualidade de ocorrer a mudança de controlo acionista do Banco, em linha com o que é corrente e comum na prática bancária.

Doutra parte, não existem acordos que confiram aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa, ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

9. **As principais áreas de negócio do Banco são:**

- Banca de Retalho – refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e à captação de recursos relacionados com clientes particulares e negócios com faturação inferior a cinco milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por canais complementares (telefone, internet, etc.);
- Banca de Empresas – considera-se nesta área as empresas com faturação entre 5 e 125 milhões de euros. Esta atividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projetos, de comércio e às exportações e imobiliário;
- *Global Banking & Markets* – inclui essencialmente a atividade do Banco nos mercados financeiros (mercados de taxa de juro, cambial e de ações) e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de *Corporate* e *Project Finance*, assim como de serviços de custódia de títulos e corretagem das ordens de bolsa recebidas dos clientes;
- Atividades Corporativas – nesta área é considerada toda a atividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às atividades principais mas que não está diretamente relacionada com o *core business*, incluindo também a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

10. **O modelo global de governo da sociedade é o que consta do ponto IV**

Destacam-se múltiplos Comités de base interdisciplinar que fazem o seguimento e controlo de toda a atividade da instituição.

Indicam-se seguidamente os principais, com a síntese das correspondentes funções.

Comité de Direção
O Comité de Direção tem como principais objetivos a análise, decisão e seguimento de:

- Evolução da atividade comercial, assegurando que decorre dentro dos objetivos e prazos definidos, e da adequabilidade das estratégias comerciais definidas, bem como das iniciativas relacionadas com a ação comercial multicanal assegurando a articulação entre as áreas intervenientes;
- Políticas de crédito, exposição ao risco, modelos de decisão e programas de gestão de crédito;
- Política, estratégia, objetivos e seguimento das ações da Qualidade e Experiência do Cliente.

Conselho Superior de Crédito
Órgão máximo de decisão da estrutura de Riscos exercendo os poderes delegados pela Comissão Executiva.

Riscos de Mercado e Financeiros
Analisar a informação de "governance" da área de Riscos; analisar e controlar os diversos riscos; aprovar procedimentos e controlos para prevenir ou mitigar os riscos existentes.

ALCO – Assets and Liabilities Commitee
Gerir o risco estrutural de mercado e liquidez, estabelecer planos de contingência, promover estratégias de *hedging*, decidir posicionamentos estratégicos, de modo a otimizar a margem financeira e a rendibilidade dos capitais próprios.

Recursos Humanos
Analisar e deliberar sobre as alterações e exceções às atuais políticas de gestão de RH.

CAR – Comité Análise e Resolução
Prevenir o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e efetuar as comunicações estabelecidas na lei.

Comercialização e Seguimento de Produtos
Aprovar produtos e serviços e fazer o respetivo seguimento, com especial destaque para as incidências que ocorram e o risco reputacional que possam gerar.

Pensões
Executar a política corporativa de pensões e controlar os riscos de forma integral.

Controlo Interno e Cumprimento
Seguir e fiscalizar as políticas de cumprimento e promover um ambiente de controlo interno, nomeadamente através da aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos.

Risco Tecnológico e Operacional
Estabelecer e acompanhar a implementação de medidas de controlo e mitigação do risco tecnológico e operacional.

Alienação de Imóveis
Analisar e decidir sobre a alienação de imóveis de montante igual ou superior a 200 mil euros.

Modelos de Risco
Garantir o alinhamento das áreas locais envolvidas no desenvolvimento e acompanhamento de modelos de risco, bem como na integração dos mesmos na gestão. O envolvimento deve ocorrer a nível da Alta Direção.

Comercial de Produtos de Crédito e Recursos
Efetuar o seguimento da atividade do segmento de Particulares e negócios, ao nível dos produtos de crédito e recursos, assegurando a adequabilidade das estratégias e respetivas ações comerciais

Análise e Seguimento de Provisões
Assegurar o bom funcionamento das provisões de riscos constituídas e decidir sobre as provisões de crédito, com carácter vinculativo.

Public Policy
Efetuar o seguimento das matérias relativas às políticas públicas com relevância no Banco ou outras empresas do Grupo em Portugal, nomeadamente no que respeita à participação corporativa na preparação ou discussão pública de projetos legislativos ou regulatórios ou de regras de conduta, com origem em entidade de supervisão ou profissionais, bem como à avaliação dos impactos estimáveis das medidas projetadas.

Sustentabilidade
Definir o Plano Estratégico de Responsabilidade Social, em articulação com o plano corporativo do Grupo Santander.

Fiscalidade
Apreciar as alterações legais e regulamentação tributária com impacto nas instituições do Grupo e determinar as medidas que se mostrem apropriadas ao cumprimento das determinações e obrigações constantes do normativo jurídico-tributário.

Local de Inovação de Meios de Pagamento
Definir o plano de implementação de soluções inovadoras de Meios de Pagamento para os clientes, tomando por base a estratégia definida corporativamente no Grupo Santander.

Executivo de Continuidade de Negócio
Promover uma cultura organizativa que assegure a continuidade do negócio, disponibilizar os recursos necessários para a implementação do PCN do BST e outras entidades e assegurar que os planos e procedimentos aprovados e implementados se encontram alinhados com o PCN Corporativo.

Perfis Funcionais
Definir os perfis de acesso aos sistemas centrais, sistemas departamentais, redes locais de comunicações e às várias aplicações que suportam o negócio.

Seguimento da Rede Física de Balcões
Analisar e decidir sobre propostas de novos balcões, remodelação, deslocalização, fusão ou encerramento e avaliar os seus impactos.

Redes Sociais
Decidir sobre propostas de ação a implementar nas redes sociais.

Gastos e Investimentos
Avaliar, decidir, seguir e controlar o gasto e o investimento.

Local de Fornecedores
Verificar a correta implementação e execução do "Marco Corporativo de Acordos com Terceiros e Controlo de Fornecedores.

Gestão de Informação de Riscos e Qualidade do Dado
Assegurar a execução de medidas determinadas pela Comissão Executiva relativamente aos processos de agregação de dados e apresentação de relatórios de riscos.

11. O Banco cumpre integralmente o Aviso do Banco de Portugal nº 5/2008, relativo ao Controlo Interno.

Neste quadro, o Banco pratica um sistema de identificação e gestão de riscos em conformidade com os artigos 11º e 12º do referido Aviso e está organizado em ordem a potenciar um apropriado ambiente de controlo e um sólido sistema de gestão de riscos.

Estão especificamente definidos e são praticadas políticas e procedimentos respeitantes a todos os riscos referenciados no mencionado artigo 11º do Aviso do Banco de Portugal nº 5/2008.

Tais políticas e procedimentos estão disponíveis e são facilmente acessíveis por todos os colaboradores da instituição por via da sua divulgação em espaço próprio do sistema de Intranet do Banco.

O Banco, à semelhança do Grupo em que está inserido, cumpre, desde 2006, com as exigências da Lei dos Estados Unidos da América *Sarbanes Oxley* (SOX), norma que a *Securities Exchange Commission* (SEC) tornou obrigatória para as entidades cotadas na Bolsa de New York e que é das mais exigentes ao nível dos requisitos de um adequado e fiável Modelo de Controlo Interno.

12. Estão institucionalizadas as funções de gestão de riscos, cumprimento e auditoria nos termos legais e regulamentares.

    Dá-se seguidamente conta das linhas gerais a que obedece a organização e funcionamento das três funções.

    a) Função de Gestão de Riscos

A Função de Gestão de Riscos (FGR) é de âmbito transversal ao Grupo Santander Totta. A função está corporizada no Gabinete de Controlo / Função Gestão de Riscos (GCFGR), constituído na orgânica do Santander Totta tendo como responsável o Dr. Manuel Osório de Aragão.

Devido à elevada interligação entre sociedades do Grupo, com parte significativa das funções de medição e controlo de riscos asseguradas por serviços centrais de âmbito transversal, procedeu-se à adoção de uma ótica transversal e de serviço comum pela FGR a todas as instituições de crédito e sociedades financeiras direta ou indiretamente dominadas pela Santander Totta, SGPS, SA.

A função tem por missão geral a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos conforme o art. 16º do citado Aviso do banco de Portugal nº 5/2008, visando avaliar a relevância dos riscos incorridos e o grau de eficácia das medidas adotadas para o seu controlo, mitigação e superação. As linhas de orientação de Governo Interno do EBA de Setembro de 2011 (GL44) reforçam o papel da FGR. O Regulamento de Requisitos de Capital (CRR) nº 575/2013 (EU), a Diretiva de Requisitos de Capital 2013/36/EU (CRDIV) e a Diretiva 2014/59/EU constituem a base do enquadramento jurídico da atividade das instituições de crédito e sociedades financeiras estando transpostas para o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92 e republicado com as referidas alterações através da Lei 23-A/2015. O artigo 115.º-M do RGICSF fixa o papel da Função de Gestão de Riscos na garantia da identificação, avaliação e reporte adequado de todos os riscos materiais, na participação da estratégia e decisão da gestão de riscos materiais, e na independência e isenção de conflitos de interesses do responsável pela FGR. Ao nível da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), o Decreto-Lei n.º 63-A/2013 alterou o Código dos Valores Mobiliários e as exigências à Gestão de Riscos detalhadas no seu artigo 305.º-B.

A FGR foi criada com o mais alto nível de independência, ou seja, sem responsabilidade direta sobre qualquer função de execução ou de controlo de primeira linha sobre as atividades a avaliar, ficando assim com capacidade para efetuar os seus próprios testes.

A Comissão Executiva conferiu a este órgão os mais amplos poderes para o exercício da sua atividade de supervisão, a qual se baliza na lei e na aplicação dos seguintes princípios e deveres:

- Acesso pleno a todas as atividades da instituição bem como a toda informação considerada relevante nomeadamente aos relatórios de auditoria;
- Independência relativamente às áreas avaliadas;
- Imparcialidade, integridade e objetividade;
- Reserva no uso da informação utilizada e das conclusões obtidas as quais, sem prejuízo dos deveres de informação às autoridades ou supervisores, devem ser apresentadas à Administração;
- Promoção de um adequado e eficiente nível de controlo interno extensível a toda a organização, tendo em consideração os diferentes riscos envolvidos, nomeadamente, os riscos de crédito, mercado, liquidez, cambial, taxa de juro, liquidação, operacional, tecnológico, cumprimento, reputacional e estratégico, sem prejuízo de outros que em juízo da instituição se possam revelar materiais;
- Efetuar a ligação entre a equipa local e as áreas corporativas com vista a determinar as melhores práticas e necessidades no que respeita ao desenvolvimento de novas ferramentas e à estimação dos parâmetros de risco;
- Realizar e apresentar ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal o relatório anual relativo à função de gestão de riscos nos termos regulamentares previstos;
- Realizar todos os relatórios e tarefas que a Administração estime como oportunos.

Em absoluta concordância com estas competências, o GCFGR foi criado na dependência direta da Comissão Executiva, o que lhe assegura também maior autonomia e liberdade no exercício das suas funções.

Está em aplicação pelo GCFGR uma metodologia própria desenvolvida para avaliar o alcance e efetividade dos controlos e dos processos de mitigação do perfil de riscos, que se materializou num conjunto de testes ou verificações de requisitos formulados de forma específica para cada tipo de risco. Estes testes e requisitos foram inspirados nas recomendações efetuadas pelo Comité de Basileia e da European Banking Autorithy (EBA), Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission (COSO), Federal Reserve System (FED), Lei Sarbanes-Oxley (SOX), Financial Services Authority (FSA) e outras entidades normativas e reguladores. Teve-se ainda presente o caso português, em especial a regulamentação sobre aspetos de controlo interno constante no RGICSF e documentação conexa como o Aviso do Banco de Portugal nº 5/2008 e o Aviso Regulamentar nº 3/2008 da CMVM.

Como habitualmente, a atividade desenvolvida pela função de gestão de riscos é documentada num relatório próprio, de periodicidade anual, "Relatório da FGR", datando o último de Maio de 2015. Este documento destina-se a servir

de apoio ao sistema de gestão de risco do Banco Santander Totta, S.A., sendo muito relevante o acompanhamento dos controlos e a promoção do controlo interno, nomeadamente através de diversas ações que constam do referido relatório.

b) Função de Cumprimento

O Banco privilegia, de há muito, a autonomização, seguimento e controlo dos riscos que se traduzem na contingência de incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar, bem como em prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, em resultado do incumprimento de quaisquer disposições normativas que lhe sejam aplicáveis, quer de índole legal, regulamentar ou regulatória, e ainda por decorrência da infração de Códigos de Conduta ou procedimentos em desconformidade com padrões éticos ou boas práticas exigíveis.

A função de cumprimento está corporizada na Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Cumprimento (DCAIC) que integra, no seu seio, uma unidade especificamente adstrita à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, com quadro de pessoal afeto em exclusividade. O responsável máximo é o Diretor de Cumprimento, Dr. João António Cunha Labareda, com as atribuições que lhe são próprias:

- A DCAIC é uma Direção de primeira linha, direta e exclusivamente dependente da Administração, autónoma de todas as outras áreas, nomeadamente das de negócio;
- A DCAIC está dotada de pessoal próprio, que integra os quadros da instituição, exclusivamente afeto ao exercício das funções cometidas à Direção de Cumprimento, hierárquica e funcionalmente dependente do respetivo Diretor;
- A DCAIC, no exercício das suas funções, tem livre acesso a todas as informações e elementos relativos à atividade do Banco que solicite ou de que careça, bem como às instalações e equipamentos da instituição;
- A DCAIC comunica ilimitadamente com a Administração e, no âmbito das suas atribuições, executa, propõe e recomenda o que entende com vista à prevenção de riscos legais, reputacionais e de cumprimento e, sendo o caso, a reparação das incidências verificadas;
- O Banco dispõe de um Código Geral de Conduta, de um Código de Conduta específico para o Mercado de Valores e de um Código de Conduta na Relação com os clientes, que fixam os princípios éticos e procedimentos que presidem à atuação das pessoas sujeitas e entre outros aspetos relevantes privilegiam a prevenção e resolução de conflitos de interesses. O cumprimento do Código de Conduta para o Mercado de Valores é especialmente controlado pela DCAIC, que igualmente apoia e segue o cumprimento do Código Geral, cujo controlo, todavia, está a cargo da Direção de Coordenação de Recursos Humanos;
- Em complemento das disposições do Código Geral a propósito, o Banco dispõe também de um Programa de Prevenção da Corrupção que reforça o cumprimento corporativo de absoluta rejeição de quaisquer práticas de corrupção, envolvendo toda a organização societária nesse desiderato.
  Nesse contexto estão conferidas atribuições específicas à DCAIC de seguimento e controlo da execução do programa e das políticas que o suportam.
  No quadro do Código Geral de Conduta e do Programa de Prevenção de Corrupção está disponível um Canal de Denúncias, livremente acessível a todos os colaboradores, que, garantindo a confidencialidade das comunicações e eventuais procedimentos subsequentes, lhes confere a possibilidade e exorta a que evidenciem situações irregulares de que tenham conhecimento.
- Estão aprovadas e instituídas políticas e procedimentos de comercialização de produtos, bem como o processo e órgãos para a respetiva aprovação e seguimento que visam, por um lado, garantir a verificação prévia de todos os requisitos necessários para que a comercialização opere sem riscos legais, reputacionais e de cumprimento e, por outro, assegurar o seguimento de incidências que possam vir a verificar-se, avaliando o seu significado e, sendo o caso, introduzindo as medidas de superação que se justifiquem, que podem incluir a suspensão ou termo da comercialização quando as circunstâncias o determinem ou aconselhem. Neste contexto, assume especial importância a avaliação e seguimento do risco reputacional inerente aos produtos ou que se possa gerar na sua vigência pela ocorrência de vicissitudes pontuais que, de algum modo, os afetem, ou se projetem relevantemente na relação com os clientes;
- Embora com o apoio e condução executiva das unidades locais, a política de cumprimento é extensível, em toda a sua amplitude, às filiais e sucursais no exterior. Algumas destas dispõem de responsáveis locais de cumprimento que aí exercem as funções correspondentes. Nos demais casos, em que o tipo e modo de exercício da atividade não justificam essa opção, o próprio responsável operativo da unidade assegura o procedimento em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, tanto os locais como os que devam ser cumpridos por via das imposições a que o Banco se acha sujeito em Portugal. A DCAIC, no quadro das suas funções, controla o desempenho da função pelos responsáveis a quem a execução está confiada.

Noutro plano, e com vista a assegurar de modo mais eficiente e eficaz a sua missão, a Direção promoveu a institucionalização de comités específicos de cumprimento especialmente vocacionados para as áreas consideradas mais sensíveis, nomeadamente as mais diretamente relacionadas com mercados financeiros, de funcionamento periódico – em regra, de base mensal – que permitem apreciar as práticas instituídas, aferir da sua conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis, manter as áreas informadas acerca das inovações ocorridas e garantir a sua execução, controlar o cumprimento de

obrigações informativas e outras aplicáveis, identificar eventuais incidências e, sendo o caso, equacionar e implementar as medidas apropriadas para as mitigar e prevenir. Esses Comités são dirigidos e coordenados pela DCAIC, com participação dos responsáveis das áreas envolvidas.

Por outro lado, tanto no âmbito destes Comités, como fora deles, a DCAIC mantém uma relação regular de articulação com as demais áreas de controlo (Auditoria e Função Geral de Riscos), em ordem a potenciar a perspetivação, seguimento e controlo global de riscos.

Destaca-se ainda, neste quadro, a articulação institucionalizada com a área de Qualidade - responsável pelo seguimento e tratamento das reclamações de clientes - em ordem a, por um lado, acompanhar a evolução da situação nesse domínio e, principalmente escrutinar, a partir da tipologia das reclamações, eventuais omissões ou práticas inadequadas que possam indiciar, com vista a providenciar os ajustamentos ou correções apropriados.

A Direção de Cumprimento integra igualmente o Comité de Controlo Interno e Cumprimento que tem funções gerais de controlo e gestão de risco.

Sem prejuízo dos contactos constantes e sistemáticos com a Comissão Executiva do Banco, e principalmente com o administrador especialmente encarregado do pelouro, a atividade desenvolvida no âmbito da função de cumprimento é objeto de relatório anual.

Em consonância, o Diretor de Cumprimento apresentou à Administração o relatório da atividade de *compliance* desenvolvida no período decorrente entre o último relatório (maio de 2014) e o final de maio de 2015.

Em linha com o que fica exposto, o Diretor de Cumprimento é de opinião que o Banco procede em conformidade com o enquadramento regulamentar da função de *compliance*, constante do Aviso nº5/2008.

c) Função de Auditoria

A autoridade da Auditoria Interna procede diretamente do Conselho de Administração.

Para desenvolver a sua missão e alcançar os objetivos estabelecidos pela Direção, as equipas de Auditoria Interna terão acesso completo, livre e sem restrições a toda a informação. Este acesso abrange documentos, suportes magnéticos e aplicações, tal como lugares físicos e, se for o caso, arquivos físicos, informáticos ou virtuais, assim como a colaboração do pessoal do Grupo ou de pessoal externo ao mesmo, quando seja necessário.

Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à Alta Direção garantia independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controlo interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governação, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. Para isso, a Auditoria avalia:

- A eficácia e a eficiência dos processos e sistemas supra citados;
- O cumprimento da normativa aplicável e os requerimentos dos supervisores;
- A fiabilidade e integridade da informação financeira e operativa;
- A integridade patrimonial.

A área de atuação de Auditoria Interna compreende:

- Todas as entidades que formam parte do Grupo sobre as quais se mantenha um controlo efetivo;
- Os patrimónios separados (por exemplo, fundos de investimento) geridos pelas entidades citadas no ponto anterior;
- Qualquer entidade (ou património separado) não incluída nos pontos anteriores, com a qual exista um acordo para o desempenho da função de auditoria interna por parte do Grupo.

O âmbito definido subjetivamente nos pontos anteriores inclui, em todo o caso, as atividades, negócios e processos desenvolvidos (seja de forma direta ou através de externalizações), a organização existente e, se for o caso, as redes comerciais.

A Matriz de Risco prioriza as unidades do universo de Auditoria, em função do grau de risco que sobre elas recai. Nesta matriz são avaliados os riscos de negócio implícitos às unidades durante o último exercício e outros fatores (dimensão da unidade, último "rating" obtido, grau de implementação das recomendações).

Com base na avaliação de todos estes fatores, as unidades do universo de Auditoria são classificadas por níveis de prioridade para a sua revisão através de auditorias. Adicionalmente, devem ser consideradas as auditorias exigidas por requerimentos regulatórios e a verificação do cumprimento da normativa SOX.

A Auditoria Interna baseará a sua atuação nos seguintes princípios:

- Independência, objetividade e imparcialidade;
- Todas as opiniões da Auditoria Interna estarão baseadas na análise objetiva dos factos, não alterada por influências, pressões ou interesses de nenhum tipo;

- Integridade, comportamento ético e confidencialidade da informação gerida e das conclusões obtidas. A atuação dos auditores estará de acordo com os princípios e normas de conduta estabelecidos, tanto nos códigos de conduta do Grupo como no Código de Ética de Auditoria Interna, que deverá ser conhecido e aceite, mediante a sua assinatura por todos os seus membros;
- Adicionalmente, a Auditoria Interna estabelecerá os procedimentos necessários para prevenir a existência de conflitos de interesse que possam comprometer o desempenho das suas funções e responsabilidades;
- Competência e qualificação profissional dos auditores. Para isso, procurar-se-á a atualização contínua dos seus conhecimentos;
- Qualidade do trabalho, baseado em conclusões fundamentadas, documentadas e suportadas por provas de auditoria, realizadas com uniformidade de critérios, mediante uma metodologia e ferramentas de trabalho comuns e adequadas, e com o devido cuidado profissional;
- Orientação à criação de valor, fazendo relatórios relevantes e verídicos e apoiando a gestão das unidades auditadas com espírito de colaboração e de contribuição de medidas de melhoria;
- Colaboração adequada com o resto de controlos existentes no Grupo;
- Colaboração recíproca adequada com os auditores externos e os outros provedores com atuações na organização, mantendo reuniões periódicas e partilhando com eles os resultados das revisões realizadas e os relatórios de auditoria emitidos;
- Relação fluida com os supervisores;
- Observância dos *standards* internacionais para o desempenho da função, especialmente as "Normas Internacionais para a prática profissional de Auditoria Interna" emitidas pelo Instituto de Auditores Internos e os princípios estabelecidos pelo Banco Internacional de Pagamentos de Basileia nesta matéria.

O responsável pela função de auditoria interna é o Dr. Ignacio García Márquez, Chief Audit Executive (CAE), nomeado pela Administração, que lhe conferiu todos os poderes necessários ao desempenho das suas funções de um modo independente, com livre acesso a toda a informação relevante.

O quadro de Auditoria é composto por 27 pessoas, distribuídas pelas áreas de Riscos Financeiros, Riscos de Crédito e Riscos Operativos, sendo que todos os elementos possuem formação académica superior.

II – Política de Remuneração

1. Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização aplicável no exercício de 2015

Por proposta da comissão de vencimentos, a Assembleia Geral, na sua reunião de 29 de Março de 2015, aprovou a declaração de política de remunerações.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 115.º-C, do Regime Geral das Instituições de Crédito (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro), no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro, é aprovada a proposta de política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banco Santander Totta, S.A. (o "Banco"), a vigorar no ano 2015, a propor à reunião anual da Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício de 2014, nos termos seguintes:

A. Enquadramento

A política remuneratória do Banco Santander Totta enquadra-se nas diretrizes definidas pelo acionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander, as quais são formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no sector. O Grupo Santander detém mais de 99% do capital social do Banco.

A política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização é anualmente revista e aprovada. Na respetiva definição foram formuladas propostas e preparadas recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são adequadas e refletem o perfil de risco e os objetivos de longo prazo do Banco.

O atual Comité de Remunerações tem a seguinte composição:

D. António José Basagoiti Garcia-Tuñon – Presidente do Conselho de Administração;
Professor Doutor Luis Manuel Moreira Campos e Cunha – Presidente do Conselho Fiscal.

B. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções-chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objetivos:

- Assegurar que a remuneração total e a respetiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- Manter uma componente fixa equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos acionistas.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo Santander, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objetivos.

Acresce que o Grupo contou com a assistência da consultora Towers Watson na definição da sua política de remuneração.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

C. Princípios orientadores da política de remuneração no Banco Santander Totta

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza, transparência e alinhamento com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- Consistência com uma gestão e controlo de risco eficazes para evitar a exposição excessiva ao risco e a conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios se preserva, e dos seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e a equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente através: i) da criação de limites máximos para as componentes da remuneração, que devem ser equilibradas entre si; ii) do diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável; iii) do pagamento de parte da remuneração variável em instrumentos financeiros;
- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
- Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.

D. Componentes da política de remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- A política de remuneração dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo, as quais foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- Das referidas diretrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos. Tal avaliação é realizada:
  - Anualmente, pelo Presidente da Comissão Executiva, relativamente aos restantes administradores executivos;
  - Anualmente, pelo Administrador Delegado do Grupo, relativamente ao Presidente da Comissão Executiva do Banco.
- No que respeita aos administradores não executivos, o Presidente do Conselho de Administração aufere remuneração fixa em Portugal, quanto ao outro Administrador, a remuneração comporta uma componente fixa e outra variável, estando porém, esta última exclusiva e diretamente relacionada com os resultados do Banco Caixa Geral Totta de Angola, no qual desempenhou funções de Administrador Executivo;
- Os membros do órgão de fiscalização auferem apenas remuneração fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal;
- Tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 200%.

D.1. Remuneração fixa

- A remuneração fixa é paga 14 vezes por ano;
- A remuneração fixa dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- A remuneração fixa dos administradores executivos tem os limites que forem fixados anualmente pelo Comité de Remunerações, não se prevendo que represente, em 2015, parcela inferior a 36% da remuneração total.

D.2. Remuneração variável

- A remuneração dos membros da Comissão Executiva comporta igualmente uma componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- Tendo presente o definido, a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pelo e para o Banco, seja em termos absolutos,

seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo do Banco e dos seus acionistas;

- No caso de serem imputados ao Banco, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por atos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

D.2.1. Remuneração variável anual

- Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objetivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas ações do Banco Santander;
- A determinação do valor do prémio de desempenho tem por base os seguintes critérios: i) 75% dependem dos resultados após impostos da Sociedade (55%) e do Grupo (20%) e ii) 25% dependem do cumprimento da eficiência no uso do capital (*Return on Risk Weighted Assets*) da Sociedade (15%) e do Grupo (10%);
- A aplicação dos critérios acima referidos para a atribuição do prémio de desempenho é ajustada pela ponderação i) do desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos individuais alcançados, bem como ii) de fatores qualitativos adicionais, designadamente a adequada gestão do risco e do consumo eficiente de capital; a comparação com os resultados de entidades concorrentes; a comparação do nível de satisfação dos clientes face a entidades concorrentes; a evolução do *core capital*, do capital económico do Grupo, do balanço e de outros fatores relevantes de gestão;
- O prémio de desempenho destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em função do grau de cumprimento dos objetivos, entre 0% e um valor que em 2015 se estima não superior a 150% do valor do prémio de desempenho da Empresa pago no ano anterior;
- O pagamento do prémio de desempenho é diferido em 40% do seu valor no que respeita à generalidade dos administradores executivos, podendo, em situações específicas, atingir 60%;
- O valor da parte não diferida é pago metade em ações e metade em dinheiro;
- O pagamento da parte diferida é determinado em função dos resultados obtidos num período de três anos e sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na Empresa durante um dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo Santander durante o triénio de referência; iii) não ocorrência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo; iv) cumprimento das normas internas, incluindo as relativas a riscos, aprovadas anualmente pelo Grupo;
- Metade do montante do diferimento é pago em ações e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três ou cinco parcelas, durante os três ou cinco anos subsequentes, em função do montante, ficando dependente do preenchimento das condições referidas *supra*;
- As ações atribuídas aos membros da Comissão Executiva não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos seus respetivos mandatos, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade de alienação de ações necessária ao pagamento de impostos resultantes do benefício inerente a essas mesmas ações);

D.2.2. Remuneração variável plurianual

- Como elemento da remuneração variável plurianual, o Banco poderá fixar para 2015 um Incentivo de Longo Prazo individual, sendo este determinado pela aplicação de uma percentagem, que poderá ir até 20%, do valor de referência do prémio de desempenho de 2015.
- A determinação concreta do ILP será feita pelo Comité de Remunerações de acordo com os critérios gerais aplicáveis no quadro do Grupo Santander e que consta do documento anexo a esta Politica.
- A atribuição do ILP não poderá em nenhuma circunstância implicar que as componentes variáveis da remuneração sejam superiores a 200% da componente fixa da remuneração.
- A entrega do Incentivo de Longo Prazo individual fica ainda sujeita à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na Empresa durante o dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo durante o prazo de diferimento; iii); cumprimento das normas internas, especialmente as relativas a riscos; iv) ausência de reformulação material dos elementos financeiros do Grupo imposta pelos auditores externos, exceto se em resultado da modificação de normas contabilísticas; v) inexistência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo;
- No limite, pode não haver lugar a atribuição de quaisquer ações;
- As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos mandatos dos respetivos beneficiários, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade da alienação de ações necessária ao pagamento de impostos decorrentes do benefício inerente a essas ações).

D.2.3. Identificação da parcela diferida e da já paga

Do exercício de 2011 foi pago em 2015 o último terço da remuneração variável diferida.

Do exercício de 2012, encontra-se por pagar um terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2013, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2014, foi paga em 2015 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos.

Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com o Banco

Não se prevê que venham a existir, durante o exercício de 2015, montantes pagos aos administradores executivos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com o Banco.

E. Benefícios

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objetivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco:

- Os administradores executivos beneficiam de seguro de vida, cujo capital coberto é equivalente a duas vezes o valor da remuneração fixa do titular em causa;
- Os administradores executivos que à data da fusão eram administradores do Banco Totta & Açores, beneficiam de plano complementar de reforma, por velhice ou invalidez, cujos termos e condições foram fixados de acordo com o regulamento aprovado pela Assembleia Geral em 30 de Maio de 2007, conforme o disposto no número 7 do artigo 11.º do Contrato de Sociedade do Banco e que adota, globalmente, o constante no regulamento que fora originalmente aprovado pela Assembleia Geral do Banco Totta & Açores em 30 de Outubro de 1989. Este plano tem como requisitos, nomeadamente, o exercício do cargo por período mínimo, variando o valor da prestação complementar em função da antiguidade do administrador;
- Os administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco e não obstante a suspensão do referido contrato, encontram-se cobertos por plano complementar de reforma estabelecido pelo Grupo Santander para todos os seus quadros diretivos e cujos termos foram aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, não tendo, nessas deliberações, sido atribuído direito de voto aos administradores que viriam a beneficiar de tal plano;
- Os administradores executivos beneficiam igualmente de seguro de saúde e das vantagens resultantes da regulamentação coletiva aplicável aos trabalhadores, incluindo o recurso ao crédito à habitação.

F. Aspetos complementares

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2015.

Atento o disposto no número 5 do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não é previsível que, durante o ano 2015, venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

G. Cumprimento das políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

Esta política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por parte fixa e parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção, na generalidade, das regras constantes do Capítulo II do referido Aviso, o qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais, por sua vez e atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

2. Remuneração e Outros Benefícios Atribuídos aos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

A presente informação é prestada para dar cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Lei 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que se refere à divulgação do montante anual de remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

As remunerações fixas e variáveis, em termos agregados de 2015 no conjunto dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, foram, respetivamente de mEuros 3.734 para as fixas e de mEuros 4.344 para as variáveis.

A remuneração individual paga e diferida relativa a 2015 consta do quadro abaixo.

Em 31 de Dezembro de 2015 o conjunto cumulado e vigente de créditos concedidos aos membros do Conselho de Administração ao abrigo do artigo 85 do regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras era de mEuros 554.

Remuneração anual

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Remuneração fixa
António Basagoiti Garcia -Tuñón	Presidente	838
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	568
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	284
João Baptista Leite	Vogal	200
José Carlos Brito Sítima	Vogal	321
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	227
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	303
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	296
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	337
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	261
		3.635

Conselho Fiscal

Nome	Cargo	Remuneração fixa
Luís Campos e Cunha	Presidente	60
Mazars & Associados, SROC	Vogal	15
Ricardo Castro	Vogal	24
		99

Remuneração Anual Variável

Parcela pecuniária:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho 2015 (pecuniário)
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	225
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	56
João Baptista Leite	Vogal	103
José Carlos Brito Sítima	Vogal	169
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	139
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	168
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	143
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	175
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	129
		1.307

Parcela ações:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho 2015 retido por um ano
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	209
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	52
João Baptista Leite	Vogal	96
José Carlos Brito Sítima	Vogal	157
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	129
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	156
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	132
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	162
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	120
		1.213

Este montante corresponde a 329.161 ações do Banco Santander, S.A., ao valor por ação de 3,684 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Remuneração Diferida

A parcela pecuniária da remuneração referente ao exercício de 2015 diferida é a seguinte:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2015				
		2017	2018	2019	2020	2021
		Pecuniário	Pecuniário	Pecuniário	Pecuniário	Pecuniário
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	45	45	45	45	45
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	12	12	12	-	-
João Baptista Leite	Vogal	23	23	23	-	-
José Carlos Brito Sítima	Vogal	38	38	38	-	-
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	31	31	31	-	-
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	37	37	37	-	-
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	32	32	32	-	-
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	39	39	39	-	-
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	29	29	29	-	-
		285	285	285	45	45

A parcela em ações da remuneração referente ao exercício de 2015 diferida é a seguinte:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2015				
		2017	2018	2019	2020	2021
		ações	ações	ações	ações	ações
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	11.332	11.332	11.332	11.332	11.333
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	3.112	3.112	3.113	-	-
João Baptista Leite	Vogal	5.777	5.777	5.778	-	-
José Carlos Brito Sítima	Vogal	9.465	9.465	9.466	-	-
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	7.805	7.805	7.805	-	-
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	9.401	9.401	9.402	-	-
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	7.975	7.975	7.974	-	-
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	9.774	9.774	9.774	-	-
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	7.246	7.246	7.245		
		71.887	71.887	71.889	11.332	11.333

Na presente data, encontram-se diferidos dois terços da remuneração variável diferida relativa a 2014, tendo sido pago um terço dessa remuneração.

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2014 entregue em fevereiro 2016			
		Juros	Dividendos	Pecuniário	Ações
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	0,2	4	75	44
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	0,1	1	20	12
João Baptista Leite	Vogal	0,1	1	24	14
José Carlos Brito Sítima	Vogal	0,1	2	38	22
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	0,1	2	31	18
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	0,1	2	37	22
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	0,1	1	30	18
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	0,1	2	39	23
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	0,1	1	30	18
		0,9	16	324	191

O valor das ações corresponde a 52.365 ações do Banco Santander, S.A., ao valor por ação de 3,64 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2014			
		2017		2018	
		Ações	Pecuniário	Ações	Pecuniário
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	12.097	75	12.097	75
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	3.233	20	3.233	20
João Baptista Leite	Vogal	3.826	24	3.826	24
José Carlos Brito Sítima	Vogal	6.110	38	6.110	38
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	5.058	31	5.057	31
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	6.035	37	6.035	37
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	4.850	30	4.849	30
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	6.251	39	6.250	39
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	4.904	30	4.903	30
		52.364	324	52.360	324

Na presente data, encontram-se diferidos um terço da remuneração variável diferida relativa a 2013, tendo sido pago um terço dessa remuneração.

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2013 entregue em fevereiro 2016			
		Juros	Dividendos	Pecuniário	Ações
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	0,4	7	50	27
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	0,1	2	17	9
João Baptista Leite	Vogal	0,1	2	16	9
José Carlos Brito Sítima	Vogal	0,3	4	33	18
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	0,2	3	23	13
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	0,2	4	29	16
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	0,2	4	29	16
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	0,3	5	36	19
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	0,2	3	20	11
		2,1	34	253	138

O valor das ações corresponde a 37.805 ações do Banco Santander, S.A., ao valor por ação de 3,64 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2013	
		2017	
		Ações	Pecuniário
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	7.485	50
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	2.495	17
João Baptista Leite	Vogal	2.381	16
José Carlos Brito Sítima	Vogal	4.990	33
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	3.502	23
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	4.340	29
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	4.282	29
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	5.340	36
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	2.994	20
		37.809	252

A remuneração variável relativa a 2012 paga foi a seguinte:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2012 entregue em Fevereiro 2016			
		Juros	Dividendos	Pecuniário	Ações
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	1,1	12	53	30
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	0,4	4	19	10
João Baptista Leite	Vogal	0,4	4	18	10
José Carlos Brito Sítima	Vogal	0,6	6	27	15
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	0,6	6	27	15
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	0,7	7	32	18
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	0,6	7	29	16
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	0,8	9	38	21
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	0,4	5	21	12
		5,4	61	262	148

O valor das ações corresponde a 40.705 ações do Banco Santander, S.A., ao valor por ação de 3,64 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Outros Benefícios

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST e que não estão inseridos no plano abaixo, estão integrados no plano de pensões do Acordo Coletivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco.

No exercício de 2010, o Grupo constituiu um plano de contribuição definida para todos os seus quadros diretivos. Este plano integra também os membros do Conselho de Administração que não estão inseridos no plano abaixo.

Os administradores executivos que à data da fusão eram administradores do Banco Totta & Açores beneficiam de plano complementar de reforma, por velhice ou invalidez, cujos termos e condições foram fixados de acordo com o regulamento que foi aprovado pela Assembleia Geral em 30 de Maio de 2007, conforme o disposto no número 7 do artigo 11.º do Contrato de Sociedade do Banco e que adota, globalmente o constante no regulamento que fora originalmente aprovado na Assembleia Geral do Banco Totta & Açores de 30 de Outubro de 1989. Este plano tem como requisitos, nomeadamente, o exercício do cargo por período mínimo, variando o valor da prestação complementar em função da antiguidade do administrador.

Em 31 de Dezembro de 2015, as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 20.676 e encontravam-se cobertas por provisão registada no balanço do Banco.

Cessações Contratuais

Não houve, durante o ano 2015, quaisquer pagamentos de indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

3. Política de Remuneração aplicável no exercício de 2015 aos Dirigentes e Quadros Diretivos do Banco Santander Totta, S.A.

Por decisão do Conselho de Administração de 25 de junho de 2015 foi aprovada a política de remunerações que a seguir se transcreve.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES COM RESPONSABILIDADE NA ASSUNÇÃO DE RISCOS OU COM FUNÇÕES DE CONTROLO, DO BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 115.º-C, do Regime Geral das Instituições de Crédito, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro ("RGICSF"), no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), é divulgada a política de remuneração dos trabalhadores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Totta, S.A. (o "Banco"), (i) desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco ou (ii) exercem a sua atividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, *in casu*, os responsáveis pelas Direções de Auditoria, Controlo Geral de Riscos do Banco, *Compliance* e Riscos de Crédito e Mercado, bem como os responsáveis pela área Financeira, pela de Contabilidade e Controlo de Gestão e pela área de Recursos Humanos, Organização e Custos

Na definição do âmbito subjetivo desta política foram tidos em consideração os parâmetros definidos nos "*regulatory technical standards on criteria to identify categories of staff whose professional activities have a material impact on an institution's risk profile under Article 94(2) of Directive 2013/36/EU*", tal como propostos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA).

A. Enquadramento

A política de remuneração dos Dirigentes segue os princípios vigentes para os restantes trabalhadores do Banco, em aplicação das diretrizes definidas pelo acionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander e formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no sector. O Grupo Santander detém mais de 99% do capital do Banco Santander Totta.

A política de remuneração dos Dirigentes é anualmente revista e aprovada pelo Conselho de Administração, no exercício de competência delegável na respetiva Comissão Executiva. Na sua definição também participou a Direção de Recursos Humanos do Banco, formulando recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são as adequadas e refletem o perfil de risco e os objetivos de longo prazo do Banco, mostrando-se ainda conformes com as normas legais e regulamentares, os princípios e as recomendações nacionais e internacionais pertinentes.

B. A Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância da concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo Santander e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração destes grupos de trabalhadores tem, como já no passado tinha, os seguintes objetivos:

- Assegurar que a remuneração total e a respetiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- Manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à concretização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos acionistas.

Está criado ao nível do Grupo o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objetivos, aspetos com impacto nas retribuições.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

Acresce que o Grupo contou com a assistência da consultora Towers Watson na definição da sua política de remuneração.

C. Princípios Orientadores da Política de Remuneração

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza, transparência e alinhamento com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- Consistência com gestão e controlo de risco eficazes para evitar a exposição excessiva ao risco e a conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo do Banco – cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios se preserva – e dos seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e a equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento da política de remuneração com as melhores práticas e as tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente através: i) da criação de limites máximos para as várias componentes da remuneração, que devem ser equilibradas entre si; ii) do diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável; iii) do pagamento de parte da remuneração variável em instrumentos financeiros;
- Apuramento da remuneração variável individual considerando o desempenho do Banco, bem como a avaliação da prestação individual com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
- Para os colaboradores que exerçam funções de controlo, na aceção do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, e para além de benefícios de natureza não remuneratória que porventura lhes sejam devidos, a componente variável da respetiva remuneração tem em conta a avaliação do desempenho individual e, concretamente, os objetivos específicos relacionados com as funções que exercem, não estando dependente do desempenho das áreas de negócio, não sendo correspondentemente aplicável neste domínio a alínea *c)* do número 2 do Capítulo IV (da política original);
- À cessação antecipada de contratos aplica-se o regime legal vigente em cada momento;
- Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerente às modalidades de remuneração adotadas.

D. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- A política de remuneração dos Dirigentes deve enquadrar-se nas diretrizes do Grupo, que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- Das referidas diretrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos Dirigentes, a realizar anualmente, pelos respetivos superiores hierárquicos. Sempre que estes Dirigentes estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a avaliação é também feita por responsável do Grupo pela área em causa;
- Tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 200%.

D.1. Retribuição Fixa

- A retribuição fixa é paga 14 vezes por ano;
- A retribuição fixa é composta pela retribuição de base e por algumas prestações pecuniárias que são atribuídas a todos os trabalhadores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios, devidos nos termos legais ou contratuais;
- A retribuição fixa é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo Santander, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho, a regulamentação coletiva do trabalho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- A retribuição fixa dos Dirigentes tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão Executiva, não se prevendo que represente, em 2015, uma parcela inferior a 50% da Remuneração Total.

D.2. Remuneração Variável

- A remuneração dos Dirigentes comporta igualmente componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- Tendo presente o definido no ponto **IV**, alínea *c)*, a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico, que são definidos anualmente ao nível do Grupo;
- Relativamente aos Diretores abrangidos pelo disposto no Aviso nº5/2008 do Banco de Portugal, a determinação da remuneração variável obedece aos seguintes critérios: (i)

avaliação individual do colaborador, tendo exclusivamente em conta os objetivos específicos relacionados com as funções por si exercidas; (ii) desempenho global do Banco e do grupo económico em que este se integra, tendo por base os indicadores do consumo eficiente de capital e do crescimento médio de resultados operativos;

- Relativamente aos demais Diretores, a determinação do valor da remuneração variável terá por base os seguintes critérios: (i) desempenho do Banco e do grupo económico em que este se integra, tendo por base os indicadores do consumo eficiente de capital e do crescimento médio de resultados operativos; (ii) prestação individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação do Banco.

D.2.1. Remuneração variável anual

- Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objetivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas ações do Banco Santander;
- A determinação do valor do prémio de desempenho tem por base os seguintes critérios: i) 75% dependem dos resultados após impostos da Sociedade (55%) e do Grupo (20%) e ii) 25% dependem do cumprimento da eficiência no uso do capital (*Return on Risk Weighted Assets*) da Sociedade (15%) e do Grupo (10%);
- A aplicação dos critérios acima referidos para a atribuição do prémio de desempenho é ajustada pela ponderação do desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos individuais alcançados, bem como de factores qualitativos adicionais, designadamente i) a adequada gestão do risco e do consumo eficiente de capital, ii) a comparação com os resultados de entidades concorrentes, iii) a comparação do nível de satisfação dos clientes face a entidades concorrentes, iv) a evolução do *core capital*, do capital económico do Grupo, do balanço e de outros fatores relevantes de gestão;
- O prémio de desempenho destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em função do grau de cumprimento dos objetivos, entre 0% e um valor que em 2015 se estima não superior a 150% do valor do prémio de desempenho do Banco pago no ano anterior;
- O pagamento do prémio de desempenho é diferido em 40% do seu valor; reservando-se o Banco (através dos seus órgão competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo) a possibilidade de não aplicar tal diferimento quando o valor da remuneração variável total não seja superior a 50.000 euros, e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável.
- O valor da parte não diferida é pago metade em ações e metade em dinheiro;
- O pagamento da parte diferida é determinado em função dos resultados obtidos num período de três anos e sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência no Banco durante um dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo Santander durante o triénio de referência; iii) não ocorrência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo; iv) cumprimento das normas internas, incluindo as relativas a riscos, aprovadas anualmente pelo Grupo;
- Metade do montante do diferimento é pago em ações e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três parcelas, durante os três anos subsequentes, ficando dependente do preenchimento das condições referidas *supra*;
- As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam sujeitas a condição de manutenção pelo prazo de um ano a contar da data da sua atribuição.

D.2.2. Remuneração variável plurianual

- Como elemento da remuneração variável plurianual, o Banco poderá fixar para 2015 um Incentivo de Longo Prazo individual, sendo este determinado pela aplicação de uma percentagem, que poderá ir até 20%, do valor de referência do prémio de desempenho de 2015.
- A determinação concreta do ILP será feita pela Comissão Executiva de acordo com os critérios gerais aplicáveis no quadro do Grupo Santander e que consta do documento anexo a esta Politica.
- A atribuição do ILP não poderá em nenhuma circunstância implicar que as componentes variáveis da remuneração sejam superiores a 200% da componente fixa da remuneração.
- A entrega do Incentivo de Longo Prazo individual fica ainda sujeita à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na Empresa durante o dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo durante o prazo de diferimento; iii); cumprimento das normas internas, especialmente as relativas a riscos; iv) ausência de reformulação material dos elementos financeiros do Grupo imposta pelos auditores externos, exceto se em resultado da modificação de normas contabilísticas; v) inexistência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo;
- No limite, pode não haver lugar a atribuição de quaisquer ações;
- As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam sujeitas a condição de manutenção pelo prazo de um ano a contar da data da sua atribuição.

D.2.3. Identificação da parcela diferida e da já paga

Do exercício de 2012, encontra-se por pagar um terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2013, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2014, foi paga em 2015 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos.

E. Benefícios

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objetivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.

Sem prejuízo de atribuições de âmbito casuístico e residual, resultantes de medidas tomadas no passado pelos primitivos empregadores (Crédito Predial Português, Banco Totta & Açores, Banco Santander Portugal e Banco Santander de Negócios Portugal), todos os Dirigentes gozam dos seguintes benefícios:

- Seguro de saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) previsto na regulamentação coletiva do sector bancário;
- Seguro de acidentes pessoais, de acordo com o definido na regulamentação coletiva do sector bancário.

Alguns trabalhadores beneficiam de seguro de vida, em resultado de ligação contratual ao extinto Banco Santander Portugal ou ao Banco Santander.

Alguns trabalhadores beneficiam de plano complementar de reforma, nos termos da deliberação do Conselho de Administração do Banco de 25 de Fevereiro de 2010.

Não há benefícios de pensão atribuídos numa base discricionária.

F. Cumprimento das Políticas de Remuneração definidas pelo Banco de Portugal

A política de remuneração dos Dirigentes do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos nos artigo 115º-C e seguintes do RGICSF, no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), tendo ainda tido em consideração os parâmetros definidos nos "*regulatory technical standards on criteria to identify categories of staff whose professional activities have a material impact on an institution's risk profile under Article 94(2) of Directive 2013/36/EU*", tal como propostos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA).

A política pauta-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da remuneração total destes grupos de trabalhadores, composta por retribuição fixa e remuneração variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção, na generalidade, das regras constantes do artigo 115º-C e seguintes do RGICSF, os quais constituem manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adoção das demais regras do Aviso n.º 10/2011 implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política do Banco Santander Totta em matéria de remunerações dos seus Dirigentes se contenha nos presentes limites sem prejuízo do cumprimento, na globalidade e no momento da fixação das diretrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridades nacionais competentes.

4. Remuneração e Outros Benefícios Atribuídos aos Dirigentes e Quadros Directivos

A presente informação é prestada em cumprimento do disposto no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que refere a divulgação, em termos agregados, do montante anual da remuneração auferida pelos trabalhadores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Totta, S.A. (o "Banco"), exercem a sua atividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco (doravante, os "Dirigentes").

Remuneração Anual

Montante da retribuição fixa:	mEuros 5.753
Montante da retribuição variável:	mEuros 4.084
Número de beneficiários:	31

Prémio de desempenho de 2015 retido por um ano no montante mEuros 1.167, corresponde a 316.691 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 3,684 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

Na presente data, encontram-se diferidos os seguintes valores:

Prémio desempenho de 2015					
2017		2018		2019	
Ações	Pecuniário	Ações	Pecuniário	Ações	Pecuniário
72.007	286	72.007	286	72.001	286

Na presente data, encontram-se diferidos dois terços da remuneração variável diferida relativa a 2014, tendo sido pago um terço dessa remuneração.

Prémio desempenho de 2014							
2016				2017		2018	
Juros	Dividendos	Pecuniário	Ações	Ações	Pecuniário	Ações	Pecuniário
1	14	281	165	46.502	288	46.501	288

O valor das ações entregue corresponde a 45.303 ações do Banco Santander, S.A., ao valor por ação de 3,64 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Na presente data, encontram-se diferidos um terço da remuneração variável diferida relativa a 2013, tendo sido pago um terço dessa remuneração.

Prémio desempenho de 2013					
2016				2017	
Juros	Dividendos	Pecuniário	Ações	Ações	Pecuniário
1	9	65	38	10.797	67

O valor das ações entregue corresponde a 10.367 ações do Banco Santander, S.A., ao valor por ação de 3,64 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

A remuneração variável relativa a 2012 paga foi a seguinte.

Prémio desempenho de 2012			
2016			
Juros	Dividendos	Pecuniário	Ações
1	14	51	34

O valor das ações entregue corresponde a 9.284 ações do Banco Santander, S.A., ao valor por ação de 3,64 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Outros Benefícios

Os Dirigentes gozam dos benefícios de seguro de saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) previsto na regulamentação coletiva do sector bancário e de seguro de acidentes pessoais, de acordo com o definido na regulamentação coletiva do sector bancário.

Alguns Dirigentes beneficiam de seguro de vida, em resultado de ligação contratual ao extinto Banco Santander Portugal ou ao Banco Santander, S.A.

Alguns Dirigentes beneficiam de plano complementar de reforma, nos termos da deliberação do Conselho de Administração do Banco de 25 de Fevereiro de 2010.

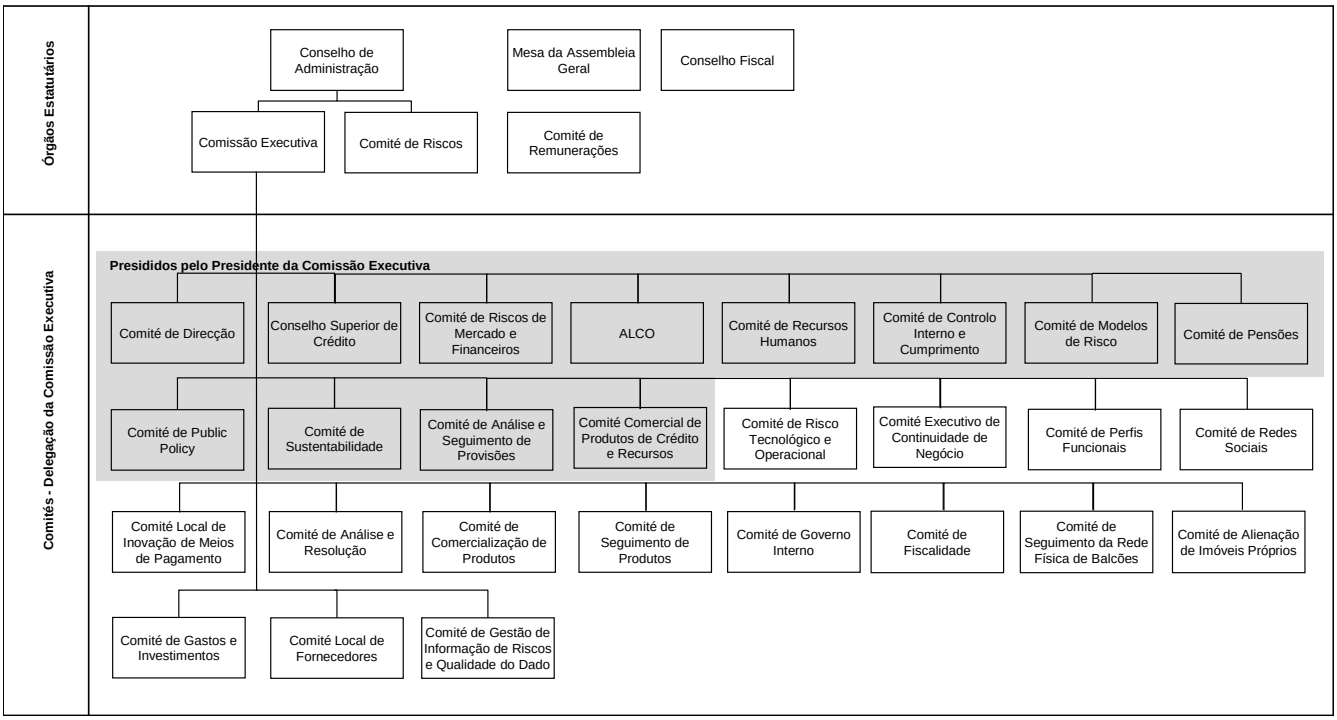
Durante o ano de 2015, os responsáveis de Auditoria e Assessoria Jurídica foram substituídos.

III. Política de Remuneração para 2016

A política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização do Banco Santander Totta, para o ano de 2016, será objeto de deliberação na Assembleia Geral Anual, em cumprimento do artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e do artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012).

A política de Remuneração vigente para os Dirigentes e Quadros Diretivos do Banco Santander Totta foi aprovada pelo Conselho de Administração na reunião de 25 de Junho de 2015, aplicável em 2015 e em 2016 até à data de reapreciação desta matéria que se prevê seja em junho de 2016.

IV. Modelo de Governação Interna



Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração Do Banco Santander Totta, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

"Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o Relatório de gestão, as Contas anuais, a Certificação legal das contas e demais documentos de prestação de contas do Banco Santander Totta, S.A., todas relativas ao exercício de 2015, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam".

Conselho de Administração

António Basagoiti Garcia-Tuñon

Presidente

António José Sacadura Vieira Monteiro

Vice-Presidente

Enrique Garcia Candelas

Vice-Presidente

Carlos Manuel Amaral de Pinho

Vogal

Isabel Maria Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota

Vogal

João Baptista Leite

Vogal

José Carlos Brito Sítima

Vogal

José Urgel Moura Leite Maia

Vogal

José Manuel Alves Elias da Costa

Vogal

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos

Vogal

Manuel António Amaral Franco Preto

Vogal

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Declaração do Conselho Fiscal sobre a Conformidade da Informação Financeira Apresentada

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Santander Totta, S.A., aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

"Declaro nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o Relatório de gestão, as Contas anuais, a Certificação Legal das Contas e demais documentos de prestação de contas do Banco Santander Totta, S.A., todas relativas ao exercício de 2015, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o Relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam".

Conselho Fiscal

Presidente: Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

Vogais: Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro

Demonstrações Financeiras Consolidadas

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

ATIVO	Notas	2015 Valor antes de imparidade e amortizações	2015 Imparidade e amortizações	2015 Valor líquido	2014 Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	3.134.032	-	3.134.032	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	463.898	-	463.898	241.218
Ativos financeiros detidos para negociação	7	1.750.694	-	1.750.694	2.291.734
Ativos financeiros disponíveis para venda	8	6.539.604	71.791	6.467.813	6.712.555
Aplicações em instituições de crédito	9	1.535.436	-	1.535.436	1.220.917
Crédito a clientes	10	32.801.978	1.021.013	31.780.965	25.523.251
Derivados de cobertura	11	130.292	-	130.292	195.035
Ativos não correntes detidos para venda	12	311.210	120.615	190.595	208.375
Propriedades de investimento	13	387.193	-	387.193	420.239
Outros ativos tangíveis	14	676.479	376.285	300.194	298.792
Ativos intangíveis	14	403.091	372.037	31.054	28.381
Investimentos em associadas	15	44.457	1.500	42.957	166.359
Ativos por impostos correntes	16	16.458	-	16.458	14.603
Ativos por impostos diferidos	16	418.317	-	418.317	458.675
Outros ativos	17	297.117	18.047	279.070	249.754
Total do Ativo		48.910.256	1.981.288	46.928.968	38.860.362

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2015	2014
Passivo			
Recursos de bancos centrais	18	4.952.679	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	7	1.721.691	1.995.019
Recursos de outras instituições de crédito	19	3.545.229	4.030.724
Recursos de clientes e outros empréstimos	20	27.126.313	21.625.902
Responsabilidades representadas por títulos	21	5.043.445	2.973.111
Derivados de cobertura	11	170.133	133.690
Provisões	22	323.090	71.988
Passivos por impostos correntes	16	37.747	20.034
Passivos por impostos diferidos	16	122.920	142.026
Instrumentos representativos de capital	23	69.309	205.979
Passivos subordinados	24	4.302	4.306
Outros passivos	25	399.302	292.893
Total do Passivo		43.516.160	35.901.984
Capital Próprio			
Capital	26	956.723	656.723
Prémios de emissão	26	193.390	193.390
Outros instrumentos de capital	26	135.000	135.000
Reservas de reavaliação	26	(322.046)	(278.738)
Outras reservas e resultados transitados	26	1.603.610	1.534.596
(Ações próprias)		(43.561)	(43.444)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST	27	568.377	165.174
Capital próprio atribuível aos acionistas do BST		3.091.493	2.362.701
Interesses que não controlam	28	321.315	595.677
Total do Capital Próprio		3.412.808	2.958.378
Total do Passivo e do Capital Próprio		46.928.968	38.860.362

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de dezembro de 2015.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2015	2014
Juros e rendimentos similares	30	1.027.468	1.194.168
Juros e encargos similares	31	(467.505)	(650.629)
Margem financeira		559.963	543.539
Rendimentos de instrumentos de capital	32	1.178	1.222
Rendimentos de serviços e comissões	33	321.712	335.187
Encargos com serviços e comissões	34	(59.199)	(58.311)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	35	84.452	(244.097)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	36	147.877	308.722
Resultados de reavaliação cambial	37	6.137	5.458
Resultados de alienação de outros ativos	38	61.685	17.568
Outros resultados de exploração	39	(13.783)	(14.314)
Produto bancário		1.110.022	894.974
Custos com o pessoal	40	(275.609)	(281.592)
Gastos gerais administrativos	41	(207.202)	(143.744)
Amortizações do exercício	14	(40.116)	(61.857)
Provisões líquidas de anulações	22	(99.441)	(46.416)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	22	(119.389)	(111.206)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	22	(10.416)	(1.131)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	22	(13.011)	(33.780)
Resultado na compra da atividade do Banif	1.4	327.159	-
Resultados de associadas	42	14.498	19.791
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam		686.495	235.039
Impostos			
Correntes	16	(67.658)	(40.700)
Diferidos	16	(50.465)	(29.171)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		568.372	165.168
Interesses que não controlam	28	5	6
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST	27	568.377	165.174
Ações em circulação	27	643.500.509	641.879.747
Resultado por ação básico e diluído (em Euros)	27	0,88	0,26

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Atribuível aos acionistas do BST	Atribuível a interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas do BST	Atribuível a interesses que não controlam
Resultado consolidado do exercício	568.377	(5)	165.174	(6)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
. Desvios atuariais e financeiros relativos a pensões				
. Valor bruto	28.002	-	(48.394)	-
. Impacto fiscal	(5.880)	-	762	-
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
. Variações cambiais em filiais no estrangeiro	3.052	34.154	9.067	35.476
. Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial				
. Justo valor	4.441	-	907	-
. Impacto fiscal	(1.427)	-	(157)	-
. Variações no justo valor de elementos patrimoniais disponíveis para venda				
. Justo valor	(78.630)	-	490.688	-
. Impacto fiscal	22.735	-	(143.419)	-
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa				
. Justo valor	(22.339)	-	(22.499)	-
. Impacto fiscal	6.478	-	6.746	-
Rendimento integral consolidado do exercício	524.809	34.149	458.875	35.470

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

				Reservas de reavaliação										
	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	De reavaliações legais	De justo valor	De flutuação cambial	Por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ações próprias	Resultado do exercício	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (proforma)	**656.723**	**193.390**	**135.000**	**23.245**	**(814.599)**	**(10.208)**	**228.373**	**245.862**	**898.754**	**332.601**	**(43.312)**	**89.164**	**560.316**	**2.495.309**
Aplicação dos resultados														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	96	245	46.382	41.239	-	(87.962)	-	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.202)	-	(1.202)
Distribuição de dividendos - Ações preferenciais	-	-	-	-	-	665	-	-	(30.150)	-	-	-	(108)	(29.593)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	(222)	-	-	-	-	(222)
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(132)	-	-	(132)
Outros	-	-	-	-	-	(10)	(1)	-	(115)	-	-	-	(1)	(127)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2014	-	-	-	-	420.702	9.067	(136.068)	-	-	-	-	165.174	35.470	494.345
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**656.723**	**193.390**	**135.000**	**23.245**	**(393.897)**	**(486)**	**92.400**	**246.107**	**914.649**	**373.840**	**(43.444)**	**165.174**	**595.677**	**2.958.378**
Aplicação dos resultados														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	260	13.447	30.969	54.784	-	(99.460)	-	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.714)	-	(65.714)
Aumento de capital	300.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300.000
Reembolso de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(300.000)	(300.000)
Distribuição de dividendos - Ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.168)	-	-	-	(8.511)	(38.679)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	(18)	-	-	-	-	(18)
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(117)	-	-	(117)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2015	-	-	-	-	(68.526)	3.052	21.906	-	-	-	-	568.377	34.149	558.958
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**956.723**	**193.390**	**135.000**	**23.245**	**(462.423)**	**2.566**	**114.566**	**259.554**	**915.432**	**428.624**	**(43.561)**	**568.377**	**321.315**	**3.412.808**

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	1.163.003	1.314.804
Pagamento de juros e comissões	(490.393)	(708.278)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(497.390)	(429.371)
Contribuições para o fundo de pensões	(1.943)	(79.200)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	648	21.405
Recuperação de créditos incobráveis	2.765	5.403
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacionais	176.690	124.763
(Aumentos) diminuições de ativos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(54.636)	2.053.709
Ativos financeiros detidos para negociação	586.155	(341.611)
Crédito a clientes	(367.707)	466.738
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	168.722	(277.517)
Ativos não correntes detidos para venda	7.330	(15.112)
Propriedades de investimento	26.805	8.870
Outros ativos	(41.802)	27.300
	324.867	1.922.377
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	(1.821.960)	(1.938.176)
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.094.426	925.831
Passivos financeiros detidos para negociação	(296.475)	375.251
Outros passivos	(128.333)	(1.848)
	(1.152.342)	(638.942)
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(650.785)	1.408.198
Impostos pagos	(51.800)	(31.362)
Caixa líquida das atividades operacionais	(702.585)	1.376.836
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	1.178	1.222
Aquisição de ativos financeiros disponíveis para venda	(990.914)	(4.910.480)
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	2.300.592	3.280.653
Rendimentos adquiridos nos ativos financeiros disponíveis para venda	180.248	122.171
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(48.558)	(29.489)
Vendas de ativos tangíveis	(2.825)	15.919
Investimentos em empresas filiais e associadas	174.411	-
Caixa líquida das atividades de investimento	1.614.132	(1.520.004)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Emissão (reembolso) de dívida titulada	412.575	398.605
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(57.975)	(73.215)
Reembolso de ações preferenciais	(300.000)	-
Dividendos pagos	(65.714)	(1.202)
Aumento de capital	300.000	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(80)	(90)
Caixa líquida das atividades de financiamento	288.806	324.098
Aumento/(Diminuição) líquido(a) de caixa e seus equivalentes	1.200.353	180.930
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.071.692	890.762
Aquisição da atividade do Banif	1.325.885	-
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3.597.930	1.071.692

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por "Banco", "BST" ou "Grupo") foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de ações efetuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição por este do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2015 e 2014 encontram-se detalhados na Nota 46.

No dia 16 de dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua atividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporados por fusão no CPP que alterou a sua designação para a atual.

Em 3 de maio de 2010, o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de janeiro de 2010.

Em 1 de abril de 2011, o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC).

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Banco adquiriu a atividade bancária e um conjunto de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão desta entidade (Nota 1.4).

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os setores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 689 balcões, dos quais 154 transferidos do ex-Banif (555 balcões em 31 de dezembro de 2014) e mantém uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do BST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efetuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.

Durante o exercício de 2015, o Banco adotou as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

- IFRIC 21 – "Pagamentos ao Estado" (alteração) – Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num certo mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclos 2010-2012 e 2011-2013) – Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as normas IFRS 1 – "Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro", IFRS 3 – "Concentração de Atividades Empresariais", IFRS 13 – "Mensuração ao Justo Valor" e IAS 40 – "Propriedades de Investimento".

- IAS 19 – "Benefícios aos empregados" (revisão) – Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

A adoção das normas e interpretações acima referidas não produziu um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas pela União Europeia:

- IAS 16 – "Ativos Fixos Tangíveis" e IAS 38 – "Ativos Intangíveis" – Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis que são permitidos.

- IAS 27 – "Demonstrações financeiras separadas" (2011) (revisão) - Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

- IAS 1 – "Apresentação de demonstrações financeiras" (Divulgações) (revisão) - Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.

- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclos 2012-2014): Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

- IFRS 11 – "Acordos conjuntos – Esta emenda vem clarificar a IFRS 3 e deve ser aplicada quando um investidor adquire um interesse numa entidade conjuntamente controlada quando a mesma consiste num negócio conforme definido pela referida norma. A aplicação da IFRS 3 é requerida na aquisição do interesse inicial e na aquisição subsequente de interesses.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias ainda não adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

- IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" (2009) e emendas posteriores – Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.

- IFRS 14 – "Ativos regulados" - Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IAS/IFRS, aplicáveis a ativos regulados.

- IFRS 15 – "Rédito de contratos com clientes" - Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Exceto quanto ao efeito da aplicação da IFRS 9, o qual à data não é possível ainda estimar, não se preveem impactos materiais resultantes da adoção das normas acima referidas.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas por si direta e indiretamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

Empresas subsidiárias são aquelas em que o Banco exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas atividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto, pela exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida e a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos seus resultados. Adicionalmente, em resultado da aplicação da IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" e da IFRS 10 – "Demonstrações Financeiras Consolidadas", o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global a partir do momento em que o Banco assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que o controlo cessa. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica "Interesses que não controlam" (Nota 28).

Por outro lado, o Banco gere ativos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Banco, exceto quando este detém o controlo desses fundos de investimento, nomeadamente quando tem mais de 50% das suas unidades de participação, casos esses em que aqueles fundos são consolidados pelo método da integração global. De acordo com o estabelecido na IAS 32 e na IFRS 10, o valor correspondente à participação de terceiros nos fundos de investimento que foram consolidados pelo método da integração global é apresentado como um passivo na rubrica "Instrumentos representativos de capital" (Nota 23). Os interesses que não controlam de resultados relativos a fundos de investimento consolidados são reconhecidos como uma dedução às rubricas "Resultados de alienação de outros ativos" (Fundo Multiobrigações) e "Outros resultados de exploração" (Fundo Novimovest) atendendo à natureza dos principais rendimentos auferidos por aqueles fundos (Notas 38 e 39).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco exerce influência significativa mas em que não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Banco passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Banco do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição e a percentagem efetiva equivalente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas adquiridas, sendo registado em balanço no ativo. Com uma periodicidade mínima anual, o Banco realiza testes de imparidade ao goodwill, de acordo com os requisitos da IAS 36 – "Imparidade de ativos". Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas de "*cash-flows*" futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Banco. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

O goodwill das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

O Banco decidiu não aplicar retrospetivamente a IFRS 3 – "Concentrações de atividades empresariais" (IFRS 3). Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2004 encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de janeiro de 2004 foram registadas pelo método da compra. O Banco reconheceu o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ou efetuou a respetiva valorização de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis para alguns ativos e passivos em que aquele não é o princípio de mensuração previsto na IFRS 3 – "Concentrações de atividades empresariais". O custo de aquisição equivaleu ao valor determinado à data da compra, dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos e das contingências, nos termos da IFRS 3. Deste modo, o Banco aplicou a IAS 19 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com os benefícios de colaboradores e a IAS 12 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com impostos sobre o rendimento.

Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos, e após a sua confirmação nos termos previstos na IFRS 3, é superior ao custo de aquisição (ganho na compra a desconto), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados (Nota 1.4). Nos termos da IFRS 3, o Banco tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para obter informação em falta e eventualmente corrigir de forma retrospetiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, consequentemente, o resultado determinado na compra.

Com a aplicação das alterações às normas IFRS 3 e IAS 27, o Banco definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O goodwill é apurado nessa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos ativos e passivos da participada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às normas acima referidas, o Banco reavalia por resultados as participações nas quais perde controlo (Nota 4).

Por outro lado, o Banco decidiu anular na data de transição para as IAS/IFRS (1 de janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas com moeda funcional diferente do Euro. A partir dessa data, e de acordo com a IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para euros de acordo com a seguinte metodologia:

- A conversão dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira é efetuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;

- Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos fixos tangíveis, permanecem refletidos ao câmbio original; e

- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para euros são registadas nos capitais próprios do Banco na rubrica de "Reservas de reavaliação - De flutuação cambial".

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transações em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera ("moeda funcional"), sendo expressas em euros.

As transações em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os ativos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho ("fixing" do Banco de Portugal).

c) Crédito e contas a receber

Esta categoria de ativos financeiros inclui o crédito concedido a clientes e as aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial e obrigações) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registadas inicialmente pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões e acrescido de todos os custos externos diretamente atribuíveis às operações.

Posteriormente, o crédito e as outras contas a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

As comissões e os custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos ativos incluídos nesta categoria, bem como os juros associados aos créditos concedidos, são periodificados ao longo do seu período de vigência, segundo o método da taxa de juro efetiva, sendo reconhecidos independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. O Banco optou por diferir as comissões recebidas e pagas associadas aos créditos concedidos a partir de 1 de janeiro de 2004.

O Banco classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no Manual de Crédito aprovado pelo Banco, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Por outro lado, o Banco analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e cujos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação daqueles créditos sejam reduzidas, os mesmos são considerados incobráveis e são reconhecidas perdas de imparidade para a sua totalidade. Para estes, o Banco procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação posterior, esta é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Imparidade

Periodicamente, o Banco analisa o crédito concedido a clientes e as outras contas a receber com o objetivo de identificar indícios de imparidade. Considera-se que um ativo financeiro se encontra em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse ativo ou grupo de ativos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o Banco segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Garantias e avales prestados; e
- Derivados.

Relativamente ao segmento de crédito concedido a empresas, o Banco efetua uma análise individual dos clientes que apresentem:

- Responsabilidades superiores a 10.000 m.euros;
- Responsabilidades superiores a 500 m.euros e que estejam classificados em "morosidade de gestão" no seu sistema de acompanhamento; e
- Responsabilidades superiores a 1.000 m.euros se classificados em VE1, Substandard e em VE2 e VE3, no seu sistema de vigilância especial.

Neste sentido, estes segmentos podem incluir clientes sem incumprimento. Pontualmente, o Banco inclui ainda na sua análise individual alguns clientes por julgamento profissional, embora estes não apresentem as características indicadas anteriormente.

Os clientes analisados individualmente para os quais sejam apuradas perdas por imparidade inferiores a 0,5% são posteriormente avaliados no âmbito de uma análise de imparidade coletiva, sendo diferenciados entre clientes com responsabilidades superiores ou inferiores a 300 m.euros.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Banco efetua uma análise coletiva para apuramento das perdas por imparidade.

A evidência de imparidade de um ativo ou grupo de ativos definida pelo Banco está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
    - Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
    - Das condições económicas do setor no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respetivos créditos e o valor atualizado dos *cash-flows* estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percecionada pelo Banco ("Incurred but not reported"). Para todos os segmentos da carteira, o Banco considera um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência que o Banco incorreu numa perda por imparidade em crédito ou em outras contas a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses ativos e o valor atual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro do ativo ou ativos financeiros. O valor de balanço do ativo ou dos ativos financeiros é reduzido do saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade consiste na taxa de juro corrente, estabelecida no respetivo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no Banco para a sua carteira de crédito concedido a clientes, a existência de perdas por imparidade é analisada em termos individuais, através de uma análise casuística, bem como em termos coletivos. Quando um grupo de ativos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais desses ativos e os dados históricos relativos a perdas em ativos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Banco entende necessário, a informação histórica é atualizada com base nos dados correntes observáveis, por forma a que esta reflita os efeitos das condições atuais.

Quando num período subsequente se registe uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido diretamente na demonstração dos resultados.

Relativamente aos créditos adquiridos ao Banif no âmbito da medida de resolução, tal como previsto na IFRS 3, foi determinado o respetivo justo valor na data de aquisição (20 de dezembro de 2015, data da resolução). O Banco considerou que não se verificaram perdas de imparidade entre 20 e 31 de dezembro de 2015.

Anulação de capital e juros

De acordo com as políticas em vigor no Banco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados decorridos três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais são suspensos a partir da data da denúncia do contrato.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados “Resultados de alienação de outros ativos” (Nota 38). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses ativos, líquido de perdas por imparidade.

Factoring

Os ativos associados a operações de factoring contratadas com recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos de fundos por conta dos contratos respetivos.

Os ativos associados a operações de factoring contratadas sem recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o registo de um passivo na rubrica de “Outros passivos - Credores e outros recursos - Credores diversos - Credores por contratos de factoring”. As entregas de fundos efetuadas aos aderentes originam o débito correspondente na rubrica de “Outros passivos - Credores e outros recursos - Credores diversos - Credores por contratos de factoring” (Nota 25).

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registados em contas extrapatrimoniais.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Banco não desreconhece do ativo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração, e
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica “Crédito a clientes” e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respetivo prazo das operações de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no ativo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Banco (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respetivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

i) *Como locatário*

Os ativos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, na rubrica de "Outros ativos tangíveis" por contrapartida de um passivo, processando-se as correspondentes amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de "Juros e encargos similares".

ii) *Como locador*

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

d) Reconhecimento de rendimentos e encargos com serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

O reconhecimento dos encargos com serviços e comissões é efetuado de acordo com os mesmos critérios adotados para os rendimentos.

e) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de pagamento ou recebimento, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transacionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

Para além da categoria "Crédito a clientes e outras contas a receber" e de "Instrumentos detidos até à maturidade", os ativos e passivos financeiros são posteriormente classificados numa das quatro categorias previstas na IAS 39:

- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Ativos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável e fixo transacionados em mercados ativos adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação e os ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são registados na rubrica "Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

O justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação e transacionados em mercados ativos é o seu "bid-price" ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted *cash-flows*".

Quando são utilizadas técnicas de "discounted *cash-flows*", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transacionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação ("Credit Value Adjustments" e "Debit Value Adjustments"), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e de dívida que não se encontram classificados como ativos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com exceção dos instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados pelo seu custo de aquisição, líquido de imparidade. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Reserva de reavaliação – De justo valor" até à sua venda ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade, momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de ativos monetários são reconhecidos diretamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos ativos financeiros disponíveis para venda são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Rendimentos de instrumentos de capital" na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iii) Reclassificação de ativos financeiros

De acordo com a alteração introduzida em 13 de outubro de 2008 na Norma IAS 39 - "Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração", o Banco pode reclassificar um ativo financeiro que já não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo (não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido principalmente para efeitos de venda ou recompra a curto prazo), retirando-o da categoria de justo valor através de resultados, se forem cumpridos alguns requisitos. No entanto, não são permitidas reclassificações de outras categorias para a categoria de "Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados".

iv) Reconhecimento de rendimentos

Os juros inerentes aos ativos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o seu custo de aquisição e o seu valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados na rubrica de "Juros e rendimentos similares" da demonstração dos resultados.

v) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respetivos juros a pagar.

vi) Imparidade em instrumentos financeiros

Quando existe evidência objetiva de imparidade num ativo ou grupo de ativos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para instrumentos de capital cotados, considera-se que existe evidência objetiva de imparidade quando ocorre uma desvalorização prolongada ou de valor significativo na cotação daqueles títulos. Para os restantes títulos, é considerada evidência objetiva de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

Desta forma, o Banco considera a natureza e características específicas dos ativos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade que efetua. Relativamente aos critérios objetivos de imparidade, o Banco considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros e, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registe uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido diretamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a ativos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objetiva de imparidade resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e transferida para a demonstração dos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no seu justo valor resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no seu justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável daqueles ativos corresponde à melhor estimativa dos seus fluxos de caixa futuros, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

vii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de obrigações. Estes passivos são registados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquido de custos de transação, e são posteriormente registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

As emissões de obrigações encontram-se registadas nas rubricas “Responsabilidades representadas por títulos” e “Passivos subordinados”.

Os derivados embutidos nas obrigações emitidas são registados separadamente nas rubricas de "Ativos e passivos financeiros detidos para negociação", sendo reavaliados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Transações em mercado secundário

O Banco efetua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respetivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate, ou o aumento do passivo, são reconhecidas de imediato em resultados.

Justo valor

Conforme referido anteriormente, os ativos e passivos financeiros registados nas categorias de "Ativos financeiros detidos para negociação", "Passivos financeiros detidos para negociação", "Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Ativos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado (ou seja, um preço de saída) entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é determinado por um órgão do Banco independente da função de negociação, tendo em consideração os seguintes aspetos:

- Relativamente a instrumentos financeiros transacionados em mercados ativos, cotação de fecho na data de balanço;

- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez), são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:

  i) Preços ("bid prices") divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;

  ii) Cotações indicativas ("bid prices") obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers; e

  iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado, a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de despesas ou rendimentos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa de juro efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado seja revista, o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os *cash flows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cash flows* futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

f) Valorização e registo de instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados transacionados pelo Banco são reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em obrigações emitidas e em depósitos estruturados) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para a aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos de negociação, nas rubricas de ativos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são refletidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Banco.

Nos termos previstos na IAS 39, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspetos:
  - Identificação do instrumento de cobertura;
  - Identificação do elemento coberto;
  - Identificação do tipo de risco coberto; e
  - Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia da cobertura é testada em cada data de reporte financeiro comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o ativo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transação futura altamente provável, e que possa afetar os resultados.

Neste sentido, o Banco contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido diretamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é refletida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis), deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os ativos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na IFRS 1, os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 foram registados pelo seu valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo de aquisição ajustado por reavaliações efetuadas nos termos da legislação em vigor decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Por outro lado, periodicamente o Banco efetua testes de imparidade aos seus ativos tangíveis. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o balcão, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado atual.

h) Ativos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercuta para além do exercício em que são realizadas. Anualmente é efetuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos. Para a plataforma informática Pártenon, até 31 de dezembro de 2013, a sua vida útil estimada correspondia a cinco anos. No exercício de 2014, o Banco procedeu a uma revisão da vida útil estimada daquela plataforma informática tendo reduzido a mesma para três anos.

Nos exercícios de 2015 e 2014, o Banco não reconheceu quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

i) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

j) Ativos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica de “Ativos não correntes detidos para venda” os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica “Outros ativos” (Nota 17). Estes ativos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos custos que o Banco estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no ativo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Esta rubrica inclui ainda unidades de participação de um Fundo Fechado de Investimento Imobiliário adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes ativos são transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas), sendo igualmente objeto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

De acordo com as disposições previstas na norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, o Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes ativos.

Por último, o Conselho de Administração do Banco considera que os métodos de valorização adotados para estes ativos são adequados e refletem a realidade de mercado.

k) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação (a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota), exceto no que diz respeito a passivos contingentes associados à aquisição de negócios, os quais são reconhecidos de acordo com o previsto na IFRS 3.

Desta forma, a rubrica do passivo "Provisões" inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de alguns membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua atividade (Nota 22), bem como outras situações associadas à aquisição de parte significativa da atividade do ex-Banif, tal como descrito em maior detalhe na Nota 1.4.

l) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o setor bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões atualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no ativo. Para estes colaboradores, o Banco era responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

Em outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do setor bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de janeiro, que definiu que os trabalhadores do setor bancário que estivessem no ativo na data da sua entrada em vigor (4 de janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção. Face ao caráter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no ativo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de janeiro de 2011.

Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença. Este entendimento foi também confirmado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), relativamente à transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do ACT.

Na sequência daquele acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, que definiu que a Segurança Social era responsável, a partir de 1 de janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo daquele Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com aquele Decreto-Lei, o Banco, através do seu Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

i) das atualizações do valor das pensões acima referidas, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis;

ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respetivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis;

iii) do subsídio por morte;

iv) da pensão de sobrevivência a filhos;

v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivo, desde que referente ao mesmo trabalhador; e

vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de atual reformado, cujas condições de atribuição ocorressem a partir de 1 de janeiro de 2012.

No âmbito da transferência das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram também transferidos os ativos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. O valor dos ativos do Fundo de Pensões transferido para o Estado correspondeu ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o acima referido Decreto-Lei, as quais foram determinadas tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica atuarial (desconto)	4%

Os ativos a transmitir tiveram de ser constituídos por numerário e, até 50% do valor dos mesmos, por títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respetivo valor de mercado.

Nos termos do acima referido Diploma, a transmissão da titularidade dos ativos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos:

i) Até 31 de dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor atual provisório das responsabilidades; e

ii) Até 30 de junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor atual definitivo das responsabilidades.

Neste sentido, e antes de proceder à transferência para a Segurança Social, o Banco obteve estudos atuariais que permitiram apurar o valor da transferência.

Na sequência do acordo de transferência para o âmbito da Segurança Social das responsabilidades dos reformados e pensionistas, e para efeitos da determinação do valor das responsabilidades a transferir de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, o Banco efetuou o cálculo das responsabilidades separadamente para empregados no ativo e para reformados, tendo definido pressupostos específicos para cada uma das populações (Nota 44).

A diferença entre o valor das responsabilidades a transmitir para o Estado, determinadas com base nos pressupostos acima referidos, e as responsabilidades determinadas com base nos pressupostos atuariais atualizados adotados pelo Banco foi registada como custo.

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões autónomo (Nota 44).

Por outro lado, em fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de diretivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada), com base no método “Projected Unit Credit”. A taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

O ex-Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho em vigor para o setor bancário. Desta forma, no exercício de 2006, o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida para o qual os seus colaboradores podiam efetuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN para aquele Fundo dependia dos seus resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de maio de 2010, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de julho de 1997. No primeiro semestre de 2014, o Fundo do ex-BSN foi liquidado após autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

A Totta IFIC não dispunha de Fundo de Pensões. Na sequência da fusão por incorporação da Totta IFIC no BST, os colaboradores desta foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de abril de 2011. Adicionalmente, foi reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de julho de 1997.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao ex-Banif, o BST assumiu as responsabilidades com pensões de um conjunto de trabalhadores do ex-Banif (Nota 44).

Aplicação da IAS 19

Em 1 de janeiro de 2005, o Banco optou por não aplicar retrospetivamente a IAS 19, não tendo então efetuado o recálculo dos ganhos e perdas atuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adotado aquela Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas atuariais existentes em 1 de janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adoção da IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

Em 2011 o Banco alterou a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, deixando de adotar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente em capitais próprios (outro rendimento integral), tal como previsto na versão revista da IAS 19.

Por outro lado, a partir de 1 de janeiro de 2013, na sequência da revisão da IAS 19 – "Benefícios aos empregados", o Banco passou a registar na rubrica de "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes;

- Proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões;

- Custo com reformas antecipadas, correspondente ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e

- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o proveito/custo líquido de juros representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de "Outros ativos" ou "Outros passivos", dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento (Notas 17 e 25).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a taxa de cobertura da totalidade das responsabilidades do BST (excluindo as associadas à sua sucursal de Londres e ao ex-Banif) com benefícios a empregados, incluindo SAMS, ascendia a 102,99% e 100,32%, respetivamente (Nota 44).

Em 31 de dezembro de 2015, a taxa de cobertura das responsabilidades transferidas do ex-Banif correspondia a 92,2% (Nota 44).

m) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no ativo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efetivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efetiva (no ano da atribuição), respetivamente.

O Banco determina o valor atual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos atuariais baseados no método “Projected Unit Credit”. Os pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica “Outros passivos - Encargos a pagar - Relativos ao pessoal – Prémio de antiguidade” (Nota 25).

n) Impostos sobre os lucros

O BST e as empresas do Grupo localizadas em Portugal estão sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). As contas da sucursal são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados da sucursal são ainda sujeitos a impostos locais no país onde está estabelecida. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respetivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

Com a redação dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55–A/2010, de 3 de dezembro) e de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º do Código do IRC.

A partir de 1 de janeiro de 2007, os municípios passaram a poder deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de junho, foi introduzida igualmente a derrama estadual, a pagar por todos os sujeitos passivos que apurassem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 2.000 m.euros. A derrama estadual correspondia a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de dezembro), as empresas que apresentassem nesse exercício e nos dois exercícios seguintes lucros tributáveis mais elevados passaram a estar sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Neste sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre 1.500 m.euros e 10.000 m.euros passaram a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a 10.000 m.euros passaram a estar sujeitas a uma taxa de 5%.

A Lei nº 66–B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) veio proceder a uma redução do limite a partir do qual passou a ser aplicável a taxa de derrama estadual de 5% de 10.000 m.euros para 7.500 m.euros, aplicável ao período de tributação que se iniciasse em ou após 1 de janeiro de 2013.

Adicionalmente, na sequência da promulgação da Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro (Reforma do IRC) e da redação dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2015 (Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro), a tributação dos lucros das empresas para os exercícios de 2014 e 2015, passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável (23% no exercício de 2014);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2014); e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
    - Menor do que 1.500 m.euros 0%
    - Entre 1.500 m.euros e 7.500 m.euros 3%
    - Entre 7.500 m.euros e 35.000 m.euros 5%
    - maior do que 35.000 m.euros 7%

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos no exercício de 2015 fosse de 29%. No exercício de 2014 a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos foi de 21% para prejuízos fiscais reportáveis e de 29%, para as outras diferenças temporárias.

Os prejuízos fiscais gerados a partir do exercício de 2014, inclusive, poderão ser utilizados nos doze períodos de tributação posteriores. Por outro lado, o prazo de reporte de prejuízos fiscais é de seis anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2008 e 2009, de quatro anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2010 e 2011 e de cinco anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2012 e 2013. Contudo, a dedução dos prejuízos a efetuar em cada exercício não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável, podendo o remanescente (30%) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

Os aspetos fiscais relacionados com a aquisição de parte significativa da atividade do Banif são apresentados na Nota 1.4.

Contribuição sobre o setor bancário

Com a publicação da Lei nº 55 - A/2010, de 31 de dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (“Tier 1”) e complementares (“Tier 2”) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:

    - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
    - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
    - Passivos por provisões;
    - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
    - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
    - Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.

b) O valor nocional dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,085% e 0,0003%, respetivamente, conforme previsto na alteração efetuada pela Portaria nº 176 - A/2015, de 12 de junho, ao artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de março.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

O Grupo não reconhece impostos diferidos ativos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas filiais e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta num futuro previsível.

Relativamente aos impostos diferidos ativos não reconhecidos associados à aquisição de parte significativa da atividade do Banif é apresentada informação complementar na Nota 1.4.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os associados a desvios atuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

o) Planos de incentivos a longo prazo sobre ações

O Banco tem planos de incentivos a longo prazo sobre opções sobre ações do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “equity settled share-based payment transactions”, conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, a cobertura e a execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada diretamente pelo Banco Santander S.A.. O Banco paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na rubrica de “Outras reservas”, por contrapartida da rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre opções sobre ações do Banco Santander S.A. que se encontram em vigor está incluída na Nota 47.

p) Ações próprias

As ações próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, bem como os respetivos impostos, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

q) Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como instrumento de capital próprio quando:

- Não existe uma obrigação contratual por parte do Banco em reembolsar (em numerário ou em outro ativo financeiro) as ações preferenciais adquiridas pelo detentor;
- A remissão ou reembolso antecipado das ações preferenciais apenas pode ocorrer por opção do Banco; e
- As distribuições de dividendos efetuadas pelo Banco aos detentores das ações preferenciais são discricionárias.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco classificou como instrumentos de capital próprio as emissões de ações preferenciais do BST International Bank, Inc. – Porto Rico (em 31 de dezembro de 2014, as emissões de ações preferenciais da Totta & Açores Financing e do BST International Bank, Inc. – Porto Rico).

As ações preferenciais classificadas como instrumentos de capital próprio e detidas por terceiros são apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica "Interesses que não controlam" (Nota 28).

r) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análises de perdas por imparidade.

O Banco não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou encargo a reportar relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

s) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas de "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

1.4. Combinação de negócios

1. Enquadramento - Medida de resolução relativa ao Banif

Em 20 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal aplicou uma medida de resolução ao Banif, no âmbito da qual deliberou:

- Constituição de um veículo de gestão de ativos, denominado como Oitante, S.A. (inicialmente com a denominação Naviget, S.A.);
- Transferência para a Oitante, S.A. ("Oitante") de um conjunto de direitos e obrigações correspondentes a ativos do Banif;
- Pagamento pela Oitante de uma contrapartida ao Banif pela transferência dos ativos, através de entrega de obrigações representativas de dívida emitidas pela Oitante, no montante de 746.000 m.euros, apurado no âmbito da avaliação provisória dos ativos transferidos;
- Alienação ao BST de direitos e obrigações que constituem ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif;
- Determinação ao Fundo de Resolução da disponibilização do apoio financeiro necessário para a aplicação das medidas de resolução com vista à subscrição e realização do capital social da Oitante, à prestação de uma garantia às obrigações emitidas pela Oitante e à absorção de prejuízos do Banif.

No seu comunicado de 20 de dezembro, o Banco de Portugal referiu que "a operação envolve um apoio público estimado de 2.255 milhões de euros que visam cobrir contingências futuras, dos quais 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de euros diretamente pelo Estado, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos a alienar". Em comunicado da Comissão Europeia de 21 de dezembro de 2015, foi aprovada a ajuda estatal ao Banif de 2.255 milhões de euros acima referida para cobrir o *gap* de financiamento na medida de resolução do Banif, em linha com as regras europeias de ajuda estatal. O apoio estatal ao Banif mencionado encontra-se deduzido do montante devido pelo Banco pela aquisição do conjunto de ativos, passivos e atividade do ex-Banif. A Comissão Europeia também indicou que o Banco, enquanto comprador de um conjunto de ativos e passivos do Banif, não recebeu qualquer ajuda pública.

Na medida de resolução estava ainda definido que o Estado português iria prestar uma contragarantia à garantia prestada pelo Fundo de Resolução às obrigações representativas de dívida da Oitante. A referida contragarantia foi aprovada pelo Despacho do Ministério das Finanças nº 867/2016.

Adicionalmente, a medida de resolução prevê que o Banco de Portugal pode, desde que com o consentimento do BST, devolver ao Banif ou proceder a transferências adicionais de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão entre o Banif e o Banco.

2. Aquisição de negócios

A aquisição de parte da atividade bancária do Banif pelo BST ocorreu no âmbito da medida de resolução acima descrita.

Esta aquisição foi formalizada através da apresentação pelo BST da *Definitive offer* na sequência da *process letter* emitida pelo Banco de Portugal em 19 de dezembro de 2015, num contexto de possível aplicação de uma medida de resolução ao Banif, que se veio a concretizar.

A transferência dos ativos e passivos para o BST, incluindo as obrigações emitidas pela Oitante, ocorre imediata e automaticamente pela decisão do Conselho de Administração do Banco de Portugal referente à venda de atividade do ex-Banif no âmbito da aplicação da medida de resolução. Deste modo, não foi celebrado um acordo de compra e venda relativamente à aquisição de parte da atividade do ex-Banif.

Face ao acima exposto, a data de aquisição considerada pelo BST foi 20 de dezembro de 2015, data da medida de resolução.

O montante acordado com o Banco de Portugal pela transferência para o BST de parte da atividade, ativos e passivos do ex-Banif ascendeu a 150.000 m.euros. Este montante está deduzido ao apoio estatal concedido ao Banif, que ascendeu a 2.255.000 m.euros, pelo que não foi objeto de liquidação financeira em separado.

O montante de 150.000 m.euros não inclui quaisquer custos relacionados com a aquisição.

3. Detalhe dos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif adquiridos pelo BST no âmbito da medida de resolução

O Banco de Portugal procedeu à separação das contas não auditadas do Banif com referência a 20 de dezembro de 2015 pelas três entidades, Oitante, Banif e BST, considerando as disposições da medida de resolução, a *Definitive Offer* e esclarecimentos posteriores.

No dia 18 de março de 2016, o Banco de Portugal comunicou um Balanço provisório não auditado relativo aos ativos e passivos transferidos para o BST a 20 de dezembro de 2015 com um total de ativos de 12.957 milhões de euros e um total de passivos de 11.217 milhões de euros. No dia 19 de abril de 2016 o Banco de Portugal comunicou o seu entendimento relativo a um conjunto de questões e pedidos de esclarecimento efetuados pelo BST, Oitante e Banif. Deste modo o BST efetuou as seguintes alterações: i) Aumento de ativos no montante de 12 milhões de euros; e ii) Aumento de passivos no montante de 20 milhões de euros.

Neste contexto, o balanço provisório não auditado de 20 de dezembro de 2015 (adiante balanço) considerado foi o seguinte (valores expressos em milhões de euros):

	Montante
Ativos	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.377
Disponibilidades em outras instituições de crédito	99
Ativos financeiros detidos para negociação	36
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	16
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.887
Aplicações em instituições de crédito	11
Crédito a clientes	6.066
Ativos com acordo de recompra	1.081
Outros ativos tangíveis	8
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	18
Ativos por impostos diferidos	273
Outros ativos	97
	12.969
Passivos	
Recursos de bancos centrais	2.110
Passivos financeiros detidos para negociação	21
Recursos de outras instituições de crédito	996
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.642
Responsabilidades representadas por títulos	223
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	3.031
Passivos por impostos correntes	1
Provisões	20
Outros passivos	193
	11.236
Diferença entre ativos e passivos provisórios não auditados	1.733

O balanço acima apresentado não inclui os efeitos da consolidação de veículos e fundos de titularização e da consolidação da participada Banif International Bank Ltd. (Bahamas).

Nos termos da *Definitive Offer*, o BST reconheceu uma redução do valor contabilístico líquido do ativos e passivos transferidos do ex-Banif no montante de 1.133 milhões de euros, dos quais 75 milhões de euros relativos a custos de reestruturação, resultando numa diferença entre ativos e passivos de 600 milhões de euros.

Adicionalmente foram transferidos para o BST no âmbito da medida de resolução elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão, com o seguinte detalhe:

Ativos dados em garantia	1.977.469
Garantias e avales	340.694
Créditos documentários abertos	21.228
Compromissos	
Por linhas de crédito	
Revogáveis	423.381
Irrevogáveis	80.895
Fundo de Garantia de Depósitos	10.253
Sistema de Indemnização aos Investidores	1.146
Facilidades de descobertos em conta	87.946
Outros compromissos revogáveis	104.855
	3.047.867
Depósito e guarda de valores	2.241.777
Valores recebidos para cobrança	112.398
	2.354.175

A rubrica “Ativos dados em garantia” diz respeito essencialmente a ativos dados em garantia em operações de financiamento.

A rubrica “Depósitos e guarda de valores” corresponde aos títulos de clientes depositados junto do ex-Banif.

No âmbito da medida de resolução, foi transferida para o BST a posição contratual de 1.130 colaboradores do Banif, maioritariamente da área comercial. O BST comunicou à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões no dia 27 de janeiro de 2016, a sua intenção de assumir as responsabilidades por serviços passados dos colaboradores acima referidos e de um conjunto adicional de 511 colaboradores reformados, reformados antecipadamente, pensionistas e ex-colaboradores.

Ainda de acordo com a medida de resolução, foram transferidas para o BST as responsabilidades que respeitem a áreas de negócio, ativos, direitos ou responsabilidades transferidas para o BST e as que sejam constituídas pelo Banif no âmbito da sua atividade bancária (incluindo as obrigações do Banif ao abrigo de depósitos, cartas de conforto, garantias bancárias, *performance bonds* e outras contingências similares).

Foram excluídas, entre outras, da transferência para o BST:

- Todas as responsabilidades não conhecidas e as responsabilidades contingentes e litigiosas e as responsabilidades no âmbito de alienação de entidades ou de atividades;

- Quaisquer responsabilidades, contingências ou indemnizações nomeadamente as decorrentes de fraude ou da violação de disposições ou determinações regulatórias, penais ou contraordenacionais.

4. Resultado apurado na compra

O resultado apurado na compra de parte significativa do negócio do Banif em 20 de dezembro de 2015 foi positivo no montante de 327.159 m.euros, tendo sido determinado com base na estimativa do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ou de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis para alguns ativos e passivos em que aquele não é o princípio de mensuração previsto na IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais.

O Banco aplicou a IAS 19 – Benefícios a empregados aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com os benefícios de colaboradores e a IAS 12 – Impostos sobre o rendimento aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com impostos.

O Banco reconheceu este resultado na rubrica da demonstração dos resultados “Resultado na compra da atividade do Banif”. O resultado da compra enquadra-se nas circunstâncias relacionadas com a medida de resolução aplicada ao Banif pelo Banco de Portugal já apresentadas acima.

A metodologia utilizada pelo Banco na determinação do justo valor dos principais ativos e passivos adquiridos pelo BST pode ser resumida da seguinte forma:

- Relativamente às rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, atendendo à sua natureza, o justo valor estimado corresponde ao valor contabilístico dos ativos transferidos do ex-Banif.

- Quanto às rubricas “Aplicações em instituições de crédito” e “Recursos de outras instituições de crédito” foram considerados os fluxos de caixa estimados descontados com base nas taxas de juro das operações interbancárias.

- O valor bruto deduzido da imparidade estimada foi considerado como aproximação ao justo valor do crédito a clientes, dado que na determinação da imparidade foi considerado o valor atual dos fluxos de caixa estimados.

- Relativamente à rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos”, para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para os restantes depósitos de clientes, foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados pelos clientes do BST.

- Na rubrica “Responsabilidades representadas por títulos”, foram considerados os fluxos de caixa contratuais descontados às taxas de juro de mercado praticadas em emissões similares.

- Relativamente aos títulos de dívida pública portuguesa registados na rubrica “Ativos Financeiros disponíveis para venda” foram considerados os preços disponíveis em mercados ativos.

De acordo com a IFRS 3, o adquirente reconhece na data de aquisição os passivos contingentes assumidos numa concentração de atividade empresarial se os mesmos correspondem a uma obrigação presente que resulta de eventos passados e cujo justo valor pode ser determinado de forma fiável.

Na determinação do justo valor dos ativos e passivos do Banif foram utilizadas diversas simplificações atendendo à informação disponível até à data de aprovação das demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2015.

Nos termos da IFRS 3, o Banco tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para corrigir de forma retrospetiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e consequentemente o resultado determinado na compra, decorrente de informação obtida posteriormente sobre situações existentes a essa data.

Apresentamos de seguida a reconciliação entre o balanço provisório não auditado de 20 de dezembro de 2015 apresentado pelo Banco de Portugal (contas individuais), considerando os esclarecimentos obtidos em 19 de abril de 2016, e o justo valor dos ativos e passivos adquiridos pelo BST, incluindo o resultado na compra (valores em milhões de euros):

	Notas	Perímetro 20-12-2015	Reclassi-ficações	Efeito consolidação (1)	Ajustamentos de compra (2)	Valor estimado pelo BST
Ativos						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	a)	2.377	-	-	-	2.377
Disponibilidades em outras instituições de crédito		99	-	-	-	99
Ativos financeiros detidos para negociação		36	-	1	(1)	36
Otros activos financeiros ao justo valor através de resultados		16	(16)	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	b)	2.887	351	(2.129)	(20)	1.089
Aplicações em instituições de crédito		11	-	261	1	273
Crédito a clientes	c)	6.066	746	(4)	(828)	5.981
Ativos com acordo de recompra		1.081	(1.081)	-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-	1	-	1
Outros ativos tangíveis		8	-	1	(8)	1
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		18	-	2	(18)	2
Ativos por impostos diferidos	d)	273	-	-	(273)	-
Outros ativos		97	-	(39)	(41)	17
		12.969	-	(1.906)	(1.188)	9.876
Passivos						
Recursos de bancos centrais	e)	2.110	-	-	-	2.110
Passivos financeiros detidos para negociação		21	-	2	-	23
Recursos de outras instituições de crédito	f)	996	-	(77)	1	920
Recursos de clientes e outros empréstimos	g)	4.642	-	(214)	-	4.428
Responsabilidades representadas por títulos	h)	223	-	1.437	-	1.660
Passivos financeiros associados a ativos transferidos		3.031	-	(3.031)	-	-
Passivos por impostos correntes		1	-	-	-	1
Provisões	i)	20	-	(52)	215	183
Outros passivos		193	-	30	1	224
		11.236	-	(1.906)	217	9.549
Resultado apurado						327

(1) Corresponde ao efeito da consolidação de veiculos de securitização e do Banif International Bank Ltd com referência a 31 de dezembro de 2015.
(2) Para além do valor de 1.133 milhões de euros nos termos previstos na *Definitive Offer,* inclui a anulação de impostos diferidos no montante de 273 milhões de euros.

Notas:

a) A rubrica "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" na data de aquisição inclui a ajuda estatal concedida ao Banif de 2.255 milhões de euros, incluindo 489 milhões de euros entregues pelo Fundo de Resolução.

   De acordo com o artigo 3º da Lei nº 159-E/2015, de 30 de dezembro, que efetuou um aditamento à Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, no âmbito do processo de aplicação de medida de resolução ao Banif, o Estado subscreveu e realizou um aumento de capital no Banif, no montante de 1.766 milhões de euros. Apesar da aprovação do Orçamento de Estado retificativo que permitiu o financiamento da medida de resolução ter ocorrido no dia 30 de dezembro de 2015, o balanço acima já reflete a ajuda estatal concedida ao Banif a receber em consonância com a medida de resolução.

b) Os ativos transferidos incluem Obrigações do tesouro cujo justo valor em 20 de dezembro de 2015 ascende a 1.069.450 m.euros. Nas contas individuais, esta rubrica também incluía obrigações associadas a operações de titularização, que no âmbito do processo de consolidação foram deduzidas à rubrica de "Responsabilidades representadas por títulos". Parte destas obrigações, encontravam-se registadas no balanço provisório não auditado apresentado pelo Banco de Portugal em 18 de março de 2016 na rubrica "Ativos com acordo de recompra".

c) O crédito concedido a clientes adquirido pelo BST e reconhecido ao justo valor por 5.980.079 m.euros apresentava na data de aquisição um valor bruto de 7.283.439 m.euros, e nessa data a melhor estimativa para a respetiva imparidade ascendia a 1.303.360 m.euros.

O valor bruto do crédito titularizado incluído nesta rubrica ascende a 3.343.104 m.euros.

A rubrica de "Crédito a clientes" inclui ainda o montante de 746.000 m.euros relativo aos títulos de dívida emitidos pela Oitante no âmbito da medida de resolução. Estas obrigações estavam classificadas no balanço provisório não auditado apresentado pelo Banco de Portugal em 18 de março de 2016 na rubrica "Ativos financeiros disponíveis para venda".

Os títulos de dívida da Oitante são reembolsáveis em 10 anos a contar da data de emissão (22 de dezembro de 2015), têm remuneração variável indexada à Euribor a 3 meses com um *spread* equivalente aos "Portuguese 5 years CDS" (fixado em 18 de dezembro de 2015 em 1,679%) mais 1%. Em 31 de dezembro de 2015, a taxa de juro dos títulos de dívida corresponde a 2,548%. Os títulos são garantidos pelo Fundo de Resolução e contragarantidos pela República Portuguesa. Em 18 de março de 2016, a periodicidade de pagamento de juros foi alterada para semestral. Atendendo às características destas obrigações, o Banco considerou que o seu justo valor corresponde ao respetivo valor nominal.

d) Os impostos diferidos ativos que constam do perímetro definido pelo Banco de Portugal, no montante de 273.000 m.euros, incluem 250.000 m.euros relativos a prejuízos fiscais gerados na esfera do Banif, dos quais:

. 138 milhões de euros até 2014; e
. 112 milhões de euros gerados entre 1 de janeiro e 20 de dezembro de 2015.

O Banco apresentou requerimento junto do Ministro das Finanças para que os impostos diferidos ativos transferidos no âmbito da aquisição do ex-Banif relativos a prejuízos fiscais reportáveis sejam utilizados para compensar lucros tributáveis futuros do BST, nos termos do número 4 do artigo 145º- AU do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

O requerimento apresentado pelo Banco incluía os valores constantes na medida de resolução (179.000 m.euros), os quais foram posteriormente atualizados pelo Banco de Portugal para 273.000 m.euros, dos quais 250.000 m.euros para prejuízos fiscais, tendo sido retirados do perímetro passivos líquidos de ativos correspondentes a esta diferença.

De acordo com a *Definitive Offer*, caso não seja obtido o despacho favorável do Ministro das Finanças ao requerimento apresentado pelo BST, o Banco tem direito a receber um montante equivalente em obrigações do tesouro ou numerário.

Não obstante o acima, atendendo a que até à presente data não foi obtido o despacho favorável do Ministro das Finanças, nem se conhecem os respetivos termos, o Banco não reconheceu os impostos diferidos ativos transferidos do ex-Banif.

Tal como previsto na *Definitive Offer,* o Banco solicitou ao Ministro das Finanças e tem ainda pendente de reconhecimento:

- A aplicação do regime fiscal de neutralidade previsto para as operações de entradas de ativos estabelecido no artigo 74º do Código do IRC, sendo abrangido pela neutralidade, designadamente o resultado registado pelo BST em resultado da aquisição dos elementos patrimoniais incluídos no balanço apresentado pelo Banco de Portugal, as depreciações e amortizações dos elementos patrimoniais, as perdas por imparidade e as provisões que foram transferidos do ex-Banif.

- A isenção de imposto municipal sobre as transmissões de imóveis, isenção de imposto do selo e de emolumentos e outros encargos legais que se mostrem devidos pela prática das operações ou atos necessários à execução da medida de resolução de transferência parcial de atividade do Banif para o BST, incluindo os relativos à transmissão dos créditos hipotecários.

e) A rubrica de "Recursos de bancos centrais" inclui 1.290.000 m.euros, dos quais 1.060.000 m.euros correspondentes à linha de assistência de liquidez de emergência do Banco de Portugal. No dia subsequente à data da resolução do Banif, o Banco reembolsou financiamentos obtidos junto do Banco Central Europeu no montante de 1.150.000 m.euros tal como previsto na medida de resolução. Adicionalmente, a rubrica inclui operações de refinanciamento de prazo alargado concedidas pelo Banco Central Europeu no montante de 819.000 m.euros.

f) A rubrica "Recursos de outras instituições de crédito" inclui financiamentos obtidos junto de instituições financeiras no estrangeiro relativos a operações de venda de títulos com acordo de recompra no montante de 649.466 m.euros.

g) A rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" inclui essencialmente depósitos à ordem no montante de 1.704.860 m.euros, depósitos a prazo no montante de 2.111.317 m.euros e poupanças no montante de 931.080 m.euros, antes do efeito de consolidação dos veículos de securitização (que incluíam depósitos junto do ex-Banif no montante de 335.561 m.euros).

h) A rubrica "Responsabilidades representadas por títulos" inclui obrigações séniores em circulação com valor nominal de 166.200 m.euros e certificados de depósito no montante de 52.405 m.euros.

   Esta rubrica inclui ainda 1.436.399 m.euros de obrigações em circulação emitidas pelos veículos de securitização do ex-Banif.

   Por último, foram transferidas para o BST obrigações hipotecárias emitidas pelo ex-Banif no montante de 285.000 m.euros que eram totalmente detidas por este.

i) As provisões reconhecidas pelo Banco incluem: (i) provisões para reestruturação, no montante de 75.000 m.euros, nos termos da Definitive Offer; (ii) contingências legais, fiscais e outras no montante de 70.000 m.euros, incluindo 40.000 m.euros relativos ao Banif International Bank Ltd (Bahamas); (iii) aumento das responsabilidades do fundo de pensões e desvalorização dos ativos do fundo de pensões no montante líquido de 15.823 m.euros. Na nota 44 estão descritas as responsabilidades com pensões relativas a estes colaboradores; e (iv) outras provisões no montante de 22.000 m.euros.

5. *Cash flow* líquido na aquisição de negócio do Banif

   A caixa e seus equivalentes adquiridos (líquidos) no âmbito da aquisição de parte significativa do negócio do Banif ascendeu a 1.326 milhões de euros. Este montante inclui os movimentos realizados no quadro da medida de resolução até ao dia 31 de dezembro de 2015, nomeadamente as transferências recebidas no dia 31 de dezembro de 2015 após a aprovação do Orçamento de Estado retificativo que permitiu o financiamento da medida de resolução, líquido dos recursos reembolsados pelo Banco no dia 21 de dezembro de 2015.

6. Resultados da atividade adquirida do ex-Banif

   O montante incluído em resultados no período compreendido entre 20 de dezembro e 31 de dezembro de 2015 relativo à atividade do ex-Banif ascendeu a 534 m.euros, correspondendo maioritariamente a margem financeira de 2.114 m.euros, rendimentos líquidos de serviços e comissões no montante de 1.829 m.euros, perdas em resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor por resultados de 1.138 m.euros e custos com pessoal e gastos gerais e administrativos no montante de 2.187 m.euros.

   Adicionalmente, o Banco reconheceu custos de integração da atividade do ex-Banif nas suas demonstrações financeiras do exercício de 2015 no montante de 53.000 m.euros (antes de impostos), na rubrica “Gastos gerais administrativos” por contrapartida de “Outros passivos” (Notas 25 e 41).

1.5. Comparabilidade da informação

No seguimento da adoção em 1 de janeiro de 2014 da norma IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” e das clarificações entretanto ocorridas quanto à classificação dos interesses que não controlam em Fundos de Investimento consolidados pelo método de integração global, o Grupo passou a registar os mesmos no passivo na rubrica “Instrumentos representativos de capital”. Pelo mesmo motivo, os interesses que não controlam de resultados daqueles fundos passaram a ser registados nas rubricas “Outros resultados de exploração” (Nota 39) (Novimovest) e “Resultados de alienação de outros ativos“ (Nota 38) (Mutiobrigações).

A aplicação restrospetiva dos requisitos da IFRS 10, conforme previsto pela IAS 8, teve os seguintes impactos:

	Capitais próprios consolidados em 01-01-2013 (inclui resultado do exercício)	Resultado do exercício de 2013	Capitais próprios consolidados em 31-12-2013 (inclui resultado do exercício)
Saldos conforme reportado (antes da aplicação retrospetiva da alteração de política contabilística)	2.325.091	89.164	2.730.363
Impacto da aplicação retrospetiva da IFRS 10			
Reclassificação dos interesses que não controlam em fundos de investimento para o passivo	-	-	(235.054)
Saldos (pro-forma)	2.325.091	89.164	2.495.309

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas são subjetivas por natureza e podem afetar o valor dos ativos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 1.3. e). Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 1.3. e), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade em crédito

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Banco quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 1.3. e), as menos-valias potenciais resultantes da desvalorização destes ativos são reconhecidas por contrapartida da reserva de reavaliação – justo valor. No entanto, sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos valias potenciais acumuladas naquela reserva são transferidas para custos do exercício.

Quanto a instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias potenciais são transferidas da reserva de reavaliação – justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do *rating* do emitente.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos.

O Banco enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal está obrigado a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de fevereiro, e tem de utilizar essas contas para apuramento do seu lucro tributável.

Com o objetivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, foi aprovado o Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de julho.

O acima referido Decreto-Lei procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo procedido também à revogação do nº 2 do artigo 57º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, de acordo com a interpretação das mesmas efetuada por parte do Banco.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, nomeadamente dos mencionados na Nota 50, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais do Banco, o teor da sentença do Tribunal Comercial de Londres e as decisões até à data dos tribunais portugueses, os quais no entanto poderão vir a não concretizar-se.

Determinação do resultado da compra de parte significativa do negócio do Banif

O apuramento do resultado da compra de parte significativa do negócio do Banif foi efetuado com base na informação disponível até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, sendo ainda provisória para alguns ativos e passivos. Conforme referido na Nota 1.4, salientamos os seguintes aspetos: (i) o "perímetro" da operação, ou seja, os direitos e obrigações que constituem os ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão alienados ao Banco, não está ainda totalmente confirmado pelo Banco de Portugal; (ii) o Banco não reconheceu os impostos diferidos ativos no montante de 273 milhões de euros que fazem parte do perímetro que consta do último balanço provisório apresentado pelo Banco de Portugal a 18 de março de 2016 e cuja dedução a lucros futuros do Banco está prevista na *definitive offer* do Banco aceite no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif, nomeadamente, por não ter obtido ainda a autorização do Ministro das Finanças requerida nos termos do artigo 145º AU do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras; (iii) para alguns ativos e passivos financeiros é ainda necessária mais informação sobre os fluxos de caixa futuros estimados para determinação do seu justo valor à data da compra; e (iv) existem contingências cuja quantificação definitiva requer a obtenção de informação adicional sobre eventos passados. Nos termos da IFRS 3 o Banco tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para obter a informação em falta e eventualmente corrigir de forma retrospetiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, consequentemente, o resultado determinado na compra.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão do Banco:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a atividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com faturação inferior a 5 milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com faturação entre 5 e 125 milhões de euros. Esta atividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projetos, de comércio, às exportações e ao imobiliário.

Atividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a atividade desenvolvida no Banco e que dá suporte às atividades principais mas que não está diretamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

A demonstração dos resultados por segmento operacional em 31 de dezembro de 2015 apresenta o seguinte detalhe:

	2015				
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Total Consolidado
Margem financeira estrita	86.938	331.283	106.199	35.543	559.963
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	1.178	1.178
Margem Financeira Alargada	**86.938**	**331.283**	**106.199**	**36.721**	**561.141**
Comissões líquidas	45.355	224.029	19.864	(26.735)	262.513
Outros resultados da atividade bancária	(12)	2.361	(44)	(16.088)	(13.783)
Margem Comercial	**132.281**	**557.673**	**126.019**	**(6.102)**	**809.871**
Resultado de operações financeiras	46.590	2.833	70	250.658	300.151
Produto Bancário	**178.871**	**560.506**	**126.089**	**244.556**	**1.110.022**
Custos de transformação	(20.236)	(347.044)	(57.164)	(58.367)	(482.811)
Amortizações do exercício	(3.264)	(34.850)	(2.002)	-	(40.116)
Margem de Exploração	**155.371**	**178.612**	**66.923**	**186.189**	**587.095**
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(79.445)	(11.741)	(14.018)	(137.053)	(242.257)
Resultado na compra da atividade do Banif	-	-	-	327.159	327.159
Resultados de associadas	-	-	7.487	7.011	14.498
Resultado antes de impostos	**75.926**	**166.871**	**60.392**	**383.306**	**686.495**
Impostos	(22.777)	(46.503)	(15.871)	(32.972)	(118.123)
Interesses que não controlam	-	-	-	5	5
Resultado líquido do exercício	**53.149**	**120.368**	**44.521**	**350.339**	**568.377**

Em 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	2015				
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas [1]	Total Consolidado
Ativo					
Crédito a Clientes					
Crédito hipotecário	-	14.601.677	-	2.616.463	17.218.140
Crédito ao consumo	-	1.368.668	-	-	1.368.668
Outros créditos	3.308.123	2.155.361	5.106.083	2.624.590	13.194.157
Total de ativos afetos	3.308.123	18.125.706	5.106.083	5.241.053	31.780.965
Ativos não afetos					15.148.003
Total do Ativo					46.928.968
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de clientes e outros empréstimos	638.251	18.749.857	2.209.797	5.528.408	27.126.313
Responsabilidades representadas por títulos	-	61.129	-	4.982.316	5.043.445
	638.251	18.810.986	2.209.797	10.510.724	32.169.758
Garantias e avales	222.328	148.830	786.163	303.627	1.460.948

(1) Inclui os ativos adquiridos e os passivos assumidos no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif.

A demonstração dos resultados por segmento operacional em 31 de dezembro de 2014 apresenta o seguinte detalhe:

	2014				
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Total Consolidado
Margem financeira estrita	102.596	308.053	126.704	6.186	543.539
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	1.222	1.222
Margem Financeira Alargada	**102.596**	**308.053**	**126.704**	**7.408**	**544.761**
Comissões líquidas	57.369	216.461	20.199	(17.153)	276.876
Outros resultados da atividade bancária	(55)	(1.483)	(218)	(12.558)	(14.314)
Margem Comercial	**159.910**	**523.031**	**146.685**	**(22.303)**	**807.323**
Resultado de operações financeiras	(9.125)	1.876	714	94.186	87.651
Produto Bancário	**150.785**	**524.907**	**147.399**	**71.883**	**894.974**
Custos de transformação	(15.932)	(344.857)	(61.099)	(3.448)	(425.336)
Amortizações do exercício	(3.030)	(47.398)	(11.429)	-	(61.857)
Margem de Exploração	**131.823**	**132.652**	**74.871**	**68.435**	**407.781**
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(41.235)	(75.282)	(39.957)	(36.059)	(192.533)
Resultados de associadas	-	-	17.652	2.139	19.791
Resultado antes de Impostos	**90.588**	**57.370**	**52.566**	**34.515**	**235.039**
Impostos	(26.270)	(17.460)	(10.331)	(15.810)	(69.871)
Interesses que não controlam	-	-	-	6	6
Resultado líquido do exercício	**64.318**	**39.910**	**42.235**	**18.711**	**165.174**

Em 31 de dezembro de 2014, os ativos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	2014				
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Total Consolidado
Ativo					
Crédito a Clientes					
Crédito hipotecário	-	14.795.658	-	-	14.795.658
Crédito ao consumo	-	1.398.725	-	-	1.398.725
Outros créditos	2.966.050	2.306.703	4.056.115	-	9.328.868
Total de ativos afetos	2.966.050	18.501.086	4.056.115	-	25.523.251
Ativos não afetos					13.337.111
Total do Ativo					38.860.362
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de clientes e outros empréstimos	938.483	17.665.370	1.725.300	1.296.749	21.625.902
Responsabilidades representadas por títulos	-	171.791	48.474	2.752.846	2.973.111
	938.483	17.837.161	1.773.774	4.049.595	24.599.013
Garantias e avales	125.654	157.480	800.895	-	1.084.029

De seguida é apresentada a informação geográfica da atividade consolidada, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	2015							
		Atividade internacional					Entre	Total
	Portugal	Irlanda	Porto Rico	Bahamas	Outros	Total	segmentos	consolidado
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.134.032	-	-	-	-	-	-	3.134.032
Disponibilidades em outras instituições de crédito	462.678	20.708	8.328	14.211	455	43.702	(42.482)	463.898
Ativos financeiros detidos para negociação	1.750.694	-	-	-	-	-	-	1.750.694
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.467.813	770.549	-	-	-	770.549	(770.549)	6.467.813
Aplicações em instituições de crédito	1.535.156	210.142	432.449	58.351	-	700.942	(700.662)	1.535.436
Crédito a clientes	31.766.739	-	-	14.226	-	14.226	-	31.780.965
Derivados de cobertura	130.292	-	-	-	-	-	-	130.292
Ativos não correntes detidos para venda	189.126	-	-	1.469	-	1.469	-	190.595
Propriedades de investimento	387.193	-	-	-	-	-	-	387.193
Outros Ativos tangíveis	299.310	-	-	866	18	884	-	300.194
Ativos intangíveis	31.054	-	-	-	-	-	-	31.054
Investimentos em associadas	42.957	-	-	-	-	-	-	42.957
Ativos por impostos correntes	16.458	-	-	-	-	-	-	16.458
Ativos por impostos diferidos	412.810	5.507	-	-	-	5.507	-	418.317
Outros Ativos	278.777	3.935	87	80	207	4.309	(4.016)	279.070
Total do Ativo Líquido	46.905.089	1.010.841	440.864	89.203	680	1.541.588	(1.517.709)	46.928.968
Passivo								
Recursos de bancos centrais	4.952.679	-	-	-	-	-	-	4.952.679
Passivos financeiros detidos para negociação	1.721.589	-	-	102	-	102	-	1.721.691
Recursos de outras instituições de crédito	3.544.248	593.487	10.622	981	-	605.090	(604.109)	3.545.229
Recursos de clientes e outros empréstimos	26.934.343	-	70.951	121.280	-	192.231	(261)	27.126.313
Responsabilidades representadas por títulos	5.043.445	-	-	-	-	-	-	5.043.445
Derivados de cobertura	170.133	-	-	-	-	-	-	170.133
Provisões	323.090	-	-	-	-	-	-	323.090
Passivos por impostos correntes	36.966	781	-	-	-	781	-	37.747
Passivos por impostos diferidos	122.920	-	-	-	-	-	-	122.920
Instrumentos representativos de capital	69.309	-	-	-	-	-	-	69.309
Passivos subordinados	4.302	-	-	-	-	-	-	4.302
Outros passivos	397.940	28	618	530	463	1.639	(277)	399.302
Total do Passivo	43.320.964	594.296	82.191	122.893	463	799.843	(604.647)	43.516.160
Capital próprio								
Capital próprio atribuível aos acionistas	3.583.453	416.545	28.003	(33.690)	9.234	420.092	(912.052)	3.091.493
Interesses que não controlam	672	-	330.670	-	(9.017)	321.653	(1.010)	321.315
Total do capital próprio	3.584.125	416.545	358.673	(33.690)	217	741.745	(913.062)	3.412.808
Total do passivo e do capital próprio	46.905.089	1.010.841	440.864	89.203	680	1.541.588	(1.517.709)	46.928.968

	2014							
		Atividade internacional					Entre	Total
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	segmentos	consolidado
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	830.474	-	-	-	-	-	-	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	240.632	25	-	5.675	630	6.330	(5.744)	241.218
Ativos financeiros detidos para negociação	2.291.734	-	-	-	-	-	-	2.291.734
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.712.555	987.451	-	-	-	987.451	(987.451)	6.712.555
Aplicações em instituições de crédito	1.220.665	50.001	-	465.478	334.887	850.366	(850.114)	1.220.917
Crédito a clientes	25.523.250	-	-	1	-	1	-	25.523.251
Derivados de cobertura	195.035	-	-	-	-	-	-	195.035
Ativos não correntes detidos para venda	208.375	-	-	-	-	-	-	208.375
Propriedades de investimento	420.239	-	-	-	-	-	-	420.239
Outros ativos tangíveis	298.758	1	-	-	34	35	(1)	298.792
Ativos intangíveis	28.380	-	-	-	-	-	1	28.381
Investimentos em associadas	33.674	-	132.685	-	-	132.685	-	166.359
Ativos por impostos correntes	14.603	-	-	-	-	-	-	14.603
Ativos por impostos diferidos	458.675	-	-	-	-	-	-	458.675
Outros ativos	249.436	4.498	-	(196)	517	4.819	(4.501)	249.754
Total do Ativo Líquido	38.726.485	1.041.976	132.685	470.958	336.068	1.981.687	(1.847.810)	38.860.362
Passivo								
Recursos de bancos centrais	4.406.312	-	-	-	-	-	-	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.995.019	-	-	-	-	-	-	1.995.019
Recursos de outras instituições de crédito	4.030.724	628.141	-	23.046	-	651.187	(651.187)	4.030.724
Recursos de clientes e outros empréstimos	21.505.353	-	-	120.549	-	120.549	-	21.625.902
Responsabilidades representadas por títulos	2.973.111	-	-	-	-	-	-	2.973.111
Derivados de cobertura	133.690	-	-	-	-	-	-	133.690
Provisões	71.988	-	-	-	-	-	-	71.988
Passivos por impostos correntes	19.772	-	-	-	-	-	262	20.034
Passivos por impostos diferidos	126.171	-	-	-	-	-	15.855	142.026
Instrumentos representativos de capital	205.979	-	-	-	-	-	-	205.979
Passivos subordinados	4.306	-	-	-	-	-	-	4.306
Outros passivos	291.899	132.960	-	779	187	133.926	(132.932)	292.893
Total do Passivo	35.764.324	761.101	-	144.374	187	905.662	(768.002)	35.901.984
Capital próprio								
Capital próprio atribuível aos acionistas	2.961.485	280.875	132.685	30.068	37.396	481.024	(1.079.808)	2.362.701
Interesses que não controlam	676	-	-	296.516	298.485	595.001	-	595.677
Total do capital próprio	2.962.161	280.875	132.685	326.584	335.881	1.076.025	(1.079.808)	2.958.378
Total do passivo e do capital próprio	38.726.485	1.041.976	132.685	470.958	336.068	1.981.687	(1.847.810)	38.860.362

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	2015						
		Atividade internacional				Entre	Total
	Portugal	Irlanda	Porto Rico	Outros	Total	segmentos	consolidado
Juros e rendimentos similares	1.027.458	5.191	27.210	-	32.401	(32.391)	1.027.468
Juros e encargos similares	(466.428)	(737)	(1.122)	-	(1.859)	782	(467.505)
Margem financeira	561.030	4.454	26.088	-	30.542	(31.609)	559.963
Rendimentos de instrumentos de capital	1.178	-	-	-	-	-	1.178
Rendimentos de serviços e comissões	321.712	655	-	-	655	(655)	321.712
Encargos com serviços e comissões	(59.070)	-	-	(122)	(122)	(7)	(59.199)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	84.452	-	-	-	-	-	84.452
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	147.877	-	-	-	-	-	147.877
Resultados de reavaliação cambial	6.182	-	(45)	-	(45)	-	6.137
Resultados de alienação de outros ativos	61.685	-	-	-	-	-	61.685
Outros resultados de exploração	(13.753)	-	(5)	(25)	(30)	-	(13.783)
Produto bancário	1.111.293	5.109	26.038	(147)	31.000	(32.271)	1.110.022
Custos com o pessoal	(274.531)	(14)	(190)	(708)	(912)	(166)	(275.609)
Gastos gerais administrativos	(206.412)	(28)	(154)	(303)	(485)	(305)	(207.202)
Amortizações do exercício	(40.096)	(1)	-	(19)	(20)	-	(40.116)
Provisões líquidas de anulações	(99.441)	-	-	-	-	-	(99.441)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(119.389)	-	-	-	-	-	(119.389)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	(10.416)	-	-	-	-	-	(10.416)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	(13.011)	-	-	-	-	-	(13.011)
Resultado na compra da atividade do Banif	327.159	-	-	-	-	-	327.159
Resultados de associadas	14.498	-	-	-	-	-	14.498
Resultados antes de impostos e de interesses que não controlam	689.654	5.066	25.694	(1.177)	29.583	(32.742)	686.495
Impostos correntes	(67.021)	(633)	-	(4)	(637)	-	(67.658)
Impostos diferidos	(51.499)	-	-	-	-	1.034	(50.465)
Resultados após impostos e antes de interesses que não controlam	571.134	4.433	25.694	(1.181)	28.946	(31.708)	568.372
Interesses que não controlam	6	-	-	(1)	(1)	-	5
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do Banco	571.140	4.433	25.694	(1.182)	28.945	(31.708)	568.377

	2014							
		Atividade internacional					Entre	Total
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	segmentos	consolidado
Juros e rendimentos similares	1.194.167	26.396	-	24.206	-	50.602	(50.601)	1.194.168
Juros e encargos similares	(647.843)	(12.307)	-	(2.822)	-	(15.129)	12.343	(650.629)
Margem financeira	546.324	14.089	-	21.384	-	35.473	(38.258)	543.539
Rendimentos de instrumentos de capital	1.222	-	-	-	-	-	-	1.222
Rendimentos de serviços e comissões	335.187	8.805	-	-	-	8.805	(8.805)	335.187
Encargos com serviços e comissões	(58.072)	-	-	-	(238)	(238)	(1)	(58.311)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(244.097)	-	-	-	-	-	-	(244.097)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	308.722	-	-	-	-	-	-	308.722
Resultados de reavaliação cambial	5.591	-	-	(133)	-	(133)	-	5.458
Resultados de alienação de outros ativos	17.566	-	-	-	2	2	-	17.568
Outros resultados de exploração	(14.225)	-	-	(4)	(86)	(90)	1	(14.314)
Produto bancário	898.218	22.894	-	21.247	(322)	43.819	(47.063)	894.974
Custos com o pessoal	(280.650)	(178)	-	(186)	(578)	(942)	-	(281.592)
Gastos gerais administrativos	(143.005)	(347)	-	(107)	(285)	(739)	-	(143.744)
Amortizações do exercício	(61.834)	(1)	-	-	(22)	(23)	-	(61.857)
Provisões líquidas de anulações	(46.416)	-	-	-	-	-	-	(46.416)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(111.206)	-	-	-	-	-	-	(111.206)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	(1.131)	-	-	-	-	-	-	(1.131)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	(33.780)	-	-	-	-	-	-	(33.780)
Resultados de associadas	2.139	-	17.652	-	-	17.652	-	19.791
Resultados antes de impostos e de interesses que não controlam	222.335	22.368	17.652	20.954	(1.207)	59.767	(47.063)	235.039
Impostos correntes	(37.219)	(3.471)	-	-	(10)	(3.481)	-	(40.700)
Impostos diferidos	(29.850)	679	-	-	-	679	-	(29.171)
Resultados após impostos e antes de interesses que não controlam	155.266	19.576	17.652	20.954	(1.217)	56.965	(47.063)	165.168
Interesses que não controlam	(6)	6	(10)	(19)	(13)	(36)	48	6
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do Banco	155.260	19.582	17.642	20.935	(1.230)	56.929	(47.015)	165.174

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram consistentes com as descritas na Nota 1.3. deste Anexo.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respetivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

	Participação (%) direta		Participação (%) efetiva		Ativo líquido		Capitais próprios		Resultado do exercício	
Empresa	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	-	-	100,00	100,00	50.232.462	39.994.424	2.621.463	1.918.640	515.438	134.473
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A. (9)	-	-	-	24,96	-	1.843.631	-	313.771	-	70.243
TOTTA & AÇORES FINANCING (1) (4)	100,00	100,00	100,00	100,00	46	311.792	46	311.792	9.017	12.360
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	-	-	100,00	100,00	41.735	32.819	41.718	32.805	164	227
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	100,00	100,00	100,00	100,00	1.441	1.177	1.249	1.022	(45)	8
TOTTA IRELAND, PLC (3)	100,00	100,00	100,00	100,00	1.010.842	1.039.176	416.546	410.739	4.433	945
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	180.859	106.527	180.832	77.628	101.741	5.376
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. (2)	100,00	100,00	100,00	100,00	144.563	132.009	135.431	125.479	2.756	1.470
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	25,81	25,81	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.	-	100,00	-	100,00	-	15.804	-	15.788	-	(19)
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO (1) (5)	100,00	100,00	100,00	100,00	440.858	414.789	358.672	287.511	25.694	20.932
BANIF INTERNATIONAL BANK (7)	100,00	-	100,00	-	89.203	-	(33.689)	-	(53.941)	-
TAXAGEST, SGPS, S.A.	99,00	99,00	99,00	99,00	55.753	55.727	55.747	55.722	25	(2)
PARTANG, SGPS, S.A. (9)	-	0,49	-	49,00	-	172.497	-	161.418	-	35.936
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	21,50	21,50	21,50	21,50	347.230	334.788	137.926	98.274	39.872	10.249
HIPOTOTTA nº 1 PLC	-	-	-	-	157.406	176.126	(722)	(775)	453	798
HIPOTOTTA nº 4 PLC	-	-	-	-	1.009.080	1.081.604	(4.895)	(9.483)	5.826	2.915
HIPOTOTTA nº 5 PLC	-	-	-	-	878.085	930.559	(3.214)	(4.439)	3.741	2.826
LEASETOTTA nº 1 Ltd	-	-	-	-	-	111	-	(6)	-	10.854
HIPOTOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	139.960	158.823	138.460	158.473	(1.263)	310
HIPOTOTTA nº 4 FTC	-	-	-	-	965.241	1.034.833	954.929	1.032.330	(4.169)	(1.305)
HIPOTOTTA nº 5 FTC	-	-	-	-	848.331	901.075	840.639	897.266	(3.352)	(123)
GAMMA STC (8)	-	-	-	-	3.635.777	-	(113.002)	-	9.888	-
ATLANTES MORTGAGE 1 PLC (8)	-	-	-	-	123.472	-	(7.070)	-	(872)	-
ATLANTES FINANCE 6 (8)	-	-	-	-	96.228	-	(85)	-	-	-
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (6)	78,59	77,26	78,59	77,26	408.283	429.050	325.168	330.315	450	(17.324)
SANTANDER MULTIOBRIGAÇÕES - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável (Santander Multiobrigações) (6)	-	64,84	-	64,84	n.a.	374.055	n.a.	372.261	n.a.	3.320

Nota: As demonstrações financeiras de algumas empresas subsidiárias, associadas e entidades sob controlo conjunto estão pendentes de aprovação pelos respetivos Órgãos Sociais. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que não haverá alterações com impacto significativo nos capitais próprios e no lucro consolidado do Grupo.

n/d – não disponível

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a atividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação foi como segue:

Empresa	Atividade	Sede	Método de Consolidação
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Lisboa	Matriz
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A. (9)	Bancária	Luanda	Equivalência patrimonial
TOTTA & AÇORES FINANCING (1) (4)	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	Captação de fundos	EUA	Integral
TOTTA IRELAND, PLC (3)	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Funchal	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. (2)	Gestão de propriedades	Lisboa	Integral
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A.	Promoção imobiliária	Lisboa	Equivalência patrimonial
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	Integral
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO (1) (5)	Bancária	Porto Rico	Integral
BANIF INTERNATIONAL BANK (7)	Bancária	Bahamas	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	Integral
PARTANG, SGPS, S.A. (9)	Gestão de participações sociais	Lisboa	Equivalência patrimonial
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	Emissão e gestão de cartões de crédito	Lisboa	Equivalência patrimonial
HIPOTOTTA nº 1 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
LEASETOTTA nº 1 Ltd	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 1 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
GAMMA STC (8)	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
ATLANTES MORTGAGE 1 PLC (8)	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
ATLANTES FINANCE 6 (8)	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Equivalência patrimonial
LEASETOTTA nº 1 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (6)	Gestão de fundos	Lisboa	Integral
SANTANDER MULTIOBRIGAÇÕES - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável (6)	Gestão de fundos	Lisboa	Integral

(1) A situação líquida destas sociedades inclui a emissão de ações preferenciais com natureza de capital que foram subscritas por entidades do Grupo Santander (Nota 28).

(2) A situação líquida desta subsidiária inclui prestações suplementares no montante de 99.760 m.euros.

(3) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de novembro, os montantes refletidos nas colunas do “Resultado do exercício” correspondem ao resultado líquido apurado no mês de dezembro de cada um dos exercícios. Nos períodos compreendidos entre 1 de janeiro e 30 de novembro de 2015 e 2014, o resultado líquido da Totta Ireland, PLC. ascendeu a 18.368 m.euros e 23.347 m.euros, respetivamente.

(4) Em 31 de dezembro de 2014, o capital desta subsidiária estava representado por 50.000 ações ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 300.000 ações preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 euros cada. Em 30 de dezembro de 2015, esta entidade procedeu ao reembolso integral das ações preferenciais.

(5) O capital desta subsidiária está representado por 5.000.000 de ações ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 3.600 ações preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares dos Estados Unidos cada. Considerando as ações preferenciais, a participação efetiva do Banco nesta entidade é de 1,37%.

(6) Estas entidades foram consolidadas pela primeira vez durante o exercício de 2013, em virtude do Banco deter mais de 50% das suas unidades de participação em circulação. Em 2015 o Banco resgatou as unidades de participação que detinha no Santander Multiobrigações.

(7) Esta entidade foi consolidada pela primeira vez durante o exercício de 2015, decorrente da medida de resolução aplicada ao ex-Banif (Nota 1.4). O capital desta subsidiária está representado por 25.000.000 ações ordinárias com o valor nominal de 1 euro e por 10.000 ações preferenciais com o valor nominal de 1 cêntimo. As ações preferenciais foram emitidas no dia 24 de junho de 2009 e no dia 26 de junho de 2009, foi decidido pelo Conselho de Administração da participada emitir um "Global Share Certificate for Ten Thousand Preference Shares" que foi por sua vez subscrito por 10.000 m.euros por outra entidade do Grupo Banif, a qual não foi adquirida pelo BST.

(8) Estas entidades foram consolidadas pela primeira vez em 2015. A Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. é uma sociedade de titularização de créditos detida atualmente pela Oitante. No âmbito da aquisição de parte significativa da atividade do Banif o BST adquiriu onze operações de titularização cujos créditos foram originados por este e cedidos à Gamma STC, a qual se financiou através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* para cada operação de titularização. Por simplificação, o Banco considerou estas titularizações no seu conjunto denominando-as "Gamma STC", tendo registado estes veículos de acordo com o envolvimento continuado do Grupo nestas operações, determinado com base na percentagem detida do respetivo *equity piece*. Adicionalmente, existe uma titularização denominada "Atlantes Mortgages 1 PLC" em que os créditos foram vendidos a um fundo de titularização de créditos denominado "Atlantes Mortgages nº. 1 FTC", que emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade irlandesa "Atlantes Mortgages nº. 1 PLC". As demonstrações financeiras incluídas na consolidação dizem respeito à sub-consolidação do fundo e da sociedade existente na Irlanda, tendo sido efetuados pelo Grupo ajustamentos às contas estatutárias. Por último, a "Atlantes Mortgages nº. 6" diz respeito a uma titularização em que os créditos foram cedidos igualmente à Gamma, não dispondo o Grupo BST da totalidade do *equity piece*.

(9) Em julho de 2015, na sequência do exercício da opção de venda da Partang (Nota 15), o Banco deixou de deter a participação na Partang e no Banco Caixa Geral Totta de Angola.

De acordo com a IFRS 10, que veio substituir a IAS 27 e a SIC 12, o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE's), criadas no âmbito de operações de titularização quando as controla, ou seja quando detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua atividade, nomeadamente, as obrigações que emitiram com maior grau de subordinação – *equity pieces* (Nota 45).

Durante o exercício de 2013, o Banco reforçou a sua participação no Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Novimovest, gerido pela Santander Asset Management, SGFIM, S.A. ("SAM"), passando a deter uma participação superior a 50%. De acordo com a política contabilística adotada pelo Banco, os fundos de investimento são consolidados (pelo método da consolidação integral) quando o Banco detém controlo sobre o Fundo, nomeadamente, quando forem detidas mais de 50% das suas unidades de participação. Este Fundo passou a ser consolidado a partir de 1 de julho de 2013.

Pelos motivos acima referidos, o Banco procedeu igualmente em 31 de dezembro de 2013 à consolidação do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável – Santander Multiobrigações, igualmente gerido pela SAM. Em 2015 o Banco resgatou as unidades de participação que detinha neste Fundo.

Dado que as unidades de participação nos fundos de investimento acima referidos eram registadas pelo seu justo valor, apurado com base no valor da unidade de participação divulgado periodicamente pela SAM junto da Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários, e dado que a totalidade das subscrições das unidades de participação foram efetuadas com base naquela fonte de valorização, não foi gerado goodwill nestas aquisições. Por outro lado, todas as subscrições de unidades de participação naqueles fundos tiveram como contrapartida numerário.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o balanço do Fundo Novimovest, e em 31 de dezembro de 2014, o balanço do Fundo Santander Multiobrigações apresentava a seguinte composição:

	31-12-2015	31-12-2014		
	Novimovest	Novimovest	Multiobrigações	Total
Carteira de títulos	3.096	3.019	318.129	321.148
Carteira de imóveis	387.193	401.239	-	401.239
Contas de terceiros	14.795	23.640	-	23.640
Disponibilidades	513	499	54.677	55.176
Acréscimos e diferimentos	2.686	653	1.249	1.902
	408.283	429.050	374.055	803.105
Capital do Fundo	325.168	330.315	372.261	702.576
Ajustamentos e provisões	5.485	5.366	383	5.749
Contas de terceiros	75.201	87.099	1.405	88.504
Acréscimos e diferimentos	2.429	6.270	6	6.276
	408.283	429.050	374.055	803.105

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o resultado líquido consolidado inclui um lucro e um prejuízo de 353 m.euros e 13.385 m.euros, respetivamente, atribuíveis ao Fundo Novimovest.

Em 31 de dezembro de 2014, o resultado líquido consolidado inclui um lucro de 2.153 m.euros, atribuível ao Fundo Santander Multiobrigações.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Caixa	284.668	208.014
Depósitos à ordem em bancos centrais:		
Banco Central Europeu	2.849.364	622.460
	---	---
	3.134.032	830.474
	========	======

Em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica inclui 2.329.852 m.euros relativos a ativos adquiridos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif.

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de 100.000 euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Cheques a cobrar	63.219	64.841
Depósitos à ordem	2.631	709
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	393.043	173.847
Cheques a cobrar	1.074	1.821
Outras disponibilidades	3.931	-
	463.898	241.218

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito” inclui 114.619 m.euros relativos a ativos adquiridos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as sub rubricas de “Cheques a cobrar” correspondem a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito, os quais, em geral, são compensados nos dias úteis seguintes.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos à ordem” incluía um depósito à ordem no montante de 67.831 m.euros, o qual é mobilizável à medida do cumprimento de determinadas obrigações assumidas perante terceiros.

7. ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Ativos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor positivo	1.747.598	1.969.494
Títulos - Unidades de participação	3.096	3.019
Títulos – Instrumentos de dívida	-	319.221
	1.750.694	2.291.734
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor negativo	(1.721.691)	(1.995.019)
Saldo líquido do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	25.907	(25.525)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de "Instrumentos financeiros derivados" têm a seguinte composição:

	2015			2014		
	Ativo	Passivo	Líquido (Nota 11)	Ativo	Passivo	Líquido (Nota 11)
Forwards	22.123	21.261	862	31.123	30.886	237
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	14.061	12.732	1.329	19.568	-	19.568
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	1.412.795	1.396.888	15.907	1.556.561	1.602.271	(45.710)
Contratos sobre cotações (equity swaps)	55.437	53.976	1.461	36.580	35.348	1.232
Eventos de crédito	-	-	-	-	7	(7)
Opções						
Contratos de taxa de câmbio	1.163	1.081	82	1.368	1.184	184
Contratos sobre cotações	92.086	88.802	3.284	158.355	156.781	1.574
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	149.933	146.951	2.982	165.939	168.542	(2.603)
	1.747.598	1.721.691	25.907	1.969.494	1.995.019	(25.525)

Em 31 de dezembro de 2015, as rubricas de ativo e passivo relativas a "Instrumentos financeiros derivados" encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, 113.100 m.euros e 152.000 m.euros de "Credit Value Adjustments" e de "Debit Value Adjustments", respetivamente (142.400 m.euros e 110.700 m.euros em 31 de dezembro de 2014, respetivamente).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Instrumentos financeiros derivados – Ativo" incluía os saldos com entidades pertencentes ao Setor Público Português que se encontram em litígio, nos montantes de 1.315.000 m.euros e 1.420.000 m.euros, respetivamente (Nota 50).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos "back-to-back" com o Banco Santander, S.A..

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Títulos - Unidades de participação" correspondia ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maxirent.

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Títulos – Instrumentos de dívida" apresentava a seguinte composição:

Descrição	Valor de balanço
Emitidos por residentes	
Dívida pública portuguesa	11.177
Outros	9.531
Emitidos por não residentes	
Emissores públicos estrangeiros	40.935
Outros	257.578
	319.221

8. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

2015	Custo de aquisição	Juros a receber	Correções de valor por operações de cobertura	Reserva de justo valor Positiva	Reserva de justo valor Negativa	Reserva de justo valor Total (Nota 26)	Imparidade (Nota 22)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	5.251.118	108.845	20.761	214.425	(562)	213.863	(116)	5.594.471
Outros emissores públicos nacionais	6.003	-	-	-	(367)	(367)	-	5.636
Outros residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	85.996	59	-	-	(4.697)	(4.697)	-	81.358
Dívida não subordinada	466.838	13.464	-	22.833	(4.156)	18.677	(230)	498.749
Dívida subordinada	125.647	24	-	-	-	-	(5.884)	119.787
Emitidos por não residentes								
Dívida não subordinada	97.874	3.217	-	-	(51.872)	(51.872)	-	49.219
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	96.428	-	-	584	(1.633)	(1.049)	(45.329)	50.050
Valorizados ao custo histórico (1)	83.847	-	-	-	-	-	(19.486)	64.361
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	8	-	-	3.728	-	3.728	-	3.736
Valorizados ao custo histórico	1.192	-	-	-	-	-	(746)	446
	6.214.951	125.609	20.761	241.570	(63.287)	178.283	(71.791)	6.467.813

2014	Custo de aquisição	Juros a receber	Correções de valor por operações de cobertura	Reserva de justo valor Positiva	Reserva de justo valor Negativa	Reserva de justo valor Total (Nota 26)	Imparidade (Nota 22)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	4.975.473	133.789	37.423	258.110	-	258.110	(130)	5.404.665
Outros emissores públicos nacionais	7.502	-	-	-	(672)	(672)	-	6.830
Outros residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	79.600	72	-	-	(8.045)	(8.045)	-	71.627
Dívida não subordinada	830.723	14.980	-	35.737	(6.957)	28.780	(230)	874.253
Dívida subordinada	139.009	22	-	-	(12.135)	(12.135)	(6.603)	120.293
Emitidos por não residentes								
Outros não residentes	117.420	3.477	-	1.457	(344)	1.113	-	122.010
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	158.113	-	-	621	(10.859)	(10.238)	(48.017)	99.858
Valorizados ao custo histórico	18.765	-	-	-	-	-	(6.217)	12.548
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	11	-	-	-	-	-	-	11
Valorizados ao custo histórico	1.206	-	-	-	-	-	(746)	460
	6.327.822	152.340	37.423	295.925	(39.012)	256.913	(61.943)	6.712.555

(1) Inclui fundos de recuperação e fundos mobiliários que estavam anteriormente registados ao justo valor. Atualmente, o Banco efetua a análise de imparidade relativamente a estes fundos.

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Ativos financeiros disponíveis para venda” inclui 1.083.808 m.euros relativos a ativos adquiridos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao ex-Banif.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de Obrigações do Tesouro incluíam valias reconhecidas em resultados nos montantes de 20.761 m.euros e 37.423 m.euros, respetivamente, relativas a correções de valor por operações de cobertura de risco de taxa de juro. Estes títulos apresentavam as seguintes características:

Descrição	2015 Custo de aquisição	2015 Juros a receber	2015 Valias em operações de cobertura	2015 Valias refletidas em reservas	2015 Imparidade	2015 Valor de balanço	2014 Custo de aquisição	2014 Juros a receber	2014 Valias em operações de cobertura	2014 Valias refletidas em reservas	2014 Imparidade	2014 Valor de balanço
Obrigações do Tesouro - Portugal												
. Com vencimento entre um e três anos	414.489	4.802	-	(546)	-	418.745	-	-	-	-	-	-
. Com vencimento entre três e cinco anos	2.269.602	54.776	34.514	90.039	-	2.448.931	1.790.592	42.375	-	54.782	-	1.887.749
. Com vencimento entre cinco e dez anos	2.566.540	49.263	(13.753)	124.370	-	2.726.420	3.184.394	91.410	37.423	203.328	-	3.516.555
Outros	487	4	-	-	(116)	375	487	4	-	-	(130)	361
	5.251.118	108.845	20.761	213.863	(116)	5.594.471	4.975.473	133.789	37.423	258.110	(130)	5.404.665

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro Portuguesas, nos montantes de 1.207.074 m.euros e 2.002.426 m.euros, respetivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 19).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Instrumentos de dívida" incluía, entre outros, os seguintes títulos:

	2015					2014				
Descrição	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Adquiridos no âmbito de operações de titularização										
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES 2025	72.463	51	(4.677)	-	67.837	79.550	72	(8.025)	-	71.597
ATLANTES FINANCE 6 B 03/20/33	9.000	8	-	-	9.008	-	-	-	-	-
ATLANTES FINANCE 6 S 03/20/33	4.483	-	-	-	4.483	-	-	-	-	-
ENERGYON NO.2 CLASS B NOTES 2025	50	-	(20)	-	30	50	-	(20)	-	30
	85.996	59	(4.697)	-	81.358	79.600	72	(8.045)	-	71.627
Dívida não subordinada										
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.75% JAN/2018	251.273	8.931	15.771	-	275.975	251.991	8.931	21.143	-	282.065
Banco Comercial Português 22/06/2017	103.192	2.505	2.878	-	108.575	105.358	2.512	3.702	-	111.572
CGD 3% 2014/2019	49.974	1.442	3.800	-	55.216	49.965	1.442	4.582	-	55.989
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5.875%2	56.025	2.215	(29.642)	-	28.598	57.222	2.221	97	-	59.540
IBERWIND II P- CONSULTORIA SENIOR A	26.058	24	(2.937)	-	23.145	28.046	29	(4.165)	-	23.910
EDIA 2010/2030	19.250	206	(542)	-	18.914	19.250	226	(1.401)	-	18.075
PORTUGAL TELECOM INT FIN 4.625%2	31.230	921	(17.189)	-	14.962	31.373	923	(344)	-	31.952
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5 2019	10.620	81	(5.040)	-	5.661	10.714	81	-	-	10.795
PARPUBLICA 2013/2015	-	-	-	-	-	200.000	78	4.136	-	204.214
GALP ENERGIA 2013/2017	-	-	-	-	-	99.455	429	1.530	-	101.414
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	-	-	-	-	-	35.000	82	(442)	-	34.640
Galp Energia SGPS SA -4,125%-25/01/2019	-	-	-	-	-	23.885	894	215	-	24.994
Outros	17.090	356	(294)	(230)	16.922	35.884	609	840	(230)	37.103
	564.712	16.681	(33.195)	(230)	547.968	948.143	18.457	29.893	(230)	996.263
Dívida subordinada										
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.875% 2017	123.061	22	-	(3.299)	119.784	122.087	19	-	(6.603)	115.503
TOTTA SEGUROS - OBRIG. SUB. 2002	-	-	-	-	-	14.000	1	(9.213)	-	4.788
Outros	2.586	2	-	(2.585)	3	2.922	2	(2.922)	-	2
	125.647	24	-	(5.884)	119.787	139.009	22	(12.135)	(6.603)	120.293

No último trimestre de 2012, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. obrigações subordinadas emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. por 15.674 m.euros acima do respetivo justo valor. Na sequência desta operação, o Banco registou perdas por imparidade no mesmo montante. Durante os exercícios de 2015 e 2014, o Banco reverteu 3.304 m.euros e 4.590 m.euros, respetivamente, de perdas de imparidade naquele título em virtude da sua valorização.

Com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Instrumentos de capital " inclui os seguintes títulos:

	2015				2014			
Descrição	Custo de aquisição	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Valorizados ao justo valor								
FUNDO SOLUCAO ARRENDAMENTO	28.925	(1.531)	-	27.394	28.925	(1.769)	-	27.156
BANCO BPI, SA	21.502	-	(8.218)	13.284	21.502	(9.010)	-	12.492
VISA EUROPE LIMITED (Share transfer to Visa Inc.)	-	3.727	-	3.727	-	-	-	-
SANTANDER MULTIACTIVOS 0-30	2.852	(50)	-	2.802	3.000	(21)	-	2.979
Unicampos - FEI imobiliario Fechado	1.500	7	-	1.507	1.500	10	-	1.510
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S.A.	1.110	72	-	1.182	1.443	64	-	1.507
SANTANDER MULTIACTIVOS 20-60	1.120	(36)	-	1.084	3.000	(49)	-	2.951
FCR Portugal Ventures Valor 2	3.836	51	(3.099)	788	3.836	-	(3.099)	737
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	-	-	-	-	33.120	-	(8.109)	25.011
LUSIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	-	-	-	-	26.379	186	(2.827)	23.738
Títulos com imparidade a 100%	33.396	-	(33.396)	-	33.396	-	(33.396)	-
Outros	2.195	439	(616)	2.018	2.023	351	(586)	1.788
	96.436	2.679	(45.329)	53.786	158.124	(10.238)	(48.017)	99.869
Valorizados ao custo histórico								
LUSIMOVEST - F.I. IMOBILIARIO	26.379	-	(2.894)	23.485	-	-	-	-
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	33.621	-	(10.515)	23.106	-	-	-	-
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS S.A.	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-	3.461
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A.	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	(531)	3.218
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A. (Prestações Suplementares)	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	(531)	3.218
BANIF PROPERTY	5.350	-	-	5.350	-	-	-	-
Outros	3.274	-	(305)	2.969	3.986	-	(875)	3.111
Títulos com imparidade a 100%	5.456	-	(5.456)	-	5.026	-	(5.026)	-
	85.039	-	(20.232)	64.807	19.971	-	(6.963)	13.008

Em 2015 o Banco valorizou a ação da Visa Europa Limited que detinha ao justo valor, na sequência da operação de transferência para a Visa International Inc.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco detinha 5.861.770 unidades de participação do Fundo Solução Arrendamento Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional nos montantes de 28.925 m.euros, as quais foram subscritas através do pagamento em numerário de 2 m.euros, da entrega em espécie de imóveis e o remanescente através da alienação de imóveis e a subsequente subscrição de unidades de participação.

Nos exercícios de 2015 e 2014, o Banco respondeu a chamadas de capital do Fundo Recuperação, FCR, nos montantes de 501 m.euros e 4.629 m.euros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco detinha em carteira 33.620 e 33.110 unidades de participação correspondentes a 4,12% do capital daquele Fundo. No exercício de 2015 o Banco classificou as unidades de participação do fundo ao custo histórico uma vez que considera que não tem informação para apurar com fiabilidade o justo valor do mesmo.

No exercício de 2014, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. ações do Banco BPI, S.A. no montante de 21.501 m.euros (justo valor à data da aquisição), as quais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 se encontram valorizados por 13.284 m.euros e 12.492 m.euros, respetivamente. Em 2015, atendendo à desvalorização continuada desta participação, o BST reconheceu imparidade.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, apresentavam as seguintes percentagens de desvalorização face aos respetivos custos de aquisição:

	2015				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	451.227	3.011	-	(9.762)	444.476
. Entre 25% e 50%	10.669	81	-	(5.060)	5.690
. Superior a 50%	87.255	3.136	-	(46.832)	43.559
	549.151	6.228	-	(61.654)	493.725
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	33.325	-	-	(1.628)	31.697
. Entre 25% e 50%	19	-	-	(5)	14
	33.344	-	-	(1.633)	31.711
	582.495	6.228	-	(63.287)	525.436

	2014				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	219.676	1.430	-	(15.998)	205.108
. Entre 25% e 50%	50	-	-	(20)	30
. Superior a 50%	16.922	3	-	(12.135)	4.790
	236.648	1.433	-	(28.153)	209.928
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	35.001	-	-	(1.849)	33.152
. Entre 25% e 50%	21.502	-	-	(9.010)	12.492
	56.503	-	-	(10.859)	45.644
	293.151	1.433	-	(39.012)	255.572

Apesar da desvalorização ocorrida nos instrumentos de dívida, atendendo à política descrita na Nota 1.3.e), o Conselho de Administração entende que não se verificou um evento de imparidade.

9. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	220.221	200.000
Empréstimos	45.704	22.212
Outras aplicações	7.247	-
Juros a receber	3.918	5.806
	---	---
	277.090	228.018
	---	---
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	807.694	833.764
Aplicações a muito curto prazo	364.522	71.574
Outras aplicações	65.284	55.883
Juros a receber	20.846	31.678
	---	---
	1.258.346	992.899
	---	---
	1.535.436	1.220.917
	========	========

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito” inclui 268.334 m.euros relativos a ativos adquiridos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif (Nota 1.4).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Outras aplicações” inclui contas margem de 64.966 m.euros e 46.926 m.euros, respetivamente.

10. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Crédito geral		
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	3.821.047	3.793.601
Créditos tomados	1.236.759	1.057.039
Locação financeira	695.460	733.256
Crédito em conta corrente	662.027	738.311
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	139.833	139.255
Descobertos	93.396	95.541
Outros créditos	21.435	19.866
A particulares		
Habitação	12.268.881	12.199.253
Consumo e outros	1.663.375	1.652.604
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	124.454	147.724
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	141	140
Créditos tomados	52.624	71.325
Crédito em conta corrente	6.378	7.263
Locação financeira	5.863	1.272
Descobertos	44	62
Outros créditos	849	3
A particulares		
Habitação	321.904	334.883
Consumo e outros	26.679	27.812
	21.141.149	21.019.210
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada	2.907.921	2.390.245
Ativos titularizados não desreconhecidos (Nota 45)		
Particulares		
Crédito à habitação		
. Hipototta nº 1	131.006	157.613
. Hipototta nº 4	884.221	1.031.230
. Hipototta nº 5	802.221	894.145
	1.817.448	2.082.988

	2015	2014
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	16.942	41.490
Há mais de 90 dias	868.168	1.079.431
Ativos titularizados não desreconhecidos até 90 dias	5.775	1.620
Ativos titularizados não desreconhecidos há mais de 90 dias	63.988	43.696
	954.873	1.166.237
	26.821.391	26.658.680
Juros a receber		
Crédito não titulado	33.971	39.206
Crédito titulado	12.839	11.498
Ativos titularizados não desreconhecidos	1.549	2.180
Despesas com encargo diferido	65.659	69.414
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(99.885)	(100.355)
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	3.527	4.246
	17.660	26.189
	26.839.051	26.684.869
Crédito transferido do ex-Banif:		
. Crédito concedido a empresas	2.380.224	-
. Crédito à habitação	2.303.848	-
. Títulos de dívida da Oitante	746.000	-
. Outros créditos concedidos a particulares	429.246	-
. Crédito ao consumo	89.383	-
. Outros créditos	14.226	-
	5.962.927	-
	32.801.978	26.684.869
Imparidade em crédito a clientes (Nota 22)	(1.021.013)	(1.161.618)
	31.780.965	25.523.251

Nos exercícios de 2015 e 2014 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas que na sua maioria já tinham sido abatidos ao ativo. Como resultado destas operações foram registados em 2015 e 2014 ganhos líquidos nos montantes de 9.021 m.euros e 1.120 m.euros, respetivamente (Nota 38).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Crédito interno – A particulares - Habitação” incluía créditos afetos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco (excluindo o ex-Banif) nos montantes de 7.669.850 m.euros e 8.021.820 m.euros, respetivamente (Nota 21).

Em 31 de dezembro de 2015, o crédito transferido do ex-Banif inclui 3.290.657 m.euros afetos às operações de titularização originadas nesta entidade (Nota 21).

Durante o exercício de 2014 foi liquidada antecipadamente a operação de titularização Leasetotta nº 1.

O movimento ocorrido na imparidade em crédito a clientes durante os exercícios de 2015 e 2014 é apresentado na Nota 22.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento (excluindo crédito transferido do ex-Banif) apresentavam o seguinte detalhe:

	2015	2014
Até três meses	22.717	43.110
Entre três e seis meses	21.479	61.723
Entre seis meses e um ano	153.789	127.866
Entre um ano e três anos	355.559	545.546
Mais de três anos	401.329	387.992
	954.873	1.166.237

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição da carteira de crédito concedido a clientes (excluindo crédito transferido do ex-Banif) por setores de atividade era a seguinte:

	2015			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	175.687	5.295	180.982	0,67%
Pescas	4.432	14	4.446	0,02%
Indústrias extrativas	16.382	900	17.282	0,06%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	353.138	5.374	358.512	1,34%
Têxteis, vestuário e couro	198.354	7.494	205.848	0,77%
Madeira e cortiça	93.763	2.221	95.984	0,36%
Papel, gráficas e editoriais	197.794	1.524	199.318	0,74%
Indústria química	173.543	2.060	175.603	0,65%
Indústrias cerâmicas, do vidro e do cimento	210.734	1.459	212.193	0,79%
Metalurgia	113.669	5.334	119.003	0,44%
Máquinas e material de transporte	154.212	7.965	162.177	0,60%
Eletricidade, água e gás	875.366	1.210	876.576	3,27%
Construção e obras públicas	1.000.676	269.441	1.270.117	4,74%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	678.902	29.249	708.151	2,64%
Comércio de retalho	857.016	38.978	895.994	3,34%
Restaurantes e hotéis	318.870	9.515	328.385	1,22%
Transportes e comunicações	447.083	8.364	455.447	1,70%
Instituições financeiras não monetárias	610.727	12.595	623.322	2,32%
Sector público administrativo	699.857	112	699.969	2,61%
Outras empresas de serviços	2.001.289	92.152	2.093.441	7,81%
Crédito a particulares	14.818.069	438.549	15.256.618	56,88%
Crédito ao exterior	325.815	4.898	330.713	1,23%
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	1.258.594	8.493	1.267.087	4,72%
Outros créditos	282.546	1.677	284.223	1,06%
	25.866.518	954.873	26.821.391	100,00%

	2014			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	146.259	7.973	154.232	0,58%
Pescas	3.758	44	3.802	0,01%
Indústrias extrativas	16.617	1.043	17.660	0,07%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	363.292	21.155	384.447	1,44%
Têxteis, vestuário e couro	194.547	8.379	202.926	0,76%
Madeira e cortiça	94.716	5.254	99.970	0,37%
Papel, gráficas e editoriais	193.675	2.361	196.036	0,74%
Indústria química	171.963	3.774	175.737	0,66%
Indústrias cerâmicas, do vidro e do cimento	164.282	3.488	167.770	0,63%
Metalurgia	117.888	8.559	126.447	0,47%
Máquinas e material de transporte	162.960	12.526	175.486	0,66%
Eletricidade, água e gás	683.108	2.474	685.582	2,57%
Construção e obras públicas	1.195.295	228.721	1.424.016	5,34%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	650.927	55.595	706.522	2,65%
Comércio de retalho	948.063	66.781	1.014.844	3,81%
Restaurantes e hotéis	367.792	21.709	389.501	1,46%
Transportes e comunicações	401.804	16.327	418.131	1,57%
Instituições financeiras não monetárias	561.191	13.535	574.726	2,16%
Sector público administrativo	556.792	2.096	558.888	2,10%
Outras empresas de serviços	1.262.402	128.172	1.390.574	5,22%
Crédito a particulares	15.816.560	532.171	16.348.731	61,33%
Crédito ao exterior	306.597	5.112	311.709	1,17%
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	881.678	11.911	893.589	3,35%
Outros créditos	230.277	7.077	237.354	0,89%
	25.492.443	1.166.237	26.658.680	100,00%

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o crédito vencido e o crédito vivo, excluindo crédito adquirido pelo BST no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif, com e sem indícios de imparidade, considerando a segmentação para efeitos de apuramento de perdas por imparidade do Banco, apresentavam o seguinte detalhe:

	2015		
	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito total
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	9.234.844	9.234.844
. Com indícios de imparidade	484.597	288.514	773.111
	484.597	9.523.358	10.007.955
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	13.672.636	13.672.636
. Com indícios de imparidade	336.480	682.010	1.018.490
	336.480	14.354.646	14.691.126
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.024.538	1.024.538
. Com indícios de imparidade	35.640	48.777	84.417
	35.640	1.073.315	1.108.955
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	245.307	245.307
. Com indícios de imparidade	17.199	5.246	22.445
	17.199	250.553	267.752
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	621.862	621.862
. Com indícios de imparidade	80.957	42.784	123.741
	80.957	664.646	745.603
	954.873	25.866.518	26.821.391

	2014		
	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito total
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	8.720.896	8.720.896
. Com indícios de imparidade	613.100	425.763	1.038.863
	613.100	9.146.659	9.759.759
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	13.934.517	13.934.517
. Com indícios de imparidade	350.449	682.607	1.033.056
	350.449	14.617.124	14.967.573
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.028.509	1.028.509
. Com indícios de imparidade	50.726	42.686	93.412
	50.726	1.071.195	1.121.921
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	236.810	236.810
. Com indícios de imparidade	37.268	4.407	41.675
	37.268	241.217	278.485
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	372.546	372.546
. Com indícios de imparidade	114.694	43.702	158.396
	114.694	416.248	530.942
	1.166.237	25.492.443	26.658.680

11. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015			2014		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Cobertura de justo valor						
"Swaps" de taxa de juro	24.634	80.782	(56.148)	32.926	45.158	(12.232)
"Equity swaps"	16.218	18.329	(2.111)	38.092	20.577	17.515
Opções AutoCallable	-	1.593	(1.593)	-	208	(208)
Cobertura de fluxos de caixa						
"Swaps" de taxa de juro	89.440	69.429	20.011	124.017	67.747	56.270
	130.292	170.133	(39.841)	195.035	133.690	61.345

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

	2015								
		Valor nocional							
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	Valor nocional EUR	Valor nocional Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras	862	76.292	80.815	15.578	205	-	172.890	85.500	87.390
. Vendas		76.214	80.786	15.553	204	-	172.757	87.225	85.532
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	1.329	838.715	-	-	-	-	838.715	-	838.715
. Vendas		847.133	-	-	-	-	847.133	847.133	-
Outros swaps de taxa de juro	15.907	870.380	578.144	169.621	604.488	10.012.699	12.235.332	10.972.766	1.262.566
Swaps sobre cotações (equity swaps)	1.461	139.009	70.000	-	180.519	-	389.528	389.528	-
Opções de moeda									
. Compras	82	7.006	13.778	24.800	-	-	45.584	-	45.584
. Vendas		7.006	13.778	24.800	-	-	45.584	-	45.584
Opções de cotações								-	
. Compras	3.284	-	195.899	125.104	1.929	-	322.932	321.003	1.929
. Vendas		-	195.899	125.104	1.929	-	322.932	321.003	1.929
Caps	310	1.106	1.340	5.101	710.303	1.021.780	1.739.630	1.739.630	-
Floors	2.672	-	-	-	649.000	399.322	1.048.322	1.048.322	-
	25.907	2.862.861	1.230.439	505.661	2.148.577	11.433.801	18.181.339	15.812.110	2.369.229
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	20.833	19.442	33.721	18.219	66.055	314.058	451.495	451.495	-
. Ativos financeiros disponíveis para venda	(76.981)	-	-	-	-	850.000	850.000	850.000	-
Opções AutoCallable	(1.593)	-	-	-	196.516	-	196.516	196.516	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(2.111)	325.583	300.481	525.399	1.531.074	153.632	2.836.169	2.649.122	187.047
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	20.011	275.000	300.000	600.000	225.000	1.300.000	2.700.000	2.700.000	-
	(39.841)	620.025	634.202	1.143.618	2.018.645	2.617.690	7.034.180	6.847.133	187.047

	2014								
		Valor nocional							
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	Valor nocional EUR	Valor nocional Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras	237	50.478	46.467	16.221	180	-	113.346	52.872	60.474
. Vendas		50.369	46.414	16.173	175	-	113.131	59.219	53.912
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	19.568	1.177.015	-	-	-	-	1.177.015	-	1.177.015
. Vendas		1.157.722	-	-	-	-	1.157.722	1.157.722	-
Outros swaps de taxa de juro	(45.710)	733.977	79.160	457.056	1.049.816	4.458.982	6.778.991	6.710.385	68.606
Swaps sobre cotações (equity swaps)	1.232	-	133.900	170.004	279.520	70.000	653.424	653.424	-
Opções de moeda									
. Compras	184	30.560	43.043	51.373	-	-	124.976	-	124.976
. Vendas		30.560	43.043	51.373	-	-	124.976	-	124.976
Opções de cotações									
. Compras	1.574	-	-	29.053	1.819	-	30.872	29.053	1.819
. Vendas		-	-	29.053	1.819	-	30.872	29.053	1.819
Caps	(178)	1.047	4.145	38.207	679.144	1.155.913	1.878.456	1.878.456	-
Floors	(2.425)	-	-	5.805	649.000	448.733	1.103.538	1.103.539	(1)
Eventos de crédito	(7)	-	-	7.000	-	-	7.000	7.000	-
	(25.525)	3.231.728	396.172	871.318	2.661.473	6.133.628	13.294.319	11.680.723	1.613.596
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	28.636	7.100	25.873	74.588	89.178	179.974	376.713	376.713	-
. Ativos financeiros disponíveis para venda	(40.868)	-	-	-	-	200.000	200.000	200.000	-
Opções AutoCallable	(208)	-	-	21.253	-	-	21.253	21.253	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	17.515	293.305	398.095	610.838	1.870.023	141.301	3.313.562	3.118.223	195.339
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	56.270	200.000	-	-	1.400.000	1.300.000	2.900.000	2.900.000	-
	61.345	500.405	423.968	706.679	3.359.201	1.821.275	6.811.528	6.616.189	195.339

O Banco realiza operações de derivados no âmbito da sua atividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura).

O Banco transaciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transações são efetuadas em mercados de balcão (OTC – Over-the-counter).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um *Master Agreement* da ISDA – *Internacional Swaps and Derivatives Association*. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transações por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transações em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a IAS 39, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comummente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

12. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Imóveis recebidos em dação em pagamento	253.401	271.204
Imóveis de serviço próprio para venda	36.792	38.790
Unidades de participação	18.663	18.663
Equipamento	2.254	3.464
Outros imóveis	100	100
	311.210	332.221
Imparidade (Nota 22)	(120.615)	(123.846)
	190.595	208.375

O movimento ocorrido na rubrica de ”Ativos não correntes detidos para venda” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015											
	31 de dezembro de 2014				Impacto					31 de dezembro de 2015		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	integração ex-Banif	Transferências (Notas 14 e 17)	Imparidade (Nota 22) Dotações	Reposições	Utilizações	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Imóveis:												
. Recebidos em dação em pagamento	271.204	(92.406)	100.266	(119.538)	1.469	-	(23.334)	5.284	20.860	253.401	(89.596)	163.805
. Serviço próprio para venda e outros	38.890	(24.941)	158	(4.505)	-	2.349	(2.165)	1.115	610	36.892	(25.381)	11.511
Equipamento	3.464	(2.499)	838	(2.048)	-	-	(554)	641	774	2.254	(1.638)	616
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663
	332.221	(123.846)	101.262	(126.091)	1.469	2.349	(26.053)	7.040	22.244	311.210	(120.615)	190.595

	2014										
	31 de dezembro de 2013								31 de dezembro de 2014		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Transferências (Notas 14 e 17)	Imparidade (Nota 22) Dotações	Reposições	Utilizações	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Imóveis:											
. Recebidos em dação em pagamento	268.035	(87.677)	110.040	(106.219)	(652)	(30.183)	6.210	19.244	271.204	(92.406)	178.798
. Serviço próprio para venda e outros	28.806	(17.978)	124	(1.200)	11.160	(8.067)	121	983	38.890	(24.941)	13.949
Equipamento	4.021	(2.927)	1.758	(2.315)	-	(1.823)	1.262	989	3.464	(2.499)	965
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663
	319.525	(112.582)	111.922	(109.734)	10.508	(40.073)	7.593	21.216	332.221	(123.846)	208.375

No exercício de 2014 foram transferidos para a rubrica “Outros ativos - Promessas de dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação em pagamento” 652 m.euros de imóveis recebidos em dação.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica “Unidades de participação” inclui unidades de participação do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário - Imorent, adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

O Banco tem como objetivo a venda de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como ativos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado
O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento
Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo
O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação/obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas, as quais se encontram credenciadas junto da Comissão dos Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	387.193	401.239
Hotel	-	19.000
	387.193	420.239

Durante o exercício de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Banco passou a consolidar pelo método de integração global o Fundo Imobiliário Novimovest cujo principal ativo são imóveis para arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest apresentavam as seguintes características:

	2015	2014
Terrenos		
Urbanizados	15.129	38.651
Não urbanizados	1.196	9.378
Construções acabadas		
Arrendadas	267.848	278.440
Não arrendadas	66.873	74.770
Projetos de construção	36.147	-
	387.193	401.239

Por outro lado, durante os exercícios de 2015 e 2014, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos anuais:

	2015	2014
Rendas (Nota 39)	18.228	19.630
Impostos	(1.834)	(3.913)
Condomínio	(1.385)	(1.339)
Conservação e reparação	(1.232)	(1.382)
Seguros	(264)	(279)
	13.513	12.717

Por último, durante o primeiro semestre de 2013, o Banco recebeu em dação em pagamento um hotel avaliado em 18.660 m.euros. Em simultâneo, celebrou um contrato de locação sobre aquele imóvel pelo prazo de 1 ano renovável automaticamente. Em 31 de dezembro de 2014, o Banco atualizou o justo valor daquele imóvel.

Durante o primeiro semestre de 2015, o Banco celebrou um contrato de locação financeira do hotel, tendo transferido todos os direitos económicos para o locatário. Desta forma, deixou de o considerar como propriedade de investimento e registou a operação de locação financeira como crédito concedido.

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi como segue:

	2015				
	Saldo a 31 de dezembro de 2014	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	Saldo a 31 de dezembro de 2015
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	401.239	-	(6.241)	(7.805)	387.193
Hotel	19.000	-	-	(19.000)	-
	420.239	-	(6.241)	(26.805)	387.193

	2014				
	Saldo a 31 de dezembro de 2013	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	Saldo a 31 de dezembro de 2014
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	449.758	-	(22.507)	(26.012)	401.239
Hotel	18.191	-	809	-	19.000
	467.949	-	(21.698)	(26.012)	420.239

O efeito da valorização ao justo valor dos imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados "Outros resultados de exploração – Mais / Menos valias em propriedades de investimento" (Nota 39). O efeito em 2014 da valorização ao justo valor do Hotel encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados "Resultados da alienação de outros ativos" (Nota 38).

As propriedades de investimento detidas pelo Banco são avaliadas, com uma periodicidade bianual, ou mais curta se entretanto tiver ocorrido um evento que suscite dúvidas quanto ao valor da última avaliação realizada, por entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 12.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	31-12-2015			
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Propriedades de investimento	-	-	387.193	387.193

	31-12-2014			
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Propriedades de investimento	19.000	-	401.239	420.239

De acordo com os requisitos estabelecidos pela IFRS 13, apresenta-se abaixo para as propriedades de investimento com maior valor na carteira do Grupo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, um resumo das suas principais características, das técnicas de valorização adotadas e dos *inputs* mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

Descrição do imóvel	Ocupação	Valor em 2015	Valor em 2014	Técnica de valorização	*Inputs* relevantes
Hotel Delfim - Alvor					
Hotel em Portimão	Arrendado	34.253	33.284	Método do rendimento	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Stª Cruz do Bispo - Lotes 1, 2 e 3					
Terrenos em Matosinhos	Urbanizado	30.017	22.110	Método comparativo de mercado/ Método do Valor Residual	Taxa de capitalização Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
Galerias Saldanha Residence					
Centro Comercial em Lisboa	Arrendado	26.420	29.347	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Hotel em Cascais	Arrendado	n.a.	19.000	Contrato promessa de compra e venda (2014)	n.a.
Armazém em Perafita					
Armazém em Matosinhos	Arrendado	15.721	16.855	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Av. Antero de Quental, 9					
Escritórios e loja em Ponta Delgada	Arrendado	12.373	12.441	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Estrada da Outurela, 119, Carnaxide					
Escritórios em Oeiras	Arrendado	12.854	12.021	Método de rendimento / Método comparativo de mercado (2015) Método de rendimento / Método do custo (2014)	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Campos de Golf Vila Sol - G1 e G2					
Campos de Golf em Loulé	Arrendado	11.722	11.738	Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Parque Logistico SPC Armazéns 1 e 4	Arrendado (SPC 1)	10.455	10.216	Método de rendimento / Método comparativo de mercado (2015)	Valor de renda por m2
Armazéns em Vila Franca de Xira	Não arrendado (SPC 4)			Método de rendimento / Método do custo (2014)	Taxa de capitalização
Alfena - Valongo Terrenos					
Terrenos em Valongo	Não urbanizado	6.130	8.224	Método comparativo de mercado/ Método do custo/ Método do Valor Residual	Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
		159.945	**175.236**		

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso se verifique um aumento dos custos de construção ou de comercialização, um aumento da taxa de capitalização, uma diminuição do valor de renda por metro quadrado ou uma diminuição da taxa de ocupação, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

14. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2015																
	31-12-2014				Impacto	Abates e vendas		Transferências De/Para ativos detidos para venda (Nota 12)			Amortizações do	Diferenças de câmbio		31-12-2015			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Aquisições	integração ex - Banif	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Transfe-rências	exercício	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido
Ativos tangíveis																	
Imóveis																	
. Imóveis de serviço próprio	390.602	135.286	3.843	5.430	321	3.414	40	(6.932)	(4.611)	(35)	7.236	-	-	385.972	137.871	3.843	244.258
. Despesas em edifícios arrendados	125.363	112.122	-	759	150	10.692	10.669	(130)	(130)	-	3.861	18	18	115.468	105.202	-	10.266
. Outros imóveis	306	7	20	2	706	-	-	-	-	-	-	-	-	1.014	7	20	987
Ativos tangíveis em curso																	
. Imóveis de serviço próprio	1.453	-	-	7.581	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.034	-	-	9.034
	517.724	247.415	3.863	13.772	1.177	14.106	10.709	(7.062)	(4.741)	(35)	11.097	18	18	511.488	243.080	3.863	264.545
Equipamento																	
. Mobiliário e material	22.441	20.471	-	497	-	9.401	9.401	-	-	-	756	4	4	13.541	11.830	-	1.71
. Máquinas e ferramentas	3.755	3.683	-	56	-	1.118	1.118	-	-	-	35	5	5	2.698	2.605	-	93
. Equipamento informático	127.703	117.426	-	2.751	6	40.471	40.460	-	-	-	3.682	2	2	89.991	80.650	-	9.341
. Instalações interiores	18.345	8.945	-	3.673	2	588	565	(51)	(24)	35	1.871	-	-	21.416	10.227	-	11.18
. Material de transporte	20.977	13.169	-	3.971	2	3.561	3.498	-	-	-	1.593	(59)	(59)	21.330	11.205	-	10.125
. Equipamento de segurança	26.651	26.302	-	353	-	18.282	18.283	(1)	(1)	-	206	-	-	8.721	8.224	-	497
. Outro equipamento	5.704	4.770	-	279	-	813	813	-	-	-	363	-	-	5.170	4.320	-	850
. Ativos tangíveis em curso	-	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-	14
	225.576	194.766	-	11.594	10	74.234	74.138	(52)	(25)	35	8.506	(48)	(48)	162.881	129.061	-	33.820
Outros ativos tangíveis																	
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
. Património artístico	1.536	-	-	4	289	-	-	-	-	-	-	-	-	1.829	-	-	1.829
	1.817	281	-	4	289	-	-	-	-	-	-	-	-	2.110	281	-	1.829
	745.117	442.462	3.863	25.370	1.476	88.340	84.847	(7.114)	(4.766)	-	19.603	(30)	(30)	676.479	372.422	3.863	300.194
Ativos intangíveis																	
Software adquirido a terceiros	376.056	348.178	-	16.978	-	-	-	-	-	929	20.513	-	-	393.963	368.691	-	25.272
Ativos intangíveis em curso	503	-	-	6.208	-	-	-	-	-	(929)	-	-	-	5.782	-	-	5.782
Trespasses	3.464	3.464	-	-	-	118	118	-	-	-	-	-	-	3.346	3.346	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	380.023	351.642	-	23.186	-	118	118	-	-	-	20.513	-	-	403.091	372.037	-	31.054

	31-12-2013 (proforma)				Abates e vendas		Transferências De/Para ativos detidos para venda (Nota 12)				Diferenças de câmbio		31-12-2014			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Transfe-rências	Amortizações do exercício	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido
Ativos tangíveis																
Imóveis																
. Imóveis de serviço próprio	404.845	132.012	3.843	1.250	552	181	(14.931)	(3.804)	(10)	7.259	-	-	390.602	135.286	3.843	251.473
. Despesas em edifícios arrendados	129.254	110.979	-	526	4.441	4.441	-	-	5	5.565	19	19	125.363	112.122	-	13.241
. Outros imóveis	312	6	20	-	6	-	-	-	-	1	-	-	306	7	20	279
Ativos tangíveis em curso																
. Imóveis de serviço próprio	537	-	-	906	-	-	-	-	10	-	-	-	1.453	-	-	1.453
. Despesas em edifícios arrendados	5	-	-	-	-	-	-	-	(5)	-	-	-	-	-	-	-
	534.953	242.997	3.863	2.682	4.999	4.622	(14.931)	(3.804)	-	12.825	19	19	517.724	247.415	3.863	266.446
Equipamento																
. Mobiliário e material	22.257	19.528	-	279	100	100	-	-	-	1.038	5	5	22.441	20.471	-	1.970
. Máquinas e ferramentas	3.745	3.652	-	14	9	9	-	-	-	35	5	5	3.755	3.683	-	72
. Equipamento informático	125.098	115.542	-	4.562	1.959	1.959	-	-	-	3.841	2	2	127.703	117.426	-	10.277
. Instalações interiores	91.840	83.017	-	2.621	75.977	75.969	(139)	(106)	-	2.003	-	-	18.345	8.945	-	9.400
. Material de transporte	19.135	13.131	-	3.470	1.638	1.611	-	-	-	1.640	10	9	20.977	13.169	-	7.808
. Equipamento de segurança	27.016	26.506	-	89	454	454	-	-	-	250	-	-	26.651	26.302	-	349
. Outro equipamento	5.730	4.414	-	183	211	194	-	-	2	550	-	-	5.704	4.770	-	934
. Ativos tangíveis em curso	2	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-
	294.823	265.790	-	11.218	80.348	80.296	(139)	(106)	-	9.357	22	21	225.576	194.766	-	30.810
Outros ativos tangíveis																
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
. Património artístico	1.536	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.536	-	-	1.536
	1.817	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.817	281	-	1.536
	831.593	509.068	3.863	13.900	85.347	84.918	(15.070)	(3.910)	-	22.182	41	40	745.117	442.462	3.863	298.792
Ativos intangíveis																
Software adquirido a terceiros	361.034	308.566	-	15.588	63	63	-	-	(503)	39.675	-	-	376.056	348.178	-	27.878
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	503	-	-	-	503	-	-	503
Trespasses	3.464	3.464	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.464	3.464	-	-
	364.498	312.030	-	15.588	63	63	-	-	-	39.675	-	-	380.023	351.642	-	28.381

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Software – adquirido a terceiros” inclui o software adquirido à Santander Tecnologia y Operaciones A.E.I.E., um agrupamento europeu de interesse económico pertencente ao Grupo Santander, nos montantes líquidos de depreciações de 25.127 m.euros e 25.414 m.euros, respetivamente.

Durante o exercício de 2014, o Banco procedeu à revisão da vida útil estimada da sua plataforma informática Pártenon de 5 para 3 anos. Como resultado daquela revisão, as amortizações do exercício da rubrica “Software – Adquirido a terceiros” aumentaram em cerca de 7.300 m.euros comparativamente ao exercício anterior.

15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015		2014	
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
Investimentos em associadas				
No país				
. Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Unicre)	21,50	41.635	21,50	33.109
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	25,81	2.078	25,81	2.065
. Atlantes Finance 6 C	23,00	744	-	-
. Partang, SGPS, S.A.	-	-	49,00	132.685
		---		---
		44.457		167.859
		---		---
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 22)				
. Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. (Benim)		(1.500)		(1.500)
		---		---
		42.957		166.359
		=====		======

Nos termos do acordo assinado em agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (“CGD”) e o BST, em 4 de junho de 2009 a Santotta – Internacional, SGPS, S.A. (“Santotta”) e o BST constituíram a Partang, SGPS, S.A. (“Partang”) mediante a entrega de ações do Banco Totta de Angola, S.A., posteriormente Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. (“BCGTA”), correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, respetivamente. Nos termos do mesmo acordo, foi efetuado em 2 de julho de 2009 um aumento de capital social na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo aquela participada passado a ser detida em 50% pela CGD e em 50% pelo Grupo Santander (dos quais 49,51% detidos pela subsidiária Santotta e 0,49% diretamente pelo BST).

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang. Na sequência daquela operação, o Banco passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA. De acordo com a IAS 27, naquela data o Banco valorizou ao justo valor a participação que passou a deter. Subsequentemente, a participação na Partang passou a ser registada pelo método da equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2014, a Partang detinha 51% do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A..

Em 29 de maio de 2015, o Banco exerceu a opção de venda que detinha sobre a CGD relativamente à sua participação financeira na Partang (49% do capital social detido direta e indiretamente). O preço de venda acordado ascendeu a aproximadamente 191 milhões de dólares norte-americanos. A transferência das ações, a correspondente liquidação do preço de venda e o desreconhecimento daquele investimento financeiro ocorreram durante o mês de julho de 2015. O BST reconheceu uma mais valia nas contas consolidadas no montante de 41.042 m.euros (Nota 38).

A participação na Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. é detida indiretamente pelo Banco por via da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A. (Totta Urbe).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os investimentos financeiros detidos na Unicre incluíam goodwill. O teste de imparidade efetuado ao goodwill na Unicre não evidenciou perdas de imparidade neste investimento financeiro.

O Banco detém 22% do *equity piece* da titularização “Atlantes Finance 6 C”, o qual foi reconhecido na rubrica “Investimentos em associadas” na sequência da aquisição deste ativo pelo BST, no âmbito da aplicação da medida de resolução ao Banif.

16. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
Ativos por impostos correntes:		
. IRC a recuperar	16.458	14.538
. Outros	-	65
	16.458	14.603
Passivos por impostos correntes:		
. IRC a pagar	33.090	16.122
. Imposto sobre rendimentos prediais (Fundo Novimovest)	-	3.912
. Outros	4.657	-
	37.747	20.034
Ativos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	418.317	432.718
. Prejuízos fiscais reportáveis	-	25.957
	418.317	458.675
Passivos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	119.609	138.521
. Por créditos fiscais	3.311	3.505
	122.920	142.026

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Ativos por impostos correntes – IRC a recuperar” inclui 8.641 m.euros (7.856 m.euros em 31 de dezembro de 2014), pagos pelo Banco relativos a correções efetuadas pela Administração Tributária às suas declarações de impostos de exercícios anteriores. Por não concordar com os motivos daquelas correções, o Banco registou estes pagamentos como um ativo e apresentou reclamações graciosas relativamente às mesmas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	2015	2014
Impostos correntes		
. Do exercício	(49.138)	(21.137)
. Contribuição especial sobre o setor bancário	(16.716)	(13.922)
. Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE’s)	(1.722)	(1.833)
. Outros	(82)	(3.808)
	(67.658)	(40.700)
Impostos diferidos		
. Registo e reversão de diferenças temporárias	(24.170)	(14.597)
. (Encargos)/ Rendimentos por créditos fiscais	(26.295)	(14.574)
	(50.465)	(29.171)
	(118.123)	(69.871)

O movimento ocorrido nos impostos diferidos ativos e passivos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2015			
	Saldos em 31-12-2014	Outro rendimento integral	Resultados	Saldos em 31-12-2015
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
Ativos	230.321	-	(9.324)	220.997
Passivos relativos a menos-valias potenciais	(1.958)	-	140	(1.818)
Reavaliação de ativos tangíveis	(3.505)	-	194	(3.311)
Pensões:				
Reformas antecipadas	31.989	-	(8.893)	23.096
Pensões de reforma e desvios atuariais	120.819	-	(19.190)	101.629
Transferências de responsabilidades com pensões para a segurança social	5.140	-	(302)	4.838
Prémio de antiguidade	10.571	-	290	10.861
Operações de titularização:				
Prémio/desconto em dívida emitida	(214)	-	29	(185)
Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(4.360)	-	89	(4.271)
Resultados em compras de títulos intragrupo	(20.414)	-	(1.228)	(21.642)
Prejuízos fiscais reportáveis	25.957	-	(25.957)	-
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	468	-	(1.027)	(559)
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	(6.346)	6.478	-	132
Ativos financeiros disponíveis para venda	(74.436)	22.735	-	(51.701)
Diferimento de comissões	1.424	-	446	1.870
Valias fiscais não contabilísticas	(1.226)	-	(314)	(1.540)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(392)	-	62	(330)
Plano de incentivos	1.929	-	33	1.962
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	883	-	(883)	-
Custos de incorporação	-	-	15.370	15.370
Outros	(1)	-	-	(1)
	316.649	29.213	(50.465)	295.397

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco não reconheceu 272.955 m.euros de impostos diferidos ativos transferidos do ex-Banif, conforme descrito na Nota 1.4.

	2014				
	Saldos em 31-12-2013	Outro rendimento integral	Resultados	Outros	Saldos em 31-12-2014
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
Ativos	241.282	-	(10.961)	-	230.321
Passivos relativos a menos-valias potenciais	(1.999)	-	41	-	(1.958)
Reavaliação de ativos tangíveis	(3.765)	-	260	-	(3.505)
Pensões:					
Reformas antecipadas	24.244	-	7.745	-	31.989
Pensões de reforma e desvios atuariais	139.771	-	(18.952)	-	120.819
Transferências de responsabilidades com pensões para a segurança social	4.921	-	219	-	5.140
Prémio de antiguidade	8.423	-	2.148	-	10.571
Operações de titularização:					
Prémio/desconto em dívida emitida	(251)	-	37	-	(214)
Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(8.573)	-	4.213	-	(4.360)
Resultados em compras de títulos intragrupo	(18.417)	-	(1.997)	-	(20.414)
Prejuízos fiscais reportáveis	40.531	-	(14.574)	-	25.957
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	(1.518)	-	1.986	-	468
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	(13.092)	6.746	-	-	(6.346)
Ativos financeiros disponíveis para venda	68.640	(143.419)	-	343	(74.436)
Diferimento de comissões	-	-	1.424	-	1.424
Valias fiscais não contabilísticas	(1.767)	-	541	-	(1.226)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(457)	-	65	-	(392)
Plano de incentivos	2.495	-	(566)	-	1.929
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1.685	-	(802)	-	883
Outros	(2)	-	2	(1)	(1)
	482.151	(136.673)	(29.171)	342	316.649

Em 31 de dezembro de 2014, a aferição da realização dos ativos por impostos diferidos, nomeadamente dos associados a prejuízos fiscais reportáveis, foi efetuada através do último *Business Plan* aprovado pelo Conselho de Administração do Banco, o qual contemplava um período de 3 anos. De acordo com aquele *Business Plan* os ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis do Banco seriam recuperados nos próximos 2 anos, o que se veio a concretizar já em 2015.

Nos exercícios de 2015 e 2014, a reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efetiva, foi como segue:

	2015		2014	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro antes de impostos		686.495		235.039
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente vigente em Portugal e nos países onde estão estabelecidas as participadas	19,87%	136.436	20,20%	47.489
Contribuição especial sobre o sector bancário	2,43%	16.716	5,92%	13.922
Ativação de impostos diferidos associados a reformas antecipadas	0,00%	-	-4,66%	(10.954)
Ativação de impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores	0,00%	-	-4,59%	(10.793)
Constituição/(reversão) de provisões tributadas	0,97%	6.662	3,01%	7.080
Anulação de impostos diferidos ativos resultantes de correções efetuadas pela administração fiscal	0,00%	-	2,58%	6.069
Efeito na taxa efetiva da desconsideração do resultado de associadas	-0,44%	(3.045)	-2,32%	(5.442)
Correções relativas a exercícios anteriores	-0,26%	(1.767)	1,62%	3.808
Impacto da alteração da taxa de imposto no cálculo dos impostos diferidos do Banco	0,00%	-	3,95%	9.283
Derramas	3,15%	21.601	2,34%	5.509
Tributação autónoma	0,38%	2.636	1,27%	2.994
Anulação de imposto diferido pela não atribuição de incentivos de longo prazo	0,02%	114	0,38%	889
Benefícios fiscais	-0,04%	(273)	-0,22%	(507)
Dividendos não tributáveis	0,00%	-	-0,12%	(290)
Mais/ menos valias não tributadas na alienação de participadas	-1,26%	(8.619)	0,00%	-
Diferenças na taxa de tributação utilizada para efeitos de determinação de imposto corrente e diferido	0,72%	4.958		
Reformas antecipadas	0,94%	6.433	0,00%	-
Neutralidade fiscal do resultado na compra do ex-BANIF	-10,01%	(68.703)	0,00%	-
Outros	0,72%	4.974	0,35%	814
Imposto sobre os lucros do exercício	17,21%	118.123	29,73%	69.871

Na sequência da alteração da legislação fiscal para o ano de 2015, o Banco passou em 2014 a apurar e a registar os ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis a uma taxa de 21% e os impostos diferidos associados a diferenças temporárias a uma taxa de 29%.

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas filiais e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objeto de inspeção fiscal até ao exercício de 2013, inclusive. Como resultado da inspeção ao ano de 2013, foi sujeito a uma liquidação adicional em sede de IRC relativa a tributação autónoma e a diversas correções ao prejuízo fiscal apurado naquele exercício. Em sede de Imposto do Selo, o Banco foi sujeito igualmente a uma liquidação adicional. As correções efetuadas à matéria coletável abrangeram diversas matérias, incluindo, entre outras, ajustamentos relativos ao reconhecimento fiscal dos desvios atuariais, ajustamentos ao nível das reformas antecipadas e ajustamentos relativos às utilizações de provisões para crédito vencido. Parte destas correções são meramente temporárias.

Quanto às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objeto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de "Provisões" do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objeto, bem como às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 22).

Em 2015 o Banco aplicou o regime de neutralidade fiscal ao resultado apurado na compra de parte significativa da atividade do ex-Banif. É convicção do Conselho de Administração do Banco que o requerimento efetuado ao Ministro das Finanças será despachado favoravelmente (Nota 1.4), sendo que em qualquer caso o Conselho de Administração tem igualmente a convicção que o resultado em causa não é sujeito a tributação nos termos do Código do IRC.

17. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Outras disponibilidades	311	327
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros	7.484	9.523
IVA a recuperar	4.024	2.055
Devedores por bonificações a receber	2.485	3.780
Outros devedores	1.413	46.369
Devedores e outras aplicações - capital vencido	6.683	6.666
Devedores por capital não realizado	38	38
Contas caução	823	-
Outras aplicações	480	-
Contratos de suprimentos		
Propaço - Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda.	2.465	2.458
Fafer - Empreendimentos Urbanísticos e de Construção, S.A.	364	364
Gestínsua - Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	3.062	2.483
Promessas de dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação em pagamento	42.479	65.440
Rendimentos a receber	32.645	29.796
Outros rendimentos a receber - Titularização	2.982	3.867
Despesas com encargo diferido por participações em ACE's		
Nortrem - Aluguer Material Ferroviário ACE (Nortrem)	-	1.138
Despesas com encargo diferido	3.293	5.592
Responsabilidades com pensões (Nota 44):		
Responsabilidades do BST	(887.696)	-
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do BST	914.204	-
Responsabilidades do ex-Banif	(118.021)	-
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do ex-Banif	117.138	-
Responsabilidades da sucursal de Londres	(44.559)	-
Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres	40.125	-
Outros	164.769	94.020
	297.117	274.042
Perdas por imparidade (Nota 22):		
. Contratos de suprimentos	(2.398)	(2.392)
. Ativos recebidos em dação em pagamento	(9.725)	(15.849)
. Devedores e outras aplicações	(5.924)	(6.047)
	(18.047)	(24.288)
	279.070	249.754

A rubrica "Devedores e outras aplicações - Devedores por operações sobre futuros" refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à atividade de "trading" de futuros. As contas margem de futuros de clientes estão registadas na rubrica "Outros passivos – Credores e outros recursos - Credores por operações sobre futuros" (Nota 25).

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da rubrica "Devedores e outras aplicações - Outros devedores" incluía o valor dos direitos de crédito detidos sobre o Fundo Lusimovest no montante de 17.600 m.euros, referentes a resgates liquidados por conta do Fundo.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Devedores e outras aplicações - Devedores e outras aplicações – capital vencido" incluía 6.157 m.euros e 6.141 m.euros, respetivamente, relativos a rendas vencidas de imóveis arrendados pelo Fundo Novimovest.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Rendimentos a receber" incluía maioritariamente comissões a receber de seguradoras pela comercialização dos seus seguros (Nota 43).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outros rendimentos a receber - Titularização" refere-se ao valor de juros a receber dos "Swap Agreements" celebrados entre o Banco e o Grupo Santander e entre o Grupo Santander e os veículos de titularização (Nota 45). O valor de juros a pagar relativo a estas operações encontra-se registado na rubrica "Outros passivos – Encargos a pagar – Relativos a Swap agreements" (Nota 25).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outros" inclui operações ativas/(passivas) a liquidar conforme se detalha de seguida:

	31-12-2015		31-12-2014	
	Outros ativos	Outros passivos (Nota 25)	Outros ativos	Outros passivos (Nota 25)
Juros a receber de swaps contratados com entidades do sector público português (Nota 50)	341.894	-	178.048	-
Cheques, valores em trânsito e outras transações a regularizar	(74.553)	(216)	30.308	(770)
Valores a receber / (pagar) a empresas do Grupo	10.666	-	(1.940)	-
Transferências no âmbito do SEPA	(62.355)	-	(77.400)	-
Saldos a regularizar em ATM's	(46.945)	-	(34.988)	-
Outros	(3.938)	(1.258)	(8)	-
	164.769	(1.474)	94.020	(770)

18. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Recursos do Banco Central Europeu		
Depósitos	4.946.000	4.406.000
Juros a pagar	2.209	261
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	4.470	51
	4.952.679	4.406.312

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Recursos obtidos junto do Banco Central Europeu" inclui 819.639 m.euros assumidos pelo Banco no âmbito da aplicação da medida de resolução ao Banif.

19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Recursos de instituições de crédito no país		
Depósitos	172.731	67.468
Empréstimos	2.349	-
Recursos a muito curto prazo	13.777	-
Outros recursos	6.305	-
Juros a pagar	29	26
	195.191	67.494
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Operações de venda com acordo de recompra	2.183.614	2.797.788
Depósitos	487.926	706.026
Outros recursos	675.909	425.429
Recursos a muito curto prazo	947	33.770
Juros a pagar	1.642	217
	3.350.038	3.963.230
	3.545.229	4.030.724

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra", tem a seguinte composição por tipo de ativo subjacente às operações de venda com acordo de recompra:

	2015			
Tipo de subjacente	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	1.207.074	215	(158)	1.207.131
Dívida não subordinada	292.031	50	(17)	292.064
Obrigações emitidas por não residentes	41.428	(37)	12	41.403
Obrigações emitidas por não residentes (ex - Banif)	643.016	-	-	643.016
	2.183.549	228	(163)	2.183.614

	2014			
Tipo de subjacente	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	2.002.426	2.009	(557)	2.003.878
Dívida não subordinada	401.744	182	(122)	401.804
Obrigações emitidas pelo Grupo BST em operações de titularização	371.789	159	(66)	371.882
Obrigações emitidas por não residentes	20.222	4	(2)	20.224
	2.796.181	2.354	(747)	2.797.788

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Recursos de instituições de crédito no estrangeiro - Outros recursos" inclui 600.000 m.euros e 400.000 m.euros, respetivamente, relativos a recursos captados junto do Banco Europeu de Investimento.

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Recursos de outras instituições de crédito" inclui 750.189 m.euros relativos a passivos assumidos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif.

20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Depósitos a prazo	14.431.359	12.880.868
Depósitos à ordem	8.636.032	5.522.964
Outros depósitos estruturados	3.798.996	3.006.349
Depósitos de poupança	76.759	27.710
Depósitos com pré-aviso	19.190	19.346
	26.962.336	21.457.237
Juros e custos a pagar	120.614	140.635
Cheques e ordens a pagar	48.729	30.097
Correções de valor por operações de cobertura	(4.423)	(2.067)
Despesas com encargo diferido	(943)	-
	163.977	168.665
	27.126.313	21.625.902

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” inclui 4.180.600 m.euros relativos a passivos assumidos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif.

21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	6.785.000	6.000.000
Readquiridas	(4.285.000)	(4.250.000)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	14.410	13.283
Obrigações de caixa		
Emitidas	193.056	273.608
Readquiridas	(10.780)	(105.021)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	2.749	6.324
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização		
Emitidas	5.660.994	2.140.550
Readquiridas	(3.401.765)	(1.137.116)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	(257)	(1.330)
	4.958.407	2.940.298

	2015	2014
Outros		
Programa EMTN	32.300	32.300
Readquiridas	(1.250)	(1.250)
Juros a pagar	2	2
	31.052	31.052
Certificados de depósito	52.392	-
Juros a pagar	796	-
	53.188	-
Correções de valor por operações de cobertura	798	1.761
	5.043.445	2.973.111

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Responsabilidades representadas por títulos” inclui 1.653.875 m.euros relativos a passivos assumidos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif, dos quais 1.435.413 m.euros relativos a obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização e 52.392 m.euros relativos a certificados de depósito.

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações de caixa encontram-se descritas no Anexo I.

Entre maio de 2008 e dezembro de 2015, o BST procedeu a quinze emissões de obrigações hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme”. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as obrigações hipotecárias tinham um património autónomo constituído por:

	2015	2014
Crédito a clientes (Nota 10)	7.669.850	8.021.820
Juros de crédito	6.914	7.938
Comissões	(34.141)	(35.378)
Despesas com encargo diferido	6.625	8.458
	7.649.248	8.002.838

As obrigações hipotecárias transferidas do ex-Banif, no montante de 285.000 m.euros, encontravam-se totalmente readquiridas na data da resolução. Em 27 de janeiro de 2016 o Banco amortizou antecipadamente as referidas emissões, seguidas do cancelamento antecipado do respetivo programa.

O movimento ocorrido nas obrigações hipotecárias e de caixa e outra dívida emitida pelo Banco durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Certificados de depósito	Obrigações em circulação		Programa EMTN	
		Emitidas	Readquiridas	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (proforma)	-	7.746.857	(6.511.293)	141.830	(2.940)
. Emissões efetuadas	-	2.501.211	-	-	-
. Emissões reembolsadas	-	(3.974.460)	2.755.750	(109.530)	1.690
. Emissões readquiridas	-	-	(599.478)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	6.273.608	(4.355.021)	32.300	(1.250)
. Emissões do ex-Banif	52.392	452.867	-	-	-
. Emissões efetuadas	-	1.500.000	-	-	-
. Emissões reembolsadas	-	(1.248.483)	1.096.038	-	-
. Emissões readquiridas	-	-	(1.036.797)	-	-
. Variação cambial	-	64	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	52.392	6.978.056	(4.295.780)	32.300	(1.250)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco mantinha as seguintes obrigações emitidas ao abrigo do seu programa de European Medium Term Notes (EMTN):

	2015	2014
Obrigações com remuneração indexada à Euribor		
. Com vencimento até um ano	32.300	-
. Com vencimento entre um e três anos	-	32.300
	---	---
	32.300	32.300
	=====	=====

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2015 e 2014 nas obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização foi o seguinte:

	Obrigações	
	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (proforma)	2.714.309	(1.538.636)
Reembolsadas	(573.759)	499.820
Readquiridas:		
- Hipototta 4 - Classe A	-	(31.736)
- Hipototta 5 - Classe A2	-	(66.564)
	-	(98.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.140.550	(1.137.116)
Transferidas do ex-Banif	3.674.999	(2.239.586)
Reembolsadas	(154.555)	86.204
Readquiridas:		
- Hipototta 4 - Classe A	-	(15.132)
- Hipototta 5 - Classe A2	-	(96.135)
	-	(111.267)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.660.994	(3.401.765)

Nos exercícios de 2015 e 2014 o Banco readquiriu obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização, tendo registado mais-valias de 6.329 m.euros e 8.900 m.euros, respetivamente (Nota 38).

22. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E NA IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade nos exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015					
	31-12-2014	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação	Dotações	Reversões	Utilizações	31-12-2015
Provisões para contingências fiscais	4.167	-	8.449	(484)	(70)	12.062
Provisões para pensões e outros encargos	28.185	75.000	2.295	-	(6.036)	99.444
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	11.554	-	4.076	(4.445)	-	11.185
Outras provisões	28.082	107.822	99.265	(9.715)	(25.055)	200.399
	71.988	182.822	114.085	(14.644)	(31.161)	323.090

	2014				
	31-12-2013	Dotações	Reversões	Utilizações	31-12-2014
Provisões para contingências fiscais	4.474	-	(307)	-	4.167
Provisões para pensões e outros encargos	25.478	32.783	(5.468)	(24.608)	28.185
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	9.124	8.263	(5.833)	-	11.554
Outras provisões	22.963	31.552	(14.574)	(11.859)	28.082
	62.039	72.598	(26.182)	(36.467)	71.988

	2015					
	31-12-2014	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	31-12-2015	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes (Nota 10):						
Crédito interno	229.543	55.512	(84.683)	-	200.372	-
Crédito ao exterior	1.101	-	(535)	-	566	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	10.644	200	(1.461)	-	9.383	-
Outros créditos e valores a receber titulados	7.227	-	(1.336)	-	5.891	-
Imparidade para crédito e juros vencidos (Nota 10):						
Crédito interno	861.754	258.939	(103.738)	(255.731)	761.224	(2.532)
Crédito ao exterior	19.223	2.865	(5.342)	(625)	16.121	(234)
Créditos titularizados não desreconhecidos	30.107	11.875	(9.228)	(6.404)	26.350	-
Outros créditos e valores a receber titulados	2.019	-	(913)	-	1.106	-
	1.161.618	329.391	(207.236)	(262.760)	1.021.013	(2.766)
Imparidade de outros ativos financeiros:						
Imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	61.943	14.504	(4.088)	(568)	71.791	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)	1.500	-	-	-	1.500	-
	63.443	14.504	(4.088)	(568)	73.291	-
Imparidade em ativos não financeiros:						
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 12)	123.846	26.053	(7.040)	(22.244)	120.615	-
Ativos tangíveis (Nota 14)	3.863	165	(165)	-	3.863	-
Outros ativos (Nota 17)	24.288	16.259	(22.261)	(239)	18.047	-
	151.997	42.477	(29.466)	(22.483)	142.525	-
	1.377.058	386.372	(240.790)	(285.811)	1.236.829	(2.766)

	2014					
	31-12-2013	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	31-12-2014	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes (Nota 10):						
Crédito interno	287.036	116.807	(174.300)	-	229.543	-
Crédito ao exterior	1.657	-	(556)	-	1.101	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	14.669	183	(4.208)	-	10.644	-
Outros créditos e valores a receber titulados	12.296	74	(5.143)	-	7.227	-
Imparidade para crédito e juros vencidos (Nota 10):						
Crédito interno	694.768	258.490	(59.110)	(32.394)	861.754	(5.403)
Crédito ao exterior	20.803	3.673	(5.162)	(91)	19.223	(1)
Créditos titularizados não desreconhecidos	46.647	9.647	(25.804)	(383)	30.107	-
Outros créditos e valores a receber titulados	-	2.019	-	-	2.019	-
	1.077.876	390.893	(274.283)	(32.868)	1.161.618	(5.404)
Imparidade de outros ativos financeiros:						
Imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	61.738	5.525	(4.834)	(486)	61.943	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)	1.060	440	-	-	1.500	-
	62.798	5.965	(4.834)	(486)	63.443	-
Imparidade em ativos não financeiros:						
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 12)	112.582	40.073	(7.593)	(21.216)	123.846	-
Ativos tangíveis (Nota 14)	3.863	-	-	-	3.863	-
Outros ativos (Nota 17)	23.098	25.968	(24.668)	(110)	24.288	-
	139.543	66.041	(32.261)	(21.326)	151.997	-
	1.280.217	462.899	(311.378)	(54.680)	1.377.058	(5.404)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as provisões para pensões e outros encargos apresentavam o seguinte detalhe:

	2015	2014
Planos de reestruturação	78.768	9.804
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 47)	20.676	18.381
	---	---
	99.444	28.185
	=====	=====

No exercício de 2014 as dotações e utilizações de provisões para pensões e outros encargos são justificadas, essencialmente, pela passagem à reforma de acordo com a cláusula 137.ª do Acordo Coletivo de Trabalho de um conjunto de colaboradores do Banco.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outras provisões” incluía:

- Provisões para contingências diversas associadas à integração do ex-Banif, no final do exercício de 2015, no montante de 107.822 m.euros (Nota 1.4);

- Provisões para processos judiciais na sequência de ações interpostas por clientes e colaboradores do Banco nos montantes de 20.434 m.euros e 16.780 m.euros, respetivamente. A perda esperada por processo é apurada pela área jurídica do Banco com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento; e

- Outras provisões que se destinavam, essencialmente, a fazer face a contingências diversas, entre as quais, fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas.

23. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
Unidades de participação no Fundo Novimovest não detidas pelo Banco	69.309	75.109
Unidades de participação no Fundo Multiobrigações não detidas pelo Banco	-	130.870
	69.309	205.979

24. PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	270.447	270.447
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	13.818	13.818
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	4.275	4.275
	288.540	288.540
Títulos readquiridos	(284.265)	(284.265)
Juros a pagar	27	31
	4.302	4.306

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

25. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros (Nota 17)	7.484	9.523
Recursos diversos		
Recursos conta cativa	53.475	52.698
Recursos conta caução	924	1.458
Outros recursos	1.529	1.452
Setor público administrativo		
IVA a pagar	3.629	5.487
Retenção de impostos na fonte	25.524	19.295
Contribuições para a Segurança Social	5.272	3.931
Outros	593	558
Cobranças por conta de terceiros	454	161
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.535	1.532
Credores diversos		
Credores por contratos de factoring	33.324	31.757
Credores por fornecimentos de bens	5.525	5.388
Outros credores	40.953	18.637
Encargos a pagar		
Relativos ao pessoal		
Prémio de antiguidade	42.890	36.452
Férias e subsídio de férias	33.988	30.567
Outras remunerações variáveis	28.523	28.011
Outros custos com o pessoal	631	467
Gastos gerais administrativos	37.564	27.371
Relativos a “Swap agreements” (Nota 17)	3.419	4.356
Custos de integração do ex-Banif (Notas 1.4 e 41)	53.000	-
Outros	5.035	3.306
Responsabilidades com pensões (Nota 44):		
Responsabilidades do BST	-	907.691
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do BST	-	(910.580)
Responsabilidades da sucursal de Londres	-	42.855
Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres	-	(38.223)
Outras receitas com rendimento diferido	3.177	1.580
Valores a regularizar com clientes e bancos		
Operações passivas a regularizar	9.380	6.393
Outros (Nota 17)	1.474	770
	399.302	292.893

26. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social do Banco estava representado por 956.723.284 ações e 656.723.284 ações, respetivamente, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

	2015		
	Número de ações	% de participação	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	941.226.328	98,38%	941.227
Taxagest, SGPS, S.A. (ações próprias)	14.593.315	1,53%	14.593
Ações próprias	290.435	0,03%	290
Outros	613.206	0,06%	613
	956.723.284	100,00	956.723

	2014		
	Número de ações	% de participação	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A. (ações próprias)	14.593.315	2,22	14.593
Ações próprias	271.244	0,04	271
Outros	589.105	0,09	589
	656.723.284	100,00	656.723

Em 30 de dezembro de 2015, o Banco realizou um aumento de capital, mediante a emissão de 300.000.000 novas ações.

Durante os exercícios de 2015 e 2014, o Banco procedeu à aquisição de 19.191 e 21.817 ações próprias, pelos montantes de 117 m.euros e 132 m.euros, respetivamente.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão, que ascendem a 193.390 m.euros, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de ações próprias.

Os “Outros instrumentos de capital” referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo acionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Aquelas prestações poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

Em 2015 o Banco procedeu à distribuição de dividendos no montante de 65.714 m.euros (montante líquido dos dividendos afetos a ações próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,1001 euros por ação.

Em 2014 o Banco procedeu à distribuição de dividendos no montante de 1.202 m.euros (montante líquido dos dividendos afetos a ações próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,0018 euros por ação.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	2015	2014
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	178.283	256.913
De ativos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	8.262	4.354
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(456)	21.883
Ganhos e perdas atuariais (Nota 44)		
Fundo de Pensões BST	(639.140)	(666.672)
Fundo de Pensões da Sucursal de Londres do BST	(8.397)	(8.867)
Ganhos e perdas atuariais de sociedades em equivalência patrimonial	(975)	(1.508)
Reservas de flutuação cambial	2.566	(486)
Reservas de reavaliação legais à data de transição para as IFRS	23.245	23.245
	(436.612)	(371.138)
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De ativos financeiros disponíveis para venda	(51.701)	(74.436)
De ativos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	(2.394)	(967)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	132	(6.346)
Impacto fiscal dos desvios atuariais	171.745	177.625
Impacto fiscal por alteração de política contabilística de sociedades em equivalência patrimonial	285	422
Relativas à reavaliação de ativos tangíveis	(3.505)	(3.765)
Relativas à reavaliação de ativos tangíveis de sociedades em equivalência patrimonial	4	(132)
	114.566	92.400
	(322.046)	(278.738)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica "Reservas por impostos diferidos – Por desvios atuariais e financeiros" foi como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	176.863
Impacto fiscal resultante dos desvios atuariais e financeiros apurados no ano	4.958
Impacto fiscal resultante das correções efetuadas pelas Autoridades Fiscais aos desvios atuariais deduzidos pelo Banco em 2011 e 2012	(4.196)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	177.625
Impacto fiscal resultante dos desvios atuariais e financeiros apurados no ano	(5.880)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	171.745

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98 de 11 de fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo tendo aumentado o respetivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente 23.245 m.euros, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efetuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Outras reservas e resultados transitados" tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Reserva legal	259.554	246.107
Outras reservas		
Reservas de sociedades consolidadas	203.626	157.336
Reservas de sociedades em equivalência patrimonial	44.283	89.770
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Por incorporação da Totta IFIC	90.520	90.520
Outras	264	284
	915.432	914.649
Resultados transitados	428.624	373.840
	1.603.610	1.534.596

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, o BST constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da atividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Eventos subsequentes

No dia 29 de fevereiro de 2016, em reunião de Assembleia Geral de Acionistas, foi deliberado proceder a um aumento de capital social do Banco no montante de 300.000 m.euros, mediante subscrição de 300.000.000 de novas ações com o valor nominal de 1 euro cada. O aumento de capital foi integralmente subscrito e realizado em março de 2016.

27. RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO

Nos exercícios de 2015 e 2014, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	2015		2014	
	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado
Resultado do exercício do BST (atividade individual)	515.438	515.438	134.473	134.473
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
Santotta - Internacional, SGPS, S.A.	101.741	101.741	5.376	5.376
BST International Bank, Inc.	25.694	25.694	20.953	20.953
Totta Ireland, Plc.[1]	22.801	22.801	24.292	24.292
Totta & Açores, Financing, Ltd	9.017	9.017	12.360	12.360
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	39.872	8.572	10.249	2.203
Totta Urbe, Empresa de Administração e Construções, S.A.	2.756	2.756	1.414	1.414
Totta & Açores, Inc. - Newark	(45)	(45)	8	8
Taxagest, S.A.	25	25	(2)	(2)
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	450	353	(17.324)	(13.385)
Partang, SGPS, S.A.	-	-	35.936	17.609
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	-	-	70.243	17.554
Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A.	-	-	(19)	(19)
Santander Multiobrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável	-	-	3.320	2.153
Serfin International Bank & Trust	164	164	258	258
	202.475	171.078	167.064	90.774
Anulação de dividendos:				
Totta Ireland, Plc.	(18.368)	(18.368)	(26.079)	(26.079)
Santotta - Internacional, SGPS, S.A.	(15.920)	(15.920)	(5.336)	(5.336)
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	(1.436)	(1.436)	(1.161)	(1.161)
BST International Bank, Inc.	(9.943)	(9.943)	-	-
Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A.	-	-	(7.763)	(7.763)
Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A.	-	-	(6.382)	(6.382)
Partang, SGPS, S.A.	-	-	(5.390)	(5.390)
		(45.667)		(52.111)
Anulação da valorização por equivalência patrimonial pela Partang da participação no BCGTA		-		(11.394)
Valias na alienação da Partang, SGPS, S.A.		(55.150)		-
Dissolução da Santander Gestão de Ativos, SGPS, S.A.		(8.370)		-
Ganhos na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de titularização (Nota 38)		6.329		8.900
Ajustamentos relacionados com operações de titularização:				
Imparidade e diferimento de comissões de créditos titularizados reconhecidos pelo BST		(9.583)		(8.127)
Outros ajustamentos		(2.957)		(6.383)
Anulação da imparidade reconhecida no BST para as unidades de participação do Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto		-		13.807
Anulação da valorização das unidades de participação detidas pelo BST no Fundo Multiobrigações		-		(2.153)
Outros		(2.741)		(2.612)
Resultado consolidado do exercício		568.377		165.174

(1) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de novembro, o montante refletido corresponde ao resultado líquido apurado no mês de dezembro, acrescido do resultado líquido do período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de novembro de 2015 e 2014, o qual ascendeu a 18.368 m.euros e 23.347 m.euros, respetivamente.

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2015	2014
Resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do BST	568.377	165.174
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	658.367.120	656.723.284
Número médio ponderado de ações próprias em carteira	14.866.611	14.843.537
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	643.500.509	641.879.747
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do BST (em euros)	0,88	0,26

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

28. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Nos exercícios de 2015 e 2014, o valor das participações de terceiros em empresas do Grupo tem a seguinte distribuição por entidade:

	2015		2014	
	Balanço	Demonstração dos resultados	Balanço	Demonstração dos resultados
Ações preferenciais BST International Bank, Inc.	330.670	-	296.516	-
Taxagest	557	-	557	-
Dividendos antecipados	(10.027)	-	(1.515)	-
Ações preferenciais TAF	-	-	300.000	-
Outros	115	5	119	6
	321.315	5	595.677	6

Em 30 de junho de 2006, o BST International Bank, Inc. (BST Porto Rico) procedeu à emissão de 3.600 ações preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares Norte Americanos cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas ações, o BST Porto Rico garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 6,56%, pago se e quando declarado pelos Diretores do BST Porto Rico no início de janeiro de cada ano. O BST Porto Rico pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das ações preferenciais a partir de 30 de junho de 2016 ao preço de 100.000 Dólares Norte Americanos por ação, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efetuado.

Em 29 de junho de 2005, o TAF procedeu à emissão de 300.000 ações preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas ações, o TAF garantia um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 4,12%, pago se e quando declarado pelos Diretores do TAF no início de janeiro de cada ano. O TAF podia proceder ao reembolso, parcial ou total, das ações preferenciais a partir de 30 de junho de 2015 ao preço de 1.000 euros por ação, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efetuado. Em 30 de dezembro de 2015, o TAF procedeu ao reembolso integral das ações preferenciais.

As supra referidas emissões foram classificadas como capitais próprios dos emitentes nos termos da IAS 32. De acordo com esta Norma, as ações preferenciais emitidas são classificadas como capital próprio se:

- Não existir obrigação contratual do emitente de entregar numerário ou outro ativo financeiro aos detentores das mesmas; e

- Existir discricionariedade quanto à distribuição de dividendos e ao reembolso das ações preferenciais aos respetivos detentores.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os principais dados financeiros do BST International Bank, Inc. (BST Porto Rico) e do Totta & Açores Financing (TAF), eram como segue:

	2015		2014	
	BST Porto Rico (*)	TAF	BST Porto Rico (*)	TAF
Balanço				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	46	-	11.792
Disponibilidades em outras instituições de crédito	479.874	-	570.598	297.750
Créditos sobre clientes	-	-	1	-
Outros ativos	88	-	1.437	2.250
	479.962	46	572.036	311.792
Recursos de outras instituições de crédito	11.564	-	27.977	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	77.245	-	145.653	-
Outros passivos	667	-	1.900	-
	89.476	-	175.530	-
Capital próprio (excluindo resultado líquido do exercício)	362.000	(8.971)	368.719	299.432
Resultado líquido do exercício	28.486	9.017	27.787	12.360
	479.962	46	572.036	311.792
Demonstração de Resultados				
Margem financeira	28.923	9.425	28.358	13.110
Produto bancário	28.868	9.879	28.176	13.335
Resultado antes de impostos	28.486	9.017	27.787	12.360
Resultado líquido do exercício	28.486	9.017	27.787	12.360

(*) Montantes expressos em milhares de Dólares dos Estados Unidos.

29. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	2015	2014
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.157.321	1.084.029
Garantias e avales (ex-Banif)	303.627	-
Créditos documentários abertos	235.635	216.516
Créditos documentários abertos (ex-Banif)	19.861	-
Ativos dados em garantia		
Banco de Portugal	142.884	143.700
Fundo de Garantia de Depósitos	68.251	75.300
Sistema de Indemnização aos Investidores	5.803	5.792
Ativos dados em garantia (ex-Banif)	1.402.876	-
Outros passivos eventuais	6	6
	3.336.264	1.525.343
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.291.040	4.205.060
Irrevogáveis	570.393	417.809
Fundo de Garantia de Depósitos	54.092	54.092
Sistema de Indemnização aos Investidores	3.745	4.139
Outros compromissos revogáveis	-	216
Compromissos (ex-Banif)		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	308.311	-
Irrevogáveis	87.954	-
Fundo de Garantia de Depósitos	9.563	-
Sistema de Indemnização aos Investidores	1.146	-
Facilidades de descobertos em contas	88.274	-
Outros compromissos revogáveis	105.511	-
Outros	690	-
	5.520.719	4.681.316
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	18.798.249	57.931.149
Depósito e guarda de valores (ex-Banif)	2.176.807	-
Valores recebidos para cobrança	97.050	125.186
Valores recebidos para cobrança (ex-Banif)	109.984	-
Valores administrados pelo Banco		
Outros valores	5	7
Outros valores (ex-Banif)	398	-
	21.182.493	58.056.342

Em 27 de março de 2015, o BST deixou de ser banco custodiante da Clearstream Banking, o que justifica a diminuição ocorrida na rúbrica “Depósito e guarda de valores”.

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, foi criado em novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objetivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efetuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de janeiro de 1995. Exceto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

Até 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, tendo assumido igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a 63.655 m.euros e 54.092 m.euros, respetivamente. Os ativos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se refletidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. Nos exercícios de 2015 e 2014, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de 728 m.euros e 4.222 m.euros, respetivamente (Nota 39).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas responsabilidades ascendiam a 4.891 m.euros e 4.139 m.euros, respetivamente.

30. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais		
No Banco de Portugal	66	229
Em instituições de crédito	31	14
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País		
Em outras instituições de crédito	3.554	4.953
Em instituições de crédito no estrangeiro	31.989	36.844
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	488.634	554.366
Crédito ao exterior	11.307	15.460
Outros créditos e valores a receber (titulados – papel comercial)	59.612	65.102
Proveitos por comissões associadas ao custo amortizado	37.141	33.444
Juros de ativos titularizados não desreconhecidos	24.444	33.402
Juros de crédito vencido (Nota 48)	9.777	7.178
Juros e rendimentos similares de outros ativos financeiros		
Ativos financeiros disponíveis para venda	155.423	214.435
Derivados de cobertura	176.065	184.551
Ativos financeiros detidos para negociação	1.866	7.593
Devedores e outras aplicações	130	147
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	630
Outros juros e rendimentos similares		
Swap agreements	25.360	33.480
Outros	2.069	2.340
	1.027.468	1.194.168

31. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Juros de depósitos de clientes		
Setor público administrativo	385	1.365
De emigrantes	11.341	13.268
De outros residentes	203.038	296.169
Não residentes	13.479	19.813
	228.243	330.615
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	3.247	20.941
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	504	1.681
No estrangeiro	16.322	37.820
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações	52.667	50.678
EMTN	192	338
Certificados de Depósitos	44	-
Juros de derivados de cobertura	137.539	173.535
Juros e comissões de outros passivos subordinados	190	188
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	41	61
Outros juros e encargos similares		
Swap agreements	28.516	34.772
	239.262	320.014
	467.505	650.629

32. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos e a rendimentos recebidos e tem a seguinte composição:

	2015	2014
Ativos financeiros disponíveis para venda:		
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.090	1.090
Unicampus	85	88
Outros	3	44
	1.178	1.222

33. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	13.909	15.227
Créditos documentários abertos	3.351	3.633
Por compromissos assumidos perante terceiros		
Revogáveis	1.212	2.389
Irrevogáveis	1.130	1.622
Por serviços prestados		
Por transações de cartões	62.082	63.476
Operações de crédito	33.324	32.494
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	19.925	18.123
Anuidades	15.264	15.357
Cobrança e administração de valores	8.567	8.964
Outros	6.786	7.990
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	21.929	28.366
Outras	240	317
Outras comissões recebidas		
Seguradoras (Nota 43)	87.218	93.802
Depósitos à ordem	27.951	26.354
Cheques	8.154	8.175
Cadernetas	10.667	8.896
Outras	3	2
	321.712	335.187

34. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	801	1.761
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Transações de clientes	32.442	29.000
Operações de crédito	12.733	12.912
Cobrança e administração de valores	1.585	1.974
Outros	7.933	9.057
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	1.654	1.875
Outras	1.096	1.047
Outras comissões pagas	955	685
	59.199	58.311

35. RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
Ativos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos de dívida	(1.698)	1.135
Instrumentos de capital	10.337	(127)
Instrumentos derivados:		
. "Swaps":		
Contratos de taxa de câmbio	353	(41)
Contratos de taxa de juro	75.470	(244.690)
Contratos sobre cotações	70	1.135
Outros	(435)	(2.464)
. Futuros:		
Contratos sobre cotações	19	(10)
. Opções:		
Contratos de taxa de câmbio	128	183
Contratos sobre cotações	(6)	199
Outros	8	60
. Contratos de garantia de taxa de juro	61	374
	---	---
	84.307	(244.246)
	---	---
Derivados de cobertura:		
"Swaps"		
. Contratos de taxa de juro	11.615	180.038
. Contratos sobre cotações	3.700	(1.990)
. Opções "Autocallable"	(1.195)	2.530
Correções de valor de ativos e passivos objeto de cobertura	(13.975)	(180.429)
	---	---
	145	149
	---	---
	84.452	(244.097)
	=====	=======

Em 2014 o saldo da rubrica "Ativos financeiros detidos para negociação: Instrumentos derivados: Swaps: Contratos de taxa de juro" inclui 238.335 m.euros, referentes à anulação da valorização positiva do elemento coberto, como resultado da alienação de um conjunto de títulos (Nota 36), para os quais tinha sido aplicada contabilidade de cobertura. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo desta rubrica inclui maioritariamente variação do ano de "Credit Value Adjustments" e de "Debit Value Adjustments".

36. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015			2014		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
Dívida pública nacional	144.833	(1)	144.832	171.005	-	171.005
De outros residentes	3.014	-	3.014	-	-	-
Emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros	-	-	-	137.760	-	137.760
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor	53	(4)	49	82	-	82
Valorizados ao custo histórico	13	(31)	(18)	967	(1)	966
Outros	-	-	-	-	(1.091)	(1.091)
	147.913	(36)	147.877	309.814	(1.092)	308.722

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ganhos registados na rubrica “Ativos financeiros disponíveis para venda” foram justificados, essencialmente, pela alienação de Obrigações do Tesouro portuguesas e espanholas.

37. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Ganhos na reavaliação da posição cambial	128.451	52.118
Perdas na reavaliação da posição cambial	(121.377)	(46.660)
Perdas cambiais em investimentos em entidades estrangeiras	(937)	-
	6.137	5.458

38. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Ganhos na recompra pelo Banco de obrigações emitidas em operações de titularização de crédito à habitação (Nota 21)	6.329	8.900
Ganhos na alienação de investimentos em filiais e associadas (Nota 15)	41.042	-
Ganhos em ativos não correntes detidos para venda	5.862	3.663
Ganhos em ativos tangíveis	2.967	3.806
Ganhos na alienação de créditos a clientes (Nota 10)	9.041	1.220
Outros	777	3.392
	66.018	20.981
Perdas em ativos não correntes detidos para venda	(1.113)	(1.360)
Valias associadas a unidades de participação do Fundo Multiobrigações detidas por interesses que não controlam	-	(1.180)
Perdas em ativos tangíveis	(3.083)	(706)
Perdas na alienação de crédito a clientes (Nota 10)	(20)	(92)
Perdas na alienação de investimentos em filiais e associadas	(17)	-
Outras	(100)	(75)
	(4.333)	(3.413)
	61.685	17.568

39. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Outros rendimentos e receitas de exploração		
Mais valias em propriedades de investimento	19.734	7.885
Rendas auferidas	18.622	20.240
Aluguer de terminais de pagamento automático	13.735	14.612
Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.735	3.714
Reembolso de despesas	2.648	2.656
Valias associadas a unidades de participação do Fundo Novimovest detidas por interesses que não controlam	1.150	4.556
Outros	805	2.190
	60.429	55.853
Outros encargos de exploração		
Menos valias em propriedades de investimento	(25.295)	(30.392)
Contribuições para o Fundo de Resolução	(15.675)	(2.528)
Outros encargos e gastos operacionais	(12.426)	(12.341)
Quotizações e donativos	(6.501)	(5.255)
Encargos com transações realizadas por clientes	(6.438)	(7.903)
Despesas com máquinas de levantamento automático	(4.060)	(4.456)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 29)	(728)	(4.222)
Outros impostos		
Diretos	(1.780)	(1.645)
Indiretos	(1.309)	(1.425)
	(74.212)	(70.167)
	(13.783)	(14.314)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Rendas auferidas” inclui os montantes de 18.228 m.euros e 19.630 m.euros, respetivamente, relativos a rendas auferidas pelo Fundo Imobiliário Novimovest.

O Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o novo Fundo de Resolução, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso nº 1/2013 e as Instruções nº 6/2013 e nº 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução. A contribuição periódica do BST do ano de 2015 ascendeu a 2.357 m.euros.

No âmbito do mecanismo único de Resolução estas contribuições serão transferidas para o Fundo Único de Resolução até 31 janeiro de 2016, de acordo com o artigo 3º, n.º 3 do acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21 de maio de 2014.

O Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, determina o valor da contribuição de cada instituição em função do perfil de risco de cada entidade. Em dezembro de 2015 o Banco pagou uma contribuição adicional para o Fundo de Resolução no montante de 13.318 m.euros, conforme carta recebida do Banco de Portugal em novembro de 2015.

40. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Salários e vencimentos		
Órgãos de direção e fiscalização (Nota 46)	8.078	8.174
Empregados	183.958	191.993
Plano de ações (Nota 47)	395	669
Outras remunerações variáveis	24.268	21.975
	216.699	222.811
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	50.775	50.624
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 44)	2.352	2.149
Outros encargos sociais obrigatórios	816	766
	53.943	53.539
Outros custos com o pessoal		
Transferências de pessoal	650	678
Plano complementar de reforma (Nota 44)	148	583
Outros	4.169	3.981
	4.967	5.242
	275.609	281.592

Nos exercícios de 2015 e 2014 o Banco não registou qualquer custo com reformas antecipadas uma vez que procedeu à utilização de parte das provisões que dispunha para esse efeito (Nota 22).

41. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Manutenção de *software* e equipamento informático	77.907	42.962
Serviços especializados	63.787	40.549
Comunicações	12.270	11.933
Publicidade e edição de publicações	14.331	9.526
Rendas e alugueres	9.409	10.077
Fornecimentos externos		
Água, energia e combustíveis	7.599	7.576
Material de consumo corrente	1.732	1.822
Outros	272	234
Deslocações, estadas e representação	5.087	4.560
Conservação e reparação	4.329	4.414
Transportes	2.541	2.283
Formação de pessoal	1.576	1.480
Seguros	1.326	1.125
Outros	5.036	5.203
	207.202	143.744

Em dezembro de 2015 o Banco reconheceu custos de integração da atividade do ex-Banif no montante de 53.000 m.euros (Notas 1.4 e 25), dos quais 30.000 m.euros relativos a manutenção de *software* e equipamento informático e 18.000 m.euros referentes a serviços especializados.

42. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Partang, SGPS, S.A.	7.486	17.652
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	6.999	2.203
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	13	(64)
	14.498	19.791

Em 31 de dezembro de 2014, a Partang SGPS, S.A. era participada pelo Banco em 49% que por sua vez detinha 51% do capital social do Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A.. Em maio de 2015, o Banco exerceu a opção de venda que detinha sobre a CGD relativamente à sua participação financeira na Partang (Nota 15).

43. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os proveitos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões faturadas pela comercialização de seguros de vida e de não vida, tal como segue:

	2015			2014		
	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total
Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	48.917	-	48.917	81.997	162	82.159
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	25.588	-	25.588	-	-	-
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	-	509	509	-	-	-
Liberty Seguros	-	11.496	11.496	-	10.726	10.726
Outras	-	708	708	-	917	917
	74.505	12.713	87.218	81.997	11.805	93.802

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outros ativos – Proveitos a receber – De outros serviços prestados” (Nota 17) inclui comissões a receber de seguradoras de acordo com o seguinte detalhe:

	2015	2014
Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	12.975	20.128
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	6.756	-
Aegon Santander Portugal Não Vida - – Companhia de Seguros, S.A.	238	-
Outras	1.003	918
	---	---
	20.972	21.046
	=====	=====

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas e não faturadas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante o último trimestre de 2015 e o último trimestre de 2014, respetivamente.

44. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no ativo e aos já reformados, foram efetuados estudos atuariais em 2015 e 2014 pela Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada. O valor atual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades do BST com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de dezembro de 2015 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2015	2014	2013	2012	2011
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	303.523	308.223	282.028	251.252	210.669
. Pensionistas	26.928	26.343	22.891	21.002	18.455
. Reformados e reformados antecipadamente	399.942	415.679	399.434	388.656	387.608
	730.393	750.245	704.353	660.910	616.732
- Cuidados de saúde (SAMS)	151.544	151.903	137.970	129.267	117.422
- Subsídio por morte	5.759	5.543	4.562	4.331	16.973
	887.696	907.691	846.885	794.508	751.127
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	914.204	910.580	840.543	784.937	758.244
Valor financiado em excesso / (não financiado)	26.508	2.889	(6.342)	(9.571)	7.117
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	-	37.912	42.565	73.518	(103.831)
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	(9.857)	6.580	(1.775)	(25.383)	(23.708)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	(17.675)	1.111	(3.115)	(15.796)	339.627
	(27.532)	7.691	(4.890)	(41.179)	315.919
	(27.532)	45.603	37.675	32.339	212.088

O aumento das responsabilidades no exercício de 2014 é explicado, essencialmente, pela diminuição da taxa de desconto considerada para o cálculo das responsabilidades por serviços passados. Em 2015 não foi alterada a taxa de desconto.

Em 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário (ACTV). Em consequência, foram transferidos os ativos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a 456.111 m.euros.

O valor das responsabilidades a transferir, calculado pelo Banco no momento imediatamente anterior à transferência, de acordo com os pressupostos atuariais e financeiros atualizados, por si adotados, ascendia a 435.260 m.euros. A diferença entre o valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social, calculadas utilizando os pressupostos estabelecidos no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro (456.111 m.euros) e os adotados pelo Banco (435.260 m.euros), no montante de 20.851 m.euros, foi registada na rubrica de “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados do exercício de 2011.

Os pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das responsabilidades no momento imediatamente anterior à sua transferência para a Segurança Social foram os seguintes:

	Ativos	Reformados
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	5,92%	5,00%
Taxa de crescimento salarial	2,35%	-
Taxa de crescimento das pensões	1,35%	1,35%

O valor das responsabilidades apurado com base nos pressupostos acima totalizou 1.186.387 m.euros, dos quais 435.260 m.euros correspondentes às responsabilidades transferidas, conforme referido anteriormente.

Os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram os seguintes:

	2015	2014
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos ativos do fundo de pensões	2,50%	2,50%
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)		
- Ativos	2,50%	2,50%
- Inativos	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento salarial para 2016 (2015)	0,75%	0,50%
Taxa de crescimento salarial para 2017 (2016)	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento salarial após 2017	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões para 2016 e 2017 (2015 e 2016)	0,00%	0,00%
Taxa de crescimento das pensões após 2017 (2016)	0,75%	0,75%
Taxa de inflação	0,75%	0,75%

Para efeitos de apuramento do valor da pensão da Segurança Social que nos termos do ACT do setor bancário deverá abater à pensão prevista no referido ACT, foram utilizados os seguintes pressupostos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015	2014
Taxa de crescimento salarial para cálculo da pensão dedutível:		
. Para 2015	-	0,50%
. Para 2016	0,75%	0,75%
. Após 2017	1,00%	1,00%
Inflação (nº 1 do Artigo 27.º)	0,75%	0,75%
Inflação (nº 2 do Artigo 27.º)	0,90%	0,90%
Fator de sustentabilidade 2015 (Portaria nº 277/2014)	13,02%	-
Fator de sustentabilidade 2014 (Portaria nº 378-G/2013)	-	12,34%
Idade de acesso à pensão da reforma	66 anos	
Evolução do fator de sustentabilidade futuro	Acréscimo de 0,5% ao ano	

O Decreto-Lei nº 167-E/2013, de 31 de dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social (para 66 anos em 2014 e 2015), deixando contudo de ser aplicável o fator de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

A conjuntura económica e a crise de dívida soberana do Sul da Europa implicaram volatilidade e disrupção no mercado de dívida da Zona Euro, com a consequente redução abrupta das yields de mercado da dívida das empresas com melhores ratings e limitação do cabaz disponível dessas obrigações. De forma a manter a representatividade da taxa de desconto tendo em consideração o universo da Zona Euro, em 31 de dezembro de 2014 o BST incorporou na determinação da taxa de desconto informação sobre as taxas de juro que é possível obter em obrigações denominadas em euros, incluindo dívida pública, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, pode ser detalhado como se segue no que respeita ao plano de pensões do BST:

	2015	2014
Responsabilidades no início do exercício	907.691	846.885
Custo dos serviços correntes	1.916	1.783
Custo dos juros	21.738	30.942
(Ganhos)/perdas atuariais	(9.857)	44.492
Reformas antecipadas	3.940	19.790
Valores pagos	(40.095)	(38.532)
Contribuições dos empregados	2.363	2.331
	---	---
Responsabilidades no fim do exercício	887.696	907.691
	======	======

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo de Pensões. Nos exercícios de 2015 e 2014, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 40):

	2015	2014
Custo dos serviços correntes	1.916	1.783
Custo dos juros	21.738	30.942
Rendimento dos ativos apurado com taxa igual à de desconto	(21.738)	(30.942)
Plano de benefício definido	1.916	1.783
Plano de contribuição definida	54	45
Plano da Sucursal de Londres	382	321
	2.352	2.149

Os colaboradores admitidos no BST após 1 de janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do BST (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o BST transfere a sua contribuição.

O movimento ocorrido nos desvios atuariais nos exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2013 (proforma)	621.069
Perdas atuariais com pensões geradas em 2014	31.163
Perdas financeiras com pensões geradas em 2014	896
Perdas atuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2014	13.329
Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2014	215
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Nota 26)	666.672
Ganhos atuariais com pensões gerados em 2015	(10.197)
Ganhos financeiros com pensões gerados em 2015	(14.895)
Perdas atuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2015	340
Ganhos financeiros com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2015	(2.780)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Nota 26)	639.140

Os desvios atuariais com pensões ocorridos nos exercícios de 2015 e 2014 podem ser explicados como se segue:

	2015	2014
Alteração de pressupostos atuariais	-	25.033
Alteração da tabela salarial com impacto em pensões e salários	(11.229)	4.064
Alterações na população	3.972	636
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	(6.554)	(5.474)
. Por permanência	5.001	3.774
. Por pensões de sobrevivência e orfandade	3.132	3.519
Passagem de reformados antecipadamente a reformados	(4.519)	(389)
	(10.197)	31.163

Em 2014, a alteração de pressupostos atuariais incluiu o efeito da redução da taxa de desconto de 4,0% para 2,5%, em média.

Os crescimentos de salários e pensões estimados têm em conta a atual situação nacional e as consequentes perspetivas de menores aumentos no futuro, ou mesmo de manutenção dos valores atuais, particularmente nos exercícios de 2016 e 2017.

O crescimento salarial efetivamente verificado nos exercícios de 2015 e 2014 para efeitos das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 2,68% e 1,02%, respetivamente.

Não houve aumento efetivo das pensões e da tabela salarial em 2015 e 2014.

Os desvios atuariais com cuidados de saúde e com o subsídio por morte ocorridos nos exercícios de 2015 e 2014 podem ser explicados como se segue:

	2015	2014
Alteração de pressupostos	-	12.878
Alterações salariais e de nível	230	358
Outros	110	93
	---	---
	340	13.329
	===	=====

Em 2016 o BST espera efetuar uma contribuição de 6.159 m.euros para o seu plano de benefício definido.

A duração média das responsabilidades com pensões dos colaboradores do BST é de 17 anos, incluindo ativos e reformados.

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número de participantes do Fundo era como segue:

	2015	2014
Empregados no ativo[1]	5.238	5.262
Pensionistas	1.052	1.031
Reformados e reformados antecipadamente	5.325	5.373
	---	---
	11.615	11.666
	=====	=====

(1) Dos quais 236 e 195 empregados pertencem ao plano de contribuição definida em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respetivamente.

As principais alterações demográficas ocorridas nos exercícios de 2015 e 2014 foram as seguintes:

	Ativos			
	Plano de contribuição definida	Plano de benefício definido	Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
Número total em 31 de dezembro de 2013	181	5.228	5.339	996
Saídas:				
. De ativos	(11)	(45)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(94)	(31)
Transferências	-	(120)	120	-
Entradas	25	4	8	66
Número total em 31 de dezembro de 2014	195	5.067	5.373	1.031
Saídas:				
. De ativos	(14)	(24)	-	(10)
. Por mortalidade	-	(2)	(101)	(28)
Transferências	-	(43)	43	-
Entradas	55	4	10	59
Número total em 31 de dezembro de 2015	236	5.002	5.325	1.052

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões do BST durante os exercícios de 2014 e 2015 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2013 (proforma)	840.543

Contribuições do Banco (monetárias)	76.410
Contribuições dos empregados	2.331
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	30.942
. Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	(1.114)
Valores pagos	(38.532)

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2014	910.580

Contribuições do Banco (monetárias)	1.943
Contribuições dos empregados	2.363
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	21.738
. Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	17.675
Valores pagos	(40.095)

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2015	914.204
	======

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2015 e 2014 ascenderam a 4,33% e 3,55%, respetivamente.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões do BST prevê que a carteira de ativos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rendibilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente ações, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos do Fundo de Pensões do BST em vigor prevê os seguintes limites:

Classe de Ativos	Intervalos previstos
Obrigações	40% a 95%
Imobiliário	0% a 25%
Ações	0% a 20%
Liquidez	0% a 15%
Alternativos	0% a 10%
Commodities	0% a 5%

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição do Fundo de Pensões do BST era como segue:

	2015	2014
Instrumentos de dívida:		
. Rating A	10.605	1.110
. Rating BBB	239.174	106.271
. Rating BB	97.990	170.057
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	46.689	85.396
Fundos de Investimento Imobiliário	196.957	192.145
Fundos de Investimento Mobiliário	180.399	157.337
Depósitos	27.385	94.420
Imóveis:		
. Espaços comerciais	52.060	54.708
. Terrenos	862	860
Instrumentos de capital:		
. Ações portuguesas – cotadas	1.636	3.588
. Ações portuguesas – não cotadas	120	152
. Ações estrangeiras – cotadas	47.968	41.927
Instrumentos financeiros derivados		
. Opções cotadas	852	(790)
Outros	11.507	3.399
	914.204	910.580

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a metodologia de apuramento do justo valor dos ativos e passivos acima referidos adotada pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do BST, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 48), foi como segue:

	31-12-2015				31-12-2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos de dívida	386.182	-	8.276	394.458	327.908	13.829	21.097	362.834
Fundos de Investimento	153.618	-	223.738	377.356	144.334	2	205.146	349.482
Instrumentos de capital	49.604	-	120	49.724	45.515	-	152	45.667
Instrumentos financeiros derivados	852	-	-	852	(790)	-	-	(790)
Imóveis	-	-	52.922	52.922	-	-	55.568	55.568
	590.256	-	285.056	875.312	516.967	13.831	281.963	812.761

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes ativos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	2015	2014
Imóveis arrendados	15.726	16.509
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	190.563	184.108
	206.289	200.617

Em 2010 foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida atribuído a diretivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de 4.430 m.euros. Em 2015 e 2014 o prémio pago pelo Banco ascendeu a 148 m.euros e 583 m.euros, respetivamente (Nota 40).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verifiquem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 euros.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estavam abrangidos por este plano 107 e 113 colaboradores, respetivamente.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres do BST foram os seguintes:

	2015	2014
Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00	AMC00/AFC00
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	3,80%	3,60%
Taxa de crescimento salarial	3,40%	3,40%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,00%
Taxa de inflação	2,40%	2,40%

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	2015	2014
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	44.559	42.855
Cobertura – valor patrimonial do Fundo de Pensões	40.125	38.223
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(4.434)	(4.622)

Relativamente ao plano de pensões da Sucursal de Londres, o movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, pode ser detalhado como se segue:

Responsabilidades em 31 de dezembro de 2013 (proforma)	35.037
Custo dos serviços correntes	168
Custo dos juros	1.712
Perdas atuariais	4.622
Valores pagos	(1.139)
Variações cambiais	2.455
Responsabilidades em 31 de dezembro de 2014	42.855
Custo dos serviços correntes	202
Custo dos juros	1.627
Ganhos atuariais	(1.892)
Valores pagos	(857)
Variações cambiais	2.624
Responsabilidades em 31 de dezembro de 2015	44.559

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2013 (proforma)	30.720
Rendimento líquido do Fundo	3.690
Contribuição da Sucursal	2.790
Valores pagos	(1.139)
Variações cambiais	2.162
Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2014	38.223
Rendimento líquido do Fundo	305
Contribuição da Sucursal	113
Valores pagos	(857)
Variações cambiais	2.341
Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2015	40.125

Os custos com o plano de benefício definido da Sucursal de Londres nos exercícios de 2015 e 2014 apresentam o seguinte detalhe:

	2015	2014
Custo dos serviços correntes	202	168
Custo dos juros	1.627	1.712
Rendimento dos ativos apurado com taxa igual à de desconto	(1.447)	(1.559)
	382	321

O movimento ocorrido nos desvios atuariais da Sucursal de Londres nos exercícios de 2014 e 2015 foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2013 (proforma)	6.076
Perdas atuariais com pensões em 2014	4.622
Ganhos financeiros com pensões em 2014	(2.131)
Variações cambiais	300
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Nota 26)	8.867
Ganhos atuariais com pensões em 2015	(1.892)
Perdas financeiros com pensões em 2015	1.142
Variações cambiais	280
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Nota 26)	8.397

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes ativos:

	2015	2014
Instrumentos de dívida	34.374	32.564
Instrumentos de capital	5.667	5.582
Depósitos	84	77
Valor do Fundo	40.125	38.223

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- Risco de investimento – o valor atualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rendibilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.

- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões.

- Risco de longevidade – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.

- Risco de salário - o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, uma análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada a esta data conduziria aos seguintes impactos no valor atual das responsabilidades por serviços passados do Banco (excluindo as associadas à Sucursal de Londres) e as associadas ao ex-Banif:

	2015		2014	
	(Redução) / Acréscimo		(Redução) / Acréscimo	
	em %	em valor	em %	em valor
Alteração da taxa de desconto:				
. Acréscimo de 0,5%	(7,3%)	(63.421)	(7,2%)	(65.686)
. Redução de 0,5%	8,1%	70.540	8,2%	74.417
Alteração da taxa de crescimento dos salários:				
. Acréscimo de 0,5%	6,0%	51.995	5,6%	50.729
. Redução de 0,5%	(5,2%)	(45.343)	(4,8%)	(43.462)
Alteração da taxa de crescimento das pensões:				
. Acréscimo de 0,5%	7,9%	68.906	7,5%	67.806
. Redução de 0,5%	(7,4%)	(64.581)	(6,9%)	(62.587)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde (SAMS) decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como se segue:

	2015			2014		
	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%
Empregados no ativo (Plano de Benefício Definido)	5.002	42.463	57.905	5.067	40.282	54.930
Empregados no ativo (Plano de Contribuição Definida)	236	250	340	195	190	258
Pensionistas	1.052	5.199	7.089	1.031	5.147	7.019
Reformados e reformados antecipadamente	5.325	80.317	109.525	5.373	82.915	113.065
	11.615	128.229	174.859	11.666	128.534	175.272

As análises de sensibilidade acima apresentadas poderão não ser representativas das alterações que possam vir a ocorrer no futuro no plano de benefício definido em virtude de estarem a ser consideradas isoladamente e algumas delas estarem correlacionadas.

Fundo de Pensões – ex-Banif

Na sequência da medida de resolução do Banif a 20 de dezembro de 2015, foram transferidos para o BST um conjunto de colaboradores do ex-Banif, bem como as correspondentes responsabilidades por serviços passados. Foram igualmente transferidas as responsabilidades com 511 colaboradores reformados, reformados antecipadamente, pensionistas e ex-participantes com direitos adquiridos. Em 27 de janeiro de 2016 foi solicitada autorização à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para que seja transferida para o BST a posição do Banif como associado do Fundo de Pensões Banif, no plano de pensões de benefício definido, subpopulações A e B, e nos planos de pensões II e III de contribuição definida.

Os colaboradores do ex-Banif estavam abrangidos por diferentes tipos de planos de pensões:

a) O primeiro plano de pensões, de benefício definido, estava subdividido entre a população Banif e a população ex-Banco Banif e Comercial dos Açores (BBCA), com diferentes benefícios. Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação BANIF: (i) pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, em regime de complementaridade da Segurança Social; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS). Para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a contribuição de 6,5% é efetuada sobre as pensões e para empregados associados a plano de contribuição definida, o benefício é alterado para capital único no momento da reforma, correspondente a 6,5% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições futuras.

b) Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação ex-BBCA (fechado a novas adesões): (i) pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, de acordo com o ACT e os regimes introduzidos pelo Decreto-Lei nº 1 - A/2011 de 3 de janeiro e Decreto-Lei nº 127/2011 de 31 de dezembro; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS), com taxa de 6,5% e (iii) subsídio por morte, nos termos do ACTV.

O ex-Banif tinha ainda dois planos de pensões de contribuição definida:

c) Plano de pensões II – contribuição mensal do ex-Banif de 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano que integrava todos os colaboradores admitidos ao serviço do ex-Banif antes de 1 de janeiro de 2007, com exceção dos integrados na sequência da fusão por incorporação do ex-BBCA, que não são abrangidos pelo Acordo Empresa. A contribuição inicial, afeta às respetivas contas individuais, foi calculada em função: (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efetuada pelo Atuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de dezembro de 2006; e (ii) do valor atual das contribuições futuras.

d) Plano de pensões III – contribuição mensal do ex-Banif de 1,5% da remuneração de incidência dos colaboradores admitidos ao serviço ativo após 1 de janeiro de 2007, que não tivessem falecido, passado à situação de reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do Acordo Empresa.

O BST assumiu as responsabilidades do ex-Banif nos três planos de pensões, sendo o detalhe da população transferida apresentada de seguida:

	Sub-população Banif	Sub-população ex-BBCA	Total
Ativos	894	228	1.122
Reformados e pensionistas	90	193	283
Reformados antecipadamente	14	182	196
Ex-participantes com direitos adquiridos	-	32	32
Número total em 31 de dezembro de 2015	998	635	1.633

Planos de pensões de contribuição definida - colaboradores abrangidos

Plano II	594
Plano III	313
Número total em 31 de dezembro de 2015	907

Com referência a 31 de dezembro de 2015 a estimativa de responsabilidades por serviços passados, assumindo os pressupostos do BST, apresentava o seguinte detalhe para o plano de pensões de benefício definido (considerando ambas as subpopulações ex-Banif e ex-BBCA):

	Responsabilidades			
	Pensões	SAMS	Subsídio por Morte	Total
Ativos	32.982	5.104	104	38.190
Reformados	54.312	5.170	125	59.607
Pensionistas	4.695	670	-	5.365
Reformados antecipadamente	16.005	3.506	167	19.678
Ex-participantes com direitos adquiridos	4.213	-	-	4.213
Total de responsabilidades por serviços passados	112.207	14.450	396	127.053
Valor patrimonial do Fundo de Pensões transferido				117.138
Insuficiência de financiamento				(9.915)

As responsabilidades por serviços passados relativas aos colaboradores do ex-Banif ascendem a 127.053 m.euros que se encontram reconhecidas da seguinte forma:

Outros ativos (Nota 17)	118.021
Provisões (Nota 22)	9.032

	127.053
	======

Atendendo à análise efetuada pelo BST ao património do fundo de pensões transferido, foi constituída uma provisão de 6.791 m.euros (Nota 22).

A insuficiência de financiamento de 7,8% encontra-se reconhecida na rubrica de outros ativos (Nota 17). Em 2016 o Banco deverá fazer uma contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões para diminuir a referida insuficiência, no montante de 9.900 m.euros.

A carteira do Fundo de Pensões do ex-Banif associada ao plano de pensões de benefício definido apresenta em 31 de dezembro de 2015 o seguinte detalhe por tipologia de ativo:

Ativo	Total	Peso relativo
Instrumentos de dívida	46.205	38,16%
Fundo mobiliário	49.094	40,54%
Fundo imobiliário	3.388	2,80%
Imóveis	18.885	15,60%
Instrumentos de capital	1.332	1,10%
Depósitos	1.314	1,09%
Outros	869	0,72%
	121.087	
Património a transferir	(3.949)	
	117.138	

O valor do património a transferir corresponde ao montante dos ativos da carteira do Fundo de Pensões que irá ser afeto à cobertura das responsabilidades relativas aos colaboradores do ex-Banif que não foram transferidos para o Grupo.

45. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre julho de 2003 e fevereiro de 2011, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de doze operações, cujo montante inicial total ascendeu a 23.250.000 m.euros. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC, à exceção das últimas operações de titularização (Hipototta nº 11 e Hipototta nº 12), em que os créditos foram vendidos à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus). Parte substancial das titularizações foram recompradas pelo BST ao abrigo dos referidos acordos, mantendo-se vivos o Hipototta nº 1, Hipototta nº 4 e Hipototta nº 5.

Em dezembro de 2014, o BST procedeu à liquidação do LeaseTotta nº 1 FTC. A referida liquidação ocorreu através do “Consumer Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por 280.175 m.euros.

Os Fundos Hipototta são geridos pela Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navegator). O BST continua a efetuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta todos os montantes recebidos ao abrigo dos mesmos. O Grupo Santander não detém qualquer participação direta ou indireta na Navegator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta PLC com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direção Geral do Tesouro aos Fundos Hipototta PLC efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, consequentemente, de remuneração. Em 31 de dezembro de 2015, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipottta nº 1 PLC

	Montante		Rating				Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Moody's	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	128.165	A	A1	novembro de 2034	agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	8.264	A-	A3	novembro de 2034	agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	3.642	A-	Baa1	novembro de 2034	agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	1.100.000	140.071						
Classe D	17.600	11.000			novembro de 2034	agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	1.117.600	151.071						

Hipottta nº 4 PLC

	Montante					Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Atual	Rating Fitch	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	839.380	A	dezembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%
Classe B	44.240	30.538	A	dezembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%
Classe C	139.720	96.443	CCC	dezembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%
	2.800.000	966.361					
Classe D	14.000	14.000		dezembro de 2048	dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.814.000	980.361					

Hipottta nº 5 PLC

	Montante		Rating				Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Moody's	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	739.102	A-	A1	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	A-	Baa1	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	BB+	Baa3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BB+	Ba3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB-	B3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	2.000.000	846.102						
Classe F	10.000	8.461	CCC-	Ca	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.010.000	854.563						

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC e Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de fevereiro, 30 de maio, agosto e novembro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta têm a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos Hipototta nº 1 e nº 4 e as obrigações da classe F, no que se refere ao Hipototta nº 5, constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de *servicer*, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito titularizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1 e nº 4 PLC correspondia a uma taxa média anual de 1,1% e 0,9%, respetivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 0,9% sobre o valor total da carteira de crédito.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipototta, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados “Swap Agreements” entre o Grupo Santander e os primeiros Hipototta emitidos e entre o BST e os restantes veículos de titularização destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Operações de titularização do ex-Banif

Na sequência da medida de resolução aplicada ao ex-Banif, o BST adquiriu um conjunto de operações de titularização emitidas por esta entidade, tendo sido transferidos os correspondentes créditos securitizados e obrigações emitidas.

As operações de titularização adquiridas são apresentadas de seguida:

Atlantes Mortgage nº 1

Operação concretizada em fevereiro de 2003 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos contratos de crédito à habitação. Os créditos foram vendidos a um fundo de titularização de créditos denominado Atlantes Mortgage nº 1 FTC, que emitiu unidades de participação subscritas pela Atlantes Mortgage nº 1 PLC com sede na Irlanda. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage nº 1 PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, consequentemente, de remuneração. Esta operação de titularização é administrada pela Navegator.

Atlantes Mortgage nº 1 PLC

	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Moody's	reembolso	Remuneração
Classe A	462.500	53.016	A	A3	janeiro de 2036	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	22.500	22.500	BB-	Baa2	janeiro de 2036	Euribor 3 m + 1,3%
Classe C	12.500	12.500	B-	Ba3	janeiro de 2036	Euribor 3 m + 2,6%
Classe D	2.500	2.500	B-	B3	janeiro de 2036	Euribor 3 m + 4,75%
	500.000	90.516				
Classe E	15.400	15.400	NR	NR	janeiro de 2036	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	515.400	105.916				

Azor Mortgage nº 1

Operação concretizada em novembro de 2004 pelo ex-Banif, em que foram cedidos créditos imobiliários originados no anterior BBCA (Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.). Os créditos cedidos foram adquiridos pela Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos (Sagres STC), que emitiu as obrigações Azor Notes, integralmente subscritas pela Azor Mortgages PLC, com sede na Irlanda. Para se financiar, a Azor Mortgages PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração. Em dezembro de 2006, foram transferidos da Sagres para a Gamma Sociedade de Titularização de Créditos (Gamma STC) – sociedade atualmente detida pela Oitante - as Azor Notes e os respetivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento à entidade Azor Mortgages PLC.

Azor Mortgage nº 1

	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Moody's	reembolso	Remuneração
Classe A	253.000	17.398	A	Baa3	setembro de 2047	Euribor 3 m + 0,3%
Classe B	19.000	19.000	BB	Ba1	setembro de 2047	Euribor 3 m + 0,76%
Classe C	9.000	9.000	BB	Ba3	setembro de 2047	Euribor 3 m + 1,75%
	281.000	45.398				
Classe D	10.000	10.000	NR	NR	setembro de 2047	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	291.000	55.398				

Atlantes Mortgage nº 2

Operação concretizada em março de 2008 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 2 Classes A, B, C e D com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 2

	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Fitch	reembolso	Remuneração
Classe A	349.100	184.655	BBB+	A	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,33%
Classe B	18.400	13.817	BB+	BBB	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,95%
Classe C	7.500	5.632	B-	BB	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 1,65%
	375.000	204.104				
Classe D	16.125	16.125	NR	NR	setembro de 2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	391.125	220.229				

Azor Mortgage nº 2

Operação concretizada em julho de 2008 pelo ex-Banif, em que foram cedidos créditos imobiliários originários do anterior BBCA à Gamma STC. Para se financiar, a Gamma STC emitiu obrigações Azor Mortgages nº 2 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Azor Mortgage nº 2

	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Fitch	reembolso	Remuneração
Classe A	253.500	145.249	A+	A	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,3%
Classe B	46.500	43.080	NR	NR	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,8%
	300.000	188.329				
Classe C	6.750	6.750	NR	NR	dezembro de 2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	306.750	195.079				

Atlantes Mortgage nº 3

Operação concretizada em outubro de 2008 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 3 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 3

	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Fitch	reembolso	Remuneração
Classe A	558.600	310.028	A	A +	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,2%
Classe B	41.400	36.211	NR	NR	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,5%
	600.000	346.239				
Classe C	57.668	57.668	NR	NR	agosto de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	657.668	403.907				

Atlantes Mortgage nº 4

Operação concretizada em fevereiro de 2009 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 4 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 4

	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Fitch	reembolso	Remuneração
Classe A	514.250	355.248	A+	A+	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	35.750	35.750	NR	NR	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,3%
	550.000	390.998				
Classe C	74.250	74.250	NR	NR	dezembro de 2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	624.250	465.248				

Atlantes Mortgage nº 5

Operação concretizada em dezembro de 2009 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 5 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 5						
	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Fitch	reembolso	Remuneração
Classe A	455.000	304.204	A +	A +	novembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	45.000	43.806	NR	NR	novembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,3%
	500.000	348.010				
Classe C	66.250	66.250	NR	NR	novembro de 2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	566.250	414.260				

Atlantes Mortgage nº 6

Operação concretizada em junho de 2010 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 6 Classes A e B com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 6						
	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Moody's	reembolso	Remuneração
Classe A	91.000	50.847	NR	NR	dezembro de 2016	4,50%
	91.000	50.847				
Classe B	22.000	22.000	NR	NR	dezembro de 2016	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	113.000	72.847				

Atlantes Mortgage nº 7

Operação concretizada em novembro de 2010 pelo ex-Banif, na qual foi cedida uma carteira de crédito hipotecário residencial. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 6 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 7						
	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Fitch	reembolso	Remuneração
Classe A	357.300	230.744	A+	A+	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	39.700	38.636	NR	NR	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,3%
	397.000	269.380				
Classe C	63.550	63.550	NR	NR	agosto de 2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	460.550	332.930				

Atlantes NPL nº 1

Operação concretizada em dezembro de 2012, no âmbito da qual o Banif e o Banco Banif Mais (atualmente Cofidis) cederam à Gamma STC uma carteira de crédito imobiliário ou com garantia imobiliária. A operação foi financiada através da emissão das obrigações Atlantes NPL nº 1 Classes A e B com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes NPL nº 1

	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Moody's	reembolso	Remuneração
Classe A	168.000	107.141	NR	NR	dezembro de 2018	6,00%
	168.000	107.141				
Classe B	45.000	45.000	NR	NR	dezembro de 2018	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	213.000	152.141				

Atlantes Finance nº 6

Operação concretizada em dezembro de 2013, no âmbito da qual o Banif e o Banco Banif Mais (atualmente Cofidis) cederam à Gamma STC uma carteira de crédito ao consumo. A operação foi financiada através da emissão das obrigações Atlantes Finance nº 6 Classes A, B, C e S com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Finance nº 6

	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Moody's	reembolso	Remuneração
Classe A	176.800	43.239	A-	NR	março 2033	Euribor 3 m + 2,4%
Classe B	40.100	40.100	NR	NR	março 2033	Euribor 3 m + 3%
	216.900	83.339				
Classe C	10.900	8.334	NR	NR	março 2033	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Classe S	7.400	4.483	NR	NR	março 2033	Sem remuneração
	235.200	96.156				

Conforme referido anteriormente, o Banco apenas dispõe de 22% da *equity piece* (Classe C), pelo que os créditos foram desreconhecidos. As obrigações detidas encontram-se registadas nas rubricas “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Investimentos em associadas”.

Atlantes SME nº 4

Operação concretizada em setembro de 2014 pelo ex-Banif, no âmbito da qual cedeu à Gamma STC uma carteira de crédito a empresas. A operação foi financiada através da emissão das obrigações Atlantes SME nº 4 Classes A, B, C, D e S com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes SME nº 4

	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Moody's	reembolso	Remuneração
Classe A	465.000	141.425	A	NR	dezembro de 2043	Euribor 3 m + 0,98%
Classe B	55.000	55.000	BB	NR	dezembro de 2043	Euribor 3 m + 1,48%
Classe C	180.000	180.000	BB	NR	dezembro de 2043	Euribor 3 m + 6,00%
	700.000	376.425				
Classe D	186.400	186.400	NR	NR	dezembro de 2043	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Classe S	41.000	23.382	NR	NR	dezembro de 2043	Sem remuneração
	927.400	586.207				

Atlantes SME nº 5

Operação concretizada em julho de 2015 pelo ex-Banif, no âmbito da qual cedeu à Gamma STC uma carteira de crédito a empresas. A operação foi financiada através da emissão das obrigações Atlantes SME nº 5 Classes A, B, C, D e S com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes SME nº 5

	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Moody's	reembolso	Remuneração
Classe A	440.000	365.348	A-	A3	janeiro 2044	Euribor 3 m + 1,2%
Classe B	35.600	35.600	BBB	B1	janeiro 2044	Euribor 3 m + 1,75%
Classe C	164.400	164.400	NR	NR	janeiro 2044	Euribor 3 m + 6%
	640.000	565.348				
Classe D	172.800	172.800	NR	NR	janeiro 2044	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Classe S	33.200	30.333	NR	NR	janeiro 2044	Sem remuneração
	846.000	768.481				

O valor de balanço registado na rubrica “Responsabilidades representadas por títulos” em 20 de dezembro de 2015 relativo às operações de titularização transferidas do ex-Banif corresponde ao respetivo justo valor, nos termos do descrito na Nota 1.4. Atendendo a que os valores apresentados nesta Nota dizem respeito aos valores nominais em dívida, os mesmos não são coincidentes com os registados contabilisticamente pelo Banco.

46. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transações no exercício de 2015 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que direta ou indiretamente controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que direta ou indiretamente são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores Financing, Ltd.	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Banif International Bank, Ltd.	Bahamas
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável – Santander Multiobrigações	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Entidades de Finalidade Especial que, direta ou indiretamente, são controladas pelo Grupo	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
Gamma STC [(1)]	Portugal
Atlantes Mortgage 1 PLC	Irlanda
Atlantes Mortgage 1 FTC	Portugal

[(1)] Ver nota 4

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que direta ou indiretamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, S.A. SGECR	Espanha
Financiera El Corte Inglés, E.F.C., S.A.	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestaçao de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
PSA Gestão Comércio & Aluguer Veículos, S.A.	Portugal
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Asset Management SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIIC	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Bank S.A.	Noruega
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities,SL	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities,Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Issuances, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Santander UK plc	Reino Unido
Sovereign Bank	EUA
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários,S.A.	Espanha

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transações no exercício de 2014 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que direta ou indiretamente controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que direta ou indiretamente são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores Financing, Ltd.	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável – Santander Multiobrigações	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Entidades de Finalidade Especial que, direta ou indiretamente, são controladas pelo Grupo	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
LEASETOTTA NO. 1 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
LEASETOTTA NO.1 FTC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que direta ou indiretamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, S.A. SGECR	Espanha
Financiera El Corte Inglés, E.F.C., S.A.	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestaçao de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Asset Management, S.A. SGIIC	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Bank S.A.	Noruega
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities,SL	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities,Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Santander UK plc	Reino Unido
Santander, Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Sovereign Bank	EUA
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários,S.A.	Espanha

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos e as transações mantidas durante aqueles exercícios com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	2015		
	Empresas que direta ou indiretamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que direta ou indiretamente se encontram sob controlo comum pelo Grupo
Ativos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	21.036	-	525
Ativos financeiros detidos para negociação	174.230	-	4.192
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	400
Aplicações em instituições de crédito	952.003	1	228.887
Crédito a clientes	-	39.027	5.851
Derivados de cobertura	127.036	-	-
Investimentos em associadas	-	42.213	-
Outros ativos	10.505	7.840	22.067
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.534.391	-	46.867
Recursos de outras instituições de crédito	359.041	65.046	1.639
Recursos de clientes e outros empréstimos	93.652	-	1.100.942
Responsabilidades representadas por títulos	69.592	-	18.095
Derivados de cobertura	170.095	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.302
Outros passivos	3.462	-	1.694
Custos:			
Juros e encargos similares	138.134	30	39.518
Encargos com serviços e comissões	990	-	3.870
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	963.166	-	35.760
Resultados de reavaliação cambial	-	937	-
Gastos gerais administrativos	-	-	49.016
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	192.925	23	4.429
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	952.619	6.867	31.903
Rendimentos de serviços e comissões	231	-	99.907
Resultados de outros ativos	-	41.042	-
Resultados de associadas	-	14.499	-
Resultados de reavaliação cambial	1.794	-	-
Outros resultados de exploração	-	-	156
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	25.717	-	13.005
Garantias recebidas	1	-	1.000
Compromissos perante terceiros	71.074	3.000	153.768
Operações cambiais e instrumentos derivados	13.642.089	-	453.067
Responsabilidades por prestação de serviços	590.996	-	2.221.970

	2014		
	Empresas que direta ou indiretamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que direta ou indiretamente se encontram sob controlo comum pelo Grupo
Ativos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15.855	-	604
Ativos financeiros detidos para negociação	222.816	35.326	2.671
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	5.189
Aplicações em instituições de crédito	945.038	826	206.433
Crédito a clientes	-	35.065	5.551
Derivados de cobertura	190.764	-	-
Investimentos em associadas	-	166.359	-
Outros ativos	13.396	5.392	23.237
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.806.191	-	52.548
Recursos de outras instituições de crédito	1.118.533	101.906	3.933
Recursos de clientes e outros empréstimos	88.755	11.176	1.275.346
Responsabilidades representadas por títulos	84.358	-	33.374
Derivados de cobertura	133.100	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.306
Outros passivos	4.384	-	3.183
Custos:			
Juros e encargos similares	185.308	290	53.991
Encargos com serviços e comissões	256	-	5.996
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.348.551	1.966	35.499
Resultados de reavaliação cambial	5	-	-
Gastos gerais administrativos	-	-	46.097
Imparidade em investimentos em associadas e filiais	-	440	-
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	207.818	60	6.690
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	716.098	3.814	32.580
Resultados de reavaliação cambial	-	-	51
Rendimentos de serviços e comissões	189	-	102.670
Resultados de associadas	-	19.791	-
Outros resultados de exploração	-	-	207
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	19.786	-	15.249
Garantias recebidas	1	-	16.000
Compromissos perante terceiros	25.788	6.829	174.687
Operações cambiais e instrumentos derivados	15.159.296	29.744	591.437
Responsabilidades por prestação de serviços	2.805.584	35.017	2.692.136

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a 554 m.euros e 809 m.euros, respetivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nessas datas 8.078 m.euros e 8.174 m.euros, respetivamente (Nota 40).

O Grupo Santander, no qual está inserido o BST, tem um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial o qual se encontra descrito na Nota 47 e que foi dividido em ciclos. Em 2015 foi aprovado um novo Plano de Incentivos de Longo Prazo Individual enquadrado na remuneração variável plurianual, o que se encontra descrito na Nota 47. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica "Custos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é apresentado de seguida:

	2015	2014
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em julho de 2014	-	7
Plano de Incentivo de Longo Prazo Individual	230	115
	---	---
	230	122
	===	===

Os ciclos do plano de ações vinculado a objetivos dos membros do Conselho de Administração terminaram nas datas abaixo indicadas e foram atribuídas ações aos seguintes valores por ação:

Ciclo	Data de finalização	Número de ações atribuídas	Valor por ação
Primeiro	6 de julho de 2009	97.676	8,49 euros
Segundo	8 de julho de 2010	136.719	8,77 euros
Terceiro	11 de julho de 2011	133.727	7,51 euros
Quarto	9 de julho de 2012	35.850	4,88 euros
Quinto	31 de julho de 2013	-	n/a
Sexto	31 de julho de 2014	-	n/a

Nos exercícios de 2015 e 2014 não foram disponibilizadas ações aos membros do Conselho de Administração na medida em que não foram atingidos os parâmetros mínimos definidos no plano.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Coletivo de Trabalho para o setor bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. l).

Em Assembleia Geral de Acionistas do BST de 30 de maio de 2007, foi aprovado o "Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez", aos membros executivos do Conselho de Administração do ex-totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-totta. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, atualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades com este plano ascendiam a 20.676 m.euros e 18.381 m.euros, respetivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica "Provisões para pensões e outros encargos" (Nota 22).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

Sociedade de revisores oficiais de contas

Os honorários faturados ou a faturar pela sociedade de revisores oficiais de contas e respetivas empresas da mesma rede no exercício de 2015, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado, foram os seguintes:

Serviços de Revisão Legal de Contas e Auditoria Externa (a)	719
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade (a)	905
Consultoria Fiscal (b)	105
Outros (b)	1.370

	3.099
	====

(a) Corresponde aos montantes contratados para o exercício de 2015, independentemente da sua data de faturação, sem o impacto do ex-Banif
(b) Corresponde aos montantes faturados durante o exercício de 2015.

47. PLANOS DE INCENTIVOS - AÇÕES

Por decisão da Assembleia Geral de Acionistas do Banco Santander, S.A., foi aprovado o "Plano de Ações Vinculado a Objetivos do Grupo Santander". Este plano foi dividido em ciclos, tendo sido aprovados seis ciclos. O BST esteve também inserido neste plano.

Cada beneficiário do Plano teve direito a receber um número máximo de ações do Banco Santander, S.A.. O número final atribuído foi determinado multiplicando o número máximo de ações definido inicialmente pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander, S.A. comparativamente a outras entidades incluídas num grupo pré-definido. Esta comparação foi medida em dois parâmetros: o retorno total para o acionista e o crescimento do lucro por ação para os primeiros três ciclos e o retorno total para o acionista nos restantes ciclos.

As datas de finalização dos ciclos do Plano de Ações Vinculado a Objetivos, o número total de ações atribuídas e o valor por ação, apresentam o seguinte detalhe:

Ciclo	Data de finalização	Número total de ações atribuídas	Valor por ação
Primeiro	6 de julho de 2009	326.681	8,49 Euros
Segundo	8 de julho de 2010	540.822	8,77 Euros
Terceiro	11 de julho de 2011	571.640	7,51 Euros
Quarto	9 de julho de 2012	200.897	4,88 Euros
Quinto	31 de julho de 2013	-	n/a
Sexto	31 de julho de 2014	-	n/a

Conforme descrito na Nota 1.3. o), o registo contabilístico dos planos de incentivos de ações consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração de resultados do exercício, na rubrica de "Custos com o pessoal", na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, a cobertura e a execução dos planos foi assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 2015 e 2014, o custo total do Plano de Ações de Incentivos para todos os colaboradores do Banco abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como se segue:

	2015	2014
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em julho de 2014	-	445
Plano de Incentivo de Longo Prazo Individual	395	224
	---	---
	395	669
	===	===

Em 2015 foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo Individual do Banco, enquadrado na remuneração variável plurianual, para um conjunto restrito de colaboradores. Este incentivo tem em conta o comportamento relativo em 2014 do retorno total do acionista (RTA) do Banco Santander, S.A. por comparação com um grupo constituído de 15 instituições de crédito. O Incentivo de Longo Prazo individual tem por referência o valor de 15% da base do prémio de desempenho do Banco, correspondendo a 100% daquele valor caso o RTA do Banco Santander se situe entre os oito primeiros do grupo de instituições de crédito referidas, a 50 % se situe entre a nona e a décima segunda posição e 0% caso esteja em posição inferior.

A disponibilização das ações está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por ação, bem como a data de disponibilização das mesmas encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de ações	Número de ações	Valor do custo por ação (Euros)	Data prevista de entrega das ações	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
Planos em vigor em 31 de dezembro de 2013 (proforma):					
PI14	606.758	4,5254	jul-2014	308	2011
Movimento em 2014:					
PI14 - Ações não disponibilizadas	(606.758)	-	-	(308)	-

Nos exercícios de 2015 e 2014, não foram disponibilizadas quaisquer ações aos colaboradores do Grupo, na medida em que não foram atingidos os parâmetros mínimos definidos no plano.

48. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13

BALANÇO

Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2015				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2.849.364	284.668	-	3.134.032
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	399.605	64.293	-	463.898
Ativos financeiros detidos para negociação	1.750.694	-	-	-	1.750.694
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.454.565	-	85.039	(71.791)	6.467.813
Aplicações em instituições de crédito	-	1.535.436	-	-	1.535.436
Crédito a clientes	195.661	32.606.317	-	(1.021.013)	31.780.965
Derivados de cobertura	130.292	-	-	-	130.292
	8.531.212	37.390.722	434.000	(1.092.804)	45.263.130
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	4.952.679	-	-	4.952.679
Passivos financeiros detidos para negociação	1.721.691	-	-	-	1.721.691
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.545.229	-	-	3.545.229
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.215.210	23.862.374	48.729	-	27.126.313
Responsabilidades representadas por títulos	16.261	5.027.184	-	-	5.043.445
Derivados de cobertura	170.133	-	-	-	170.133
Passivos subordinados	-	4.302	-	-	4.302
	5.123.295	37.391.768	48.729	-	42.563.792

	2014				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	622.460	208.014	-	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	174.556	66.662	-	241.218
Ativos financeiros detidos para negociação	2.291.734	-	-	-	2.291.734
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.754.527	-	19.971	(61.943)	6.712.555
Aplicações em instituições de crédito	-	1.220.917	-	-	1.220.917
Crédito a clientes	37.394	26.647.475	-	(1.161.618)	25.523.251
Derivados de cobertura	195.035	-	-	-	195.035
	9.278.690	28.665.408	294.647	(1.223.561)	37.015.184
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	4.406.312	-	-	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.995.019	-	-	-	1.995.019
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.030.724	-	-	4.030.724
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.555.668	18.040.137	30.097	-	21.625.902
Responsabilidades representadas por títulos	175.460	2.797.651	-	-	2.973.111
Derivados de cobertura	133.690	-	-	-	133.690
Passivos subordinados	-	4.306	-	-	4.306
	5.859.837	29.279.130	30.097	-	35.169.064

No exercício de 2015 e 2014 não ocorreram quaisquer reclassificações de ativos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objeto de correção de valor relativamente ao risco coberto.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2015					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	2.075.382	(1.989.208)	86.174	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	291.940	(14.540)	277.400	-	(78.630)	(78.630)
Disponibilidades em bancos centrais e aplicações em outras instituições de crédito	35.640	-	35.640	-	-	-
Crédito a clientes	940.942	(394.555)	546.387	-	-	-
Derivados de cobertura	211.079	(158.433)	52.646	-	(22.339)	(22.339)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(20.073)	(20.073)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	52.843	(232.924)	(180.081)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	8.068	(52.903)	(44.835)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(190)	(190)	-	-	-
	3.615.894	(2.862.826)	753.068	-	(100.969)	(100.969)
Garantias prestadas	18.681	(1.107)	17.574			
Linhas de crédito	5.187	(2.969)	2.218			

	2014					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	1.629.977	(1.866.631)	(236.654)	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	342.117	(7.056)	335.061	490.688	-	490.688
Disponibilidades em bancos centrais e aplicações em outras instituições de crédito	42.040	-	42.040	-	-	-
Crédito a clientes	1.218.386	(593.193)	625.193	-	-	-
Derivados de cobertura	392.060	(200.465)	191.595	-	(22.499)	(22.499)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(60.442)	(60.442)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	44.757	(332.779)	(288.022)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	70.970	(100.167)	(29.197)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(188)	(188)	-	-	-
	3.740.307	(3.160.921)	579.386	490.688	(22.499)	468.189
Garantias prestadas	19.435	(3.139)	16.296			
Linhas de crédito	9.270	(5.124)	4.146			

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respetivos instrumentos financeiros que, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de 6.137 m.euros e 5.458 m.euros, respetivamente (Nota 37).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	2015			2014		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Ativo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	66	-	66	229	-	229
Disponibilidades em outras instituições de crédito	31	-	31	14	-	14
Ativos financeiros disponíveis para venda	155.423	-	155.423	214.435	-	214.435
Aplicações em instituições de crédito	35.543	-	35.543	41.797	-	41.797
Crédito a clientes	630.906	(40)	630.866	708.952	(61)	708.891
	821.969	(40)	821.929	965.427	(61)	965.366
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	(3.247)	(3.247)	-	(20.941)	(20.941)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(16.826)	(16.826)	-	(39.501)	(39.501)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(228.243)	(228.243)	-	(330.615)	(330.615)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(52.903)	(52.903)	-	(51.038)	(51.038)
Passivos subordinados	-	(190)	(190)	-	(188)	(188)
	-	(301.409)	(301.409)	-	(442.283)	(442.283)
Garantias prestadas	17.260	-	17.260	18.860	-	18.860
Linhas de crédito	2.342	-	2.342	4.011	-	4.011

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa de juro efetiva, de ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	2015			2014		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Ativo						
Crédito a clientes	38.974	(13.829)	25.145	37.954	(13.958)	23.996
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	45.719	-	45.719	44.428	-	44.428

O Banco reconheceu durante os exercícios de 2015 e 2014 proveitos financeiros referentes a "Juros e rendimentos similares" com operações de crédito vencido, ou em situação de imparidade, nos montantes de 9.777 m.euros e 7.178 m.euros, respetivamente (Nota 30).

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Contabilidade de cobertura

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentavam o seguinte detalhe:

	2015					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	191.785	191.919	3.527	195.446	191.787	(3.792)
Ativos financeiros disponíveis para venda	850.000	887.212	20.761	907.973	850.000	(76.981)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.189.489)	(3.219.633)	4.423	(3.215.210)	3.277.463	19.604
Responsabilidades representadas por títulos	(14.930)	(15.463)	(798)	(16.261)	14.930	1.317
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	2.767.567	2.767.567	-	2.767.567	2.050.000	89.440
Responsabilidades representadas por títulos	794.542	794.542	-	794.542	650.000	(69.429)
	1.399.475	1.406.144	27.913	1.434.057	7.034.180	(39.841)

	2014					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	32.887	33.108	4.246	37.354	32.888	(4.291)
Ativos financeiros disponíveis para venda	200.000	205.260	37.423	242.683	200.000	(40.868)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.508.013)	(3.557.735)	2.067	(3.555.668)	3.511.255	41.824
Responsabilidades representadas por títulos	(167.375)	(173.699)	(1.761)	(175.460)	167.385	8.410
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.207.528	3.207.528	-	3.207.528	2.250.000	124.017
Responsabilidades representadas por títulos	1.005.866	1.005.866	-	1.005.866	650.000	(67.747)
	770.893	720.328	41.975	762.303	6.811.528	61.345

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência dos *cash flows* que afetarão os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	2015					
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	5.131	9.725	11.069	(1.287)	(4.627)	20.01

	2014					
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	27.459	9.076	9.644	24.358	(14.266)	56.271

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, com operações de cobertura de justo valor, apresentavam o seguinte detalhe:

	2015			2014		
	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	(719)	719	-	44	(44)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	(16.662)	16.662	-	(188.189)	188.189	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.443	(2.298)	145	(1.833)	3.896	2.063
Responsabilidades representadas por títulos	963	(963)	-	9.549	(11.463)	(1.914)
	(13.975)	14.120	145	(180.429)	180.578	149

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2015			2014		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Ativo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	3.134.032	3.134.032	-	830.474	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	463.898	463.898	-	241.218	241.218
Ativos financeiros detidos para negociação	1.750.694	-	1.750.694	2.291.734	-	2.291.734
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.403.006	64.807	6.467.813	6.699.547	13.008	6.712.555
Aplicações em instituições de crédito	-	1.535.436	1.535.436	-	1.220.917	1.220.917
Crédito a clientes	195.446	31.585.519	31.780.965	37.354	25.485.897	25.523.251
Derivados de cobertura	130.292	-	130.292	195.035	-	195.035
	8.479.438	36.783.692	45.263.130	9.223.670	27.791.514	37.015.184
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	4.952.679	4.952.679	-	4.406.312	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.721.691	-	1.721.691	1.995.019	-	1.995.019
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.545.229	3.545.229	-	4.030.724	4.030.724
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.215.210	23.911.103	27.126.313	3.555.668	18.070.234	21.625.902
Responsabilidades representadas por títulos	16.261	5.027.184	5.043.445	175.460	2.797.651	2.973.111
Derivados de cobertura	170.133	-	170.133	133.690	-	133.690
Passivos subordinados	-	4.302	4.302	-	4.306	4.306
	5.123.295	37.440.497	42.563.792	5.859.837	29.309.227	35.169.064

Os ativos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objeto de correção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o justo valor dos ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	2015					
	Custo de aquisição	Juros corridos	Valorização	Correções de valor por operações de cobertura	Imparidade	Valor líquido contabilístico
Ativo						
Ativos financeiros detidos para negociação	4.065	-	1.746.629	-	-	1.750.694
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.129.912	125.609	178.283	20.761	(51.559)	6.403.006
Crédito a clientes	191.785	349	-	3.527	(215)	195.446
Derivados de cobertura	-	-	130.292	-	-	130.292
	6.325.762	125.958	2.055.204	24.288	(51.774)	8.479.438
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.721.691	-	-	1.721.691
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.189.489	30.144	-	(4.423)	-	3.215.210
Responsabilidades representadas por títulos	14.930	533	-	798	-	16.261
Derivados de cobertura	-	-	170.133	-	-	170.133
	3.204.419	30.677	1.891.824	(3.625)	-	5.123.295

	2014					
	Custo de aquisição	Juros corridos	Valorização	Correções de valor por operações de cobertura	Imparidade	Valor líquido contabilístico
Ativo						
Ativos financeiros detidos para negociação	320.347	1.093	1.970.294	-	-	2.291.734
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.307.851	152.340	256.913	37.423	(54.980)	6.699.547
Crédito a clientes	32.887	261	-	4.246	(40)	37.354
Derivados de cobertura	-	-	195.035	-	-	195.035
	6.661.085	153.694	2.422.242	41.669	(55.020)	9.223.670
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.995.019	-	-	1.995.019
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.508.013	49.722	-	(2.067)	-	3.555.668
Responsabilidades representadas por títulos	167.375	6.324	-	1.761	-	175.460
Derivados de cobertura	-	-	133.690	-	-	133.690
	3.675.388	56.046	2.128.709	(306)	-	5.859.837

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados ativos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correções de valor por operações de cobertura, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2015			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo	Outras técnicas de valorização		
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	Total
Ativo				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.632.210	118.484	1.750.694
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.110.637	137.380	154.989	6.403.006
Crédito a clientes	-	195.446	-	195.446
Derivados de cobertura	-	130.292	-	130.292
	6.110.637	2.095.328	273.473	8.479.438
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.721.691	-	1.721.691
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.215.210	-	3.215.210
Responsabilidades representadas por títulos	-	16.261	-	16.261
Derivados de cobertura	-	170.133	-	170.133
	-	5.123.295	-	5.123.295

	2014			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo	Outras técnicas de valorização		
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	Total
Ativo				
Ativos financeiros detidos para negociação	304.871	1.761.896	224.967	2.291.734
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.130.956	320.079	248.512	6.699.547
Crédito a clientes	-	37.354	-	37.354
Derivados de cobertura	-	195.035	-	195.035
	6.435.827	2.314.364	473.479	9.223.670
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.995.019	-	1.995.019
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.555.668	-	3.555.668
Responsabilidades representadas por títulos	-	175.460	-	175.460
Derivados de cobertura	-	133.690	-	133.690
	-	5.859.837	-	5.859.837

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros do Banco compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública, alguma dívida privada, fundos de investimento mobiliário abertos e ações.

- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como *inputs* significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda valorizados com *bids* indicativos fornecidos por contrapartes externas e a maioria dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de cash flows futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo "Black-Scholes" para as opções e produtos estruturados. Os modelos de atualização de cash flows futuros ("método do valor presente") atualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do *spread* de crédito do emitente ou da entidade com *rating* similar.

  Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

  Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos Credit Value Adjustments e dos Debit Value Adjustments aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes *inputs*:

  - Contrapartes com *credit default swaps* cotados – Cotações publicadas em mercados ativos;

  - Contrapartes sem *credit default swaps* cotados:
    - Cotações publicadas em mercados ativos para contrapartes com risco similar; ou
    - Probabilidade de default apurada tendo em conta o *rating* interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x *loss given default* (específica para clientes de *project finance* e 60% para outros clientes).

  Quando os *inputs* utilizados na valorização de instrumentos financeiros derivados resultaram de dados observáveis de mercado, o Banco classificou os seus instrumentos financeiros derivados no Nível 2. Quando tal valorização resultou de informação interna preparada pelo Banco, o mesmo classificou aqueles instrumentos financeiros no Nível 3.

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns *inputs* que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

Nos exercícios de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	Ativos financeiros detidos para negociação		Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Títulos	Derivados		Total
Instrumentos financeiros classificados no Nível 3 em 31 de dezembro de 2013 (proforma)	35.952	106.119	264.989	407.060
Aquisições	719	47.258	12.502	60.479
Alienações	(32.802)	(29.492)	(36.002)	(98.296)
Alterações de justo valor	(199)	97.412	14.760	111.973
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	(7.737)	(7.737)
Instrumentos financeiros classificados no Nível 3 em 31 de dezembro de 2014	3.670	221.297	248.512	473.479
Aquisições	108	8.769	-	8.877
Alienações	-	(79.842)	(11.684)	(91.526)
Liquidações	(648)	-	(39.429)	(40.077)
Reclassificações	-	-	(48.749)	(48.749)
Alterações de justo valor	(34)	(34.836)	6.339	(28.531)
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	-	-
Instrumentos financeiros classificados no Nível 3 em 31 de dezembro de 2015	3.096	115.388	154.989	273.473

As reclassificações de Nível 3 ocorridas no exercício de 2015 em ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a unidades de participação detidas em Fundos de Investimento Imobiliário Fechados com liquidez reduzida ou Fundo de Capital de Risco sem cotação disponível e com liquidez reduzida que passaram a ser contabilizadas ao custo histórico.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as técnicas de valorização, os inputs utilizados e a relação entre esses *inputs* e o justo valor apurado para os instrumentos financeiros classificados no Nível 3 são como segue:

Instrumentos financeiros	Técnicas de valorização	*Inputs* utilizados	Relação entre os *inputs utilizados* e o justo valor apurado
Ativos financeiros detidos para negociação			
Títulos de dívida	Preço disponibilizado pela contraparte	. Sem informação	Não aplicável
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respetiva Sociedade Gestora	. Taxas de capitalização . Valor das rendas por m2 . Taxas de ocupação	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m^2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m^2 ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá diminuído.
Instrumentos financeiros derivados	Discounted cash flows/ Modelos de valorização	. Probabilidade de *default* (PD) tendo em conta os ratings internos de crédito atribuídos pelo Banco . LGD's específicas	Caso seja utilizada uma probabilidade de *default* ou uma LGD maior, o justo valor do instrumento financeiro virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizada uma probabilidade de default ou uma LGD menor, o justo valor do instrumento financeiro virá aumentado.
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Títulos de dívida	Discounted cash flows	. *Spread* de crédito apurado internamente pelo Banco	Caso seja utilizado um *spread* de crédito maior, o justo valor do título virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizado um *spread* de crédito menor, o justo valor do título virá aumentado.
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respetiva Sociedade Gestora	. Taxas de capitalização . Valor das rendas por m2 . Taxas de ocupação	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m2 ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá diminuído.
Unidades de participação em Fundos de Capital de Risco	Preço divulgado pela respetiva Sociedade Gestora	. Sem informação	Não aplicável.

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31-12-2015		31-12-2014	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	-0,04%	0,61%	0,02%	0,22%
1 mês	-0,02%	0,57%	0,10%	0,23%
3 meses	-0,02%	0,61%	0,17%	0,26%
6 meses	-0,04%	0,70%	0,17%	0,29%
9 meses	-0,05%	0,78%	0,16%	0,35%
1 ano	-0,06%	0,86%	0,16%	0,44%
3 anos	0,06%	1,42%	0,22%	1,29%
5 anos	0,33%	1,76%	0,36%	1,80%
7 anos	0,62%	1,99%	0,53%	2,09%
10 anos	1,00%	2,22%	0,82%	2,34%

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

	2015		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.134.032	3.134.032	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	463.898	463.898	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	64.807	64.807	-
Aplicações em instituições de crédito	1.535.436	1.567.464	32.028
Crédito a clientes	31.585.519	31.023.382	(562.137)
	36.783.692	36.253.583	(530.109)
Passivo			
Recursos de bancos centrais	4.952.679	4.955.163	(2.484)
Recursos de outras instituições de crédito	3.545.229	3.582.827	(37.598)
Recursos de clientes e outros empréstimos	23.911.103	23.983.746	(72.643)
Responsabilidades representadas por títulos	5.027.184	4.950.983	76.201
Passivos subordinados	4.302	4.283	19
	37.440.497	37.477.002	(36.505)

	2014		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	830.474	830.474	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	241.218	241.218	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	13.008	13.008	-
Aplicações em instituições de crédito	1.220.917	1.273.301	52.384
Crédito a clientes	25.485.897	23.639.357	(1.846.540)
	27.791.514	25.997.358	(1.794.156)
Passivo			
Recursos de bancos centrais	4.406.312	4.403.630	2.682
Recursos de outras instituições de crédito	4.030.724	4.009.901	20.823
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.070.234	18.203.397	(133.163)
Responsabilidades representadas por títulos	2.797.651	2.768.244	29.407
Passivos subordinados	4.306	4.306	-
	29.309.227	29.389.478	(80.251)

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, os métodos de valorização utilizados consistiram em técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2015			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo	Outras técnicas de valorização		
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	Total
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	3.134.032	-	3.134.032
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	463.898	-	463.898
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	64.807	64.807
Aplicações em instituições de crédito	-	1.535.436	-	1.535.436
Crédito a clientes	-	-	31.585.519	31.585.519
	-	5.133.366	31.650.326	36.783.692
Passivo				
Recursos de bancos centrais	-	4.952.679	-	4.952.679
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.545.229	-	3.545.229
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	23.911.103	23.911.103
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	5.027.184	5.027.184
Passivos subordinados	-	-	4.302	4.302
	-	8.497.908	28.942.589	37.440.497

	2014			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo	Outras técnicas de valorização		
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	Total
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	830.474	-	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	241.218	-	241.218
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	13.008	13.008
Aplicações em instituições de crédito	-	1.220.917	-	1.220.917
Crédito a clientes	-	-	25.485.897	25.485.897
	-	2.292.609	25.498.905	27.791.514
Passivo				
Recursos de bancos centrais	-	4.406.312	-	4.406.312
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.030.724	-	4.030.724
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	18.070.234	18.070.234
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	2.797.651	2.797.651
Passivos subordinados	-	-	4.306	4.306
	-	8.437.036	20.872.191	29.309.227

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os *cash flows* futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;

- Para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira, o justo valor do crédito concedido a taxa variável foi determinado tendo em consideração o *spread* médio da produção efetuada no último trimestre do ano. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa, os *cash flows* futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do ano;

- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano tendo em conta as diversas tipologias;

- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efetuado o desconto dos *cash flows* futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;

- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos *cash flows* futuros, foram consideradas taxas de juro de mercado praticadas em emissões semelhantes.

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rendibilidade ajustada ao risco respetivo, tanto numa perspetiva global, como dentro de cada área de atividade.

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transações nos mercados financeiros correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transações abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transações, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efetuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a atualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a exposição máxima ao risco de crédito e o respetivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	2015		2014	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.134.032	3.134.032	830.474	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	463.898	463.898	241.218	241.218
Ativos financeiros detidos para negociação	1.750.694	1.750.694	2.291.734	2.291.734
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.467.813	6.467.813	6.712.555	6.712.555
Aplicações em instituições de crédito	1.535.436	1.535.436	1.220.917	1.220.917
Crédito a clientes	31.780.965	37.038.663	25.523.251	30.146.120
Derivados de cobertura	130.292	130.292	195.035	195.035
Investimentos em associadas	42.957	42.957	166.359	166.359
	45.306.087	50.563.785	37.181.543	41.804.412
Garantias prestadas e créditos documentários abertos (Nota 29)	1.716.444	1.716.446	1.300.545	1.300.545

A exposição máxima em “Crédito a clientes” em 31 de dezembro de 2015, incluía 658.347 m.euros e 4.599.351 m.euros referentes a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respetivamente (417.809 m.euros e 4.205.060 m.euros em 31 de dezembro de 2014, respetivamente).

Crédito concedido

Mensalmente, o Banco analisa o crédito concedido a clientes e outros valores a receber para identificar indícios de imparidade. Para efeitos de análise coletiva de perdas por imparidade, o BST efetua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 10).

De acordo com os requisitos definidos na carta circular n.º 02/2014/DSP de 26 de fevereiro de 2014 do Banco de Portugal, o Banco apresenta a seguinte informação referente a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

A exposição creditícia e a respetiva imparidade por segmento exclui a carteira do ex-Banif:

	Exposição a 31-12-2015						Imparidade a 31-12-2015		
Segmento	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	8.455.216	8.234.418	2.444	275.098	220.798	65.629	(245.225)	(66.689)	(178.536)
Construção e CRE	2.677.947	2.264.075	800	272.840	413.872	195.426	(349.302)	(52.560)	(296.742)
Habitação	14.661.579	14.277.028	5.347	1.152.581	384.551	125.667	(273.911)	(36.165)	(237.746)
Retail	1.793.075	1.660.786	975	210.218	132.289	74.407	(162.487)	(27.859)	(134.628)
Garantias não afectas a outros segmentos	1.245.282	1.245.282	-	-	-	-	- (1.273)	- (792)	- (481)
	28.833.099	27.681.589	9.566	1.910.737	1.151.510	461.129	(1.032.198)	(184.065)	(848.133)

	Exposição a 31-12-2014						Imparidade a 31-12-2014		
Segmento	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	7.564.464	7.200.093	3.429	229.547	364.371	194.706	(282.266)	(75.813)	(206.453)
Construção e CRE	3.036.506	2.553.175	14	357.260	483.331	232.453	(351.994)	(54.868)	(297.126)
Habitação	14.950.326	14.491.944	2.025	993.184	458.382	166.322	(301.645)	(106.856)	(194.789)
Retail	1.890.535	1.666.376	319	221.511	224.159	125.367	(236.011)	(34.014)	(201.997)
Garantias não afectas a outros segmentos	988.087	988.087	-	-	-	-	(1.256)	(706)	(550)
	28.429.918	26.899.675	5.787	1.801.502	1.530.243	718.848	(1.173.172)	(272.257)	(900.915)

A reconciliação entre a exposição máxima de crédito referida no quadro anterior e a exposição total constante neste quadro é como segue para o ano 2015 e 2014, respetivamente:

	2015	2014
Exposição máxima ao risco de crédito	30.679.471	30.146.120
Compromissos por linhas de crédito revogáveis	(4.291.040)	(4.205.060)
Garantias prestadas e outros eventuais - garantias e avales	1.157.321	1.084.029
Garantias prestadas e outros eventuais - créditos documentários abertos	235.635	216.516
Imparidade registada	1.021.013	1.161.618
Despesas com encargo diferido	(65.659)	(69.414)
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	99.885	100.355
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	(3.527)	(4.246)
Exposição total de crédito para divulgações da carta circular	28.833.099	28.429.918

O detalhe da imparidade total é como segue:

	2015	2014
Imparidade em crédito a clientes (Nota 10)	(1.021.013)	(1.161.618)
Provisões e imparidade para garantias e compromissos assumidos (Nota 22)	(11.185)	(11.554)
	(1.032.198)	(1.173.172)

A exposição creditícia e a respetiva imparidade em função da antiguidade do vencido excluindo a carteira do ex-Banif, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

		Exposição total 31-12-2015			
		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
Segmento	Total	Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90 *	Dias de atraso > 90 dias
Crédito					
Corporate	8.455.216	8.197.466	36.952	-	220.798
Construção e CRE	2.677.947	2.245.991	18.084	-	413.872
Habitação	14.661.579	14.137.900	139.128	-	384.551
Retail	1.793.075	1.634.060	26.726	-	132.289
Garantias não afectas a outros segmentos	1.245.282	1.245.282	-	-	-
	28.833.099	27.460.699	220.890	-	1.151.510
Imparidade					
Corporate	(245.225)	(61.663)	(5.026)	-	(178.536)
Construção e CRE	(349.302)	(48.938)	(3.622)	-	(296.742)
Habitação	(273.911)	(19.628)	(16.537)	-	(237.746)
Retail	(162.487)	(17.428)	(10.431)	-	(134.628)
Garantias não afectas a outros segmentos	(1.273)	(792)	-	-	(481)
	(1.032.198)	(148.449)	(35.616)	-	(848.133)
	27.800.901	27.312.250	185.274	-	303.377

		Exposição total 31-12-2014			
		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
Segmento	Total	Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90 *	Dias de atraso > 90 dias
Crédito					
Corporate	7.564.464	7.154.113	45.980	-	364.371
Construção e CRE	3.036.506	2.504.283	48.892	-	483.331
Habitação	14.950.326	14.336.868	155.076	-	458.382
Retail	1.890.535	1.637.097	29.279	-	224.159
Garantias não afetas a outros segmentos	988.087	988.087	-	-	-
	28.429.918	26.620.448	279.227	-	1.530.243
Imparidade					
Corporate	(282.266)	(60.175)	(15.638)	-	(206.453)
Construção e CRE	(351.994)	(49.173)	(5.695)	-	(297.126)
Habitação	(301.645)	(34.706)	(72.150)	-	(194.789)
Retail	(236.011)	(18.257)	(15.757)	-	(201.997)
Garantias não afetas a outros segmentos	(1.256)	(706)	-	-	(550)
	(1.173.172)	(163.017)	(109.240)	-	(900.915)
	27.256.746	26.457.431	169.987	-	629.328

Em 31 de dezembro de 2015 a exposição creditícia, excluindo o crédito adquirido ao ex-Banif, e a respetiva imparidade em função do ano de produção é como segue:

	2015														
	Corporate			Construção e CRE			Habitação			Retail			Garantias não afectas a outros segmentos		
Ano de produção	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	2.832	173.544	(3.624)	1.649	123.039	(5.321)	127.884	3.968.877	(69.624)	114.634	125.581	(4.484)	1.961	203.680	(126)
2005	1.147	47.530	(2.528)	888	67.457	(6.364)	26.270	1.263.635	(27.106)	18.124	22.345	(726)	189	5.353	(22)
2006	1.178	75.577	(4.033)	1.078	61.090	(8.972)	27.245	1.493.960	(34.714)	18.473	26.478	(1.258)	213	78.643	(331)
2007	1.801	92.824	(4.397)	1.604	109.222	(23.048)	36.880	2.073.411	(55.430)	27.504	38.703	(2.542)	226	46.884	(13)
2008	2.238	164.056	(5.581)	2.172	144.482	(17.838)	27.030	1.519.491	(44.821)	30.947	43.190	(4.674)	505	47.480	(93)
2009	2.941	193.722	(15.454)	2.483	158.543	(38.223)	17.792	1.054.185	(19.171)	29.001	42.965	(7.311)	508	16.942	(12)
2010	5.634	238.582	(17.314)	3.320	201.040	(36.449)	15.898	1.091.875	(11.827)	54.716	64.760	(16.049)	542	54.751	(79)
2011	7.972	245.029	(18.220)	3.873	183.670	(34.215)	7.720	480.975	(6.117)	68.483	106.285	(22.485)	572	47.779	(433)
2012	8.419	315.052	(32.977)	3.819	352.258	(97.871)	4.995	306.838	(2.763)	81.923	166.309	(33.180)	619	50.117	(9)
2013	10.542	490.671	(60.411)	3.448	215.769	(35.312)	4.010	284.065	(845)	90.847	264.129	(28.598)	893	130.687	(55)
2014	118.482	1.058.999	(39.531)	18.097	395.198	(28.112)	4.576	367.242	(684)	78.564	349.208	(24.163)	2.127	154.531	(29)
2015	106.362	5.359.630	(41.155)	20.760	666.179	(17.577)	8.415	757.025	(809)	115.749	543.122	(17.017)	2.452	408.435	(71)
	269.548	8.455.216	(245.225)	63.191	2.677.947	(349.302)	308.715	14.661.579	(273.911)	728.965	1.793.075	(162.487)	10.807	1.245.282	(1.273)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a imparidade estimada de forma individual e através do modelo de análise coletiva (excluindo a carteira do ex-Banif) apresentava a seguinte composição por segmento:

	2015					
	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Corporate	1.372.189	7.083.027	8.455.216	(150.202)	(95.023)	(245.225)
Construção e CRE	781.079	1.896.868	2.677.947	(301.503)	(47.799)	(349.302)
Habitação	-	14.661.579	14.661.579	-	(273.911)	(273.911)
Retail	-	1.793.075	1.793.075	-	(162.487)	(162.487)
Garantias não afectas a outros segmentos	55.879	1.189.403	1.245.282	- (1.097)	- (176)	(1.273)
	2.209.147	26.623.952	28.833.099	(452.802)	(579.396)	(1.032.198)

	2014					
	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Corporate	350.672	7.213.792	7.564.464	(113.681)	(168.585)	(282.266)
Construção e CRE	924.918	2.111.588	3.036.506	(276.135)	(75.859)	(351.994)
Habitação	-	14.950.326	14.950.326	-	(301.645)	(301.645)
Retail	-	1.890.535	1.890.535	-	(236.011)	(236.011)
Garantias não afetas a outros segmentos	9.744	978.343	988.087	(1.034)	(222)	(1.256)
	1.285.334	27.144.584	28.429.918	(390.850)	(782.322)	(1.173.172)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o risco de crédito estimado de forma individual e através do modelo de análise coletiva apresentava a seguinte composição por setor de atividade, para os segmentos C*orporate* e “Construção e CRE”:

	2015					
	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Atividades Financeiras e de Seguros	1.016.353	1.466.872	2.483.225	(28.184)	(11.463)	(39.647)
Atividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares	21.118	230.679	251.797	(8.356)	(3.032)	(11.388)
Atividades de saúde humana e apoio social	8.303	154.146	162.449	(224)	(1.548)	(1.772)
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	32.628	32.628	-	(29)	(29)
Indústrias Transformadoras	71.038	1.455.472	1.526.510	(15.626)	(27.129)	(42.755)
Captação, tratamento e distribuição de água saneamento, gestão de resíduos e despoluição	-	71.913	71.913	-	(711)	(711)
Construção	713.766	1.042.141	1.755.907	(301.578)	(28.697)	(330.275)
Atividades imobiliárias	123.515	423.486	547.001	(47.530)	(9.552)	(57.082)
Educação	1.316	50.334	51.650	(27)	(552)	(579)
Outras atividades de serviços	15.868	38.051	53.919	(781)	(764)	(1.545)
Transportes e armazenagem	4.693	302.169	306.862	(1.794)	(4.763)	(6.557)
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	9.120	25.568	34.688	(2.280)	(1.248)	(3.528)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	12.766	105.004	117.770	(911)	(1.807)	(2.718)
Comércio por grosso e a retalho	97.244	1.356.816	1.454.060	(37.287)	(39.790)	(77.077)
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2.080	166.962	169.042	(512)	(2.182)	(2.694)
Atividades de informação e de comunicação	3.140	132.917	136.057	(1.139)	(1.486)	(2.625)
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	7.493	903.629	911.122	(761)	(701)	(1.462)
Alojamento, Restauração e Similares	45.455	251.449	296.904	(4.715)	(5.623)	(10.338)
Indústrias Extrativas	-	16.568	16.568	-	(1.397)	(1.397)
Administração Pública e defesa segurança social obrigatória	-	752.710	752.710	-	(38)	(38)
Outros	-	381	381	-	(310)	(310)
	2.153.268	8.979.895	11.133.163	(451.705)	(142.822)	(594.527)

	2014					
	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Actividades Financeiras e de Seguros	60.470	1.770.414	1.830.884	(23.388)	(10.571)	(33.959)
Actividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares	30.093	168.710	198.803	(8.135)	(6.964)	(15.099)
Actividades de saúde humana e apoio social	9.684	146.274	155.958	(2.617)	(3.797)	(6.414)
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	24.538	24.538	-	(236)	(236)
Indústrias Transformadoras	58.352	1.487.066	1.545.418	(16.760)	(43.626)	(60.386)
Captação, tratamento e distribuição de água saneamento, gestão de resíduos e despoluição	516	82.716	83.232	(10)	(1.044)	(1.054)
Construção	684.308	1.309.813	1.994.121	(212.921)	(47.675)	(260.596)
Actividades imobiliárias	227.852	422.896	650.748	(58.192)	(10.587)	(68.779)
Educação	1.000	29.355	30.355	(650)	(956)	(1.606)
Outras actividades de serviços	17.916	54.099	72.015	(1.473)	(1.765)	(3.238)
Transportes e armazenagem	6.009	221.922	227.931	(1.398)	(10.175)	(11.573)
Actividades artísticas, de espectaculos, desportivas e recreativas	9.387	19.727	29.114	(939)	(1.475)	(2.414)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3.775	78.867	82.642	(1.139)	(2.699)	(3.838)
Comércio por grosso e a retalho	104.259	1.497.295	1.601.554	(38.061)	(78.585)	(116.646)
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	17.230	186.298	203.528	(12.125)	(6.388)	(18.513)
Actividades de informação e de comunicação	783	173.332	174.115	(267)	(4.056)	(4.323)
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	709.551	709.551	-	(1.590)	(1.590)
Alojamento, Restauração e Similares	63.968	300.756	364.724	(11.592)	(10.938)	(22.530)
Indústrias Extrativas	613	16.019	16.632	(5)	(1.089)	(1.094)
Administração Pública e defesa segurança social obrigatória	-	604.787	604.787	-	(71)	(71)
Outros	153	167	320	(144)	(157)	(301)
	1.296.368	9.304.602	10.600.970	(389.816)	(244.444)	(634.260)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o risco de crédito estimado de forma individual e através do modelo de análise coletiva (excluindo a carteira do ex-Banif) apresentava a seguinte composição por geografia:

	2015			
	Portugal		Inglaterra	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	2.209.147	(452.802)	-	-
Coletiva	25.754.726	(559.649)	869.226	(19.747)
	27.963.873	(1.012.451)	869.226	(19.747)

	2014			
	Portugal		Inglaterra	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	1.285.334	(390.850)	-	-
Coletiva	26.345.957	(755.931)	798.627	(26.391)
	27.631.291	(1.146.781)	798.627	(26.391)

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 euros são efetuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de rating desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de *rating* interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de default a um ano que o Banco monitoriza e calibra de forma constante e regular. Em termos concretos o *rating* é determinado pela análise dos seguintes fatores:

. Procura/Mercado;
. Sócios/Gestão;
. Acesso ao crédito;
. Rentabilidade;
. Geração de fluxos;
. Solvência.

A estes fatores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O *rating* é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o setor e bases de dados externas. O *rating* final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de *rating* interno do Banco pode ser descrito da seguinte forma:

Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a carteira de crédito do Banco (excluindo a carteira do ex-Banif) apresentava a seguinte segmentação de acordo com o grau de risco interno atribuído:

	2015				
	Grau de risco				
	Elevado	Médio	Baixo	Sem Rating	Total
Corporate	217.791	4.447.680	1.424.162	2.365.583	8.455.216
Construção e CRE	385.256	1.593.084	108.311	591.296	2.677.947
Habitação	2.077.886	1.375.513	9.828.958	1.379.222	14.661.579
Retail	325.308	272.085	830.911	364.771	1.793.075
Garantias não afectas a outros segmentos	7.061	783.692	393.606	60.923	1.245.282
	3.013.302	8.472.054	12.585.948	4.761.795	28.833.099

	2014				
	Grau de risco				
	Elevado	Médio	Baixo	Sem Rating	Total
Corporate	247.552	4.280.905	1.351.484	1.684.523	7.564.464
Construção e CRE	482.922	1.853.631	107.463	592.490	3.036.506
Habitação	2.183.434	1.437.204	10.318.509	1.011.179	14.950.326
Retail	363.638	297.380	897.056	332.461	1.890.535
Garantias não afetas a outros segmentos	9.940	656.948	213.721	107.478	988.087
	3.287.486	8.526.068	12.888.233	3.728.131	28.429.918

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascendia a 211.838 m.euros e 263.017 m.euros, respetivamente, e apresentava o seguinte detalhe:

	2015	2014
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 12):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	253.401	271.204
. Unidades de participação	18.663	18.663
. Equipamento	2.254	3.464
Propriedades de investimento (Nota 13)	-	19.000
Outros ativos recebidos em dação em pagamento (Nota 17)	42.479	65.440
Ativos financeiros disponíveis para venda	22.121	22.121
	338.918	399.892
Imparidade para ativos não correntes detidos para venda (Nota 12):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	(89.596)	(92.406)
. Unidades de participação	(4.000)	(4.000)
. Equipamento	(1.638)	(2.499)
Imparidade de outros ativos recebidos em dação em pagamento (Nota 17)	(9.725)	(15.849)
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda	(22.121)	(22.121)
	(127.080)	(136.875)
	211.838	263.017

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de ativo é o seguinte:

Ativo	2015		
	Números de Imóveis	Justo Valor do Ativo (*)	Valor Líquido Contabilístico
Terreno			
Urbano	131	22.661	18.124
Rural	96	9.908	8.171
Edifícios Construídos			
Comerciais	514	56.361	46.725
Habitação	1.463	102.136	83.016
Outros	35	11.172	7.420
Outros	4	394	349
	2.243	202.632	163.805

Ativo	2014		
	Números de Imóveis	Justo Valor do Ativo (*)	Valor Líquido Contabilístico
Terreno			
Urbano	129	23.623	19.005
Rural	78	10.523	8.288
Edifícios Construídos			
Comerciais	449	52.937	44.856
Habitação	1.571	126.560	96.547
Outros	32	8.931	6.112
Outros	14	5.097	3.990
	2.273	227.671	178.798

(*) não inclui custos com a venda e estimativa de perda histórica com a alienação deste tipo de ativos.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por antiguidade é o seguinte:

Ativo	2015				
	< 1 ano	>= 1ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	Total
Terreno					
Urbano	774	1.162	4.050	12.138	18.124
Rural	220	3.342	3.952	657	8.171
Edifícios Construídos					
Comerciais	6.060	15.131	22.652	2.882	46.725
Habitação	23.605	23.147	31.871	4.393	83.016
Outros	1.927	2.082	3.207	204	7.420
Outros	-	206	143	-	349
	32.586	45.070	65.875	20.274	163.805

Ativo	2014				
	< 1 ano	>= 1ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	Total
Terreno					
Urbano	214	2.769	15.166	856	19.005
Rural	90	6.540	722	936	8.288
Edifícios Construídos					
Comerciais	5.649	31.427	4.531	3.249	44.856
Habitação	34.000	41.304	17.022	4.221	96.547
Outros	-	2.533	2.994	585	6.112
Outros	1.368	2.576	46	-	3.990
	41.321	87.149	40.481	9.847	178.798

Crédito reestruturado

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as operações de crédito reestruturado foram identificadas de acordo com a Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal (que substituiu a Instrução nº 18/2012) a qual estabelece a definição de crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente.

De acordo com a referida Instrução, as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respetivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente, devendo para o efeito incluir a menção “crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente”.

Considera-se que um cliente está em situação de dificuldades financeiras quando tiver incumprido alguma das suas obrigações financeiras perante a instituição ou se for previsível, em face da informação disponível, que tal venha a ocorrer.

A desmarcação do crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente apenas se pode verificar depois de decorrido um período mínimo de dois anos desde a data da sua reestruturação, desde que se verifiquem cumulativamente determinadas condições. O Banco até ao momento não procedeu a qualquer desmarcação.

O movimento da carteira de créditos marcados como reestruturados (excluindo a carteira do ex-Banif) durante o ano de 2014 e 2015 foi como segue:

Saldo da carteira de reestruturados (bruto de provisões) em 31 de dezembro de 2013	2.352.993
Créditos reestruturados no exercício	563.837
Juros corridos da carteira reestruturada	(1.192)
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(372.288)
Outros	(23.000)
Saldo da carteira de reestruturados (bruto de provisões) em 31 de dezembro de 2014	2.520.350
Créditos reestruturados no exercício	359.094
Juros corridos da carteira reestruturada	(1.513)
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(477.059)
Outros	(29.006)
Saldo da carteira de reestruturados (bruto de provisões) em 31 de dezembro de 2015	2.371.866

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a carteira de crédito reestruturado (excluindo a carteira do ex-Banif) apresentava a seguinte composição por medida de reestruturação aplicada:

	2015								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Período de carência	34.899	992.152	(40.787)	7.659	166.422	(122.286)	42.558	1.158.574	(163.073)
Outros	28.632	918.585	(88.846)	7.574	294.707	(209.502)	36.206	1.213.292	(298.348)
	63.531	1.910.737	(129.633)	15.233	461.129	(331.788)	78.764	2.371.866	(461.421)

	2014								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Período de carência	36.117	987.824	61.542	8.751	177.463	153.884	44.868	1.165.287	215.426
Outros	27.987	813.678	89.707	10.875	541.385	254.350	38.862	1.355.063	344.057
	64.104	1.801.502	151.249	19.626	718.848	408.234	83.730	2.520.350	559.483

Colaterais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o grau de cobertura do crédito vencido por garantias reais (excluindo a carteira do ex-Banif) apresentava a seguinte composição:

	2015						
	Exposição			Colaterais			
Grau de cobertura	Vincendo associado a crédito vencido	Vencido (Nota 10)	Total	Hipotecas	Outras garantias reais	Total	Imparidade
Empresas							
>= 100%	16.340	31.678	48.018	18.545	11.575	30.120	(25.039)
>= 80% e < 100%	8.628	13.022	21.650	22.303	2.330	24.633	(8.554)
>= 60% e < 80%	12.382	38.029	50.411	65.220	8.371	73.591	(22.661)
< 60%	32.962	132.504	165.466	352.564	25.914	378.478	(71.870)
Sem garantia	176.310	271.337	447.647	-	-	-	(263.115)
Habitação							
>= 100%	22.885	99.528	122.413	103.326	11	103.337	(41.913)
>= 80% e < 100%	94.889	81.587	176.476	198.004	-	198.004	(38.196)
>= 60% e < 80%	106.406	65.707	172.113	244.691	-	244.691	(32.376)
< 60%	117.263	100.324	217.587	472.797	27	472.824	(47.972)
Sem garantia	2.098	2.080	4.178	-	-	-	(1.239)
Outros particulares							
>= 100%	3.634	5.588	9.222	2.369	2.683	5.052	(5.182)
>= 80% e < 100%	1.831	2.329	4.160	2.701	1.778	4.479	(2.447)
>= 60% e < 80%	1.791	1.703	3.494	1.891	2.901	4.792	(1.777)
< 60%	5.637	3.064	8.701	11.979	7.379	19.358	(4.374)
Sem garantia	67.783	106.393	174.176	-	-	-	(124.824)
	670.839	954.873	1.625.712	1.496.390	62.969	1.559.359	(691.539)

	2014						
	Exposição			Colaterais			
Grau de cobertura	Vincendo associado a crédito vencido	Vencido (Nota 10)	Total	Hipotecas	Outras garantias reais	Total	Imparidade
Empresas							
>= 100%	94.293	215.902	310.195	613.078	30.684	643.762	(116.358)
>= 80% e < 100%	4.776	13.364	18.140	14.161	2.943	17.104	(10.997)
>= 60% e < 80%	429	2.184	2.613	1.748	64	1.812	(1.504)
< 60%	6.399	8.197	14.596	3.465	1.074	4.539	(6.994)
Sem garantia	533.057	355.123	888.180	-	-	-	(359.593)
Habitação							
>= 100%	350.233	275.456	625.689	1.006.377	125	1.006.502	(133.590)
>= 80% e < 100%	12.878	49.524	62.402	56.678	-	56.678	(20.139)
>= 60% e < 80%	4.529	31.686	36.215	25.714	-	25.714	(14.897)
< 60%	545	14.925	15.470	7.077	-	7.077	(9.491)
Sem garantia	2.156	2.294	4.450	-	-	-	(16.672)
Outros particulares							
>= 100%	7.194	13.268	20.462	24.820	9.486	34.306	(13.156)
>= 80% e < 100%	1.922	1.303	3.225	705	2.395	3.100	(1.275)
>= 60% e < 80%	448	688	1.136	337	430	767	(269)
< 60%	682	294	976	-	323	323	(451)
Sem garantia	80.759	182.029	262.788	-	-	-	(195.529)
	1.100.300	1.166.237	2.266.537	1.754.160	47.524	1.801.684	(900.915)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o grau de cobertura do crédito sem incumprimento para o qual foi atribuída imparidade na análise individual apresenta o seguinte detalhe:

	2015				
	Crédito em	Colaterais			
Grau de cobertura	cumprimento	Hipotecas	Outras garantias reais	Total	Imparidade
>=100%	88.550	39.881	12.530	52.411	(26.372)
>= 80% e < 100%	38.451	43.237	2.791	46.028	(5.007)
>= 60% e < 80%	50.577	64.095	8.232	72.327	(3.385)
< 60%	58.348	134.049	4.095	138.144	(9.513)
Sem garantia	1.394.751	-	-	-	(58.879)
	1.630.677	281.262	27.648	308.910	(103.156)

	2014				
	Crédito em	Colaterais			
Grau de cobertura	cumprimento	Hipotecas	Outras garantias reais	Total	Imparidade
>=100%	202.105	381.619	2.077	383.696	(23.017)
>= 80% e < 100%	31.924	26.250	2.559	28.809	(10.704)
>= 60% e < 80%	23.942	6.044	10.014	16.058	(9.283)
< 60%	10.288	347	1.862	2.209	(1.321)
Sem garantia	326.136	-	-	-	(69.025)
	594.395	414.260	16.512	430.772	(113.350)

Ativos onerados

Considera-se um ativo onerado, um ativo explícita ou implicitamente constituído como garantia ou sujeito a um acordo para garantir, colateralizar ou melhorar a qualidade de crédito em qualquer operação da qual não possa ser livremente retirado.

De acordo com os requisitos definidos na Instrução nº 28 / 2014, de 15 de janeiro de 2015, do Banco de Portugal, o Banco apresenta de seguida informação relativamente aos ativos onerados.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição dos ativos onerados e não onerados é a seguinte:

	2015			
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Valor justo dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Valor justo dos ativos não onerados
Ativos				
Disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	20.804	-	3.113.228	-
Instrumentos de capital	-	-	118.593	133.048
Títulos de dívida	4.709.344	4.709.344	5.526.618	5.529.389
Crédito a clientes e aplicações em instituições de crédito	12.444.644	-	16.988.542	-
Outros ativos	-	-	4.007.195	-
	17.153.988	4.709.344	29.754.176	5.662.437

	2014			
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Valor justo dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Valor justo dos ativos não onerados
Ativos				
Disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	-	-	863.678	-
Instrumentos de capital	-	-	115.896	115.896
Títulos de dívida	5.294.786	5.294.786	3.719.575	3.719.575
Crédito a clientes e aplicações em instituições de crédito	10.351.176	-	13.978.309	-
Outros ativos	-	-	4.536.942	-
	15.645.962	5.294.786	23.214.400	3.835.471

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os passivos associados a ativos onerados e os colaterais recebidos são os seguintes:

	2015	
	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não *covered bonds* próprias ou ABS onerados
Quantia escriturada dos passivos financeiros	9.199.085	11.071.387
Outros	665.563	779.449
	9.864.648	11.850.836

	2014	
	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não *covered bonds* próprias ou ABS onerados
Quantia escriturada dos passivos financeiros	11.899.212	15.645.962
Outros	364.000	-
	12.263.212	15.645.962

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe por *rating* externo, de acordo com a notação atribuída pela Standard & Poor`s:

	2015	2014
Ativos financeiros detidos para negociação		
Rating S&P		
AA+ / AA / AA-	-	1.257
A+ / A / A-	-	103.947
BBB+ / BBB / BBB-	-	133.495
BB+ / BB / BB-	-	23.741
B+ / B / B-	-	-
Sem rating externo	-	56.781
	-	319.221
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P		
BBB+ / BBB / BBB-	9.929	-
BB+ / BB / BB-	6.045.447	5.888.016
B+ / B / B-	108.577	111.574
Sem rating externo	185.267	600.088
	6.349.220	6.599.678
	6.349.220	6.918.899

Para os casos em que o *rating* da agência Standard & Poor's não estava disponível, foram apresentados os *ratings* divulgados pelas agências Moody's ou Fitch.

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM),* o Comité de Ativos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de *ALM* são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Banco considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de ativos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à atividade de *funding*.

No âmbito da sua política de liquidez, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco mantém um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN) de 5.000.000 m.euros, do qual estão utilizados 32.300 m.euros.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os *cash flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

	2015							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	284.667	360	1.089	2.891	2.854.750	-	-	3.143.757
Disponibilidades em outras instituições de crédito	463.898	-	-	-	-	-	-	463.898
Ativos financeiros detidos para negociação	1.750.694	-	-	-	-	-	-	1.750.694
Ativos financeiros disponíveis para venda	2	48.792	175.493	1.352.981	2.476.589	2.970.632	191.477	7.215.966
Aplicações em instituições de crédito	364.581	40.269	677.660	169.392	15.802	275.884	-	1.543.588
Crédito a clientes	187.542	6.322.392	4.243.992	5.293.685	5.434.510	14.726.040	-	36.208.161
Derivados de cobertura	130.292	-	-	-	-	-	-	130.292
	3.181.676	6.411.813	5.098.234	6.818.949	10.781.651	17.972.556	191.477	50.456.356
Passivo								
Recursos de bancos centrais	1.404.484	1.100.149	-	2.453.964	-	-	-	4.958.597
Passivos financeiros detidos para negociação	1.721.691	-	-	-	-	-	-	1.721.691
Recursos de outras instituições de crédito	284.592	1.445.647	1.329.884	3.280	3.038	601.900	-	3.668.341
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.905.366	5.048.603	6.907.147	6.036.093	882.570	22.315	-	27.802.094
Responsabilidades representadas por títulos	798	31.300	320.609	1.352.224	1.739.228	2.108.026	-	5.552.185
Derivados de cobertura	170.133	-	-	-	-	-	-	170.133
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	4.313	4.313
	12.487.064	7.625.699	8.557.640	9.845.561	2.624.836	2.732.241	4.313	43.877.354

	2014							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	208.014	78	238	632	623.094	-	-	832.056
Disponibilidades em outras instituições de crédito	241.218	-	-	-	-	-	-	241.218
Ativos financeiros detidos para negociação	2.291.734	-	-	-	-	-	-	2.291.734
Ativos financeiros disponíveis para venda	2	87.567	417.616	855.294	2.511.162	3.614.804	178.095	7.664.540
Aplicações em instituições de crédito	80.897	54.609	613.661	477.306	2.175	49.954	-	1.278.602
Crédito a clientes	315.350	2.204.676	3.184.363	5.225.099	4.068.893	14.240.783	-	29.239.164
Derivados de cobertura	195.035	-	-	-	-	-	-	195.035
	3.332.250	2.346.930	4.215.878	6.558.331	7.205.324	17.905.541	178.095	41.742.349
Passivo								
Recursos de bancos centrais	3.800.088	-	-	-	609.694	-	-	4.409.782
Passivos financeiros detidos para negociação	1.995.019	-	-	-	-	-	-	1.995.019
Recursos de outras instituições de crédito	224.704	2.804.571	316.626	303.951	4.636	405.393	-	4.059.881
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.219.756	2.733.455	5.150.978	7.533.068	430.177	95.839	-	22.163.273
Responsabilidades representadas por títulos	1.761	87.294	154.066	1.259.767	906.769	685.837	-	3.095.494
Derivados de cobertura	133.690	-	-	-	-	-	-	133.690
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	4.319	4.319
	12.375.018	5.625.320	5.621.670	9.096.786	1.951.276	1.187.069	4.319	35.861.458

O apuramento dos *cash flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Banco na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua atividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de ativos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;

- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com exceção dos instrumentos de capital registados como ativos financeiros disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Ativos e passivos financeiros não estruturais correspondem a ativos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito e instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda) e ativos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Banco considera o justo valor dos ativos e passivos de negociação como o seu valor transacional exigível à vista;

- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;

- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a atividade de negociação do Banco consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos. Esta medida é apenas utilizada na gestão de tesouraria ao nível do Grupo, uma vez que o Banco usa medidas de sensibilidade específicas.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (Stress Testing), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efetuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar as eventuais incidências que possam existir para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objetivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das atividades de derivados, devido ao seu caráter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (Loss Triggers e Stop Losses).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os fatores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado diretamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e *repricing* existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

Risco de taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	2015				
	Exposição a		Não sujeito a risco		
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	Total
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2.849.364	284.668	-	3.134.032
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	463.898	-	463.898
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	3.096	1.747.598	1.750.694
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.609.518	424.326	433.969	-	6.467.813
Aplicações em instituições de crédito	1.112.740	371.308	51.388	-	1.535.436
Crédito a clientes	3.772.881	27.904.212	103.872	-	31.780.965
Derivados de cobertura	-	-	-	130.292	130.292
	10.495.139	31.549.210	1.340.891	1.877.890	45.263.130
Passivo					
Recursos de bancos centrais	2.446.000	2.500.000	6.679	-	4.952.679
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.721.691	1.721.691
Recursos de outras instituições de crédito	162.807	2.863.654	518.768	-	3.545.229
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.297.662	8.626.069	202.582	-	27.126.313
Responsabilidades representadas por títulos	2.733.748	2.291.199	18.498	-	5.043.445
Derivados de cobertura	-	-	-	170.133	170.133
Passivos subordinados	-	4.275	27	-	4.302
	23.640.217	16.285.197	746.554	1.891.824	42.563.792

	2014				
	Exposição a		Não sujeito a risco		
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	Total
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	622.460	208.014	-	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	241.218	-	241.218
Ativos financeiros detidos para negociação	121.600	197.621	3.019	1.969.494	2.291.734
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.344.934	804.792	562.829	-	6.712.555
Aplicações em instituições de crédito	890.877	282.915	47.125	-	1.220.917
Crédito a clientes	2.821.989	22.676.129	25.133	-	25.523.251
Derivados de cobertura	-	-	-	195.035	195.035
	9.179.400	24.583.917	1.087.338	2.164.529	37.015.184
Passivo					
Recursos de bancos centrais	606.000	3.800.051	261	-	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.995.019	1.995.019
Recursos de outras instituições de crédito	3.167.409	863.072	243	-	4.030.724
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.758.146	5.699.091	168.665	-	21.625.902
Responsabilidades representadas por títulos	1.918.587	1.034.484	20.040	-	2.973.111
Derivados de cobertura	-	-	-	133.690	133.690
Passivos subordinados	-	4.275	31	-	4.306
	21.450.142	11.400.973	189.240	2.128.709	35.169.064

Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos ativos e passivos, com base em deslocamentos de 100 *basis points* (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os ativos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respetiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;

- Os ativos e passivos são agrupados em agregados homogéneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;

- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de *repricing* (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);

- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de *repricing*/vencimento;

- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;

- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;

- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e

- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos ativos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;

- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e

- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspetiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos *gaps* negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;

- Vencimentos e *repricing* – consideram-se as datas de vencimento e *repricing* reais das operações. Os ativos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;

- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva *spot* da data de análise com a curva *forward* subjacente; e

- Características das novas operações “New Business” (Prazo, *repricing*, volumes, *spread*, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas diretrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Banco a variações positivas e negativas de 100 *basis points* (bp's) para o horizonte temporal de um ano correspondia a:

	2015		2014	
Ativo	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.627	83.080	263	9.556
Ativos financeiros disponíveis para venda	(326.835)	288.920	(364.218)	208.326
Aplicações em instituições de crédito	(6.493)	7.016	(8.362)	3.714
Crédito a clientes	(182.767)	110.011	(134.640)	53.400
	(514.468)	489.027	(506.957)	274.996
Derivados de cobertura	22.224	(40.417)	(54.126)	9.259
Passivo				
Recursos de bancos centrais	(68.348)	23.265	(22.764)	6.170
Recursos de outras instituições de crédito	(8.501)	6.124	(4.825)	542
Recursos de clientes e outros empréstimos	(532.907)	338.888	(401.951)	136.480
Responsabilidades representadas por títulos	(80.645)	48.438	(58.746)	15.003
Outros passivos subordinados	(6)	2	-	-
	(690.407)	416.717	(488.286)	158.195

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia;

- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respetivamente, da distribuição de perdas e ganhos);

- Fator de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos fatores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O fator de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela metodologia de Risco de Mercado;

  Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o fator de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e

- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O Var *Weighted* Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos fatores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os fatores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico selecionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respetiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos fatores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o VAR associado ao risco de taxa de juro correspondia a:

	2015	2014
VaR Percentil 99%	(4)	(1)
VaR Weighted Percentil 99%	(25)	(1)

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da Área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes, sendo efetuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

	2015			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.128.135	2.486	3.411	3.134.032
Disponibilidades em outras instituições de crédito	408.863	34.345	20.690	463.898
Ativos financeiros detidos para negociação	1.748.022	2.574	98	1.750.694
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.467.813	-	-	6.467.813
Aplicações em instituições de crédito	819.396	636.260	79.780	1.535.436
Crédito a clientes	31.458.868	300.746	21.351	31.780.965
Derivados de cobertura	129.584	708	-	130.292
	44.160.681	977.119	125.330	45.263.130
Passivo				
Recursos de bancos centrais	4.948.209	-	4.470	4.952.679
Passivos financeiros detidos para negociação	1.701.878	19.715	98	1.721.691
Recursos de outras instituições de crédito	3.157.960	383.597	3.672	3.545.229
Recursos de clientes e outros empréstimos	25.556.896	1.346.985	222.432	27.126.313
Responsabilidades representadas por títulos	5.013.954	28.205	1.286	5.043.445
Derivados de cobertura	168.116	2.017	-	170.133
Passivos subordinados	4.302	-	-	4.302
	40.551.315	1.780.519	231.958	42.563.792

	2014			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	822.546	4.277	3.651	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	184.396	42.768	14.054	241.218
Ativos financeiros detidos para negociação	2.261.697	28.528	1.509	2.291.734
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.712.555	-	-	6.712.555
Aplicações em instituições de crédito	833.871	353.009	34.037	1.220.917
Crédito a clientes	25.262.509	238.869	21.873	25.523.251
Derivados de cobertura	193.802	1.233	-	195.035
	36.271.376	668.684	75.124	37.015.184
Passivo				
Recursos de bancos centrais	4.406.312	-	-	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.993.129	1.671	219	1.995.019
Recursos de outras instituições de crédito	3.651.700	372.316	6.708	4.030.724
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.540.195	918.865	166.842	21.625.902
Responsabilidades representadas por títulos	2.973.111	-	-	2.973.111
Derivados de cobertura	131.337	2.353	-	133.690
Passivos subordinados	4.306	-	-	4.306
	33.700.090	1.295.205	173.769	35.169.064

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o VaR associado ao risco cambial correspondia a:

	2015	2014
VaR Percentil 99%	(8)	(6)
VaR Weighted Percentil 99%	(10)	(5)

Risco de cotações de ativos

Instrumentos financeiros - negociação

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco não tinha risco associado a cotações de ativos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor dos instrumentos financeiros derivados, negociados em mercado de balcão, compensados por derivados financeiros relacionados, por tipo de contraparte, é o seguinte:

	2015			
	Ativos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		
Contraparte		Instrumentos financeiros	Colateral em cash recebido como garantia	Valor Líquido
Instituições Financeiras	3.257	-	(3.500)	(243)
Empresas do Grupo	(1.403.158)	-	200.000	(1.203.158)
	(1.399.901)	-	196.500	(1.203.401)

	2014			
	Ativos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		
Contraparte		Instrumentos financeiros	Colateral em cash recebido como garantia	Valor Líquido
Instituições Financeiras	4.271	-	(4.200)	71
Empresas do Grupo	(1.749.115)	-	200.000	(1.549.115)
	(1.744.844)	-	195.800	(1.549.044)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor das operações de venda com acordo de recompra, por tipo de contraparte, é o seguinte:

	2015			
	Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		
Contraparte		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	Valor Líquido
Instituições Financeiras	(2.183.776)	2.183.711	64.508	64.443
	(2.183.776)	2.183.711	64.508	64.443

	2014			
	Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		
Contraparte		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	Valor Líquido
Instituições Financeiras	(2.797.788)	2.796.181	43.734	42.127
	(2.797.788)	2.796.181	43.734	42.127

49. GESTÃO DO CAPITAL

O BST procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de fundos próprios totais – relação entre os Fundos Próprios Elegíveis e os ativos ponderados pelo risco (ou posições em risco) – confortavelmente acima de 8%, correspondente ao mínimo legal estabelecido na Diretiva 2013/36/UE (CRD IV) e no Regulamento (UE) nº 575/2013 (CRR), ambos do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 e enquadrados num novo Acordo de Basileia (BIS III).

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Banco sustentar o desenvolvimento das suas operações dentro da sua política de riscos.

O BST utiliza o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para a maioria dos segmentos de crédito e o método padrão para leasing, factoring, operações manuais e carteira do ex-Banif.

Em dezembro de 2010 o BST passou a utilizar o método misto para o risco de mercado, nomeadamente modelos internos para a maioria dos derivados de negociação (IRB) e o método padrão para o resto da carteira de negociação.

Em junho de 2012 o BST começou a usar o método padrão para efeitos de apuramento dos requisitos de risco operacional, tendo até então utilizado o método do indicador básico.

A partir de 1 de janeiro de 2014, passou a reportar os rácios de capital de acordo com o novo enquadramento regulatório do BIS III que, embora preveja um período de transição (phasing in), é mais exigente para o rácio core capital (ou Common Equity Tier I, CET1), em particular por via de deduções adicionais e ponderadores mais elevados no cômputo dos ativos ponderadores de risco (ou posições em risco).

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios de capital do BST ao nível consolidado em dezembro de 2015 e dezembro de 2014 (ambos em BIS III – Phasing In):

Valores em milhões de euros

	2015	2014
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	2.841	2.467
Capital Elegível	1.242	942
Reservas e Resultados Elegíveis	1.413	1.166
Interesses que não controlam Elegíveis	224	476
Deduções aos Fundos Próprios de Base	(38)	(117)
B - FUNDOS PRÓPRIOS Complementares (TIER II)	74	-
Passivos subordinados com vencimento indeterminado	4	4
Outros Elementos/ Deduções aos Fundos Próprios Complementares	70	(4)
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	-	-
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	2.915	2.467
E - POSIÇÕES DE RISCOS PONDERADAS	18.919	16.102

RÁCIOS	2015	2014 (*)
TIER I (A/E)	15,0%	15,3%
CORE CAPITAL	13,9%	13,0%
TIER II (B/E)	0,4%	0,0%
RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS (D/E)	15,4%	15,3%

(*) Os rácios reportados de 2015 incluem os resultados provisórios do ano deduzidos de dividendos esperados baseados em regras estabelecidas pelo Banco Central Europeu.

O rácio de fundos próprios principais de nível 1 (ou rácio CET1) subiu de 13,0% em Dezembro de 2014 para 13,9% em Dezembro de 2015, refletindo o aumento de capital social de 300 milhões e um incremento nos resultados provisórios do ano líquidos dos dividendos previsíveis de acordo com regras estabelecidas pelo Banco Central Europeu. Estes efeitos positivos foram parcialmente anulados pelo impacto negativo do aumento dos ativos ponderados pelo risco associado à aquisição de ativos do ex-Banif.

Por sua vez, o rácio de fundos próprios totais subiu de 15,3% em Dezembro de 2014 para 15,4% em Dezembro de 2015, para o que contribuiu a elegibilidade de alguns items em Tier II, e o rácio de nível 1 (ou rácio Tier I) baixou de 15,3% em Dezembro de 2014 para 15,0% em Dezembro de 2015.

50. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A partir do final do primeiro trimestre de 2013 desencadeou-se em Portugal um movimento com projeção pública, na sequência do qual se passou a questionar a validade de alguns contratos de *swap* de taxa de juro celebrados entre diversas instituições financeiras e várias empresas do setor público, nomeadamente do setor dos transportes ferroviários e rodoviários. Estes contratos foram maioritariamente celebrados até 2008, ou seja, antes de eclodir a última crise financeira e representam para aquelas empresas elevados encargos.

Entre aqueles contratos foram questionados alguns celebrados com o Banco, cujo justo valor positivo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 ascendia a cerca de 1.228.000 m.euros e 1.320.000 m.euros, respetivamente, o qual se encontra refletido no balanço anexo na rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação” (Nota 7). Estes contratos desenrolaram-se sem qualquer incidente até setembro de 2013.

No seguimento do movimento acima referido, na convicção da total regularidade e força vinculante dos contratos celebrados com as empresas do setor público, o Banco tomou a iniciativa de requerer a declaração judicial da sua validade, considerando que era seu dever contribuir, pela via apropriada, para a eliminação de toda e qualquer dúvida sobre a sua validade e força vinculante. Esta iniciativa teve lugar durante o segundo trimestre de 2013, junto de tribunais ingleses, por estes terem sido os escolhidos pelas partes nos termos expressamente estabelecidos nos respetivos contratos.

Em setembro de 2013, já após a instauração das ações judiciais acima mencionadas, as empresas do setor público comunicaram formalmente ao Banco que iriam suspender, a partir dessa data, a liquidação dos juros devidos associados aos contratos de *swap* até que aquelas ações judiciais fossem julgadas. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica do balanço "Outros ativos – Outros" incluía cerca de 311.000 m.euros e 163.000 m.euros, respetivamente, relativos aos juros não liquidados (Nota 17).

Em novembro de 2013, as empresas do setor público apresentaram junto dos tribunais ingleses a sua contestação às ações interpostas pelo Banco requerendo a nulidade dos contratos e solicitando o ressarcimento dos fluxos líquidos de juros pagos no passado, os quais ascenderam a cerca de 134.000 m.euros.

No dia 14 de fevereiro de 2014, o Banco apresentou junto dos tribunais ingleses a sua resposta à contestação apresentada pelas empresas do setor público, tendo sido apresentadas as réplicas por parte da defesa em 4 de abril de 2014. No dia 16 de maio de 2014, foi realizada a audiência preliminar. As audiências decorreram entre outubro e novembro de 2015, com alegações orais finais em dezembro de 2015.

Em 4 de março de 2016, foi conhecida a sentença do Tribunal Comercial de Londres, a qual deu razão aos pedidos do Banco da declaração da validade dos contratos de *swap* e condenou as respetivas empresas ao pagamento dos fluxos vencidos. Este processo encontra-se em fase de recurso, por iniciativa das empresas de transportes.

Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2014, foram interpostas junto de tribunais portugueses cinco ações judiciais contra o Banco, questionando a validade e a força vinculante de contratos de *swap* de taxa de juro celebrados com algumas entidades integrantes do Governo Regional da Madeira (entidades incluídas no setor público português), as quais suspenderam igualmente a liquidação dos juros associados àqueles contratos. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o justo valor positivo daqueles *swaps* ascendia a cerca de 87.000 m.euros e 100.000 m.euros, respetivamente, e encontrava-se refletido no balanço anexo na rubrica "Ativos financeiros detidos para negociação" (Nota 7). Por outro lado, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica do balanço "Outros ativos – Outros" incluía cerca de 31.000 m.euros e 15.000 m.euros, respetivamente, relativos aos juros não liquidados (Nota 17). Por último, as entidades acima referidas reclamam igualmente a devolução dos juros líquidos pagos por si no passado, os quais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 ascendiam a cerca de 20.000 m.euros. O Banco apresentou a sua contestação a estas ações judiciais. Até à presente data, todas as decisões proferidas nestas ações têm sido favoráveis ao Banco, incluindo decisões de segunda e de terceira instância, estando uma das ações já concluída a favor do Banco. Em três ações, o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça confirmou as sentenças dos Tribunais da primeira instância e para um deles do Tribunal da Relação de Lisboa (dado que o outro passou diretamente do tribunal de primeira instância para revista do Supremo Tribunal de Justiça), que se declararam incompetentes para julgarem as ações por, aceitando os argumentos do Banco, entenderem que as questões levantadas são da competência dos tribunais ingleses. Para uma outra ação, o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça decidiu colocar uma questão prejudicial ao Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) sobre a aplicabilidade do artigo 23º do Regulamento nº 44/2001, em relação a se o pacto de jurisdição era suficiente como elemento de estraneidade ou não o sendo, se os outros factos na relação em apreço seriam suficientes. Esta decisão de colocar a questão prejudicial ao TJUE suspendeu a revista em 4 de fevereiro de 2016.

É convicção do Conselho de Administração do Banco, suportado pela opinião dos seus consultores legais ingleses e portugueses, pelo teor da sentença do Tribunal Comercial de Londres e pelas decisões até à data dos Tribunais portugueses, que o desfecho das ações judiciais em causa lhe será favorável, razão pela qual não foram constituídas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, existia um conjunto de reclamações/ações judiciais interpostas contra o Banco por parte de outros clientes relacionadas igualmente com contratos de *swap*. Na maioria daquelas reclamações/ações, os clientes solicitam o cancelamento dos contratos de *swap* celebrados com o Banco, bem como o reembolso dos juros líquidos que pagaram no passado. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os montantes envolvidos naquelas reclamações/ações judiciais eram os seguintes:

	2015	2014
Juros recebidos de clientes	38.308	52.665
Juros pagos a clientes	(6.560)	(8.879)
	31.748	43.786
Juros vencidos não pagos pelos clientes	9.025	10.551
Imparidade registada	(8.879)	(9.624)
	146	927
Mark to Market dos swaps	35	72
Provisões para outros riscos e encargos	(8.522)	(12.390)
Exposição total	23.407	32.395

No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que as provisões constituídas nas demonstrações financeiras anexas são suficientes para fazer face ao eventual desfecho desfavorável das reclamações/ações judiciais acima referidas.

Por último, no exercício de 2014, foram interpostas duas ações judiciais contra o Banco, envolvendo o montante total de aproximadamente 350.000 m.euros, as quais não estão incluídas no quadro acima e que consistem em duas ações Populares instauradas contra o Banco, contra o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e contra o Metro do Porto, S.A.. Estas ações incidem sobre o cancelamento de alguns contratos de *swap* celebrados entre o Banco e as empresas públicas acima referidas, os quais já são objeto de apreciação pelos tribunais ingleses desde o segundo trimestre de 2013, em consequência da iniciativa do próprio Banco conforme descrito na parte inicial desta Nota.

51. FUNDO DE RESOLUÇÃO

De acordo com um comunicado emitido pelo Banco de Portugal em 3 de agosto de 2014, foi decidido aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. uma medida de resolução que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, criado especialmente para o efeito. De acordo com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei nº 31-A/2012, de 10 de fevereiro. Conforme previsto no referido Decreto-Lei, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o setor bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

No caso concreto da medida de resolução relativa ao Banco Espírito Santo, S.A., para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4,9 mil milhões de euros. Desse montante, 377.000 m.euros correspondem a recursos financeiros próprios do Fundo de Resolução, resultantes das contribuições já pagas pelas instituições participantes e da contribuição sobre o setor bancário. Adicionalmente, foi concretizado um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução de 700.000 m.euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. A participação do BST neste empréstimo foi de 116.200 m.euros. O restante montante necessário ao financiamento da medida de resolução adotada proveio de um empréstimo concedido pelo Estado Português, o qual será reembolsado e remunerado pelo Fundo de Resolução. Quando o Novo Banco for alienado, o produto da alienação será prioritariamente afeto ao Fundo de Resolução.

Em setembro de 2015 o Banco de Portugal interrompeu o processo de venda da participação do Fundo de Resolução no Novo Banco, iniciado em 2014, e concluiu o procedimento em curso sem aceitar qualquer das três propostas vinculativas por considerar que os seus termos e condições não eram satisfatórios. Em comunicado de 21 de dezembro de 2015 o Banco de Portugal divulgou o acordo alcançado com a Comissão Europeia que previa, entre outros compromissos, a extensão do prazo para a alienação integral da participação acionista detida pelo Fundo de Resolução no Novo Banco.

Em 15 de novembro de 2015 o Fundo de Resolução emitiu um comunicado, com o seguinte texto: “esclarece-se ainda que não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. A eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se, desta forma, remota”. Deste modo, prevê-se que eventuais défices do Fundo de Resolução sejam financiados através de contribuições periódicas ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de fevereiro, o qual estipula que as contribuições periódicas para o Fundo de Resolução devem ser pagas pelas instituições que nele participam, e que estejam em atividade no último dia do mês de abril do ano a que respeita a contribuição periódica.

Em 29 de dezembro de 2015 o Banco de Portugal emitiu um comunicado sobre a aprovação de um conjunto de decisões que completam a medida de resolução aplicada ao BES. O Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade pelas obrigações não subordinadas por este emitidas e que foram destinadas a investidores institucionais. O montante nominal das obrigações retransmitidas para o BES é de 1.941 milhões de Euros e corresponde a um valor de balanço de 1.985 milhões de Euros. Aquelas emissões foram originariamente emitidas pelo BES e colocadas especificamente junto de investidores qualificados. Para além desta medida, o Banco de Portugal veio também clarificar que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, por via compensatória junto do Novo Banco, os eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências.

Em 31 de março de 2016 o Banco de Portugal emitiu novo comunicado sobre o processo de venda do Novo Banco, dando conhecimento que definiu os termos do novo procedimento de venda na sequência do relançamento do processo de alienação anunciado a 15 de janeiro de 2016.

Até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas pelo Conselho de Administração, o BST não dispõe de informação que lhe permita estimar com razoável fiabilidade os valores potencialmente envolvidos na alienação do Novo Banco. Pelo mesmo motivo, não é possível estimar com razoável fiabilidade se na sequência deste processo de alienação irá existir uma eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução e, caso aplicável, a forma como a mesma será financiada. Desta forma, a esta data não é possível avaliar o eventual impacto desta situação para as demonstrações financeiras do BST, uma vez que eventuais custos a suportar dependem do preço pelo qual venha a ser alienado o Novo Banco e das determinações que venham a ser emanadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

Adicionalmente, em 20 de dezembro de 2015 o Banco de Portugal aplicou uma medida de resolução ao Banif, no âmbito da qual foi criado um veículo de gestão de ativos, a Oitante, detida pelo Fundo de Resolução. A maior parte dos ativos do ex-Banif que não foram objeto de alienação foram transferidos para a Oitante. A Oitante foi constituída com 50 m.euros de capital, tendo ao abrigo da medida de resolução emitido obrigações representativas de dívida por contrapartida dos direitos e obrigações correspondentes a ativos transferidos do Banif. As obrigações foram emitidas por 746.000 m.euros, correspondentes à avaliação provisória realizada aos ativos transferidos nos termos do nº 8 do artigo 145º-H do Regime Geral de Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF). Adicionalmente, foi determinado na medida de resolução que o Fundo de Resolução deveria prestar uma garantia às obrigações emitidas pela Oitante bem como disponibilizar o apoio financeiro para absorção de prejuízos do Banif. A absorção de prejuízos do Banif correspondeu a 489.000 m.euros. As obrigações da Oitante recebidas pelo Banif em contrapartida dos ativos transferidos para a Oitante foram transferidas para o BST. Adicionalmente, as obrigações têm uma contragarantia do Estado português.

O produto da venda dos ativos transferidos do Banif para a Oitante será utilizado para pagamento das obrigações e para reembolso dos montantes adiantados pelo Fundo de Resolução para absorção de prejuízos do Banif. Até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas o BST não dispõe de informação sobre o valor estimado de alienação dos ativos transferidos do Banif para a Oitante e dos custos a incorrer por esta, de forma a analisar eventual impacto ao nível do BST por via do Fundo de Resolução.

52. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2016.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Nota 21)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Obrigações em Circulação											
Obrigações de Caixa											
ST Diversificação Invest 4º amortização Clientes	EUR	23.913	8.983	14.930	533	798	16.261	Variável	17-mar-2009	28-mar-2017	Cabaz de índices
Valorização Europa GBP	GBP	1.276	-	1.276	-	-	1.276	Variável	27-jun-2014	27/jun/2017	Índice de acções EURO STOXX 50® Index
Banif OPS 7,5% 2013-2016	EUR	60.312	1.585	58.727	1.884	-	60.611	7,50%	30-jul-2013	30-jul-2016	Taxa Fixa
Banif Tx Fixa 2013/2016	EUR	80.000	212	79.788	89	-	79.877	5,00%	23-dez-2013	23-dez-2016	Taxa Fixa
Banif Sénior Tx Fixa 2015/2018	USD	27.555	-	27.555	243	-	27.798	2,50%	26-fev-2015	26-fev-2018	Taxa Fixa
		193.056	**10.780**	**182.276**	**2.749**	**798**	**185.823**				
Obrigações de Caixa - Hipotecárias											
Hipotecárias IX - 2ª tranche	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	Variável	15-abr-2013	15-abr-2016	Euribor 3m+2,25%
Hipotecárias X	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	Variável	26-jul-2013	26-jul-2016	Euribor 3m+2,25%
Hipotecárias XI - 1ª tranche	EUR	500.000	500.000	-	-	-	-	Variável	19-dez-2013	19-dez-2016	Euribor 3m+1,85%
Hipotecárias XI - 2ª tranche	EUR	500.000	500.000	-	-	-	-	Variável	19-dez-2013	19-dez-2016	Euribor 6m+1,85%
Hipotecárias XI - 3ª tranche	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	2,58%	13-jan-2014	13-jan-2017	Taxa Fixa
Hipotecárias XII - 1ª tranche	EUR	1.000.000	-	1.000.000	10.601	-	1.010.601	1,50%	1-abr-2014	3-abr-2017	Taxa Fixa
Hipotecárias XIII - 1ª tranche	EUR	750.000	-	750.000	3.852	-	753.852	1,63%	11-jun-2014	11-jun-2019	Taxa Fixa
Hipotecárias XIV	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	0,75%	4-mar-2015	4/mar/2022	Taxa Fixa
Hipotecárias XV	EUR	750.000	-	750.000	(43)	-	749.957	0,88%	27-out-2015	27-out-2020	Taxa Fixa
Banif Float Out2017 - Hipotecárias (cover bond 3)	EUR	100.000	100.000	-	-	-	-	Variável	17-jan-2014	30-jan-2017	Euribor 3m+1,4%
Banif Float 2014/17 - Hipotecárias (cover bond 4)	EUR	135.000	135.000	-	-	-	-	Variável	31-jul-2014	31-jul-2017	Euribor 3m+1,6%
Banif Float 2014/17 - Hipotecárias (cover bond 5)	EUR	50.000	50.000	-	-	-	-	Variável	24-out-2014	24-out-2017	Euribor 3m+1,6%
		6.785.000	**4.285.000**	**2.500.000**	**14.410**	**-**	**2.514.410**				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Nota 21)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização											
Hipototta 1 - Classe A - Notes	EUR	128.165	104.204	23.961	(68)	-	23.893	Variável	25-jul-2003	25-nov-2034	Euribor 3m+0,27% (até ao reembolso antecipado em agosto de 2012); Euribor 3m+0,54% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe B - Notes	EUR	8.264	8.264	-	-	-	-	Variável	25-jul-2003	25-nov-2034	Euribor 3m+0,65% (até ao reembolso antecipado em agosto de 2012); Euribor 3m+0,95% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe C - Notes	EUR	3.642	3.642	-	-	-	-	Variável	25-jul-2003	25-nov-2034	Euribor 3m+1,45% (até ao reembolso antecipado em agosto de 2012); Euribor 3m+1,65% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe D - Notes	EUR	11.000	11.000	-	-	-	-	Variável	25-jul-2003	25-nov-2034	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	839.380	468.306	371.074	(823)	-	370.251	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	30.538	30.538	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	96.443	51.576	44.867	-	-	44.867	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	14.000	14.000	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	739.102	355.188	383.914	(340)	-	383.574	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24.000	24.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31.000	31.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	8.461	8.461	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC - classe A	EUR	53.016	8.689	44.327	44	-	44.371	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+0,54%;
Atlantes Mortgage PLC - classe B	EUR	22.500	-	22.500	58	-	22.558	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+1,30%;
Atlantes Mortgage PLC - classe C	EUR	12.500	-	12.500	65	-	12.565	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+2,60%;
Atlantes Mortgage PLC - classe D	EUR	2.500	-	2.500	24	-	2.524	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+4,75%;
Atlantes MTG n1 CL E 2036	EUR	15.400	15.400	-	-	-	-	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Azor Mortgage PLC classe A	EUR	17.398	3.872	13.526	-	-	13.526	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 0,30%
Azor Mortgage PLC classe B	EUR	19.000	-	19.000	3	-	19.003	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 0,76%
Azor Mortgage PLC classe C	EUR	9.000	2.000	7.000	3	-	7.003	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 1,75%
Azor Mortgage PLC classe D	EUR	10.000	10.000	-	-	-	-	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - A	EUR	160.433	-	160.433	13	-	160.446	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 0,33%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - B	EUR	13.817	13.817	-	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 0,95%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - C	EUR	5.632	5.632	-	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 1,65%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - D	EUR	16.125	16.125	-	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Azor Mortgage PLC serie 2 - A	EUR	145.249	145.249	-	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Euribor 3m + 0,30%
Azor Mortgage PLC serie 2 - B	EUR	43.080	43.080	-	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Euribor 3m + 0,8%
Azor Mortgage PLC serie 2 - C	EUR	6.750	6.750	-	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - A	EUR	285.173	-	285.173	38	-	285.211	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Euribor 3m + 0,20%
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - B	EUR	36.211	36.211	-	-	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Euribor 3m + 0,50%
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - C	EUR	57.668	57.668	-	-	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Nota 21)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - A	EUR	306.654	-	306.654	2	-	306.656	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - B	EUR	35.750	35.750	-	-	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - C	EUR	74.250	74.250	-	-	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - A	EUR	304.204	304.204	-	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - B	EUR	43.806	43.806	-	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - C	EUR	66.250	66.250	-	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 6 - A	EUR	50.847	50.847	-	-	-	-	4,5%	30-jun-2010	23-out-2016	Taxa fixa
Atlantes Mortgage PLC serie 6 - B	EUR	22.000	22.000	-	-	-	-	Variável	30-jun-2010	23-out-2016	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - A	EUR	230.744	230.744	-	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - B	EUR	38.636	38.636	-	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - C	EUR	63.550	63.550	-	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Finance NPL n1 A	EUR	107.141	107.141	-	-	-	-	6,00%	21-dez-2012	15-dez-2018	Taxa fixa
Atlantes Finance NPL n1 B	EUR	45.000	45.000	-	-	-	-	6,00%	21-dez-2012	15-dez-2018	Taxa fixa
Atlantes SME 4 Classe A	EUR	141.452	-	141.452	27	-	141.479	Variável	30-set-2014	26-dez-2043	Euribor 3m + 0,98%
Atlantes SME 4 Classe B	EUR	55.000	-	55.000	10	-	55.010	Variável	30-set-2014	26-dez-2043	Euribor 3m + 1,48%
Atlantes SME 4 Classe C	EUR	180.000	180.000	-	-	-	-	Variável	30-set-2014	26-dez-2043	Euribor 3m + 6,00%
Atlantes SME 4 Classe D	EUR	186.400	186.400	-	-	-	-	Variável	30-set-2014	26-dez-2043	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes SME 4 Classe S	EUR	23.382	23.382	-	-	-	-	Variável	30-set-2014	26-dez-2043	Sem remuneração
Atlantes SME 5 Classe A	EUR	365.348	-	365.348	697	-	366.045	Variável	6-jul-2015	28-jan-2044	Euribor 3m + 1,20%
Atlantes SME 5 Classe B	EUR	35.600	35.600	-	-	-	-	Variável	6-jul-2015	28-jan-2044	Euribor 3m + 1,75%
Atlantes SME 5 Classe C	EUR	164.400	164.400	-	-	-	-	Variável	6-jul-2015	28-jan-2044	Euribor 3m + 6,00%
Atlantes SME 5 Classe D	EUR	172.800	172.800	-	-	-	-	Variável	6-jul-2015	28-jan-2044	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes SME 5 Classe S	EUR	30.333	30.333	-	-	-	-	Variável	6-jul-2015	28-jan-2044	Sem remuneração
		5.660.994	**3.401.765**	**2.259.229**	**(247)**	**-**	**2.258.982**				
Certificados de depósito											
Certificados de depósito		52.392	-	52.392	796	-	53.188				
		52.392	**-**	**52.392**	**796**	**-**	**53.188**				
Outros											
EMTN's	EUR	32.300	1.250	31.050	2	-	31.052				
		32.300	**1.250**	**31.050**	**2**	**-**	**31.052**				
		12.723.742	**7.698.795**	**5.024.947**	**17.710**	**798**	**5.043.455**				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Nota 24)

(Montantes expressos em milhares de euros)

		Valor de emissão			Periodificações			Total			
Títulos emitidos	Moeda	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Balanço Consolidado	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	270.447	270.447	-	127	127	-	-	1,71%	Perpétuas	22 de junho de 2010
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	EUR	13.818	13.818	-	89	89	-	-	1,79%	Perpétuas	23 de fevereiro de 2011
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4.275	-	4.275	27	-	27	4.302	1,79%	Perpétuas	23 de fevereiro de 2011
		288.540	**284.265**	**4.275**	**243**	**216**	**27**	**4.302**			

Relatórios e Pareceres Consolidados

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de euros – m.euros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 do Banco Santander Totta, S.A. e subsidiárias ("Banco" ou "BST"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2015 que evidencia um total de 46.928.968 m.euros e capital próprio total de 3.412.808 m.euros, incluindo um resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST de 568.377 m.euros, as Demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral consolidados, das alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade e a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspetos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas,

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respectivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da DTTL e suas firmas membro consulte http://www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | CRC Lisboa, Matrícula e NIPC: 501 776 311
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspetos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Totta, S.A. e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas diretrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Ênfases

6. Conforme descrito em maior detalhe na Nota 50 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 2013 o Banco requereu junto do tribunal competente, o Tribunal Comercial de Londres, a declaração judicial da validade de um conjunto de contratos de *swap* de taxa de juro celebrados em exercícios anteriores com empresas de transportes do setor público português. Em março de 2016 foi conhecida a sentença deste Tribunal, a qual deu razão aos pedidos do Banco de declaração de validade desses contratos e condenou as referidas empresas ao pagamento dos fluxos vencidos. Este processo encontra-se em fase de recurso, por iniciativa das empresas de transportes. Por outro lado, em 2014 algumas entidades integrantes do Governo Regional da Madeira propuseram junto de Tribunais portugueses cinco ações judiciais contra o Banco, questionando a validade e o carácter vinculante de alguns contratos de *swap* de taxa de juro celebrados com o Banco em exercícios anteriores. Até à presente data, todas as decisões proferidas nestas ações têm sido favoráveis ao Banco, incluindo decisões de segunda e de terceira instância, estando uma das ações já concluída a favor do Banco. Em 31 de dezembro de 2015, o justo valor positivo de todos os contratos de *swap* em causa, os fluxos cujo pagamento se encontra suspenso e os fluxos já pagos, cuja devolução pedida pelas empresas foi recusada na sentença proferida pelo Tribunal Comercial de Londres, são apresentados na Nota acima referida. É convicção do Conselho de Administração do Banco, suportado pela opinião dos seus consultores legais ingleses e portugueses, pelo teor da sentença do Tribunal Comercial de Londres e pelas decisões até à data dos Tribunais portugueses, que o desfecho das ações judiciais em causa lhe será favorável, razão pela qual não foram constituídas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Cucf

7. O resultado na compra de parte significativa do negócio do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif) em 20 de dezembro de 2015 foi determinado com base na estimativa do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ou de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis para alguns ativos e passivos em que aquele não é o princípio de mensuração previsto na *IFRS 3* – Concentração de Atividades Empresariais (Nota 1.4). A sua determinação teve em consideração a informação obtida até à data de aprovação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 pelo Conselho de Administração do Banco, sendo ainda provisória para alguns ativos e passivos. A este respeito são de referir, entre outros, os seguintes aspetos: (i) o "perímetro" da operação, ou seja, os direitos e obrigações que constituem os ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão alienados ao Banco, não está ainda totalmente confirmado pelo Banco de Portugal; (ii) o Banco não reconheceu os impostos diferidos ativos, no montante de 273 milhões de euros, que fazem parte do perímetro que consta do último balanço provisório apresentado pelo Banco de Portugal a 18 de março de 2016 e cuja dedução a lucros futuros do Banco está prevista na *definitive offer* do Banco aceite no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif, nomeadamente, por não ter obtido ainda a autorização do Ministro das Finanças requerida nos termos do artigo 145º AU do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras; (iii) para alguns ativos e passivos financeiros é ainda necessária mais informação sobre os fluxos de caixa futuros estimados para determinação do seu justo valor à data da compra; e (iv) existem contingências cuja quantificação definitiva requer a obtenção de informação adicional sobre eventos passados. Nos termos da IFRS 3 o Banco tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para obter a informação em falta e eventualmente corrigir de forma retrospetiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, consequentemente, o resultado determinado na compra.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2015 e que o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Banco nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 29 de abril de 2016

Augusta Francisco

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

Santander Totta

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da sociedade **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2015.

2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão do Grupo **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, dos Revisores Oficiais de Contas da empresa mãe e das sociedades dependentes bem como do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.

3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna implantados no Grupo.

4. O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário e verificou que no mesmo se encontram tratados os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários.

5. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual merece o seu acordo.

L.C.C

Santander Totta

6. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras consolidadas (Balanço em 31 de Dezembro de 2015, Demonstração dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial do Grupo empresarial liderado pelo **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, no fim do exercício e como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade nesse período.

7. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da sociedade **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas consolidadas do exercício de 2015.

Lisboa, 29 de Abril de 2016

O CONSELHO FISCAL

Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha (Presidente)

Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)

Demonstrações Financeiras Individuais

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

ATIVO	Notas	2015 Valor antes de imparidade e amortizações	2015 Imparidade e amortizações	2015 Valor líquido	2014 Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	3.134.030	-	3.134.030	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	331.772	-	331.772	229.154
Ativos financeiros detidos para negociação	6	1.746.276	-	1.746.276	2.210.882
Ativos financeiros disponíveis para venda	7	9.458.593	102.641	9.355.952	7.249.464
Aplicações em instituições de crédito	8	1.844.536	-	1.844.536	1.836.610
Crédito a clientes	9	32.750.227	830.806	31.919.421	25.624.330
Derivados de cobertura	10	130.292	-	130.292	194.644
Ativos não correntes detidos para venda	11	306.416	118.788	187.628	206.767
Propriedades de investimento	12	-	-	-	19.000
Outros ativos tangíveis	13	637.762	366.895	270.867	269.740
Ativos intangíveis	13	403.016	371.962	31.054	28.380
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14	573.274	-	573.274	580.691
Ativos por impostos correntes	15	12.115	-	12.115	9.901
Ativos por impostos diferidos	15	425.414	-	425.414	448.911
Outros ativos	16	284.660	14.829	269.831	255.476
Total do Ativo		52.038.383	1.805.921	50.232.462	39.994.424

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2015	2014
Passivo			
Recursos de bancos centrais	17	4.952.677	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	6	1.719.380	1.995.017
Recursos de outras instituições de crédito	18	3.844.090	4.419.551
Recursos de clientes e outros empréstimos	19	27.488.734	21.597.821
Responsabilidades representadas por títulos	20	2.784.463	1.971.007
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	21	4.917.342	1.967.945
Derivados de cobertura	10	170.133	133.297
Provisões	22	544.710	250.378
Passivos por impostos correntes	15	32.295	10.539
Passivos por impostos diferidos	15	96.191	99.375
Outros passivos subordinados	23	670.071	933.651
Outros passivos	24	390.913	290.891
Total do Passivo		47.610.999	38.075.784
Capital Próprio			
Capital	25	956.723	656.723
Prémios de emissão	25	193.390	193.390
Outros instrumentos de capital	25	135.000	135.000
Reservas de reavaliação	25	(334.309)	(287.805)
Outras reservas e resultados transitados	25	1.156.900	1.088.420
(Ações próprias)	25	(1.679)	(1.561)
Resultado líquido do exercício		515.438	134.473
Total do Capital Próprio		2.621.463	1.918.640
Total do Passivo e do Capital Próprio		50.232.462	39.994.424

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2015.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2015	2014
Juros e rendimentos similares	27	984.950	1.174.437
Juros e encargos similares	28	(478.012)	(679.310)
Margem financeira		506.938	495.127
Rendimentos de instrumentos de capital	29	46.923	41.609
Rendimentos de serviços e comissões	30	322.798	336.398
Encargos com serviços e comissões	31	(63.632)	(61.375)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32	84.610	(242.948)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	33	147.833	310.092
Resultados de reavaliação cambial	33	5.261	5.591
Resultados de alienação de outros ativos	33	50.860	6.147
Outros resultados de exploração	34	305.747	(9.343)
Produto bancário		1.407.338	881.298
Custos com o pessoal	35	(274.492)	(280.613)
Gastos gerais administrativos	36	(205.182)	(141.636)
Amortizações do exercício	13	(39.601)	(61.684)
Provisões líquidas de reposições e anulações	22	(110.220)	(35.827)
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	22	(130.211)	(120.992)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	22	(10.387)	(14.395)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	22	(12.766)	(32.881)
Resultado antes de impostos		624.479	193.270
Impostos			
Correntes	15	(60.592)	(32.570)
Diferidos	15	(48.449)	(26.227)
Resultado líquido do exercício	25	515.438	134.473
Ações em circulação	25	643.500.509	641.879.747
Resultado por ação básico e diluído (em euros)	25	0,8010	0,2095

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados individuais por naturezas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	2015	2014
Resultado líquido do exercício	515.438	134.473
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:		
. Desvios atuariais e financeiros relativos a encargos com pensões	28.000	(48.391)
. Impacto fiscal	(5.880)	762
Itens que serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:		
. Variações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	(74.679)	549.799
. Impacto fiscal	21.657	(161.095)
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa	(22.339)	(22.498)
. Impacto fiscal	6.478	6.746
	(46.763)	325.323
Rendimento integral do exercício	468.675	459.796

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

				Reservas de reavaliação			Outras reservas e resultados transitados					
	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	De justo valor	Por impostos	Total	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Ações próprias	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**656.723**	**193.390**	**135.000**	**(863.167)**	**249.943**	**(613.224)**	**914.098**	**184.110**	**1.098.208**	**(1.429)**	**2.449**	**1.471.117**
Transferência para reservas por aplicação do resultado de 2013	-	-	-	-	96	96	245	906	1.151	-	(1.247)	-
Distribuição de dividendos por aplicação do resultado de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.202)	(1.202)
Diferimento do impacto da IAS 19 (Aviso nº 4/2005)	-	-	-	-	-	-	-	(10.717)	(10.717)	-	-	(10.717)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	(222)	-	(222)	-	-	(222)
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(132)	-	(132)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	478.910	(153.587)	325.323	-	-	-	-	134.473	459.796
Outros	-	-	-	1	(1)	-	(1)	1	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**656.723**	**193.390**	**135.000**	**(384.256)**	**96.451**	**(287.805)**	**914.120**	**174.300**	**1.088.420**	**(1.561)**	**134.473**	**1.918.640**
Transferência para reservas por aplicação do resultado de 2014	-	-	-	-	260	260	13.447	55.051	68.498	-	(68.758)	-
Distribuição de dividendos por aplicação do resultado de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.715)	(65.715)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	(18)	-	(18)	-	-	(18)
Aumento de capital	300.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300.000
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(118)	-	(118)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	(69.018)	22.255	(46.763)	-	-	-	-	515.438	468.675
Outros	-	-	-	(1)	-	(1)	1	(1)	-	-	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**956.723**	**193.390**	**135.000**	**(453.275)**	**118.966**	**(334.309)**	**927.550**	**229.350**	**1.156.900**	**(1.679)**	**515.438**	**2.621.463**

O Anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	1.134.600	1.296.719
Pagamento de juros e comissões	(462.663)	(712.219)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(481.854)	(425.228)
Contribuições para o fundo de pensões	(1.943)	(79.206)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(20.202)	(9.153)
Recuperação de créditos incobráveis	2.765	5.403
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacionais	170.703	76.316
(Aumentos) diminuições de ativos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(10.918)	2.059.395
Ativos financeiros detidos para negociação	508.622	(369.598)
Créditos a clientes	(319.340)	476.133
Ativos e passivos ao justo valor através de resultados	152.040	(277.503)
Ativos não correntes detidos para venda	19.220	(34.017)
Outros ativos	(51.603)	4.338
	298.021	1.858.748
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito	(1.988.149)	(1.821.678)
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.271.323	920.563
Passivos financeiros detidos para negociação	(296.516)	375.249
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(91.475)	(477.683)
Outros passivos	(93.812)	9.165
	(1.198.629)	(994.384)
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(729.905)	940.680
Impostos pagos	(46.968)	(19.511)
Caixa líquida das atividades operacionais	(776.873)	921.169
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	46.923	41.609
Aquisição de ativos financeiros disponíveis para venda	(1.735.165)	(4.959.773)
Alienação/reembolso de ativos financeiros disponíveis para venda	2.974.739	3.691.188
Rendimentos adquiridos nos ativos financeiros disponíveis para venda	121.484	125.759
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(48.556)	(29.459)
Vendas de ativos tangíveis	14.803	11.305
Investimentos em empresas filiais e associadas	7.418	25.846
Caixa líquida das atividades de investimento	1.381.646	(1.093.525)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Emissão/(reembolso) de dívida titulada e subordinada	329.131	456.168
Aumento de capital	300.000	-
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(49.412)	(42.755)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(38.488)	(38.901)
Dividendos pagos	(65.715)	(1.202)
Caixa líquida das atividades de financiamento	475.516	373.310
Aumento / (Diminuição) líquido(a) de caixa e seus equivalentes	1.080.289	200.954
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.059.628	858.674
Aquisição da atividade do Banif	1.325.885	-
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3.465.802	1.059.628

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por "Banco" ou "BST") foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal, na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de ações efetuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição por este do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2015 e 2014 encontram-se detalhados na Nota 40.

No dia 16 de dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua atividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporado por fusão no CPP que alterou a sua designação para a atual.

Em 3 de maio de 2010 o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de janeiro de 2010.

Em 1 de abril de 2011, o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC).

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Banco adquiriu a atividade bancária e um conjunto de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão desta entidade (Nota 1.3).

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os setores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 689 balcões, dos quais 154 transferidos do ex-Banif (555 balcões em 31 de dezembro de 2014) e mantém uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras do BST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro e das Instruções nº 23/2004, nº 9/2005 e nº 33/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

As NCA's correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal, exceto no que se refere aos seguintes aspetos:

i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se mantém o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005, de 21 de fevereiro.

ii) Benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19.

Até junho de 2008 inclusive, de acordo com os Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 de 21 de fevereiro e nº 12/2005 de 30 de dezembro, o reconhecimento em resultados transitados do impacto decorrente da transição para os IAS/IFRS relativo a benefícios aos empregados, apurado com referência a 31 de dezembro de 2004, podia ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de dezembro de 2009, com exceção da parte referente ao impacto da alteração da tábua de mortalidade e às responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, cujo plano de amortização podia ir até 31 de dezembro de 2011. A partir de junho de 2008, de acordo com o Aviso nº 7/2008 do Banco de Portugal de 14 de outubro, o reconhecimento em resultados transitados do impacto ainda por reconhecer em 30 de junho de 2008 passou a poder ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à prevista nos avisos anteriores, isto é, até 31 de dezembro de 2014 para a parte referente aos impactos da alteração da tábua de mortalidade e das responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e até 31 de dezembro de 2012 para os restantes impactos (Nota 38).

iii) Os ativos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela IAS 16 – Ativos fixos tangíveis. Como exceção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas na rubrica de "Reservas de reavaliação".

Durante o exercício de 2015, o Banco adotou as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

- IFRIC 21 – "Pagamentos ao Estado" (alteração) – Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num certo mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclos 2010-2012 e 2011-2013) – Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as normas IFRS 1 – "Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro", IFRS 3 – "Concentração de Atividades Empresariais", IFRS 13 – "Mensuração ao Justo Valor" e IAS 40 – "Propriedades de Investimento".

- IAS 19 – "Benefícios aos empregados" (revisão) – Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

A adoção das normas e interpretações acima referidas não produziu um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas pela União Europeia:

- IAS 16 – "Ativos Fixos Tangíveis" e IAS 38 – "Ativos Intangíveis" – Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis que são permitidos.

- IAS 27 – "Demonstrações financeiras separadas" (2011) (revisão) - Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

- IAS 1 – "Apresentação de demonstrações financeiras" (Divulgações) (revisão) - Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.

- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclos 2012-2014): Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

- IFRS 11 – "Acordos conjuntos – Esta emenda vem clarificar a IFRS 3 e deve ser aplicada quando um investidor adquire um interesse numa entidade conjuntamente controlada quando a mesma consiste num negócio conforme definido pela referida norma. A aplicação da IFRS 3 é requerida na aquisição do interesse inicial e na aquisição subsequente de interesses.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias ainda não adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

- IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" (2009) e emendas posteriores – Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.

- IFRS 14 – "Ativos regulados" - Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IAS/IFRS, aplicáveis a ativos regulados.

- IFRS 15 – "Rédito de contratos com clientes" - Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Exceto quanto ao efeito da aplicação da IFRS 9, o qual à data não é possível ainda estimar, não se preveem impactos materiais resultantes da adoção das normas acima referidas.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transações em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera ("moeda funcional"), sendo expressas em euros.

As transações em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os ativos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho ("fixing" do Banco de Portugal).

c) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

As empresas filiais são entidades nas quais o Banco detém controlo, ou seja, quando se verificam cumulativamente as seguintes condições:

- Poder sobre a entidade (o qual é evidenciado, geralmente, pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto);

- Exposição, ou direito, a retornos variáveis decorrentes do envolvimento com a entidade; e

- Capacidade de utilizar esse poder sobre a entidade para influenciar o montante dos retornos variáveis sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas atividades.

As empresas associadas são entidades em que o Banco exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Como influência significativa entende-se uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem existir controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objeto de análises de imparidade.

As participações em empresas filiais e associadas em moeda estrangeira (ativos não monetários valorizados ao custo histórico) são convertidas à taxa de câmbio histórica da data da transação, conforme previsto na IAS 21.

O Banco aplica a Norma IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” nas aquisições de negócio (Nota 1.3).

d) Crédito e contas a receber

Esta categoria de ativos financeiros inclui o crédito concedido a clientes e as aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e os empréstimos titulados (papel comercial e obrigações) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões e acrescido de todos os custos externos diretamente atribuíveis às operações.

Posteriormente, o crédito e as outras contas a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos à constituição de provisões, nos termos descritos abaixo.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objeto de relevação contabilística autónoma nas respetivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos residuais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e os custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos ativos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa de juro efetiva.

O Banco classifica nas rubricas de crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no Manual de Crédito aprovado pelo Banco, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Por outro lado, o Banco analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e cujos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação daqueles créditos sejam reduzidas, os mesmos são considerados incobráveis e são reconhecidas provisões para a sua totalidade. Para estes, o Banco procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação posterior, esta é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Outros resultados de exploração – Outros rendimentos de exploração - Recuperação de créditos incobráveis" (Nota 34).

Crédito titularizado não desreconhecido

O Banco não desreconhece do ativo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração, e
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica "Crédito a clientes" e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respetivo prazo das operações de crédito.

Os fundos recebidos pelas operações de titularização são registados, na data de recebimento, na rubrica de "Passivos financeiros associados a ativos transferidos" (Nota 21).

Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respetivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

i) *Como locatário*

Os ativos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, na rubrica de "Outros ativos tangíveis" por contrapartida de um passivo, processando-se as correspondentes amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de "Juros e encargos similares".

ii) *Como locador*

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital, constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Factoring

Os ativos associados a operações de factoring contratadas com recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos de fundos por conta dos contratos respetivos.

Os ativos associados a operações de factoring contratadas sem recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o registo de um passivo na rubrica de "Outros passivos". As entregas de fundos efetuadas aos aderentes originam o débito correspondente na rubrica de "Outros passivos".

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registados em contas extrapatrimoniais.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

Provisões para riscos de crédito

Estas provisões são constituídas de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de junho (com as alterações introduzidas subsequentemente, nomeadamente pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de janeiro e pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de fevereiro) e demais instruções e normas aplicáveis emitidas pelo Banco de Portugal.

i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de incumprimento.

A partir do exercício de 2007, os reforços das provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco país, relativamente ao crédito que se encontre garantido por direitos reais sobre bens imóveis, deixaram de ser aceites como custo para efeitos do cálculo dos impostos correntes.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afetos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. Nos termos do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, são considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respetivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

  . As prestações em mora de capital e juros excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;

  . As prestações em mora de capital e juros estarem em incumprimento há mais de: (i) seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos; (ii) doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos; e (iii) vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

  Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas aplicáveis aos créditos vencidos.

É ainda constituída uma provisão adicional para créditos de cobrança duvidosa, como resultado de uma análise sobre o seu valor estimado de realização. Esta provisão não é aceite como custo para efeitos do cálculo dos impostos correntes.

iii) Provisão para risco país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos ativos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com exceção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;

- Das participações financeiras;

- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;

- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do Artigo 15º do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, desde que a garantia abranja o risco de transferência; e

- Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em Instruções e Cartas Circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

iv) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões", e destina-se a fazer face aos riscos associados à realização da carteira de crédito concedido e garantias e avales prestados, não identificados especificamente.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito e das garantias e avales, excluindo as responsabilidades incluídas na base de cálculo das provisões para crédito e juros vencidos e para créditos de cobrança duvidosa:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;

- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário; e

- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

Relativamente aos créditos adquiridos ao Banif no âmbito da medida de resolução, tal como previsto na IFRS 3, foi determinado o respetivo justo valor na data de aquisição (20 de dezembro de 2015, data da resolução). O Banco considerou não serem necessárias provisões adicionais no período compreendido entre 20 e 31 de dezembro de 2015.

Anulação de capital e juros

Periodicamente, o Banco abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização das provisões constituídas após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração dos resultados na rubrica "Outros resultados de exploração – Outros rendimentos de exploração - Recuperação de créditos incobráveis" (Nota 34).

Por outro lado, de acordo com as políticas em vigor no Banco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados decorridos três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais são suspensos a partir da data da denúncia do contrato.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na demonstração de resultados na rubrica " Resultados de alienação de outros ativos" (Nota 33). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses créditos, líquido de provisões.

e) Reconhecimento de rendimentos e encargos com serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

O reconhecimento dos encargos com serviços e comissões é efetuado de acordo com os mesmos critérios adotados para os rendimentos.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de pagamento ou recebimento, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transacionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

Para além das categorias "Crédito a clientes e outras contas a receber" e "Instrumentos detidos até à maturidade", os ativos e passivos financeiros são posteriormente classificados numa das quatro categorias previstas na IAS 39:

- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Ativos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transacionados em mercados ativos adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação e os ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são registados na rubrica "Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

O justo valor dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação e transacionados em mercados ativos é o seu "bid-price" ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted *cash flows*".

Quando são utilizadas técnicas de "discounted *cash flows*", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transacionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação ("Credit Value Adjustments" e "Debit Value Adjustments"), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e de dívida que não se encontram classificados como ativos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com exceção dos instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados pelo seu custo de aquisição, líquido de provisões. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Reserva de reavaliação – De justo valor" até à sua venda, ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade, momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de ativos monetários são reconhecidos diretamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos ativos financeiros disponíveis para venda são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Rendimentos de instrumentos de capital" na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iii) Reclassificação de ativos financeiros

De acordo com a alteração introduzida em 13 de outubro de 2008 na Norma IAS 39 - "Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração", o Banco pode reclassificar um ativo financeiro que já não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo (não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido principalmente para efeitos de venda ou recompra a curto prazo), retirando-o da categoria de justo valor através de resultados, se forem cumpridos alguns requisitos. No entanto, não são permitidas reclassificações de outras categorias para a categoria de "Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados".

iv) Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de ativos financeiros.

De acordo com a restrição estabelecida pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

No momento do reconhecimento inicial, estes ativos são valorizados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação.

Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco país, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa de juro efetiva ao longo do período de vida das operações.

v) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respetivos juros a pagar.

vi) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de obrigações. Estes passivos são valorizados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transação e são posteriormente registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

As emissões de obrigações encontram-se registadas nas rubricas “Responsabilidades representadas por títulos” e “Outros passivos subordinados” (Notas 20 e 23).

Na data de emissão as obrigações são relevadas pelo seu justo valor (valor de emissão), sendo posteriormente valorizadas ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os derivados embutidos em obrigações emitidas são registados separadamente nas rubricas de “Ativos e passivos financeiros detidos para negociação”, sendo reavaliados ao justo valor através de resultados.

vii) Passivos financeiros associados a ativos transferidos

Esta rubrica inclui o passivo reconhecido relativamente a operações de titularização de créditos (Nota 21).

Estes passivos são inicialmente registados pelo valor recebido na cessão de créditos, sendo posteriormente registados pelo custo amortizado, de forma coerente com o registo dos correspondentes ativos e as condições definidas na operação de titularização.

viii) Imparidade em ativos financeiros

Sem prejuízo do referido na alínea d), o Banco efetua análises periódicas de imparidade sobre os seus ativos financeiros, nomeadamente para o crédito concedido a clientes e para as outras contas a receber.

Quando existe evidência objetiva de imparidade num ativo ou grupo de ativos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para instrumentos de capital cotados, considera-se que existe evidência objetiva de imparidade quando ocorre uma desvalorização prolongada ou de valor significativo na cotação daqueles títulos. Para os restantes títulos, é considerada evidência objetiva de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

Desta forma, o Banco considera a natureza e características específicas dos ativos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade que efetua. Relativamente aos critérios objetivos de imparidade, o Banco considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros e, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registe uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido diretamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a ativos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objetiva de imparidade resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e transferida para a demonstração dos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no seu justo valor resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no seu justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável daqueles ativos corresponde à melhor estimativa dos seus fluxos de caixa futuros, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

Transações em mercado secundário

O Banco efetua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respetivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate, ou o aumento do passivo, são reconhecidas de imediato em resultados.

Justo valor

Conforme referido anteriormente, os ativos e passivos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros detidos para negociação”, “Passivos financeiros detidos para negociação”, “Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados”, e “Ativos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado (ou seja, um preço de saída) entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é determinado por um órgão do Banco independente da função de negociação, tendo em consideração os seguintes aspetos:

- Relativamente a instrumentos financeiros transacionados em mercados ativos, cotação de fecho na data de balanço;

- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez), são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:

  i) Preços ("bid prices") divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;

  ii) Cotações indicativas ("bid prices") obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers; e

  iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado, a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de despesas ou rendimentos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa de juro efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado seja revista, o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os *cash flows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cash flows* futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

g) Valorização e registo de instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados transacionados pelo Banco são reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em obrigações emitidas e em depósitos estruturados) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registado ao justo valor por contrapartida de resultados.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para a aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos de negociação, nas rubricas de ativos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são refletidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para a aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Banco.

Nos termos previstos na IAS 39, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspetos:
  - Identificação do instrumento de cobertura;
  - Identificação do elemento coberto;
  - Identificação do tipo de risco coberto; e
  - Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia da cobertura é testada em cada data de reporte financeiro comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o ativo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transação futura altamente provável, e que possa afetar os resultados.

Neste sentido, o Banco contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido diretamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é refletida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

h) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis), deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os ativos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na IFRS 1, os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 foram registados pelo seu valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo de aquisição ajustado por reavaliações efetuadas nos termos da legislação em vigor decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Por outro lado, periodicamente o Banco efetua testes de imparidade aos seus ativos tangíveis. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o balcão, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado atual.

i) Ativos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercuta para além do exercício em que são realizadas. Anualmente é efetuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos. Para a plataforma informática Pártenon, até 31 de dezembro de 2013, a sua vida útil estimada correspondia a cinco anos. No exercício de 2014, o Banco procedeu a uma revisão da vida útil estimada daquela plataforma informática tendo reduzido a mesma para três anos.

Nos exercícios de 2015 e 2014, o Banco não reconheceu quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

j) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendiam edifícios e terrenos para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento eram registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento eram reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), eram reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referiam. As beneficiações relativamente às quais se estimava que gerassem benefícios económicos adicionais futuros eram capitalizadas.

k) Ativos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica de “Ativos não correntes detidos para venda” os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica “Outros ativos” (Nota 16). Estes ativos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos custos que o Banco estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no ativo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Esta rubrica inclui ainda unidades de participação de um Fundo Fechado de Investimento Imobiliário adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes ativos são transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas), sendo igualmente objeto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

De acordo com as disposições previstas na norma IFRS 5 – "Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas", o Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes ativos.

Por último, o Conselho de Administração do Banco considera que os métodos de valorização adotados para estes ativos são adequados e refletem a realidade de mercado.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação (a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota), exceto no que diz respeito a passivos contingentes associados à aquisição de negócios, os quais são reconhecidos de acordo com o previsto na IFRS 3.

Desta forma, a rubrica do passivo "Provisões" inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de alguns membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua atividade (Nota 22), bem como outras situações associadas à aquisição de parte significativa da atividade do Banif, tal como descrito em maior detalhe na Nota 1.3.

m) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o setor bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões atualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no ativo. Para estes colaboradores, o Banco era responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

Em outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do setor bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de janeiro, que definiu que os trabalhadores do setor bancário que estivessem no ativo na data da sua entrada em vigor (4 de janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção. Face ao caráter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no ativo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de janeiro de 2011.

Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença. Este entendimento foi também confirmado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), relativamente à transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do ACT.

Na sequência daquele acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, que definiu que a Segurança Social era responsável, a partir de 1 de janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo daquele Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com aquele Decreto-Lei, o Banco, através do seu Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

i) das atualizações do valor das pensões acima referidas, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis;

ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respetivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis;

iii) do subsídio por morte;

iv) da pensão de sobrevivência a filhos;

v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivo, desde que referente ao mesmo trabalhador; e

vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de atual reformado, cujas condições de atribuição ocorressem a partir de 1 de janeiro de 2012.

No âmbito da transferência das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram também transferidos os ativos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. O valor dos ativos do Fundo de Pensões transferido para o Estado correspondeu ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o acima referido Decreto-Lei, as quais foram determinadas tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica atuarial (desconto)	4%

Os ativos a transmitir tiveram de ser constituídos por numerário e, até 50% do valor dos mesmos, por títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respetivo valor de mercado.

Nos termos do acima referido Diploma, a transmissão da titularidade dos ativos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos:

i) Até 31 de dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor atual provisório das responsabilidades; e

ii) Até 30 de junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor atual definitivo das responsabilidades.

Neste sentido, e antes de proceder à transferência para a Segurança Social, o Banco obteve estudos atuariais que permitiram apurar o valor da transferência.

Na sequência do acordo de transferência para o âmbito da Segurança Social das responsabilidades com reformados e pensionistas, e para efeitos da determinação do valor das responsabilidades a transferir de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, o Banco efetuou o cálculo das responsabilidades separadamente para empregados no ativo e para reformados, tendo definido pressupostos específicos para cada uma das populações (Nota 38).

A diferença entre o valor das responsabilidades a transmitir para o Estado, determinadas com base nos pressupostos acima referidos, e as responsabilidades determinadas com base nos pressupostos atuariais atualizados adotados pelo Banco foi registada como custo.

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões autónomo (Nota 38).

Por outro lado, em fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de diretivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

O ex-Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho em vigor para o setor bancário. Desta forma, no exercício de 2006, o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida para o qual os seus colaboradores podiam efetuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN para aquele Fundo dependia dos seus resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de maio de 2010, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de julho de 1997. No primeiro semestre de 2014, o Fundo do ex-BSN foi liquidado após autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

A Totta IFIC não dispunha de Fundo de Pensões. Na sequência da fusão por incorporação da Totta IFIC no BST, os colaboradores desta foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de abril de 2011. Adicionalmente, foi reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de julho de 1997.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif, o BST assumiu as responsabilidades com pensões de um conjunto de trabalhadores do ex-Banif (Nota 38).

Aplicação da IAS 19

Em 1 de janeiro de 2005, o BST optou por não aplicar retrospetivamente a Norma IAS 19, não tendo então efetuado o recálculo dos ganhos e perdas atuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adotado esta Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas atuariais existentes em 1 de janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adoção da IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

Em 2011 o Banco alterou a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, deixando de adotar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente em capitais próprios (outro rendimento integral), tal como previsto na versão revista da IAS 19.

Por outro lado, a partir de 1 de janeiro de 2013, na sequência da revisão da IAS 19 – "Benefícios aos empregados", o Banco passou a registar na rubrica de "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes;
- Proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões;
- Custo com reformas antecipadas, correspondente ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o proveito/custo líquido de juros representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de "Outros ativos" ou "Outros passivos", dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento (Notas 16 e 24).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a taxa de cobertura da totalidade das responsabilidades do BST (excluindo as associadas à Sucursal de Londres e ao ex-Banif) com benefícios a empregados, incluindo SAMS, ascendia a 102,99% e 100,32%, respetivamente (Nota 38).

Em 31 de dezembro de 2015, a taxa de cobertura das responsabilidades transferidas do ex-Banif correspondia a 92,2% (Nota 38).

n) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no ativo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efetivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efetiva (no ano da atribuição), respetivamente.

O Banco determina o valor atual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos atuariais baseados no método "Projected Unit Credit". Os pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica "Outros passivos - Encargos a pagar relativos ao pessoal – Prémio de antiguidade" (Nota 24).

o) Impostos sobre os lucros

O BST está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). As contas da sucursal são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados da sucursal são ainda sujeitos a impostos locais no país onde está estabelecida. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respetivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

Com a redação dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55–A/2010, de 3 de dezembro) e de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º do Código do IRC.

A partir de 1 de janeiro de 2007, os municípios passaram a poder deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de junho, foi introduzida igualmente a derrama estadual, a pagar por todos os sujeitos passivos que apurassem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 2.000 m.euros. A derrama estadual correspondia a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de dezembro), as empresas que apresentassem nesse exercício e nos dois exercícios seguintes lucros tributáveis mais elevados passaram a estar sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Neste sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre 1.500 m.euros e 10.000 m.euros passaram a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a 10.000 m.euros passaram a estar sujeitas a uma taxa de 5%.

A Lei nº 66–B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) veio proceder a uma redução do limite a partir do qual passou a ser aplicável a taxa de derrama estadual de 5% de 10.000 m.euros para 7.500 m.euros, aplicável ao período de tributação que se iniciasse em ou após 1 de janeiro de 2013.

Adicionalmente, na sequência da promulgação da Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro (Reforma do IRC) e da redação dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2015 (Lei nº 82–B/2014, de 31 de dezembro), a tributação dos lucros das empresas para o ano de 2015 passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável (23% no exercício de 2014);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2014); e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
  - Menor do que 1.500 m.euros 0%
  - Entre 1.500 m.euros e 7.500 m.euros 3%
  - Entre 7.500 m.euros e 35.000 m.euros 5%
  - maior do que 35.000 m.euros 7%

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos no exercício de 2015 fosse de 29%. No exercício de 2014 a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos foi de 21% para prejuízos fiscais reportáveis e de 29%, para as outras diferenças temporárias.

Os prejuízos fiscais gerados a partir do exercício de 2014, inclusive, poderão ser utilizados nos doze períodos de tributação posteriores. Por outro lado, o prazo de reporte de prejuízos fiscais é de seis anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2008 e 2009, de quatro anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2010 e 2011 e de cinco anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2012 e 2013. Contudo, a dedução dos prejuízos a efetuar em cada exercício não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável, podendo o remanescente (30%) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

Os aspetos fiscais relacionados com a aquisição de parte significativa da atividade do Banif são apresentados na Nota 1.3.

Contribuição sobre o setor bancário

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (“Tier 1”) e complementares (“Tier 2”) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:

   - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
   - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
   - Passivos por provisões;
   - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
   - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
   - Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.

b) O valor nocional dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,085% e 0,0003%, respetivamente, conforme previsto na alteração efetuada pela Portaria nº 176 - A/2015, de 12 de junho, ao artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de março.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

O Banco não reconhece impostos diferidos ativos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas filiais e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta num futuro previsível.

Relativamente aos impostos diferidos ativos não reconhecidos associados à aquisição de parte significativa da atividade do Banif é apresentada informação complementar na Nota 1.3..

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os associados a desvios atuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

p) Planos de incentivos a longo prazo sobre ações

O Banco tem planos de incentivos a longo prazo sobre opções sobre ações do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “equity settled share-based payment transactions”, conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, a cobertura e a execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada diretamente pelo Banco Santander S.A.. O Banco paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na rubrica de “Outras reservas”, por contrapartida da rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre opções sobre ações do Banco Santander S.A. que se encontram em vigor está incluída na Nota 41.

q) Ações próprias

As ações próprias são registadas em contas de capital próprio pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, bem como os respetivos impostos, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

r) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análises de perdas por imparidade.

O Banco não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou encargo a reportar relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

s) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas de "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

1.3. Combinação de negócios

1. Enquadramento - Medida de resolução relativa ao Banif

Em 20 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal aplicou uma medida de resolução ao Banif, no âmbito da qual deliberou:

- Constituição de um veículo de gestão de ativos, denominado como Oitante, S.A. (inicialmente com a denominação Naviget, S.A.);
- Transferência para a Oitante, S.A. ("Oitante") de um conjunto de direitos e obrigações correspondentes a ativos do Banif;
- Pagamento pela Oitante de uma contrapartida ao Banif pela transferência dos ativos, através de entrega de obrigações representativas de dívida emitidas pela Oitante, no montante de 746.000 m.euros, apurado no âmbito da avaliação provisória dos ativos transferidos;
- Alienação ao BST de direitos e obrigações que constituem ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif;
- Determinação ao Fundo de Resolução da disponibilização do apoio financeiro necessário para a aplicação das medidas de resolução com vista à subscrição e realização do capital social da Oitante, à prestação de uma garantia às obrigações emitidas pela Oitante e à absorção de prejuízos do Banif.

No seu comunicado de 20 de dezembro, o Banco de Portugal referiu que "a operação envolve um apoio público estimado de 2.255 milhões de euros que visam cobrir contingências futuras, dos quais 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de euros diretamente pelo Estado, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos a alienar". Em comunicado da Comissão Europeia de 21 de dezembro de 2015, foi aprovada a ajuda estatal ao Banif de 2.255 milhões de euros acima referida para cobrir o gap de financiamento na medida de resolução do Banif, em linha com as regras europeias de ajuda estatal. O apoio estatal ao Banif mencionado encontra-se deduzido do montante devido pelo Banco pela aquisição do conjunto de ativos, passivos e atividade do ex-Banif. A Comissão Europeia também indicou que o Banco, enquanto comprador de um conjunto de ativos e passivos do Banif, não recebeu qualquer ajuda pública.

Na medida de resolução estava ainda definido que o Estado português iria prestar uma contragarantia à garantia prestada pelo Fundo de Resolução às obrigações representativas de dívida da Oitante. A referida contragarantia foi aprovada pelo Despacho do Ministério das Finanças nº 867/2016.

Adicionalmente, a medida de resolução prevê que o Banco de Portugal pode, desde que com o consentimento do BST, devolver ao Banif ou proceder a transferências adicionais de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão entre o Banif e o Banco.

2. Aquisição de negócios

A aquisição de parte da atividade bancária do Banif pelo BST ocorreu no âmbito da medida de resolução acima descrita.

Esta aquisição foi formalizada através da apresentação pelo BST da *Definitive offer* na sequência da *process letter* emitida pelo Banco de Portugal em 19 de dezembro de 2015, num contexto de possível aplicação de uma medida de resolução ao Banif, que se veio a concretizar.

A transferência dos ativos e passivos para o BST, incluindo as obrigações emitidas pela Oitante, ocorre imediata e automaticamente pela decisão do Conselho de Administração do Banco de Portugal referente à venda de atividade do ex-Banif no âmbito da aplicação da medida de resolução. Deste modo, não foi celebrado um acordo de compra e venda relativamente à aquisição de parte da atividade do ex-Banif.

Face ao acima exposto, a data de aquisição considerada pelo BST foi 20 de dezembro de 2015, data da medida de resolução.

O montante acordado com o Banco de Portugal pela transferência para o BST de parte da atividade, ativos e passivos do ex-Banif ascendeu a 150.000 m.euros. Este montante está deduzido do apoio estatal concedido ao Banif que ascendeu a 2.255.000 m.euros, pelo que não foi objeto de liquidação financeira em separado.

O montante de 150.000 m.euros não inclui quaisquer custos relacionados com a aquisição.

3. Detalhe dos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif adquiridos pelo BST no âmbito da medida de resolução

O Banco de Portugal procedeu à separação das contas não auditadas do Banif com referência a 20 de dezembro de 2015 pelas três entidades, Oitante, Banif e BST, considerando as disposições da medida de resolução, a *Definitive Offer* e esclarecimentos posteriores.

No dia 18 de março de 2016, o Banco de Portugal comunicou um Balanço provisório não auditado relativo aos ativos e passivos transferidos para o BST a 20 de dezembro de 2015 com um total de ativos de 12.957 milhões de euros e um total de passivos de 11.217 mihões de euros. No dia 19 de abril de 2016 o Banco de Portugal comunicou o seu entendimento relativo a um conjunto de questões e pedidos de esclarecimento efetuados pelo BST, Oitante e Banif. Deste modo o BST efetuou as seguintes alterações: i) Aumento de ativos no montante de 12 milhões de euros; e ii) Aumento de passivos no montante de 20 milhões de euros.

Neste contexto, o balanço provisório não auditado de 20 de dezembro de 2015 (adiante balanço) considerado foi o seguinte (valores expressos em milhões de euros):

	Montante
Ativos	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.377
Disponibilidades em outras instituições de crédito	99
Ativos financeiros detidos para negociação	36
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	16
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.887
Aplicações em instituições de crédito	11
Crédito a clientes	6.066
Ativos com acordo de recompra	1.081
Outros ativos tangíveis	8
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	18
Ativos por impostos diferidos	273
Outros ativos	97
	12.969
Passivos	
Recursos de bancos centrais	2.110
Passivos financeiros detidos para negociação	21
Recursos de outras instituições de crédito	996
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.642
Responsabilidades representadas por títulos	223
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	3.031
Passivos por impostos correntes	1
Provisões	20
Outros passivos	193
	11.236
Diferença entre ativos e passivos provisórios não auditados	1.733

Nos termos da *Definitive Offer*, o BST reconheceu uma redução do valor contabilístico líquido do ativos e passivos transferidos do ex-Banif no montante de 1.133 milhões de euros, dos quais 75 milhões de euros relativos a custos de reestruturação, resultando numa diferença entre ativos e passivos de 600 milhões de euros.

Adicionalmente foram transferidos para o BST no âmbito da medida de resolução elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão, com o seguinte detalhe:

Ativos dados em garantia	1.977.469
Garantias e avales	340.694
Créditos documentários abertos	21.228
Compromissos	
Por linhas de crédito	
Revogáveis	423.381
Irrevogáveis	80.895
Fundo de Garantia de Depósitos	10.253
Sistema de Indemnização aos Investidores	1.146
Facilidades de descobertos em conta	87.946
Outros compromissos revogáveis	104.855
	3.047.867

Depósito e guarda de valores	2.241.777
Valores recebidos para cobrança	112.398
	2.354.175

A rubrica “Ativos dados em garantia” diz respeito essencialmente a ativos dados em garantia em operações de financiamento.

A rubrica “Depósitos e guarda de valores” corresponde aos títulos de clientes depositados junto do ex–Banif.

No âmbito da medida de resolução, foi transferida para o BST a posição contratual de 1.130 colaboradores do Banif, maioritariamente da área comercial. O BST comunicou à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões no dia 27 de janeiro de 2016, a sua intenção de assumir as responsabilidades por serviços passados dos colaboradores acima referidos e de um conjunto adicional de 511 colaboradores reformados, reformados antecipadamente, pensionistas e ex-colaboradores.

Ainda de acordo com a medida de resolução, foram transferidas para o BST as responsabilidades que respeitem a áreas de negócio, ativos, direitos ou responsabilidades transferidas para o BST e as que sejam constituídas pelo Banif no âmbito da sua atividade bancária (incluindo as obrigações do Banif ao abrigo de depósitos, cartas de conforto, garantias bancárias, *performance bonds* e outras contingências similares).

Foram excluídas, entre outras, da transferência para o BST:

- Todas as responsabilidades não conhecidas e as responsabilidades contingentes e litigiosas e as responsabilidades no âmbito de alienação de entidades ou de atividades;

- Quaisquer responsabilidades, contingências ou indemnizações nomeadamente as decorrentes de fraude ou da violação de disposições ou determinações regulatórias, penais ou contraordenacionais.

4. Resultado apurado na compra

O resultado apurado na compra de parte significativa do negócio do Banif em 20 de dezembro de 2015 foi positivo no montante de 328.444 m.euros, tendo sido determinado com base na estimativa do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ou de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis para alguns ativos e passivos em que aquele não é o princípio de mensuração previsto na IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais.

O Banco aplicou a IAS 19 – Benefícios a empregados aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com os benefícios de colaboradores e a IAS 12 – Impostos sobre o rendimento aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com impostos.

O Banco reconheceu este resultado na rubrica da demonstração dos resultados “Outros resultados de exploração - Resultado na compra da atividade do Banif” (Nota 34). O resultado da compra enquadra-se nas circunstâncias relacionadas com a medida de resolução aplicada ao Banco de Portugal já apresentadas acima.

A metodologia utilizada pelo Banco na determinação do justo valor dos principais ativos e passivos adquiridos pelo BST pode ser resumida da seguinte forma:

- Relativamente às rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, atendendo à sua natureza, o justo valor estimado corresponde ao valor contabilístico dos ativos transferidos do ex-Banif.

- Quanto às rubricas “Aplicações em instituições de crédito” e “Recursos de outras instituições de crédito” foram considerados os fluxos de caixa estimados descontados com base nas taxas de juro das operações interbancárias.

- O valor bruto deduzido da imparidade estimada foi considerado como aproximação ao justo valor do crédito a clientes, dado que na determinação da imparidade foi considerado o valor atual dos fluxos de caixa estimados.

- Relativamente à rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos”, para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para os restantes depósitos de clientes, foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados pelos clientes do BST.

- Na rubrica “Responsabilidades representadas por títulos”, foram considerados os fluxos de caixa contratuais descontados às taxas de juro de mercado praticadas em emissões similares.

- Relativamente aos títulos de dívida pública portuguesa registados na rubrica “Ativos Financeiros disponíveis para venda” foram considerados os preços disponíveis em mercado ativos.

De acordo com a IFRS 3, o adquirente reconhece na data de aquisição os passivos contingentes assumidos numa concentração de atividade empresarial se os mesmos correspondem a uma obrigação presente que resulta de eventos passados e cujo justo valor pode ser determinado de forma fiável.

Na determinação do justo valor dos ativos e passivos do ex–Banif foram utilizadas diversas simplificações atendendo à informação disponível até à data de aprovação das demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2015.

Nos termos da IFRS 3, o Banco tem o período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para corrigir de forma retrospetiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e consequentemente o resultado determinado na compra decorrente de informação adicional sobre os ativos adquiridos e passivos assumidos.

Apresentamos de seguida a reconciliação entre o balanço provisório não auditado de 20 de dezembro de 2015 apresentado pelo Banco de Portugal, considerando os esclarecimentos obtidos em 19 de abril de 2016, e o justo valor dos ativos e passivos adquiridos pelo BST, incluindo o resultado na compra (valores em milhões de euros):

	Notas	Perímetro 20-12-2015	Reclassi-ficações	Ajustamentos de compra (1)	Valor estimado pelo BST
Ativos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	a)	2.377	-	-	2.377
Disponibilidades em outras instituições de crédito		99	-	-	99
Ativos financeiros detidos para negociação		36	-	(1)	35
Otros activos financeiros ao justo valor através de resultados		16	(16)	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	b)	2.887	351	117	3.355
Aplicações em instituições de crédito		11	-	-	11
Crédito a clientes	c)	6.066	746	(775)	6.038
Ativos com acordo de recompra		1.081	(1.081)	-	-
Outros ativos tangíveis		8	-	(8)	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	d)	18	-	(18)	-
Ativos por impostos diferidos	e)	273	-	(273)	-
Outros ativos		97	-	(41)	56
		12.969	-	(999)	11.971
Passivos					
Recursos de bancos centrais	f)	2.110	-	-	2.110
Passivos financeiros detidos para negociação		21	-	-	21
Recursos de outras instituições de crédito	g)	996	-	1	997
Recursos de clientes e outros empréstimos	h)	4.642	-	-	4.642
Responsabilidades representadas por títulos	i)	223	-	-	223
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	j)	3.031	-	210	3.241
Passivos por impostos correntes		1	-	-	1
Provisões	k)	20	-	196	215
Outros passivos		193	-	-	193
		11.236	-	407	11.643
Resultado apurado					328

(1) Para além do valor de 1.133 milhões de euros nos termos previstos na *Definitive Offer*, inclui a anulação de impostos diferidos no montante de 273 milhões de euros.

Notas:

a) A rubrica "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" na data de aquisição inclui a ajuda estatal concedida ao Banif de 2.255 milhões de euros, incluindo 489 milhões de euros entregues pelo Fundo de Resolução.

   De acordo com o artigo 3º da Lei nº 159-E/2015, de 30 de dezembro, que efetuou um aditamento à Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, no âmbito do processo de aplicação de medida de resolução ao Banif, o Estado subscreveu e realizou um aumento de capital no Banif, no montante de 1.766 milhões de euros. Apesar da aprovação do Orçamento de Estado retificativo que permitiu o financiamento da medida de resolução ter ocorrido no dia 30 de dezembro de 2015, o balanço acima já reflete a ajuda estatal a receber em consonância com a medida de resolução.

b) Os ativos transferidos incluem Obrigações do tesouro e obrigações associadas a operações de titularização cujo justo valor em 20 de dezembro de 2015 ascende a 1.069.450 m.euros e 2.280.564 m.euros, respetivamente. Parte destas obrigações, encontravam-se registadas no balanço provisório não auditado apresentado pelo Banco de Portugal na rubrica "Ativos com acordo de recompra".

c) O crédito concedido a clientes adquirido pelo BST e reconhecido ao justo valor por 6.037.633 m.euros, apresentava na data de aquisição um valor bruto de 7.262.113 m.euros, e nessa data a melhor estimativa para a respetiva imparidade ascendia a 1.224.480 m.euros.

O valor bruto do crédito titularizado incluído nesta rubrica ascende a 3.338.890 m.euros.

A rubrica "Crédito a clientes" inclui ainda o montante de 746.000 m.euros relativos aos títulos de dívida emitidos pela Oitante no âmbito da medida de resolução. Estas obrigações estavam classificadas no balanço provisório não auditado apresentado pelo Banco de Portugal na rubrica "Ativos financeiros disponíveis para venda".

Os títulos de dívida da Oitante são reembolsáveis em 10 anos a contar da data de emissão (22 de dezembro de 2015), têm remuneração variável indexada à Euribor a 3 meses com um spread equivalente aos "Portuguese 5 years CDS" (fixado em 18 de dezembro de 2015 em 1,679%) mais 1%. Em 31 de dezembro de 2015, a taxa de juro destes títulos de dívida corresponde a 2,548%. Os títulos são garantidos pelo Fundo de Resolução e contragarantidos pela República Portuguesa. Em 18 de março de 2016, a periodicidade de pagamento de juros foi alterada para semestral. Atendendo às características destas obrigações, o Banco considerou que o seu justo valor corresponde ao respetivo valor nominal.

d) A rubrica "Investimentos em filiais e associadas" corresponde à participação detida no Banif International Bank Ltd (Bahamas). Relativamente a esta participação, o Banco considerou que o seu justo valor seria nulo, tendo ainda constituído provisões adicionais no montante de 32.380 m.euros referentes a crédito concedido a clientes e 40.000 m.euros para outras contingências. O BST está a analisar o futuro das operações desta participada.

e) Os impostos diferidos ativos que constam do perímetro definido pelo Banco de Portugal, no montante de 273.000 m.euros incluem 250.000 m.euros relativos a prejuízos fiscais gerados na esfera do Banif, dos quais:
. 138 milhões de euros até 2014; e
. 112 milhões de euros gerados entre 1 de janeiro e 20 de dezembro de 2015.

O Banco apresentou requerimento junto do Ministro das Finanças para que os impostos diferidos ativos transferidos no âmbito da aquisição do ex-Banif relativos a prejuízos fiscais reportáveis sejam utilizados para compensar lucros tributáveis futuros do BST, nos termos do número 4 do artigo 145.º- AU do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

O requerimento apresentado pelo Banco incluía os valores constantes na medida de resolução (179.000 m.euros), os quais foram posteriormente atualizados pelo Banco de Portugal para 273.000 m.euros, dos quais 250.000 m.euros relativos a prejuízos fiscais, tendo sido retirados do perímetro passivos líquidos de ativos correspondentes a esta diferença.

De acordo com a *Definitive Offer,* caso não seja obtido o despacho favorável do Ministro das Finanças ao requerimento apresentado pelo BST, o Banco tem direito a receber um montante equivalente em obrigações do tesouro ou numerário.

Não obstante o acima, atendendo a que até à presente data não foi obtido o despacho favorável do Ministro das Finanças nem se conhecem os respetivos termos, o Banco não reconheceu os impostos diferidos ativos transferidos do ex-Banif.

Tal como previsto na *Definitive Offer,* o Banco solicitou ao Ministro das Finanças e tem ainda pendente de reconhecimento:

- A aplicação do regime fiscal de neutralidade previsto para as operações de entradas de ativos estabelecido no artigo 74º do Código do IRC, sendo abrangido pela neutralidade, designadamente o resultado registado pelo BST em resultado da aquisição dos elementos patrimoniais incluídos no balanço apresentado pelo Banco de Portugal, as depreciações e amortizações dos elementos patrimoniais, as perdas por imparidade e as provisões que foram transferidos do ex-Banif.

- A isenção do imposto municipal sobre as transmissões de imóveis, isenção de imposto do selo e de emolumentos e outros encargos legais que se mostrem devidos pela prática das operações ou atos necessários à execução da medida de resolução de transferência parcial de atividade do Banif para o BST, incluindo os relativos à transmissão dos créditos hipotecários.

f) A rubrica de “Recursos de bancos centrais” inclui 1.290.000 m.euros, dos quais 1.060.000 m.euros correspondentes à linha de assistência de liquidez de emergência do Banco de Portugal. No dia subsequente à data da resolução do Banif, o Banco reembolsou financiamentos obtidos junto do Banco Central Europeu no montante de 1.150.000 m.euros tal como previsto na medida de resolução. Adicionalmente, a rubrica inclui operações de refinanciamento de prazo alargado concedidas pelo Banco Central Europeu no montante de 819.000 m.euros.

g) A rubrica “Recursos de outras instituições de crédito” inclui financiamentos obtidos junto de instituições financeiras no estrangeiro relativos a operações de venda de títulos com acordo de recompra no montante de 649.466 m.euros.

h) A rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” inclui essencialmente depósitos à ordem no montante de 1.679.039 m.euros, depósitos a prazo no montante de 2.016.263 m.euros e poupanças no montante de 931.080 m.euros.

i) A rubrica “Responsabilidades representadas por títulos” inclui obrigações seniores em circulação com valor nominal de 166.200 m.euros e certificados de depósito no montante de 52.405 m.euros.

   Por último, foram transferidas para o BST obrigações hipotecárias emitidas pelo ex-Banif no montante de 285.000 m.euros que eram totalmente detidas por este.

j) A rubrica “Passivos financeiros associados a ativos transferidos” diz respeito às operações de titularização emitidas pelo ex-Banif.

k) As provisões reconhecidas pelo Banco incluem: (i) provisões para reestruturação, no montante de 75.000 m.euros, nos termos da *Definitive Offer*; (ii) contingências legais, fiscais e outras no montante de 102.380 m.euros, incluindo 72.380 m.euros relativos à participação no Banif International Bank Ltd (Bahamas); (iii) aumento das responsabilidades do fundo de pensões e desvalorização dos ativos do fundo de pensões no montante líquido de 15.823 m.euros. Na nota 38 estão descritas as responsabilidades com pensões relativas a estes colaboradores; e (iv) outras provisões no montante de 22.000 m.euros.

5. *Cash flow* líquido na aquisição de negócio do Banif

A caixa e seus equivalentes adquiridos (líquidos) no âmbito da aquisição de parte significativa do negócio do Banif ascendeu a 1.326 milhões de euros. Este montante inclui os movimentos realizados no quadro da medida de resolução até ao dia 31 de dezembro de 2015, nomeadamente as transferências recebidas no dia 31 de dezembro de 2015 após a aprovação do Orçamento de Estado retificativo que permitiu o financiamento da medida de resolução, líquido dos recursos reembolsados pelo Banco no dia 21 de dezembro de 2015.

6. Resultados da atividade adquirida do ex-Banif

O montante incluído em resultados no período compreendido entre 20 de dezembro e 31 de dezembro de 2015 correspondente à atividade do ex-Banif ascendeu a 534 m.euros, correspondendo maioritariamente a margem financeira de 2.114 m.euros, rendimentos líquidos de serviços e comissões no montante de 1.829 m.euros, perdas em resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor por resultados de 1.138 m.euros e custos com pessoal e gastos gerais e administrativos no montante de 2.187 m.euros.

Adicionalmente, o Banco reconheceu custos de integração da atividade do ex-Banif nas suas demonstrações financeiras do exercício de 2015 no montante de 53.000 m.euros (antes de impostos), na rubrica "Gastos gerais administrativos" por contrapartida de "Outros passivos" (Notas 24 e 36).

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas são subjetivas por natureza e podem afetar o valor dos ativos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 1.2. f). Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 1.2. f), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avales prestados, o Banco cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 1.2. d)). No entanto, sempre que considera necessário, estas provisões são reforçadas de forma a refletir a estimativa do Banco sobre o risco de incobrabilidade associado aos seus clientes.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 1.2. f), as menos-valias potenciais resultantes da desvalorização destes ativos são reconhecidas por contrapartida da rubrica "Reservas de reavaliação". No entanto, sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos valias potenciais acumuladas naquela reserva são transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias potenciais são transferidas da reserva de justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos.

O Banco enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal está obrigado a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de fevereiro, e tem de utilizar essas contas para apuramento do seu lucro tributável.

Com o objetivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O acima referido Decreto-Lei procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo procedido também à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, de acordo com a interpretação das mesmas efetuada por parte do Banco.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, nomeadamente dos mencionados na Nota 44, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais do Banco, o teor da sentença do Tribunal Comercial de Londres e as decisões até à data dos tribunais portugueses, os quais no entanto poderão vir a não concretizar-se.

Determinação do resultado da compra de parte significativa do negócio do Banif

O apuramento do resultado da compra de parte significativa do negócio do Banif foi efetuado com base na informação disponível até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, sendo ainda provisória para alguns ativos e passivos. Conforme referido na Nota 1.3, salientamos os seguintes aspetos: (i) o "perímetro" da operação, ou seja, os direitos e obrigações que constituem os ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão alienados ao Banco, não está ainda totalmente confirmado pelo Banco de Portugal; (ii) o Banco não reconheceu os impostos diferidos ativos no montante de 273 milhões de euros que fazem parte do perímetro que consta do último balanço provisório apresentado pelo Banco de Portugal a 18 de março de 2016 e cuja dedução a lucros futuros do Banco está prevista na *Definitive Offer* do Banco aceite no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif, nomeadamente, por não ter obtido ainda a autorização do Ministro das Finanças requerida nos termos do artigo 145º AU do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras; (iii) para alguns ativos e passivos financeiros é ainda necessária mais informação sobre os fluxos de caixa futuros estimados para determinação do seu justo valor à data da compra; e (iv) existem contingências cuja quantificação definitiva requer a obtenção de informação adicional sobre eventos passados. Nos termos da IFRS 3 o Banco tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para obter a informação em falta e eventualmente corrigir de forma retrospetiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, consequentemente, o resultado determinado na compra.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão do Banco:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a atividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com faturação inferior a 5 milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com faturação entre 5 e 125 milhões de euros. Esta atividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projetos, de comércio, às exportações e ao imobiliário.

Atividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a atividade desenvolvida no Banco e que dá suporte às atividades principais mas que não está diretamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

As demonstrações dos resultados por segmento operacional em 31 de dezembro de 2015 e 2014 apresentam o seguinte detalhe:

	2015				
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Total
Margem financeira estrita	86.938	331.283	106.199	(17.482)	506.938
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	46.923	46.923
Margem financeira alargada	86.938	331.283	106.199	29.441	553.861
Comissões líquidas	45.355	224.029	19.864	(30.081)	259.166
Outros resultados da atividade bancária	(12)	5.067	15	300.677	305.747
Margem comercial	132.281	560.379	126.078	300.037	1.118.774
Resultado de operações financeiras	46.590	2.833	70	239.071	288.564
Produto bancário	178.871	563.212	126.148	539.108	1.407.338
Custos de transformação	(20.236)	(347.019)	(57.233)	(55.186)	(479.674)
Amortizações	(3.264)	(34.364)	(1.973)	-	(39.601)
Margem de exploração	155.371	181.829	66.942	483.922	888.063
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(79.445)	(14.448)	(14.077)	(155.614)	(263.584)
Resultado antes de impostos	75.926	167.381	52.865	328.308	624.479
Impostos	(22.777)	(46.657)	(15.859)	(23.747)	(109.041)
Resultado líquido do exercício	53.149	120.724	37.006	304.561	515.438

	2014				
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Total
Margem financeira estrita	102.596	308.053	126.704	(42.226)	495.127
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	41.609	41.609
Margem financeira alargada	102.596	308.053	126.704	(617)	536.736
Comissões líquidas	57.369	216.466	20.199	(19.011)	275.023
Outros resultados da atividade bancária	(55)	3.199	498	(12.985)	(9.343)
Margem comercial	159.910	527.718	147.401	(32.613)	802.416
Resultado de operações financeiras	(9.125)	1.876	714	85.417	78.882
Produto bancário	150.785	529.594	148.115	52.804	881.298
Custos de transformação	(15.932)	(345.060)	(61.257)	-	(422.249)
Amortizações	(3.030)	(47.259)	(11.395)	-	(61.684)
Margem de exploração	131.823	137.275	75.463	52.804	397.365
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(41.235)	(75.282)	(39.957)	(47.621)	(204.095)
Resultado antes de impostos	90.588	61.993	35.506	5.183	193.270
Impostos	(26.270)	(17.783)	(10.295)	(4.449)	(58.797)
Resultado líquido do exercício	64.318	44.210	25.211	734	134.473

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ativos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	2015				
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas [1]	Total
Ativo					
Crédito a clientes					
Crédito hipotecário	-	14.601.677	-	2.613.551	17.215.228
Crédito ao consumo	-	1.368.668	-	-	1.368.668
Outros créditos	3.029.002	569.227	4.675.259	5.062.037	13.335.525
Total de ativos afetos	3.029.002	16.539.572	4.675.259	7.675.588	31.919.421
Ativos não afetos					18.313.041
Total do ativo					50.232.462
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de clientes e outros empréstimos	654.686	19.232.676	2.194.244	5.407.128	27.488.734
Responsabilidades representadas por títulos	-	16.261	-	2.768.202	2.784.463
	654.686	19.248.937	2.194.244	8.175.330	30.273.197
Garantias e Avales	222.329	148.830	789.459	279.414	1.440.032

[1] Inclui os ativos adquiridos e os passivos assumidos no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif

	2014				
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Total
Ativo					
Crédito a clientes					
Crédito hipotecário	-	14.795.658	-	-	14.795.658
Crédito ao consumo	-	1.398.725	-	-	1.398.725
Outros créditos	2.986.470	2.359.435	4.084.042	-	9.429.947
Total de ativos afetos	2.986.470	18.553.818	4.084.042	-	25.624.330
Ativos não afetos					14.370.094
Total do ativo					39.994.424
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de clientes e outros empréstimos	942.862	17.747.811	1.610.399	1.296.749	21.597.821
Responsabilidades representadas por títulos	-	171.791	51	1.799.165	1.971.007
	942.862	17.919.602	1.610.450	3.095.914	23.568.828
Garantias e Avales	125.655	157.480	803.758	-	1.086.893

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Caixa	284.667	208.014
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco Central Europeu	2.849.363	622.460
	---	---
	3.134.030	830.474
	========	======

Em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica inclui 2.329.852 m.euros relativos a ativos adquiridos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif.

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de 100 m.euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	63.219	64.841
Depósitos à ordem	2.549	611
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	260.999	161.882
Cheques a cobrar	1.074	1.820
Outras disponibilidades	3.931	-
	331.772	229.154

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" inclui 114.119 m.euros relativos a ativos adquiridos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as sub-rubricas de "Cheques a cobrar" correspondem a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito, os quais, em geral, são compensados nos dias úteis seguintes.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos à ordem" incluía um depósito à ordem no montante de 67.831 m.euros, o qual é mobilizável à medida do cumprimento de determinadas obrigações assumidas perante terceiros.

6. ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

As rubricas de ativos e passivos financeiros detidos para negociação têm a seguinte composição:

	2015	2014
Ativos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor positivo	1.746.276	1.969.491
Títulos - Unidades de participação	-	241.391
	1.746.276	2.210.882
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor negativo	(1.719.380)	(1.995.017)
Saldo líquido do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	26.896	(25.526)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Títulos - Unidades de participação" apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Multiobrigações	-	241.391

Em julho de 2015, o Banco resgatou as unidades de participação do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Multiobrigações.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de "Instrumentos financeiros derivados" têm a seguinte composição:

	2015			2014		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
			(Nota 10)			(Nota 10)
Forwards	22.123	21.261	862	31.123	30.886	237
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio	14.161	12.730	1.431	19.568	-	19.568
Contratos de taxa de juro	1.411.371	1.394.577	16.794	1.556.561	1.602.271	(45.710)
Contratos sobre cotações ("Equity Swaps")	55.437	53.976	1.461	36.580	35.347	1.233
Eventos de crédito	-	-	-	-	7	(7)
Opções						
Contratos de taxa de câmbio	1.163	1.081	82	1.368	1.184	184
Contratos sobre cotações ("Equity Swaps")	92.086	88.800	3.286	158.352	156.780	1.572
Contratos de garantia de taxa de juro ("Caps & Floors")	149.935	146.955	2.980	165.939	168.542	(2.603)
	1.746.276	1.719.380	26.896	1.969.491	1.995.017	(25.526)

Em 31 de dezembro de 2015, as rubricas de ativo e passivo relativas a "Instrumentos financeiros derivados" encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, 113.100 m.euros e 152.000 m.euros de "Credit Value Adjustments" e de "Debit Value Adjustments", respetivamente (142.400 m.euros e 110.700 m.euros em 31 de dezembro de 2014, respetivamente).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Instrumentos financeiros derivados – Ativo" incluía os saldos com entidades pertencentes ao Setor Público Português que se encontram em litígio, nos montantes de 1.315.000 m.euros e de 1.420.000 m.euros, respetivamente (Nota 44).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos "back-to-back" com o Banco Santander, S.A.

7. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Correção contabilidade de cobertura	Imparidade	Valor de balanço
			Positiva	Negativa	Total			
Instrumentos de dívida					(Nota 25)			
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	5.251.118	108.844	214.425	(561)	213.864	20.761	(116)	5.594.471
Outros emissores públicos nacionais	6.003	-	-	(367)	(367)	-	-	5.636
Outros residentes								
Outras titularizações	1.931.563	51	-	(4.697)	(4.697)	-	-	1.926.917
Dívida não subordinada	466.838	13.463	22.833	(4.156)	18.677	-	(230)	498.748
Dívida subordinada	126.017	24	-	-	-	-	(6.255)	119.786
Emitidos por não residentes								
Outros não residentes								
Dívida não subordinada	97.874	3.217	-	(51.872)	(51.872)	-	-	49.219
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	822.043	31	9.091	(44.078)	(34.987)	-	-	787.087
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	381.532	-	1.826	(1.632)	194	-	(76.179)	305.547
Valorizados ao custo histórico [1]	83.474	-	-	-	-	-	(19.115)	64.359
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	9	-	3.727	-	3.727	-	-	3.736
Valorizados ao custo histórico	1.192	-	-	-	-	-	(746)	446
	9.167.663	125.630	251.902	(107.363)	144.539	20.761	(102.641)	9.355.952

	2014							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Correção contabilidade de cobertura	Imparidade	Valor de balanço
			Positiva	Negativa	Total			
Instrumentos de dívida					(Nota 25)		(Nota 22)	
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	4.975.472	133.787	258.110	-	258.110	37.423	(130)	5.404.662
Outros emissores públicos nacionais	207.502	78	4.136	(672)	3.464	-	-	211.044
Outros residentes								
Outras titularizações	79.600	72	-	(8.045)	(8.045)	-	-	71.627
Dívida não subordinada	630.723	14.903	31.602	(6.957)	24.645	-	(230)	670.041
Dívida subordinada	139.009	22	-	(12.135)	(12.135)	-	(6.603)	120.293
Emitidos por não residentes								
Outros não residentes								
Dívida não subordinada	99.309	3.226	97	(344)	(247)	-	-	102.288
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	338.595	41	6.480	(43.720)	(37.240)	-	-	301.396
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	443.216	-	1.525	(10.859)	(9.334)	-	(78.896)	354.986
Valorizados ao custo histórico	18.873	-	-	-	-	-	(6.217)	12.656
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	11	-	-	-	-	-	-	11
Valorizados ao custo histórico	1.206	-	-	-	-	-	(746)	460
	6.933.516	152.129	301.950	(82.732)	219.218	37.423	(92.822)	7.249.464

(1) Inclui fundos de recuperação e fundos mobiliários que estavam anteriormente registados ao justo valor. Atualmente, o Banco efetua a análise de imparidade relativamente a estes fundos.

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Ativos financeiros disponíveis para venda” inclui 3.344.125 m.euros relativos a ativos adquiridos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao ex-Banif, dos quais Obrigações do Tesouro no montante de 1.064.968 m.euros, obrigações associadas a operações de titularização no montante de 2.273.807 m.euros e unidades de participação no Fundo Banif Property no montante de 5.350 m.euros.

Os instrumentos de dívida emitidos na sequência de operações de titularização de créditos que foram mantidos em carteira ou adquiridos apresentam o seguinte detalhe:

	2015						2014
	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de balanço
Não residentes							
Hipototta nº 1 PLC A	104.204	99.973	2	3.419	-	103.394	116.709
Hipototta nº 1 PLC B	8.264	8.264	-	(13)	-	8.251	9.677
Hipototta nº 1 PLC C	3.642	3.642	-	35	-	3.677	4.346
Hipototta nº 4 PLC A	50.840	44.745	-	2.747	-	47.492	35.886
Hipototta nº 4 PLC B	30.538	30.538	1	(1.574)	-	28.965	31.108
Hipototta nº 4 PLC C	51.576	51.576	1	(40.323)	-	11.254	17.156
Hipototta nº 5 PLC A2	154.020	142.567	22	2.862	-	145.451	63.830
Hipototta nº 5 PLC B	26.000	26.000	5	(2.163)	-	23.842	22.684
Atlantes mortgage PLC	8.689	8.436	-	28	-	8.464	-
Azor mortgages PLC A	4.092	3.618	-	(5)	-	3.613	-
Azor mortgages PLC C	1.780	1.781	-	-	-	1.781	-
Atlantes SME 4 C	180.000	180.146	-	-	-	180.146	-
Atlantes SME 4 S	25.119	25.119	-	-	-	25.119	-
Atlantes SME 4 D	184.547	195.638	-	-	-	195.638	-
	833.311	822.043	31	(34.987)	-	787.087	301.396

Durante o exercício de 2014, o Leasetotta nº 1 Ltd foi liquidado antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de Obrigações do Tesouro incluíam valias reconhecidas em resultados nos montantes de 20.761 m.euros e de 37.423 m.euros, respetivamente, relativas a correções de valor por operações de cobertura de risco de taxa de juro. Estes títulos apresentavam as seguintes características:

	2015						2014					
Descrição	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro - Portugal												
. Com vencimento entre um e três anos	414.489	4.802	-	(546)	-	418.745	-	-	-	-	-	-
. Com vencimento entre três e cinco anos	2.269.602	54.776	34.514	90.039	-	2.448.931	1.790.592	42.375	-	54.782	-	1.887.749
. Com vencimento entre cinco e dez anos	2.566.540	49.263	(13.753)	124.371	-	2.726.421	3.184.393	91.410	37.423	203.328	-	3.516.554
. Com vencimento a mais de dez anos	487	3	-	-	(116)	374	487	2	-	-	(130)	359
	5.251.118	108.844	20.761	213.864	(116)	5.594.471	4.975.472	133.787	37.423	258.110	(130)	5.404.662

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro Portuguesas, nos montantes de 1.207.074 m.euros e 2.002.426 m.euros, respetivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 18).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as outras rubricas de “Instrumentos de dívida” incluíam os seguintes títulos:

	2015					2014				
Descrição	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Outras titularizações										
ATLANTES FINANCE 6 S 03/20/33	4.483	-	-	-	4.483	-	-	-	-	-
ATLANTES FINANCE 6 B 03/20/33	9.008	-	-	-	9.008	-	-	-	-	-
ATLANTES FINANCE 6 C 3/20/33	744	-	-	-	744	-	-	-	-	-
ATLANTES FINANCE NPL N1A	107.487	-	-	-	107.487	-	-	-	-	-
ATLANTES FINANCE NPL N1B	21.540	-	-	-	21.540	-	-	-	-	-
ATLANTES MORTGAGE nº 6 CLASSE A	51.279	-	-	-	51.279	-	-	-	-	-
ATLANTES MORTGAGE nº 6 CLASSE B	7.106	-	-	-	7.106	-	-	-	-	-
ATLANTES MORTGAGE PLC SERIE 7-A	230.758	-	-	-	230.758	-	-	-	-	-
ATLANTES MORTGAGE PLC SERIE 7-B	38.644	-	-	-	38.644	-	-	-	-	-
ATLANTES MORTGAGE PLC SERIE 7-C	73.130	-	-	-	73.130	-	-	-	-	-
ATLANTES MORTGAGE PLC SERIE2-B	13.821	-	-	-	13.821	-	-	-	-	-
ATLANTES MORTGAGE PLC SERIE2-C	5.635	-	-	-	5.635	-	-	-	-	-
ATLANTES MORTGAGE PLC SERIE2-D	18.716	-	-	-	18.716	-	-	-	-	-
ATLANTES MORTGAGE PLC SERIE3-B	36.228	-	-	-	36.228	-	-	-	-	-
ATLANTES MORTGAGE PLC SERIE3-C	68.856	-	-	-	68.856	-	-	-	-	-
ATLANTES MORTGAGE PLC SERIE4-B	35.752	-	-	-	35.752	-	-	-	-	-
ATLANTES MORTGAGE PLC SERIE4-C	88.262	-	-	-	88.262	-	-	-	-	-
ATLANTES MORTGAGE PLC SERIE5-A	304.223	-	-	-	304.223	-	-	-	-	-
ATLANTES MORTGAGE PLC SERIE5-B	43.816	-	-	-	43.816	-	-	-	-	-
ATLANTES MORTGAGE PLC SERIE5-C	80.056	-	-	-	80.056	-	-	-	-	-
ATLANTES MTG Nº1 CL E 2036	10.022	-	-	-	10.022	-	-	-	-	-
ATLANTES SME 5 B 01/28/44	35.706	-	-	-	35.706	-	-	-	-	-
ATLANTES SME 5 CLASSE C	166.112	-	-	-	166.112	-	-	-	-	-
ATLANTES SME 5 D 01/28/44	177.778	-	-	-	177.778	-	-	-	-	-
ATLANTES SME 5 S 01/28/44	30.333	-	-	-	30.333	-	-	-	-	-
AZOR MORTAGES CLASS D 2047	5.043	-	-	-	5.043	-	-	-	-	-
AZOR MORTGAGE PLC SERIE2-A	145.319	-	-	-	145.319	-	-	-	-	-
AZOR MORTGAGE PLC SERIE2-B	43.142	-	-	-	43.142	-	-	-	-	-
AZOR MORTGAGE PLC SERIE2-C	6.051	-	-	-	6.051	-	-	-	-	-
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES MAY/	72.463	51	(4.677)	-	67.837	79.550	72	(8.025)	-	71.597
ENERGYON NO.2 CLASS B NOTES MAY/	50	-	(20)	-	30	50	-	(20)	-	30
	1.931.563	51	(4.697)	-	1.926.917	79.600	72	(8.045)	-	71.627
Dívida não subordinada										
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.75% JAN/	251.273	8.931	15.771	-	275.975	251.991	8.931	21.143	-	282.065
BANCO COMERC PORTUGUES 22/06/201	103.192	2.505	2.878	-	108.575	105.358	2.512	3.702	-	111.572
CGD 3% 2014/2019	49.974	1.442	3.800	-	55.216	49.965	1.442	4.582	-	55.989
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5.875%2	56.025	2.215	(29.642)	-	28.598	57.222	2.221	97	-	59.540
IBERWIND II P- CONSULTORIA SENIOA	26.058	24	(2.937)	-	23.145	28.046	29	(4.165)	-	23.910
EDIA 2010/2030	19.250	206	(542)	-	18.914	19.250	226	(1.401)	-	18.075
PORTUGAL TELECOM INT FIN 4.625%2	31.230	921	(17.189)	-	14.962	31.373	923	(344)	-	31.952
REN REDES ENERGETICAS 4.125% 201	9.204	341	384	-	9.929	9.302	341	430	-	10.073
IBERWIND II P-CONSULTORIA SENIORB	7.656	14	(678)	-	6.992	8.241	18	(949)	-	7.310
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5 2019	10.620	81	(5.040)	-	5.661	10.714	81	(0)	-	10.795
GALP ENERGIA 2013/2017	-	-	-	-	-	99.455	429	1.530	-	101.414
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	-	-	-	-	-	35.000	82	(442)	-	34.640
GALP ENERGIA SGPS SA-4.125-25/01	-	-	-	-	-	23.885	894	215	-	24.994
Outros	230	-	-	(230)	-	230	-	-	(230)	-
	564.712	16.680	(33.195)	(230)	547.967	730.032	18.129	24.398	(230)	772.329
Outros emissores públicos nacionais										
CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA/99	6.003	-	(367)	-	5.636	7.502	-	(672)	-	6.830
PARPUBLICA 2013/2015	-	-	-	-	-	200.000	78	4.136	-	204.214
	6.003	-	(367)	-	5.636	207.502	78	3.464	-	211.044
Dívida subordinada										
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS 2017	123.061	22	-	(3.299)	119.784	122.087	19	-	(6.603)	115.503
BPSM/97-TOP'S-OB.PERP.SUB.-1./2.	2.956	2	-	(2.956)	2	2.922	2	(2.922)	-	2
TOTTA SEGUROS - OBRIG. SUB. 2002	-	-	-	-	-	14.000	1	(9.213)	-	4.788
	126.017	24	-	(6.255)	119.786	139.009	22	(12.135)	(6.603)	120.293

No último trimestre de 2012, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. obrigações subordinadas emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. por 15.674 m.euros acima do respetivo justo valor. Na sequência desta operação, o Banco registou perdas por imparidade no mesmo montante. Durante os exercícios de 2015 e 2014, o Banco reverteu 3.304 m.euros e 4.590 m.euros, respetivamente, de perdas de imparidade naquele título em virtude da sua valorização.

Com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Instrumentos de capital" incluía os seguintes títulos:

	2015				2014			
Descrição	Custo de aquisição	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Valorizados ao justo valor								
NOVIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	285.910	1.278	(31.628)	255.560	285.910	925	(31.628)	255.207
FUNDO SOLUCAO ARRENDAMENTO	28.925	(1.531)	-	27.394	28.925	(1.769)	-	27.156
BANCO BPI, SA	21.502	-	(8.218)	13.284	21.502	(9.010)	-	12.492
VISA EUROPE LIMITED (Share transfer to Visa Inc.)	-	3.727	-	3.727	-	-	-	-
SANTANDER MULTIACTIVOS 0-30	2.852	(50)	-	2.802	3.000	(21)	-	2.979
UNICAMPUS-FEI IMOBILIARIO FECHAD	1.500	7	-	1.507	1.500	10	-	1.510
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUAS	1.110	72	-	1.182	1.443	64	-	1.507
SANTANDER MULTIACTIVOS 20-60	1.120	(36)	-	1.084	3.000	(49)	-	2.951
FCR PORTUGAL VENTURES VALOR 2	3.836	51	(3.099)	788	3.836	-	(3.099)	737
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	-	-	-	-	33.120	-	(8.109)	25.011
LUSIMOVEST - F.I. IMOBILIARIO	-	-	-	-	26.379	186	(2.827)	23.738
AGROGARANTE-SOC.GARANTIA MUTUA S	584	4	(18)	570	774	-	(18)	756
Outros	1.050	399	(64)	1.385	686	330	(63)	953
Titulos com imparidade a 100%	33.152	-	(33.152)	-	33.152	-	(33.152)	-
	381.541	3.921	(76.179)	309.283	443.227	(9.334)	(78.896)	354.997
Valorizados ao custo histórico								
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS SARL	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-	3.461
Santander Private Equity S.A, S.G.E.C.R	400	-	-	400	400	-	-	400
LUSIMOVEST - F.I. IMOBILIARIO	26.379	-	(2.894)	23.485	-	-	-	-
PORTUGAL CAPITAL VENTURES - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SA	1.065	-	(214)	851	1.065	-	(214)	851
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	33.621	-	(10.515)	23.106	-	-	-	-
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE (ex-AENOR)	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	(531)	3.218
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE	-	-	-	-	-	-	-	
Prestações Suplementares (ex-AENOR)	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	(531)	3.218
NORGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	906	-	(5)	901	436	-	(5)	431
FINANGEST - EMP.FIN.GEST E DESENV	-	-	-	-	1.160	-	(569)	591
LISGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	489	-	(3)	486	495	-	(3)	492
BANIF PROPERTY	5.350	-	-	5.350	-	-	-	-
Outros	411	-	(82)	329	537	-	(83)	454
Titulos com imparidade a 100%	5.086	-	(5.086)	-	5.027	-	(5.027)	-
	84.666	-	(19.861)	64.805	20.079	-	(6.963)	13.116

Em 2015 o Banco valorizou a ação da Visa Europe Limited que detinha ao justo valor, na sequência da operação de transferência para a Visa International Inc.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco detinha 5.861.770 unidades de participação do Fundo Solução Arrendamento Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional nos montantes de 28.925 m.euros, as quais foram subscritas através do pagamento em numerário de 2 m.euros, da entrega em espécie de imóveis e o remanescente através da alienação de imóveis e a subsequente subscrição de unidades de participação.

Nos exercícios de 2015 e 2014, o Banco respondeu a chamadas de capital do Fundo Recuperação, FCR, nos montantes de 501 m.euros e 4.629 m.euros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco detinha em carteira 33.620 e 33.110 unidades de participação correspondentes a 4,12% do capital daquele Fundo. No exercício de 2015 o Banco classificou as unidades de participação do fundo ao custo histórico uma vez que considera que não tem informação para apurar com fiabilidade o justo valor do mesmo.

No exercício de 2014, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. ações do Banco BPI, S.A. no montante de 21.501 m.euros (justo valor à data da aquisição), as quais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 se encontram valorizados por 13.284 m.euros e 12.492 m.euros, respetivamente. Em 2015, atendendo à desvalorização continuada desta participação, o BST reconheceu imparidade.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda apresentavam as seguintes percentagens de desvalorização face aos respetivos custos de aquisição:

	2015				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	519.645	3.017	-	(13.516)	509.146
. Entre 25% e 50%	10.669	81	-	(5.060)	5.690
. Superior a 50%	138.831	3.137	-	(87.155)	54.813
	669.145	6.235	-	(105.731)	569.649
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	33.325	-	-	(1.627)	31.698
. Entre 25% e 50%	19	-	-	(5)	14
	33.344	-	-	(1.632)	31.712
	702.489	6.235	-	(107.363)	601.361

	2014				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	288.346	1.441	-	(21.210)	268.577
. Entre 25% e 50%	50	-	-	(20)	30
. Superior a 50%	72.583	7	-	(50.643)	21.947
	360.979	1.448	-	(71.873)	290.554
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	35.011	-	-	(1.849)	33.162
. Entre 25% e 50%	21.502	-	-	(9.010)	12.492
	56.513	-	-	(10.859)	45.654
	417.492	1.448	-	(82.732)	336.208

Apesar da desvalorização ocorrida nos instrumentos de dívida, atendendo à política descrita na Nota 1.2.f), o Conselho de Administração entende que não se verificou um evento de imparidade.

8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	200.000	200.000
Empréstimos	45.704	22.212
Outras aplicações	7.247	-
Juros a receber	3.917	5.805
	256.868	228.017
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	543.548	820.979
Aplicações a muito curto prazo	364.522	71.575
Outras aplicações	654.341	678.190
Juros a receber	25.257	37.849
	1.587.668	1.608.593
	1.844.536	1.836.610

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito” inclui 7.524 m.euros relativos a ativos adquiridos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Outras aplicações” inclui contas margem de 64.966 m.euros e 46.926 m.euros, respetivamente.

9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Crédito geral		
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	3.821.047	3.793.601
Créditos tomados - factoring	1.236.759	1.057.039
Locação financeira	695.460	733.256
Crédito em conta corrente	662.027	738.311
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	139.833	139.255
Descobertos	165.700	180.337
Outros créditos	21.435	19.866
A particulares		
Habitação	12.268.881	12.199.253
Consumo e outros	1.663.375	1.652.604
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	124.454	147.724
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	141	140
Créditos tomados – factoring	52.624	71.325
Crédito em conta corrente	6.378	7.263
Operações de locação financeira	5.863	1.272
Descobertos	44	62
Outros créditos	849	4
A particulares		
Habitação	321.904	334.883
Consumo e outros	26.690	27.811
	21.213.464	21.104.006
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada	2.907.921	2.390.245
Ativos titularizados não desreconhecidos		
Particulares		
Crédito à habitação		
. Hipototta nº 4	884.221	1.031.230
Hipototta nº 5	802.221	894.145
	1.686.442	1.925.375
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	12.880	41.627
Há mais de 90 dias	939.631	1.119.930
	952.511	1.161.557
Sub-total	26.760.338	26.581.183

	2015	2014
Juros a receber		
Crédito não titulado	33.557	39.438
Crédito titulado	12.815	11.498
Ativos titularizados não desreconhecidos	1.446	1.933
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	3.527	4.246
Despesas com encargo diferido	65.660	69.414
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(99.882)	(100.355)
	17.123	26.174
	26.777.461	26.607.357
Crédito transferido do ex-Banif, incluindo ativos titularizados não desreconhecidos		
. Crédito à habitação	2.303.848	-
. Crédito concedido a empresas	2.349.235	-
. Títulos de dívida da Oitante	746.000	-
. Crédito ao consumo	144.437	-
. Outros créditos concedidos a particulares	429.246	-
	5.972.766	-
	32.750.227	26.607.357
Imparidade em crédito a clientes (Nota 22)	(830.806)	(983.027)
	31.919.421	25.624.330

Nos exercícios de 2015 e 2014 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas que na sua maioria já tinham sido abatidos ao ativo. Como resultado destas operações foram registados em 2015 e 2014 ganhos líquidos nos montantes de 36.828 m.euros e 1.054 m.euros, respetivamente (Nota 33).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Crédito interno – A particulares - Habitação” incluía créditos afetos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco (excluindo o ex-Banif) nos montantes de 7.669.850 m.euros e 8.021.820 m.euros, respetivamente (Nota 20).

Em 31 de dezembro de 2015, o crédito transferido do ex-Banif inclui 3.290.657 m.euros afetos às operações de titularização originadas nesta entidade.

Durante o exercício de 2014 foi liquidada antecipadamente a operação de titularização Leasetotta nº 1.

O movimento ocorrido nas provisões para crédito durante os exercícios de 2015 e 2014 é apresentado na Nota 22.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento (excluindo crédito transferido do ex-Banif) apresentavam o seguinte detalhe:

	2015	2014
Até três meses	12.880	41.627
Entre três e seis meses	21.925	61.681
Entre seis meses e um ano	89.731	127.699
Entre um ano e três anos	425.317	544.223
Mais de três anos	402.658	386.327
	952.511	1.161.557

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição da carteira de crédito concedido a clientes (excluindo crédito transferido do ex-Banif) por setores de atividade era a seguinte:

	2015			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	175.687	5.295	180.982	0,68
Pescas	4.432	14	4.446	0,02
Indústrias extrativas	16.382	900	17.282	0,06
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	353.138	5.374	358.512	1,34
Têxteis, vestuário e couro	198.354	7.494	205.848	0,77
Madeira e cortiça	93.763	2.221	95.984	0,36
Papel, gráficas e editoriais	197.794	1.524	199.318	0,74
Indústria química	173.543	2.060	175.603	0,66
Produtos minerais não metálicos	210.734	1.459	212.193	0,79
Metalurgia	113.669	5.334	119.003	0,44
Máquinas e material de transporte	154.212	7.965	162.177	0,61
Eletricidade, água e gás	875.366	1.210	876.576	3,28
Construção e obras públicas	1.000.676	269.441	1.270.117	4,75
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	678.902	29.249	708.151	2,65
Comércio de retalho	857.016	38.978	895.994	3,35
Restaurantes e hotéis	318.870	9.515	328.385	1,23
Transportes e comunicações	447.083	8.364	455.447	1,70
Instituições financeiras não monetárias	610.727	12.595	623.322	2,33
Sector Público Administrativo	699.857	112	699.969	2,62
Outras empresas de serviços	1.255.289	92.152	1.347.441	5,04
Crédito a particulares, incluindo ativos titularizados não desreconhecidos	15.505.377	436.185	15.941.562	59,57
Crédito ao exterior	325.815	4.898	330.713	1,24
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	1.258.594	8.493	1.267.087	4,73
Outros créditos	282.547	1.679	284.226	1,06
	25.807.827	952.511	26.760.338	100,00

	2014			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	146.259	7.972	154.231	0,58
Pescas	3.758	44	3.802	0,01
Indústrias extrativas	16.617	1.043	17.660	0,07
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	363.292	21.155	384.447	1,45
Têxteis, vestuário e couro	194.547	8.379	202.926	0,76
Madeira e cortiça	94.716	5.254	99.970	0,38
Papel, gráficas e editoriais	193.675	2.361	196.036	0,74
Indústria química	171.963	3.774	175.737	0,66
Produtos minerais não metálicos	164.282	3.488	167.770	0,63
Metalurgia	117.888	8.559	126.447	0,48
Máquinas e material de transporte	162.960	12.526	175.486	0,66
Eletricidade, água e gás	683.108	2.474	685.582	2,58
Construção e obras públicas	1.195.295	228.721	1.424.016	5,36
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	650.927	55.595	706.522	2,66
Comércio de retalho	948.063	66.781	1.014.844	3,82
Restaurantes e hotéis	367.792	21.709	389.501	1,46
Transportes e comunicações	401.804	16.327	418.131	1,57
Instituições financeiras não monetárias	645.986	13.535	659.521	2,48
Sector Público Administrativo	556.792	2.096	558.888	2,10
Outras empresas de serviços	1.262.402	128.172	1.390.574	5,23
Crédito a particulares, incluindo ativos titularizados não desreconhecidos	15.654.701	527.492	16.182.193	60,88
Crédito ao exterior	306.597	5.112	311.709	1,17
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	881.678	11.911	893.589	3,36
Outros créditos	234.524	7.077	241.601	0,91
	25.419.626	1.161.557	26.581.183	100,00

10. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015			2014		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Cobertura de justo valor						
"Swaps" de taxa de juro	24.634	80.782	(56.148)	32.926	45.158	(12.232)
"Equity swaps"	16.218	18.329	(2.111)	37.701	20.185	17.516
Opções AutoCallable	-	1.593	(1.593)	-	208	(208)
Cobertura de fluxos de caixa						
"Swaps" de taxa de juro	89.440	69.429	20.011	124.017	67.746	56.271
	130.292	170.133	(39.841)	194.644	133.297	61.347

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

	2015								
		Valor nocional						Valor nocional	
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 6)									
Forwards									
. Compras	862	76.292	80.815	15.578	205	-	172.890	85.500	87.390
. Vendas		(76.214)	(80.786)	(15.553)	(205)	-	(172.758)	(87.225)	(85.533)
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	1.431	838.715	-	-	-	-	838.715	-	838.715
. Vendas		(847.133)	-	-	-	-	(847.133)	(847.133)	-
Swaps de taxa de juro									
Swaps divisas (cross currency swaps)									
. Compras	-	22.313	278.000	-	-	381.377	681.690	666.897	14.793
. Vendas		(22.313)	(290.996)	-	-	(397.271)	(710.580)	(13.843)	(696.737)
Outros	16.794	134.796	9.048	67.621	589.245	5.407.798	6.208.508	6.201.619	6.889
Swaps sobre cotações (equity swaps)	1.461	139.009	100	172.000	195.762	917.822	1.424.693	1.424.693	-
Opções de moeda									
. Compras	82	7.006	13.778	24.800	-	-	45.584	-	45.584
. Vendas		7.006	13.778	24.800	-	-	45.584	-	45.584
Opções de cotações									
. Compras	3.286	-	195.899	125.104	1.929	-	322.932	321.003	1.929
. Vendas		-	195.899	125.104	1.929	-	322.932	321.003	1.929
Caps	309	1.106	1.340	5.101	710.303	1.021.780	1.739.630	1.739.630	-
Floors	2.671	-	-	-	649.000	399.322	1.048.322	1.048.322	-
	26.896	280.583	416.875	544.555	2.148.168	7.730.828	11.121.009	10.860.466	260.543
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	20.833	19.442	33.721	18.219	66.055	314.058	451.495	451.495	-
. Activos financeiros disponíveis para venda	(76.981)	-	-	-	-	850.000	850.000	850.000	-
Opções AutoCallable	(1.593)	-	-	-	196.516	-	196.516	196.516	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(2.111)	325.583	300.481	525.399	1.531.074	153.632	2.836.169	2.649.122	187.047
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	20.011	275.000	300.000	600.000	225.000	1.300.000	2.700.000	2.700.000	-
	(39.841)	620.025	634.202	1.143.618	2.018.645	2.617.690	7.034.180	6.847.133	187.047

	2014								
		Valor nocional						Valor nocional	
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 6)									
Forwards									
. Compras	237	50.476	46.466	16.223	180	-	113.345	52.871	60.474
. Vendas		(50.369)	(46.414)	(16.173)	(175)	-	(113.131)	(59.219)	(53.912)
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	19.568	1.177.015	-	-	-	-	1.177.015	-	1.177.015
. Vendas		(1.157.722)	-	-	-	-	(1.157.722)	(1.157.722)	-
Swaps de taxa de juro									
Swaps divisas (cross currency swaps)									
. Compras	-	-	-	-	50.871	36.978	87.849	87.849	-
. Vendas		-	-	-	(50.871)	(36.978)	(87.849)	-	(87.849)
Outros	(45.710)	671.887	73.027	401.170	825.948	3.435.115	5.407.147	5.387.956	19.191
Swaps sobre cotações (equity swaps)	1.233	62.090	140.033	225.890	401.645	1.019.910	1.849.568	1.849.568	-
Opções de moeda									
. Compras	184	30.560	43.043	51.373	-	-	124.976	-	124.976
. Vendas		30.560	43.043	51.373	-	-	124.976	-	124.976
Opções de cotações									
. Compras	1.572	-	-	29.053	326.093	-	355.146	353.328	1.818
. Vendas		-	-	29.053	326.093	-	355.146	353.328	1.818
Caps	(178)	1.047	4.145	38.207	679.144	1.155.913	1.878.456	1.878.456	-
Floors	(2.425)	-	-	5.805	649.000	448.733	1.103.538	1.103.538	-
Eventos de crédito	(7)	-	-	7.000	-	-	7.000	7.000	-
	(25.526)	815.544	303.343	838.974	3.207.928	6.059.671	11.225.460	9.856.953	1.368.507
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	28.635	7.100	25.873	74.588	89.178	179.974	376.713	376.713	-
. Activos financeiros disponíveis para venda	(40.867)	-	-	-	-	200.000	200.000	200.000	-
Opções AutoCallable	(208)	-	-	21.253	-	-	21.253	21.253	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	17.516	293.305	398.095	610.838	1.870.023	141.301	3.313.562	3.118.223	195.339
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	56.271	200.000	-	-	1.400.000	1.300.000	2.900.000	2.900.000	-
	61.347	500.405	423.968	706.679	3.359.201	1.821.275	6.811.528	6.616.189	195.339

O Banco realiza operações de derivados no âmbito da sua atividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura).

O Banco transaciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transações são efetuadas em mercados de balcão (OTC – *Over-the-counter*).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um *Master Agreement* da ISDA – *Internacional Swaps and Derivatives Association*. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transações por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transações em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a IAS 39, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comummente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

11. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Imóveis recebidos em dação em pagamento	251.931	271.204
Imóveis de serviço próprio para venda	33.568	35.539
Unidades de participação	18.663	18.663
Equipamento	2.254	3.464
	306.416	328.870
Imparidade (Nota 22)	(118.788)	(122.103)
	187.628	206.767

O movimento ocorrido na rubrica de ”Ativos não correntes detidos para venda” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015										
	31 de dezembro de 2014								31 de dezembro de 2015		
	Valor bruto	Imparidade	Entradas	Alienações	Transferências (Notas 13)	Imparidade (Nota 22) Dotações	Reposições	Utilizações	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Imóveis:											
. Recebidos em dação em pagamento	271.204	(92.406)	100.266	(119.539)	-	(23.334)	5.284	20.859	251.931	(89.597)	162.334
. De serviço próprio para venda e outros	35.539	(23.198)	158	(4.396)	2.267	(1.982)	1.028	601	33.568	(23.551)	10.017
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663
Equipamentos	3.464	(2.499)	838	(2.048)	-	(520)	640	739	2.254	(1.640)	614
	328.870	(122.103)	101.262	(125.983)	2.267	(25.836)	6.952	22.199	306.416	(118.788)	187.628

	2014										
	31 de dezembro de 2013								31 de dezembro de 2014		
	Valor bruto	Imparidade	Entradas	Alienações	Transferências (Notas 13 e 16)	Imparidade (Nota 22) Dotações	Reposições	Utilizações	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Imóveis:											
. Recebidos em dação em pagamento	268.035	(87.677)	110.040	(106.219)	(652)	(30.183)	6.210	19.244	271.204	(92.406)	178.798
. De serviço próprio para venda e outros	26.158	(16.408)	121	(1.563)	10.823	(7.773)	-	983	35.539	(23.198)	12.341
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663
Equipamentos	4.021	(2.927)	1.758	(2.315)	-	(1.823)	1.262	989	3.464	(2.499)	965
	316.877	(111.012)	111.919	(110.097)	10.171	(39.779)	7.472	21.216	328.870	(122.103)	206.767

No exercício de 2014 foram transferidos para a rubrica “Outros ativos - Promessas de dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação em pagamento” 652 m.euros de imóveis recebidos em dação.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica “Unidades de participação” incluía unidades de participação do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário - Imorent, adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

O Banco tem como objetivo a venda de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como ativos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado
O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento
Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo
O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação/obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas as quais se encontram credenciadas junto da Comissão dos Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Hotel	-	19.000
	==	=====

Durante o primeiro semestre de 2013, o Banco recebeu em dação em pagamento um hotel avaliado em 18.660 m.euros. Em simultâneo, celebrou um contrato de locação sobre aquele imóvel pelo prazo de 1 ano renovável automaticamente. Em 31 de dezembro de 2014, o Banco atualizou o justo valor daquele imóvel.

Durante o primeiro semestre de 2015, o Banco celebrou um contrato de locação financeira do hotel, tendo transferido todos os direitos económicos para o locatário. Desta forma, deixou de o considerar como propriedade de investimento e registou a operação de locação financeira como crédito concedido.

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi como segue:

	2015				
	Saldo a 31 de dezembro de 2014	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	Saldo a 31 de dezembro de 2015
Hotel	19.000	-	-	(19.000)	-

	2014				
	Saldo a 31 de dezembro de 2013	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	Saldo a 31 de dezembro de 2014
Hotel	18.191	-	809	-	19.000

Em 31 de dezembro de 2014, a forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Propriedades de investimento	19.000	-	-	19.000

De acordo com os requisitos estabelecidos pela IFRS 13, apresenta-se abaixo um resumo das principais características das propriedades de investimento detidas pelo Banco em 31 de dezembro de 2014, bem como das técnicas de valorização adotadas e dos inputs mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

Descrição do imóvel	Ocupação	Valor	Técnica de valorização	*Inputs* relevantes
Nível 1				
Hotel em Cascais	Arrendado	19.000	Contrato promessa de compra e venda	n.a.

13. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2015															
								Transferências De/para ativos detidos para venda (Nota 11)								
	31-12-2014				Impacto integração ex-Banif	Abates e regularizações				Transferências		Amortizações do exercício	31-12-2015			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Aquisições		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido
Ativos tangíveis																
Imóveis																
. Imóveis de serviço próprio	336.892	113.333	3.736	5.187	320	3.374	-	6.825	4.585	(35)	-	5.986	332.165	114.734	3.736	213.695
. Despesas em edifícios arrendados	141.617	125.623	-	1.001	-	10.731	10.710	130	130	-	-	4.618	131.757	119.401	-	12.356
. Outros imóveis	167	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	167	11	-	156
Ativos tangíveis em curso																
. Imóveis de serviço próprio	1.453	-	-	7.581	-	-	-	-	-	-	-	-	9.034	-	-	9.034
. Equipamento de segurança	-	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-	14
	480.129	238.966	3.736	13.783	320	14.105	10.710	6.955	4.715	(35)	-	10.605	473.137	234.146	3.736	235.255
Equipamento																
. Mobiliário e material	22.402	20.432	-	497	-	9.401	9.401	-	-	-	-	756	13.498	11.787	-	1.711
. Máquinas e ferramentas	3.714	3.642	-	56	-	1.118	1.118	-	-	-	-	35	2.652	2.559	-	93
. Equipamento informático	127.588	117.312	-	2.751	-	40.471	40.460	-	-	-	-	3.682	89.868	80.534	-	9.334
. Instalações interiores	18.343	8.942	-	3.673	-	586	564	51	24	35	-	1.871	21.414	10.225	-	11.189
. Material de transporte	20.782	13.005	-	3.971	-	3.561	3.498	-	-	-	-	1.571	21.192	11.078	-	10.114
. Equipamento de segurança	26.651	26.302	-	353	-	18.282	18.281	1	1	-	-	205	8.721	8.225	-	496
. Outro equipamento	5.706	4.773	-	279	-	813	812	-	-	-	-	363	5.172	4.324	-	848
	225.186	194.408	-	11.580	-	74.232	74.134	52	25	35	-	8.483	162.517	128.732	-	33.785
Outros ativos tangíveis																
Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
Património artístico	1.535	-	-	4	288	-	-	-	-	-	-	-	1.827	-	-	1.827
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.816	281	-	4	288	-	-	-	-	-	-	-	2.108	281	-	1.827
	707.131	433.655	3.736	25.367	608	88.337	84.844	7.007	4.740	-	-	19.088	637.762	363.159	3.736	270.867
Ativos intangíveis																
Software																
. Adquirido a terceiros	375.979	348.102	-	16.979	-	-	-	-	-	929	-	20.513	393.887	368.615	-	25.272
Outros ativos intangíveis																
. Trespasses	3.465	3.465	-	-	-	118	118	-	-	-	-	-	3.347	3.347	-	-
Ativos intangíveis em curso																
Software	503	-	-	6.208	-	-	-	-	-	(929)	-	-	5.782	-	-	5.782
	379.947	351.567	-	23.187	-	118	118	-	-	-	-	20.513	403.016	371.962	-	31.054

	2014													
							Transferências							
							De/para ativos detidos para venda (Nota 11)							
	31-12-2013				Abates e regularizações					Amortizações	31-12-2014			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Transfe-rências	do exercício	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido
Ativos tangíveis														
Imóveis														
. Imóveis de serviço próprio	355.119	115.611	3.736	990	4.699	4.699	14.508	3.718	(10)	6.139	336.892	113.333	3.736	219.823
. Despesas em edifícios arrendados	140.828	119.080	-	785	-	-	-	-	4	6.543	141.617	125.623	-	15.994
. Outros imóveis	167	10	-	-	-	-	-	-	-	-	167	10	-	157
Ativos tangíveis em curso														
. Imóveis de serviço próprio	543	-	-	906	-	-	-	-	4	-	1.453	-	-	1.453
	496.657	234.701	3.736	2.681	4.699	4.699	14.508	3.718	(2)	12.682	480.129	238.966	3.736	237.427
Equipamento														
. Mobiliário e material	22.223	19.494	-	279	100	100	-	-	-	1.038	22.402	20.432	-	1.970
. Máquinas e ferramentas	3.708	3.616	-	15	9	9	-	-	-	35	3.714	3.642	-	72
. Equipamento informático	124.987	115.431	-	4.560	1.959	1.959	-	-	-	3.840	127.588	117.312	-	10.276
. Instalações interiores	91.838	83.014	-	2.621	75.977	75.969	139	106	-	2.003	18.343	8.942	-	9.401
. Material de transporte	18.949	12.966	-	3.441	1.608	1.580	-	-	-	1.619	20.782	13.005	-	7.777
. Equipamento de segurança	27.016	26.506	-	89	454	454	-	-	-	250	26.651	26.302	-	349
. Outro equipamento	5.731	4.417	-	184	211	194	-	-	2	550	5.706	4.773	-	933
	294.452	265.444	-	11.189	80.318	80.265	139	106	2	9.335	225.186	194.408	-	30.778
Outros ativos tangíveis														
Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
Património artístico	1.535	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.535	-	-	1.535
	1.816	281	-	-	-	-	-	-	-	-	1.816	281	-	1.535
	792.925	500.426	3.736	13.870	85.017	84.964	14.647	3.824	-	22.017	707.131	433.655	3.736	269.740
Ativos intangíveis														
Software														
. Adquirido a terceiros	360.957	308.497	-	15.587	62	62	-	-	(503)	39.667	375.979	348.102	-	27.877
Outros ativos intangíveis														
. Trespasses	3.465	3.465	-	-	-	-	-	-	-	-	3.465	3.465	-	-
Ativos intangíveis em curso														
Software	-	-	-	-	-	-	-	-	503	-	503	-	-	503
	364.422	311.962	-	15.587	62	62	-	-	-	39.667	379.947	351.567	-	28.380

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "*Software* – Adquirido a terceiros" inclui o *software* adquirido à Santander Tecnologia y Operaciones A.E.I.E., um agrupamento europeu de interesse económico pertencente ao Grupo Santander, nos montantes líquidos de depreciações de 25.127 m.euros e 25.414 m.euros, respetivamente.

Durante o exercício de 2014, o Banco procedeu à revisão da vida útil estimada da sua plataforma informática Parténon de 5 para 3 anos. Como resultado daquela revisão, as amortizações do exercício da rubrica "*Software* – Adquirido a terceiros" aumentaram em cerca de 7.300 m.euros comparativamente ao exercício anterior.

14. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015		2014	
	Participação direta (%)	Valor de balanço	Participação direta (%)	Valor de balanço
Investimentos em filiais				
No país				
Santotta Internacional, SGPS, S.A. (ex-Madeisisa)	100,00	12.408	100,00	12.408
Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,50	5.469	21,50	5.469
Totta Urbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	100,00	203	100,00	203
Taxagest, SGPS, S.A.	99,00	50	99,00	50
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	-	-	100,00	7.418
No estrangeiro				
Totta Ireland, PLC	100,00	285.691	100,00	285.691
BST Internacional Bank, Inc.	100,00	4.147	100,00	4.147
Totta & Açores, Inc - Newark	100,00	75	100,00	75
Totta & Açores Financing, Ltd.	100,00	45	100,00	45
Banif International Bank, Ltd.	100,00	-	-	-
		308.088		315.506
Prestações suplementares de capital				
Totta Ireland, PLC		164.973		164.973
Totta Urbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.		99.760		99.760
Totta & Açores, Inc - Newark		453		452
		265.186		265.185
		573.274		580.691

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nesta rubrica pode ser apresentado como se segue:

	2015			
	31-12-2014	Aumentos	Diminuições	31-12-2015
Investimentos em filiais	315.506	-	(7.418)	308.088
Prestações suplementares de capital	265.185	1	-	265.186
	580.691	1	(7.418)	573.274

	2014		
	31-12-2013	Reembolsos	31-12-2014
Investimentos em filiais	315.506	-	315.506
Prestações suplementares de capital	291.032	(25.846)	265.186
	606.538	(25.846)	580.691

Em 30 de maio de 2014, a Santander – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. procedeu ao reembolso integral das prestações acessórias concedidas pelo BST em exercícios anteriores. Em fevereiro de 2015, a Santander – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. foi liquidada.

Em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica incluía a participação de 100% do Banif International Bank, Ltd (Bahamas), na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif. O justo valor da participação foi considerado nulo na data de aquisição (Nota 1.3). Adicionalmente, foram constituídas outras provisões para esta participada (Nota 22) tendo gerado uma valia de 8.370 m.euros (Nota 33).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a estrutura do Grupo BST era a seguinte:

	2015			2014		
	Participação (%)			Participação (%)		
	Direta	Indireta	Efetiva	Direta	Indireta	Efetiva
Banco Santander Totta, S.A.						
Filiais						
Totta Ireland, PLC	100%	-	100%	100%	-	100%
Totta & Açores Financing, Ltd	100%	-	100%	100%	-	100%
Totta & Açores, Inc. - Newark	100%	-	100%	100%	-	100%
Santotta Internacional, SGPS, S.A. (ex-Madeisisa)	100%	-	100%	100%	-	100%
Partang, SGPS	-	-	-	0,49%	48,51%	49%
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	-	-	-	-	24,99%	24,99%
Serfin International Bank & Trust	-	100%	100%	-	100%	100%
Totta Urbe - Emp. Admin. e Construções, S.A.	100%	-	100%	100%	-	100%
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	25,81%	25,81%	-	25,81%	25,81%
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	-	-	-	100%	-	100%
BST International Bank, Inc.	100%	-	100%	100%	-	100%
Taxagest, SGPS, S.A.	99%	-	99%	99%	-	99%
Banif International Bank, Ltd	100%	-	100%	-	-	-
Associadas						
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,50%	-	21,50%	21,50%	-	21,50%

Nos termos do acordo assinado em agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (“CGD”) e o BST, em 4 de junho de 2009 a Santotta – Internacional, SGPS, S.A. (“Santotta”) e o BST constituíram a Partang, SGPS, S.A. (“Partang”) mediante a entrega de ações do Banco Totta de Angola, S.A., posteriormente Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. (“BCGTA”), correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, respetivamente. Nos termos do mesmo acordo, foi efetuado em 2 de julho de 2009 um aumento de capital na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo aquela participada passado a ser detida em 50% pela CGD e em 50% pelo Grupo Santander (dos quais 49,51% detidos pela subsidiária Santotta e 0,49% diretamente pelo BST).

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang. Na sequência desta operação, o BST passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA.

Em 29 de maio de 2015, o Banco exerceu a opção de venda que detinha sobre a CGD relativamente à sua participação financeira na Partang (0,49% do capital social detido diretamente e 49% detido indiretamente). O preço de venda acordado ascendeu a aproximadamente 191 milhões de dólares norte americanos para a participação total, incluindo a participação detida indiretamente. A transferência das ações, a correspondente liquidação do preço de venda e o desreconhecimento daquele investimento financeiro ocorreram durante o mês de julho de 2015. O BST reconheceu nas suas contas individuais uma mais valia no montante de 1.604 m.euros na rubrica “Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda” (Nota 33).

15. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
Ativos por impostos correntes:		
. IRC a recuperar	8.685	8.685
. IRC a recuperar pela Sucursal de Londres	3.430	1.216
	12.115	9.901
Passivos por impostos correntes:		
. Imposto a pagar	32.295	10.539
Ativos por impostos diferidos:		
. Relativos a diferenças temporárias	425.414	422.616
. Relativos a prejuízos fiscais reportáveis	-	26.295
	425.414	448.911
Passivos por impostos diferidos:		
. Relativos a diferenças temporárias	91.061	93.911
. Relativos a créditos fiscais	5.130	5.464
	96.191	99.375

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Ativos por impostos correntes – IRC a recuperar” inclui 8.685 m.euros, pagos pelo Banco relativos a correções efetuadas pela Administração Tributária às suas declarações de impostos de exercícios anteriores. Por não concordar com os motivos daquelas correções, o Banco registou estes pagamentos como um ativo e apresentou reclamações graciosas relativamente às mesmas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	2015	2014
Impostos correntes:		
. Do exercício	(44.010)	(14.772)
. Contribuição especial sobre o setor bancário	(16.716)	(13.922)
. Agrupamentos Complementares de Empresas	(1.722)	(1.833)
. Outros	1.856	(2.043)
	(60.592)	(32.570)
Impostos diferidos:		
. Registo e reversão de diferenças temporárias, líquido	(48.449)	(26.227)
	(109.041)	(58.797)

O movimento ocorrido nos impostos diferidos ativos e passivos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015				
	Saldo em 31-12-2014	Outro rendimento integral	Resultados	Outros	Saldo em 31-12-2015
Provisões/Imparidade temporariamente não aceites para efeitos fiscais					
Imparidade de crédito concedido	186.218	-	(13.364)	-	172.854
Ativos recebidos em dação em pagamento	22.049	-	(2.165)	-	19.884
Outros riscos e encargos	19.017	-	21.920	-	40.937
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda	1.690	-	(206)	-	1.484
Amortizações futuras não aceites em resultado de reavaliações legais	(3.505)	-	194	-	(3.311)
Prejuízos fiscais reportáveis	26.295	-	(26.295)	-	-
Amortizações de ativos intangíveis temporariamente não aceites para efeitos fiscais	2.122	-	(923)	-	1.199
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais					
Alteração da política contabilística relativa a pensões	106.224	-	(15.175)	-	91.049
Reformas antecipadas	31.988	-	(8.893)	-	23.095
Prémios de antiguidade	10.571	-	290	-	10.861
Pensões de reforma	9.353	-	(3.267)	-	6.086
Transferência de responsabilidades com pensões para a Segurança Social	5.140	-	(302)	-	4.838
Incentivos de longo prazo e plano de diretivos	1.946	-	33	-	1.979
Comissões	1.424	-	446	1	1.871
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	882	-	(882)	-	-
Valorização de instrumentos de capital	(1.959)	-	140	-	(1.819)
Cobertura de fluxos de caixa	(6.346)	6.478	-	-	132
Ativos financeiros disponíveis para venda	(63.573)	21.657	-	-	(41.916)
	349.536	28.135	(48.449)	1	329.223

	2014			
	Saldo em 31-12-2013	Outro rendimento integral	Resultados	Saldo em 31-12-2014
Provisões/Imparidade temporariamente não aceites para efeitos fiscais				
Imparidade de crédito concedido	202.292	-	(16.074)	186.218
Ativos recebidos em dação em pagamento	20.384	-	1.665	22.049
Outros riscos e encargos	15.390	-	3.627	19.017
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda	1.857	-	(167)	1.690
Amortizações futuras não aceites em resultado de reavaliações legais	(3.765)	-	260	(3.505)
Prejuízos fiscais reportáveis	40.219	-	(13.924)	26.295
Amortizações de ativos intangíveis temporariamente não aceites para efeitos fiscais	-	-	2.122	2.122
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais				
Alteração da política contabilística relativa a pensões	123.492	-	(17.268)	106.224
Reformas antecipadas	22.149	-	9.839	31.988
Prémios de antiguidade	8.423	-	2.148	10.571
Pensões de reforma	8.121	-	1.232	9.353
Transferência de responsabilidades com pensões para a Segurança Social	4.921	-	219	5.140
Incentivos de longo prazo e plano de diretivos	2.511	-	(565)	1.946
Comissões	-	-	1.424	1.424
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1.685	-	(803)	882
Ativos fixos tangíveis	2	-	(2)	-
Valorização de instrumentos de capital	(1.999)	-	40	(1.959)
Cobertura de fluxos de caixa	(13.092)	6.746	-	(6.346)
Ativos financeiros disponíveis para venda	97.522	(161.095)	-	(63.573)
	530.112	(154.349)	(26.227)	349.536

Em 31 de dezembro de 2014, a aferição da realização dos ativos por impostos diferidos, nomeadamente dos associados a prejuízos fiscais reportáveis, foi efetuada através do último *Business Plan* aprovado pelo Conselho de Administração do Banco, o qual contemplava um período de 3 anos. De acordo com aquele Business Plan, os ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis registados em 31 de dezembro de 2014 seriam recuperados nos próximos 2 anos, o que se veio a concretizar já em 2015.

Em 31 de dezembro de 2014, todos os ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis foram reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas. Em 31 de dezembro de 2015, o Banco não reconheceu 273.000 m.euros de impostos diferidos ativos transferidos do ex-Banif, conforme descrito na Nota 1.3..

Nos exercícios de 2015 e 2014, a reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efetiva foi como segue:

	2015		2014	
	Taxa de Imposto	Montante	Taxa de Imposto	Montante
Resultado antes de impostos		624.479		193.270
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente	21,00%	131.141	23,00%	44.452
Contribuição especial sobre o sector bancário	2,68%	16.716	7,20%	13.922
Ativação de impostos diferidos associados a reformas antecipadas	0,00%	-	-5,67%	(10.954)
Ativação de impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores	0,00%	-	-5,58%	(10.793)
Impacto da alteração da taxa de imposto no cálculo dos impostos diferidos	0,00%	-	4,80%	9.283
Dividendos não tributados	-1,57%	(9.819)	-4,61%	(8.915)
Constituição/(reversão) de provisões/imparidades não totalmente tributadas	1,07%	6.662	3,66%	7.080
Anulação de impostos diferidos ativos resultantes de correções efetuadas pela administração fiscal	0,00%	-	3,14%	6.069
Derramas	3,43%	21.420	2,80%	5.413
Tributação autónoma	0,42%	2.635	1,55%	2.994
Correções relativas a exercícios anteriores	-0,30%	(1.856)	1,06%	2.043
Anulação de imposto diferido pela não atribuição de incentivos de longo prazo	0,02%	114	0,46%	889
Benefícios fiscais	-0,04%	(273)	-0,26%	(507)
Diferenças na taxa de tributação utilizada para efeitos da determinação de imposto corrente e diferido	0,79%	4.958	0,00%	-
Reformas antecipadas	1,03%	6.433	0,00%	-
Neutralidade fiscal do resultado na compra do ex-BANIF	-11,04%	(68.973)	0,00%	-
Outros	-0,02%	(117)	-1,13%	(2.179)
Impostos sobre os lucros do exercício	17,46%	109.041	30,42%	58.797

Na sequência da alteração da legislação fiscal para o ano de 2015, o Banco passou em 2014 a apurar e a registar os ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis a uma taxa de 21% e os impostos diferidos associados a diferenças temporárias a uma taxa de 29%.

Os dividendos distribuídos ao Banco não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do Código do IRC, o qual determina a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos, desde que cumpridos determinados requisitos, nomeadamente quanto à percentagem de participação, período de detenção da participação, entre outros.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objeto de inspeção fiscal até ao exercício de 2013, inclusive. Como resultado da inspeção ao ano de 2013, foi sujeito a uma liquidação adicional em sede de IRC relativa a tributação autónoma e a diversas correções ao prejuízo fiscal apurado naquele exercício. Em sede de Imposto do Selo, o Banco foi sujeito igualmente a uma liquidação adicional. As correções efetuadas à matéria coletável abrangeram diversas matérias, incluindo, entre outras, ajustamentos relativos ao reconhecimento fiscal dos desvios atuariais, ajustamentos ao nível das reformas antecipadas e ajustamentos relativos às utilizações de provisões para crédito vencido. Parte destas correções são meramente temporárias.

Quanto às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objeto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de “Provisões” do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objeto, bem como às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 22).

Em 2015, o Banco aplicou o regime de neutralidade fiscal ao resultado apurado na compra de parte significativa da atividade do ex – Banif. É convicção do Conselho de Administração do Banco que o requerimento efetuado ao Ministro das Finanças será despachado favoravelmente (Nota 1.3), sendo que em qualquer caso o Conselho de Administração tem igualmente a convicção que o resultado em causa não é sujeito a tributação nos termos do Código do IRC.

16. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Proveitos a receber:		
. De colocação de fundos mobiliários geridos pela Santander Asset Management SGFIM	1.945	1.825
. De operações de crédito	98	98
. De outros serviços prestados	25.076	21.210
. Outros juros e rendimentos similares	2.982	3.867
. Outros	1.995	2.099
Despesas com custo diferido	3.144	5.261
Outras imobilizações financeiras		
. Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E. (Nortrem)	-	1.138
. Outras	17	17
Devedores diversos	19.220	31.680
Promessas de dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação em pagamento	42.478	65.440
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	3.062	2.483
Bonificações a receber do Estado Português	2.485	3.780
Devedores por operações sobre futuros (Nota 24)	7.484	9.523
Outras disponibilidades	310	327
Contratos de suprimentos:		
. Propaço – Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda. (Propaço)	2.465	2.458
. Fafer – Empreendimentos Urbanísticos e de Construção, S.A. (Fafer)	273	273
. Gestínsua – Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
. Santotta – Internacional, SGPS, S.A.	-	28.890
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 38)		
. Responsabilidades do BST	(887.696)	-
. Valor patrimonial do Fundo de Pensões do BST	914.204	-
. Responsabilidades da sucursal de Londres	(44.559)	-
. Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres	40.125	-
. Responsabilidades do ex-Banif	(118.021)	-
. Valor patrimonial do Fundo de Pensões do ex-Banif	117.138	-
Outros	150.309	95.928
	284.660	276.423
Imparidade (Nota 22):		
. Contratos de suprimentos	(2.308)	(2.302)
. Ativos recebidos em dação em pagamento	(9.725)	(15.849)
. Devedores e outras aplicações	(2.796)	(2.796)
	(14.829)	(20.947)
	269.831	255.476

A rubrica "Proveitos a receber – De outros serviços prestados" inclui, essencialmente, comissões a receber pela comercialização dos seguros (Nota 37).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Proveitos a receber – Outros juros e rendimentos similares" refere-se ao valor de juros a receber de "Swap Agreements" celebrados entre o Banco e o Grupo Santander e entre o Banco e os veículos de titularização (Nota 39). O valor de juros a pagar relativo a estas operações está registado na rubrica "Outros passivos – Outros juros e encargos a pagar" (Nota 24).

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da rubrica "Devedores diversos" incluía o valor dos direitos de crédito detidos sobre o Fundo Lusimovest no montante de 17.600 m.euros, referentes a resgates liquidados por conta do Fundo.

A rubrica "Devedores por operações sobre futuros" refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à atividade de "trading" de futuros. As contas margem de futuros de clientes estão registadas na rubrica "Outros passivos – Credores e outros recursos - Credores por operações sobre futuros" (Nota 24).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outros" inclui operações ativas/(passivas) a liquidar conforme se detalha de seguida:

	31-12-2015		31-12-2014	
	Outros ativos	Outros passivos	Outros ativos	Outros passivos
		(Nota 24)		(Nota 24)
Juros a receber de swaps contratados com entidades do setor público português (Nota 44)	341.894	-	178.048	-
Cheques, valores em trânsito e outras transações a regularizar	(92.949)	(216)	32.216	(7.840)
Sistema de Compensação de Débitos Diretos	1	-	(8)	-
Valores a receber / (pagar) a empresas do Grupo	10.666	-	(1.940)	-
Transferências no âmbito do SEPA	(62.355)	-	(77.400)	-
Saldos a regularizar em ATM's	(46.948)	-	(34.988)	-
	150.309	(216)	95.928	(7.840)

17. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Recursos do Banco Central Europeu		
Depósitos	4.946.000	4.406.000
Juros a pagar	2.207	261
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	4.470	51
	4.952.677	4.406.312

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Recursos obtidos junto do Banco Central Europeu" inclui passivos assumidos pelo Banco no montante de 819.639 m.euros no âmbito da aplicação da medida de resolução ao Banif.

18. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Recursos de instituições de crédito no país		
Depósitos	172.731	67.468
Empréstimos	2.349	-
Recursos a muito curto prazo	20.083	-
Juros a pagar	29	26
	195.192	67.494
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Operações de venda com acordo de recompra	2.183.776	2.797.788
Depósitos	844.984	1.093.661
Outros recursos	618.211	425.429
Juros a pagar	1.927	1.409
Recursos a muito curto prazo	-	33.770
	3.648.898	4.352.057
	3.844.090	4.419.551

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra", tem a seguinte composição por tipo de ativo subjacente às operações de reporte:

	2015			
Tipo de subjacente	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	1.207.074	215	-	1.207.289
Divida não subordinada	292.031	50	-	292.081
Obrigações emitidas por não residentes	41.428	(37)	-	41.391
Operações de venda com acordo de recompra - provenientes do ex-Banif	643.015	-	-	643.015
	2.183.548	228	-	2.183.776

	2014			
Tipo de subjacente	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	2.002.426	2.009	(557)	2.003.878
Divida não subordinada	401.744	182	(122)	401.804
Obrigações emitidas pelo BST em operações de titularização	371.789	159	(66)	371.882
Obrigações emitidas por não residentes	20.222	4	(2)	20.224
	2.796.181	2.354	(747)	2.797.788

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Recursos de instituições de crédito no estrangeiro - Outros recursos" inclui 600.000 m.euros e 400.000 m.euros relativos a recursos captados junto do Banco Europeu de Investimento.

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Recursos de outras instituições de crédito" inclui 766.896 m.euros relativos a passivos assumidos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif.

19. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Depósitos a prazo	12.639.481	12.805.348
Depósitos à ordem	7.336.700	5.570.671
Depósitos estruturados	2.923.990	3.007.143
Depósitos de poupança	25.596	27.710
Depósitos com pré-aviso	19.190	19.346
Recursos de clientes transferidos do ex-Banif	4.394.276	-
	27.339.233	21.430.218
Juros a pagar	106.865	139.573
Cheques e ordens a pagar	47.059	30.097
Correções de valor por operações de cobertura	(4.423)	(2.067)
	149.501	167.603
	27.488.734	21.597.821

20. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	6.785.000	6.000.000
Readquiridas	(4.285.000)	(4.250.000)
Juros de obrigações hipotecárias	19.218	18.113
Obrigações hipotecárias (ex-Banif)		
Emitidas	285.000	-
Readquiridas	(285.000)	-
Obrigações de caixa		
Emitidas	25.189	273.608
Readquiridas	(8.983)	(105.021)
Juros a pagar	532	6.324
Obrigações de caixa (ex-Banif)		
Emitidas	167.867	-
Readquiridas	(1.797)	-
Juros a pagar	2.216	-
	2.704.242	1.943.024

	2015	2014
Outros		
Programa EMTN		
Emitidas	32.300	32.300
Readquiridas	(1.250)	(1.250)
Juros a pagar	2	2
	---	---
	31.052	31.052
	---	---
Certificados de depósito		
Emitidas	52.392	-
Juros a pagar	796	-
	---	---
	53.188	
	---	---
Despesas com encargo diferido	(4.817)	(4.830)
Correções de valor por operações de cobertura	798	1.761
	---	---
	2.784.463	1.971.007
	========	========

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Responsabilidades representadas por títulos” inclui 221.464 m.euros relativos a passivos assumidos pelo Banco no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif.

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações de caixa encontram-se descritas no Anexo I.

Entre maio de 2008 e dezembro de 2015, o BST procedeu a quinze emissões de Obrigações Hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme”. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as obrigações hipotecárias tinham um património autónomo constituído por:

	2015	2014
Crédito a clientes (Nota 9)	7.669.850	8.021.820
Juros de crédito	6.914	7.938
Comissões	(34.141)	(35.378)
Despesas com encargo diferido	6.625	8.458
	---	---
	7.649.248	8.002.838
	========	========

As obrigações hipotecárias transferidas do ex-Banif no montante de 285.000 m.euros, encontravam-se totalmente readquiridas na data da resolução. Em 27 de janeiro de 2016 o Banco amortizou antecipadamente as referidas emissões, seguidas do cancelamento antecipado do respetivo programa.

O movimento ocorrido na dívida emitida pelo Banco durante os exercícios de 2014 e 2015 foi o seguinte:

	Certificados	Obrigações em circulação		Programa EMTN	
	de depósito	Emitidas	Readquiridas	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	7.746.857	(6.361.291)	141.830	(2.940)
. Emissões efetuadas	-	2.501.211	-	-	-
. Emissões reembolsadas	-	(3.974.460)	2.768.641	(109.530)	1.690
. Emissões readquiridas	-	-	(762.371)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	6.273.608	(4.355.021)	32.300	(1.250)
. Emissões transferidas do ex-Banif	52.392	452.867	(286.797)	-	-
. Emissões efetuadas	-	1.500.000	-	-	-
. Emissões reembolsadas	-	(1.248.419)	1.096.038	-	-
. Emissões readquiridas	-	-	(750.000)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	52.392	6.978.056	(4.295.780)	32.300	(1.250)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco mantinha as seguintes obrigações emitidas ao abrigo do programa European Medium Term Notes:

	2015	2014
Obrigações com remuneração indexada à Euribor		
. Com vencimento até um ano	32.300	-
. Com vencimento entre um e três anos	-	32.300
	---	---
	32.300	32.300
	=====	=====

21. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ATIVOS TRANSFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica corresponde ao montante atual recebido pelas titularizações de crédito efetuadas após 1 de janeiro de 2004, e apresenta o seguinte detalhe:

	2015	2014
Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização - Crédito a clientes		
. Crédito à habitação (Hipototta)	1.722.674	1.966.012
Juros de passivos financeiros associados a ativos transferidos		
. Crédito à habitação	1.445	1.933
Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização transferidos do ex-Banif	3.193.223	-
	---	---
	4.917.342	1.967.945
	========	========

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe desta rubrica por operação de titularização, excluindo ex-Banif, é o seguinte:

	2015	2014
Hipototta nº 4		
Capital vivo	884.221	1.031.230
Capital em incumprimento	99	100
Capital em contencioso	20.460	23.602
Juros	1.232	1.686
	906.012	1.056.618
Hipototta nº 5		
Capital vivo	802.221	894.145
Capital em incumprimento	43	45
Capital em contencioso	15.050	16.073
Juros	793	1.064
	818.107	911.327
	1.724.119	1.967.945

No exercício de 2014 foi liquidada antecipadamente a operação de titularização Leasetotta nº 1.

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif em 20 de dezembro de 2015, as operações de titularização do ex-Banif foram transferidas para o BST. O detalhe das operações de titularização encontra-se na Nota 39.

22. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade nos exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015					
	31-12-2014	Dotações	Reversões	Utilizações	Integração ex-Banif	31-12-2015
Provisões para crédito (Nota 9)						
Créditos de cobrança duvidosa	96.356	33.885	(50.374)	-	-	79.867
Créditos e juros vencidos	885.567	264.340	(117.104)	(282.432)	-	750.371
Risco país	1.104	-	(536)	-	-	568
	983.027	298.225	(168.014)	(282.432)	-	830.806
Imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	92.822	14.475	(4.088)	(568)	-	102.641
Imparidade em ativos não financeiros						
Imparidade em ativos não correntes detidos para venda (Nota 11)	122.103	25.836	(6.952)	(22.199)	-	118.788
Imparidade em outros ativos tangíveis (Nota 13)	3.736	-	-	-	-	3.736
Imparidade em outros ativos (Nota 16)	20.947	6.390	(12.508)	-	-	14.829
	146.786	32.226	(19.460)	(22.199)	-	137.353
Risco país - outras aplicações	31	-	(12)	-	-	19
Riscos gerais de crédito						
. Crédito interno	161.044	18.005	(6.602)	-	-	172.447
. Crédito por assinatura	16.318	4.077	(1.963)	-	-	18.432
. Crédito a clientes - titularizados e não desreconhecidos	9.611	-	(1.193)	-	-	8.418
Provisões para riscos fiscais	4.098	7.584	(484)	-	-	11.198
Provisões para pensões e outros encargos	28.186	2.295	-	(6.037)	75.000	99.444
Outras provisões	31.090	99.570	(11.057)	(25.054)	140.203	234.752
	250.378	131.531	(21.311)	(31.091)	215.203	544.710
	1.473.013	476.457	(212.873)	(336.290)	215.203	1.615.510

	2014				
	31-12-2013	Dotações	Reversões	Utilizações	31-12-2014
Provisões para crédito (Nota 9)					
Créditos de cobrança duvidosa	152.347	102.032	(158.023)	-	96.356
Créditos e juros vencidos	734.444	266.819	(89.280)	(26.416)	885.567
Risco país	1.660	-	(556)	-	1.104
	888.451	368.851	(247.859)	(26.416)	983.027
Imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	78.913	19.229	(4.834)	(486)	92.822
Imparidade em ativos não financeiros					
Imparidade em ativos não correntes detidos para venda (Nota 11)	111.012	39.779	(7.472)	(21.216)	122.103
Imparidade em outros ativos tangíveis (Nota 13)	3.736	-	-	-	3.736
Imparidade em outros ativos (Nota 16)	20.373	14.900	(14.326)	-	20.947
	135.121	54.679	(21.798)	(21.216)	146.786
Risco país - outras aplicações	15	16	-	-	31
Riscos gerais de crédito					
. Crédito interno	163.042	9.783	(11.781)	-	161.044
. Crédito por assinatura	18.553	3.598	(5.833)	-	16.318
. Crédito a clientes - titularizados e não desreconhecidos	13.563	-	(3.952)	-	9.611
Provisões para riscos fiscais	4.197	-	(99)	-	4.098
Provisões para pensões e outros encargos	25.478	32.783	(5.468)	(24.607)	28.186
Outras provisões	26.170	32.087	(15.307)	(11.860)	31.090
	251.018	78.267	(42.440)	(36.467)	250.378
	1.353.503	521.026	(316.931)	(84.585)	1.473.013

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as provisões para pensões e outros encargos apresentavam o seguinte detalhe:

	2015	2014
Planos de reestruturação – BST	3.768	9.805
Planos de reestruturação – ex-Banif	75.000	-
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 40)	20.676	18.381
	---	---
	99.444	28.186
	=====	=====

No exercício de 2014 as dotações e as utilizações de provisões para pensões e outros encargos são justificadas, essencialmente, pela passagem à reforma de acordo com a cláusula 137.ª do Acordo Coletivo de Trabalho de um conjunto de colaboradores do Banco.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outras provisões” incluía:

- Provisões para contingências diversas associadas à integração do ex-Banif, no final do exercício de 2015, no montante de 140.203 m.euros (Nota 1.3);

- Provisões para processos judiciais na sequência de ações interpostas por clientes e colaboradores do Banco nos montantes de 20.434 m.euros e 16.780 m.euros, respetivamente. A perda esperada por processo é apurada pela área jurídica do Banco com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento;

- Provisões para crédito titularizado antes de 1 de janeiro de 2004 que foi desreconhecido nos montantes de 2.079 m.euros e 3.139 m.euros, respetivamente; e

- Outras provisões que se destinavam, essencialmente, a fazer face a contingências diversas, entre as quais, fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas.

23. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Recursos do BST International Bank, Inc. (*)	330.670	296.516
Recursos da Totta Ireland, PLC	50.000	50.000
Recursos do Totta & Açores Financing (TAF)	-	297.750
	380.670	644.266
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	284.315	284.315
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	172.833	172.833
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	54.359	54.359
Obrigações Não Perpétuas Subordinadas MC Fator 2008	2.993	2.993
	895.170	1.158.766
Títulos readquiridos	(225.362)	(225.362)
Despesas com custo diferido	(46)	(124)
Juros a pagar	309	371
	670.071	933.651

(*) Expressas em dólares norte americanos

Em 30 de dezembro de 2015, o TAF reembolsou ações preferenciais no valor de 300.000.000 euros.

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

24. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Fornecedores	5.525	5.388
Faturas em receção e conferência	36.922	27.185
Retenção de impostos na fonte	30.732	23.204
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.535	1.532
IVA a pagar	3.221	5.259
Encargos a pagar relativos ao pessoal:		
. Prémio de antiguidade	42.889	36.452
. Férias e subsídio de férias	33.956	30.536
. Outras remunerações variáveis	28.597	27.976
. Outros custos com o pessoal	520	462
Recursos cativos	53.624	53.447
Outros recursos	1.529	1.452
Credores por valores a liquidar	38.097	17.383
Valores a regularizar com bancos e clientes	48.558	36.303
Receitas com proveito diferido	1.986	1.579
Credores por operações sobre futuros (Nota 16)	7.484	9.523
Outros juros e encargos a pagar (Nota 16)	604	1.270
Adiantamentos por alienação de imóveis recebidos em dação	1.918	2.357
Custos de integração do ex-Banif (Nota 1.3)	53.000	-
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 38)		
. Responsabilidades do BST	-	907.691
. Valor patrimonial do Fundo de Pensões do BST	-	(910.580)
. Responsabilidades da sucursal de Londres	-	42.855
. Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres	-	(38.223)
Outros (Nota 16)	216	7.840
	390.913	290.891

25. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social do Banco estava representado por 956.723.284 ações e 656.723.284 ações, respetivamente, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

	2015		
	Número de ações	% de participação	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	941.226.328	98,38%	941.227
Taxagest, SGPS, S.A. (ações próprias)	14.593.315	1,53%	14.593
Ações próprias	290.435	0,03%	290
Outros	613.206	0,06%	613
	956.723.284	100,00	956.723

	2014		
	Número de ações	% de participação	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A. (ações próprias)	14.593.315	2,22	14.593
Ações próprias	271.244	0,04	271
Outros	589.105	0,09	589
	656.723.284	100,00	656.723

Em 30 de dezembro de 2015, o Banco realizou um aumento de capital, mediante a emissão de 300.000.000 novas ações, integralmente subscritas pela Santander Totta, SGPS, S.A..

Durante os exercícios de 2015 e 2014, o Banco procedeu à aquisição de 19.191 e 21.817 ações próprias, pelos montantes de 118 m.euros e 132 m.euros, respetivamente.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão, que ascendem a 193.390 m.euros, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de ações próprias.

Os “Outros instrumentos de capital” referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo acionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Aquelas prestações poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

Em 2015 o Banco procedeu à distribuição de dividendos no montante de 65.715 m.euros (montante líquido dos dividendos afetos a ações próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,1001 euros por ação.

Em 2014 o Banco procedeu à distribuição de dividendos no montante de 1.202 m.euros (montante líquido dos dividendos afetos a ações próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,0018 euros por ação.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	2015	2014
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	144.539	219.218
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(456)	21.883
Desvios atuariais em responsabilidades com pensões (Nota 38)		
Fundo de Pensões BST	(612.204)	(639.736)
Fundo de Pensões da Sucursal de Londres	(8.399)	(8.867)
Reservas de reavaliação legais à data de transição para as NCA's	23.245	23.245
	(453.275)	(384.256)
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias resultantes da valorização ao justo valor	(41.784)	(69.919)
Por desvios atuariais e financeiros	164.255	170.135
Por reavaliação de imobilizado corpóreo	(3.505)	(3.765)
	118.966	96.451
	(334.309)	(287.805)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, o movimento ocorrido na rubrica "Reservas por impostos diferidos – Por desvios atuariais e financeiros" foi como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	169.373
Impacto fiscal resultante dos desvios atuariais e financeiros apurados no ano	4.958
Impacto fiscal resultante das correções efetuadas pelas Autoridades Fiscais aos desvios atuariais deduzidos pelo Banco em 2011 e 2012	(4.196)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	170.135
Impacto fiscal resultante dos desvios atuariais e financeiros apurados no ano	(5.880)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	164.255

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respetivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente 23.245 m.euros, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efetuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Outras reservas e resultados transitados" apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Outras reservas		
Reserva legal	259.554	246.107
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e do BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Por incorporação da Totta IFIC	90.520	90.520
Outras reservas	737	754
Resultados transitados	229.350	174.300
	1.156.900	1.088.420

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, o BST constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2015	2014
Resultado líquido do exercício	515.438	134.473
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	658.367.120	656.723.284
Número médio ponderado de ações próprias em carteira	14.866.611	14.843.537
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	643.500.509	641.879.747
Resultado por ação básico (em euros)	0,8010	0,2095

Para efeitos de apuramento do número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e resultado por ação básico (em euros), foram equiparadas a ações próprias as ações detidas pela Taxagest.

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

Eventos subsequentes

No dia 29 de fevereiro de 2016, em reunião de Assembleia Geral de Acionistas, foi deliberado proceder a um aumento de capital social do Banco no montante de 300.000 m.euros, mediante subscrição de 300.000.000 de novas ações com o valor nominal de 1 euro cada. O aumento de capital foi integralmente subscrito e realizado em março de 2016.

26. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.160.618	1.086.893
Garantias e avales (ex-Banif)	279.414	-
Créditos documentários abertos	235.636	216.516
Créditos documentários abertos (ex-Banif)	19.861	-
Ativos dados em garantia		
Banco de Portugal	142.884	143.700
Fundo de Garantia de Depósitos	68.251	75.300
Sistema de Indemnização aos Investidores	5.803	5.792
Ativos dados em garantia (ex-Banif)	1.402.875	-
Outros passivos eventuais	6	6
	3.315.348	1.528.207
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.313.720	4.226.915
Irrevogáveis	570.393	417.809
Fundo de Garantia de Depósitos	54.092	54.092
Sistema de Indemnização aos Investidores	3.746	4.139
Compromissos (ex-Banif)		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	308.311	-
Outros compromissos revogáveis	105.296	-
Irrevogáveis	87.954	-
Facilidades de descobertos em conta	87.903	-
Fundo de Garantia de Depósitos	9.563	-
Sistema de Indemnização aos Investidores	1.146	-
Outros	690	-
	5.542.814	4.702.955
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	21.051.545	60.998.218
Depósito e guarda de valores (ex-Banif)	2.176.807	-
Valores recebidos para cobrança	97.050	125.186
Valores recebidos para cobrança (ex-Banif)	109.984	-
Valores administrados pelo Banco		
Ativos cedidos em operações de titularização		
Capital	133.229	160.950
Juros	114	166
Juros a reclamar à DGT	116	136
Outros	16.249.410	15.395.711
	39.818.255	76.680.367

Em 27 de março de 2015, o BST deixou de ser banco custodiante da Clearstream Banking, o que justifica a diminuição ocorrida na rubrica “Depósito e guarda de valores”.

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, foi criado em novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objetivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efetuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de janeiro de 1995. Exceto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

Até 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, tendo assumido igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a 63.655 m.euros e 54.092 m.euros, respetivamente. Os ativos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se refletidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. Nos exercícios de 2015 e 2014, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de 728 m.euros e 4.222 m.euros, respetivamente (Nota 34).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas responsabilidades ascendiam a 4.891 m.euros e 4.139 m.euros, respetivamente.

27. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais - Banco de Portugal	66	229
Em outras instituições de crédito	31	10
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País	3.553	4.951
Em instituições de crédito no estrangeiro	40.612	46.407
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	526.121	605.332
Crédito ao exterior	11.307	15.460
Outros créditos e valores a receber (titulados – papel comercial)	59.612	65.005
Ativos titularizados não desreconhecidos	1.891	5.817
Outros	5.299	6.455
	648.492	749.666
Juros de crédito vencido (Nota 42)	9.777	8.152
Juros de outros ativos financeiros		
Ativos financeiros disponíveis para venda	157.586	229.718
Derivados de cobertura	147.576	153.262
Outros juros e rendimentos similares – swap agreements	21.356	33.450
Devedores e outras aplicações	163	189
	984.950	1.174.437

28. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Juros de depósitos de clientes		
Setor público administrativo	385	1.364
De emigrantes	11.342	13.268
De outros residentes	203.533	297.288
Não residentes	12.402	17.029
	227.662	328.949
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	3.111	20.941
Outros Bancos Centrais	136	-
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	504	1.674
No estrangeiro	20.988	43.137
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem caráter subordinado		
Obrigações	47.737	48.399
Outras	235	338
Juros de derivados de cobertura	108.437	142.246
Juros de passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização	2.231	5.817
Juros de passivos subordinados	38.629	39.189
Outros juros e encargos similares – swap agreements	28.301	48.559
Outros	41	61
	250.350	350.361
	478.012	679.310

29. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos recebidos e tem a seguinte composição:

	2015	2014
Ativos financeiros disponíveis para venda:		
Unicre	1.436	1.161
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.090	1.090
Unicampus	85	88
Outras	81	92
	2.692	2.431
Investimentos em associadas:		
Totta Ireland, PLC	18.368	26.079
Santotta International, S.A.	15.920	5.336
BST Internacional Bank, Inc.	9.943	-
Santander Gestão Ativos, SGPS, S.A.	-	7.763
	44.231	39.178
	46.923	41.609

30. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	14.686	16.004
Créditos documentários abertos	3.351	3.633
Por compromissos assumidos perante terceiros:		
Revogáveis	1.212	2.389
Irrevogáveis	1.130	1.622
Por serviços prestados		
Gestão de cartões	62.083	63.476
Operações de crédito	33.324	32.494
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	19.924	18.120
Manutenção de contas	14.761	14.935
Anuidades	15.264	15.357
Cobrança de valores	8.567	8.964
Cheques	4.720	4.491
Depósito e guarda de valores	5.125	6.356
Cadernetas	3.434	3.684
Transferência de valores	1.524	1.392
Administração de valores	143	134
Outras	305	482
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	21.929	28.366
Outras	240	317
Comercialização de seguros (Nota 37)	87.218	93.802
Outras comissões recebidas	23.858	20.380
	322.798	336.398

31. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Operações de crédito	12.733	12.912
Cobrança de valores	2.354	2.582
Outros	37.312	33.863
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	1.651	1.871
Outras	1.096	1.046
Por compromissos assumidos por terceiros	7.841	8.805
Outras comissões pagas	645	296
	63.632	61.375

32. RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
Ativos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos de capital	8.816	2.147
Instrumentos derivados:		
. "Swaps":		
Contratos de taxa de câmbio	353	(41)
Contratos de taxa de juro	75.470	(244.690)
Contratos sobre cotações	70	1.135
Outros	(435)	(2.464)
Opções:		
Contratos de taxa de câmbio	129	183
Contratos sobre cotações	(6)	199
Contratos de garantia de taxa de juro	61	374
Outros	9	60
	---	---
	84.467	(243.097)
	---	---
Derivados de cobertura:		
"Swaps":		
Contratos de taxa de juro	11.615	180.038
Contratos sobre cotações	3.700	(1.990)
Opções - "Autocallable"	(1.195)	2.530
Correções de valor de ativos e passivos objeto de cobertura:		
. Crédito a clientes	(719)	44
. Ativos financeiros disponíveis para venda	(16.662)	(188.189)
. Recursos de clientes e outros empréstimos	2. 442	(1.833)
. Responsabilidades representadas por títulos	962	9.549
	---	---
	143	149
	---	---
	84.610	(242.948)
	=====	======

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da rubrica "Ativos financeiros detidos para negociação: Instrumentos derivados: Swaps: Contratos de taxa de juro" inclui 238.335 m.euros, referentes à anulação da valorização positiva do elemento coberto, como resultado da alienação de um conjunto de títulos (Nota 33), para os quais tinha sido aplicada contabilidade de cobertura.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo desta rubrica inclui maioritariamente variação do ano de "Credit Value Adjustments" e "Debit Value Adjustuments".

33. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA E OUTROS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015			2014		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos financeiros disponíveis para venda	147.869	(36)	147.833	311.184	(1.092)	310.092
Reavaliação cambial	126.430	(121.169)	5.261	52.118	(46.527)	5.591
Resultados de alienação de outros ativos						
Alienação de créditos concedidos a clientes (Nota 9)	36.848	(20)	36.828	1.146	(92)	1.054
Investimentos em filiais e associadas	8.370	-	8.370	-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	5.795	(1.112)	4.683	3.663	(1.360)	2.303
Outros ativos tangíveis	1.185	(95)	1.090	1.461	(105)	1.356
Propriedades de investimento	78	(180)	(102)	1.626	(158)	1.468
Outros	-	(9)	(9)	-	(34)	(34)
	52.276	(1.416)	50.860	7.896	(1.749)	6.147
	326.575	(122.621)	203.954	371.198	(49.368)	321.830

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ganhos registados na rubrica “Ativos financeiros disponíveis para venda” foram justificados, essencialmente, pela alienação de Obrigações do Tesouro portuguesas e espanholas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o valor registado em “Resultados de alienação de outros ativos - alienação de créditos concedidos a clientes” corresponde maioritariamente a vendas de carteira de crédito concedido a particulares e a empresas (Nota 9).

34. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Outros rendimentos de exploração		
Aluguer de terminais de pagamento automático	13.735	14.612
Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.735	3.709
Recuperação de créditos incobráveis	2.765	5.403
Reembolso de despesas	2.648	2.656
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	1.464	2.340
Rendas de locação operacional	399	447
Resultado na compra da atividade do Banif (Nota 1.3)	328.444	-
Outros	1.764	5.476
	354.954	34.643
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(6.500)	(5.253)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 26)	(728)	(4.222)
Outros impostos		
Diretos	(1.667)	(1.560)
Indiretos	(641)	(684)
Perdões de dívida	(2.158)	(6.188)
Encargos com transações realizadas por clientes	(6.438)	(7.903)
Despesas com máquinas de levantamento automático	(4.060)	(4.456)
Contribuições para o Fundo de Resolução	(15.675)	(2.528)
Outros encargos e gastos operacionais	(11.340)	(11.192)
	(49.207)	(43.986)
	305.747	(9.343)

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de "Resultado na compra da atividade do Banif" no montante de 328.444 m.euros corresponde ao resultado apurado pelo Banco, na sequência de medida de resolução do Banif em 20 de dezembro de 2015 (ver Nota 1.3).

O Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o novo Fundo de Resolução, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso nº 1/2013 e as Instruções nº 6/2013 e nº 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução. A contribuição periódica do BST do ano de 2015 ascendeu a 2.357 m.euros.

No âmbito do mecanismo único de Resolução estas contribuições serão transferidas para o Fundo Único de Resolução até 31 janeiro de 2016, de acordo com o artigo 3º, n.º 3 do acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21 de maio de 2014.

O Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, determina o valor da contribuição de cada instituição em função do perfil de risco de cada entidade. Em dezembro de 2015 o Banco pagou uma contribuição adicional para o Fundo de Resolução no montante de 13.318 m.euros, conforme carta recebida do Banco de Portugal em novembro de 2015.

35. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Salários e vencimentos		
Órgãos de direção e fiscalização (Nota 40)	8.078	8.174
Empregados	183.237	191.346
Plano de ações (Nota 41)	395	669
Remunerações variáveis	24.204	21.940
	215.914	222.129
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	50.704	50.563
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 38)	2.352	2.149
Outros encargos sociais obrigatórios	777	724
	53.833	53.436
Outros custos com o pessoal		
Transferências de pessoal	650	678
Plano complementar de reforma (Nota 38)	148	583
Outros	3.947	3.787
	4.745	5.048
	274.492	280.613

Nos exercícios de 2015 e 2014, o Banco não registou qualquer custo com reformas antecipadas uma vez que procedeu à utilização de parte das provisões que dispunha para esse efeito (Nota 22).

36. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Serviços especializados	64.399	40.886
Manutenção de *software* e equipamento informático	76.289	41.732
Rendas e alugueres	11.734	12.459
Comunicações	12.220	11.885
Publicidade e edição de publicações	14.270	9.525
Fornecimentos externos	9.224	9.179
Deslocações, estadas e representação	5.050	4.532
Conservação e reparação	3.084	3.027
Transportes	2.513	2.262
Formação de pessoal	1.575	1.478
Seguros	1.040	815
Outros	3.784	3.856
	205.182	141.636

Em dezembro de 2015 o Banco reconheceu custos de integração da atividade do ex-Banif no montante de 53.000 m.euros (Notas 1.3 e 24), dos quais 30.000 m.euros relativos a manutenção de *software* e equipamento informático e 18.000 m.euros referentes a serviços especializados.

37. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os proveitos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões faturadas pela comercialização de seguros de vida e de não vida, tal como segue:

	2015			2014		
	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total
Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	48.917	-	48.917	81.997	162	82.159
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	25.588	-	25.588	-	-	-
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	-	509	509	-	-	-
Liberty Seguros	-	11.496	11.496	-	10.726	10.726
Outras	-	708	708	-	917	917
	74.505	12.713	87.218	81.997	11.805	93.802

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outros ativos – Proveitos a receber – De outros serviços prestados” (Nota 16) inclui comissões a receber de seguradoras de acordo com o seguinte detalhe:

	2015	2014
Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	12.975	20.128
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	6.756	-
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	238	-
Outras	997	918
	20.966	21.046

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas e não faturadas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante o último trimestre de 2015 e o último trimestre de 2014, respetivamente.

38. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no ativo e aos já reformados, foram efetuados estudos atuariais em 2015 e 2014 pela Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada. O valor atual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades do BST com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de dezembro de 2015 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2015	2014	2013	2012	2011
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	303.523	308.223	282.028	251.252	210.669
. Pensionistas	26.928	26.343	22.891	21.002	18.455
. Reformados e reformados antecipadamente	399.942	415.679	399.434	388.656	387.608
	730.393	750.245	704.353	660.910	616.732
- Cuidados de saúde (SAMS)	151.544	151.903	137.970	129.267	117.422
- Subsídio por morte	5.759	5.543	4.562	4.331	16.973
	887.696	907.691	846.885	794.508	751.127
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	914.204	910.580	840.543	784.937	758.244
Valor financiado em excesso / (não financiado)	26.508	2.889	(6.342)	(9.571)	7.117
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	-	37.912	42.565	73.518	(103.831)
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	(9.857)	6.580	(1.775)	(25.383)	(23.708)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	(17.675)	1.111	(3.115)	(15.796)	339.627
	(27.532)	7.691	(4.890)	(41.179)	315.919
	(27.532)	45.603	37.675	32.339	212.088

O aumento das responsabilidades no exercício de 2014 é explicado, essencialmente, pela diminuição da taxa de desconto considerada para o cálculo das responsabilidades por serviços passados. Em 2015 não foi alterada a taxa de desconto.

Em 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário (ACTV). Em consequência, foram transferidos os ativos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº127/2011, de 31 de dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a 456.111 m.euros.

O valor das responsabilidades a transferir, calculado pelo Banco no momento imediatamente anterior à transferência, de acordo com os pressupostos atuariais e financeiros atualizados, por si adotados, ascendia a 435.260 m.euros. A diferença entre o valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social, calculadas utilizando os pressupostos estabelecidos no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro (456.111 m.euros) e os adotados pelo Banco (435.260 m.euros), no montante de 20.851 m.euros, foi registada na rubrica de "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados do exercício de 2011.

Os pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das responsabilidades no momento imediatamente anterior à sua transferência para a Segurança Social foram os seguintes:

	Ativos	Reformados
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	5,92%	5,00%
Taxa de crescimento salarial	2,35%	-
Taxa de crescimento das pensões	1,35%	1,35%

O valor das responsabilidades apurado com base nos pressupostos acima totalizou 1.186.387 m.euros, dos quais 435.260 m.euros correspondentes às responsabilidades transferidas, conforme referido anteriormente.

Os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram os seguintes:

	2015	2014
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos ativos do fundo de pensões	2,50%	2,50%
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)		
- Ativos	2,50%	2,50%
- Inativos	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento salarial para 2016 (2015)	0,75%	0,50%
Taxa de crescimento salarial para 2017 (2016)	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento salarial após 2017 (2016)	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões para 2016 e 2017 (2015 e 2016)	0,00%	0,00%
Taxa de crescimento das pensões após 2017 (2016)	0,75%	0,75%
Taxa de inflação	0,75%	0,75%

Para efeitos de apuramento do valor da pensão da Segurança Social que nos termos do ACT do setor bancário deverá abater à pensão prevista no referido ACT, foram utilizados os seguintes pressupostos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015	2014
Taxa de crescimento salarial para cálculo da pensão dedutível:		
. Para 2015	n.a.	0,50%
. Para 2016	0,75%	0,75%
. Após 2017	1,00%	1,00%
Inflação (nº 1 do Artigo 27.º)	0,75%	0,75%
Inflação (nº 2 do Artigo 27.º)	0,90%	0,90%
Fator de sustentabilidade 2015 (Portaria nº 277/2014)	13,02%	-
Fator de sustentabilidade 2014 (Portaria nº 378-G/2013)	-	12,34%
Idade de acesso à pensão da reforma	66 anos	
Evolução do fator de sustentabilidade futuro	Acréscimo de 0,5% ao ano	

O Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social (para 66 anos em 2014 e 2015), deixando contudo de ser aplicável o fator de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

A conjuntura económica e a crise de dívida soberana do Sul da Europa implicaram volatilidade e disrupção no mercado de dívida da Zona Euro, com a consequente redução abrupta das yields de mercado da dívida das empresas com melhores ratings e limitação do cabaz disponível dessas obrigações. De forma a manter a representatividade da taxa de desconto tendo em consideração o universo da Zona Euro, em 31 de dezembro de 2014 o BST incorporou na determinação da taxa de desconto informação sobre as taxas de juro que é possível obter em obrigações denominadas em euros, incluindo dívida pública, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, pode ser detalhado como se segue no que respeita ao plano de pensões do BST:

	2015	2014
Responsabilidades no início do exercício	907.691	846.885
Custo dos serviços correntes	1.916	1.783
Custo dos juros	21.738	30.942
(Ganhos)/perdas atuariais	(9.857)	44.492
Reformas antecipadas	3.940	19.790
Valores pagos	(40.095)	(38.532)
Contribuições dos empregados	2.363	2.331
Responsabilidades no fim do exercício	887.696	907.691

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo de Pensões. Nos exercícios de 2015 e 2014, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 35):

	2015	2014
Custo dos serviços correntes	1.916	1.783
Custo dos juros	21.738	30.942
Rendimento dos ativos apurado com taxa igual à de desconto	(21.738)	(30.942)
Plano de benefício definido	1.916	1.783
Plano de contribuição definida	54	45
Plano da Sucursal de Londres	382	321
	2.352	2.149

Os colaboradores admitidos no BST após 1 de janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do BST (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o BST transfere a sua contribuição.

O movimento ocorrido nos desvios atuariais nos exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	594.133
Perdas atuariais com pensões geradas em 2014	31.163
Perdas financeiras com pensões geradas em 2014	896
Perdas atuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2014	13.329
Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2014	215
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Nota 25)	639.736
Ganhos atuariais com pensões gerados em 2015	(10.197)
Ganhos financeiros com pensões gerados em 2015	(14.895)
Perdas atuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2015	340
Ganhos financeiros com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2015	(2.780)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Nota 25)	612.204

Os desvios atuariais com pensões ocorridos nos exercícios de 2015 e 2014 podem ser explicados como se segue:

	2015	2014
Alteração de pressupostos atuariais	-	25.033
Alteração da tabela salarial		
com impacto em pensões e salários	(11.229)	4.064
Alterações na população	3.972	636
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	(6.554)	(5.474)
. Por permanência	5.001	3.774
. Por pensões de sobrevivência e orfandade	3.132	3.519
Passagem de reformados antecipadamente a reformados	(4.519)	(389)
	(10.197)	31.163

Em 2014, a alteração de pressupostos atuariais incluiu o efeito da redução da taxa de desconto de 4,0% para 2,5%, em média.

Os crescimentos de salários e pensões estimados têm em conta a atual situação nacional e as consequentes perspetivas de menores aumentos no futuro, ou mesmo de manutenção dos valores atuais, particularmente nos exercícios de 2016 e 2017.

O crescimento salarial efetivamente verificado nos exercícios de 2015 e 2014 para efeitos das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 2,68% e 1,02%, respetivamente.

Não houve aumento efetivo das pensões e da tabela salarial em 2015 e 2014.

Os desvios atuariais com cuidados de saúde e com o subsídio por morte ocorridos nos exercícios de 2015 e 2014 podem ser explicados como se segue:

	2015	2014
Alteração de pressupostos	-	12.878
Alterações salariais e de nível	230	358
Outros	110	93
	340	13.329

Em 2016 o BST espera efetuar uma contribuição de 6.159 m.euros para o seu plano de benefício definido.

A duração média das responsabilidades com pensões dos colaboradores do BST é de 17 anos, incluindo ativos e reformados.

O impacto global das alterações nas responsabilidades com pensões e outros benefícios dos colaboradores com referência a 1 de janeiro de 2005, aquando da transição para as NCA's, foi o seguinte:

	Impacto global	Amortização (2014)
Responsabilidades relativas a cuidados de saúde (SAMS)	117.988	9.073
Subsídio por morte	14.788	-
Reformas antecipadas diferidas no ativo em 31.12.04	196.126	-
Aumento de responsabilidades relativo à alteração das taxas de desconto, de aumento de salários e de pensões	136.279	-
Aumento de responsabilidades relativo à alteração da tábua de mortalidade	62.941	4.842
Flutuação de valores, líquida de provisões em 1 de janeiro de 2004	44.991	-
Aumento de responsabilidades com reformas antecipadas, por alteração de pressupostos	21.755	-
Flutuação de valores no exercício de 2004	18.014	-
Alteração de pressupostos financeiros em 2004	10.038	-
Aumento do custo do exercício de 2004	13.740	-
	636.659	13.915
Impacto fiscal		(3.198)
Impacto registado em 2014 em resultados transitados		10.717

De acordo com o Aviso nº 4/2005, foi definido que o reconhecimento daquelas alterações em resultados transitados seria efetuado de forma faseada, consoante fosse relativo à alteração da tábua de mortalidade, à alteração de outros pressupostos relativos a responsabilidades com pensões e a cuidados médicos pós emprego. Em 2008, na sequência do Aviso nº 7/2008, o reconhecimento em resultados transitados do montante por reconhecer em 30 de junho de 2008 foi prolongado por mais três anos face à data inicial, terminando em 31 de dezembro de 2014.

	2015	2014
Responsabilidades a reconhecer em resultados transitados	636.659	636.659
Amortização em 2005	(116.993)	(116.993)
Amortização em 2006	(116.993)	(116.993)
Amortização em 2007	(116.993)	(116.993)
Amortização até 30 de junho de 2008	(58.497)	(58.497)
Amortização de julho a dezembro de 2008	(22.150)	(22.150)
Amortização em 2009	(44.300)	(44.300)
Amortização em 2010	(44.300)	(44.300)
Amortização em 2011	(44.300)	(44.300)
Amortização em 2012	(44.300)	(44.300)
Amortização em 2013	(13.918)	(13.918)
Amortização em 2014	(13.915)	(13.915)
(Insuficiência)/Excesso de financiamento (plano de benefício definido)	26.508	2.889
Insuficiência de financiamento (Sucursal de Londres)	(4.434)	(4.632)
Insuficiência de financiamento (ex-Banif), excluindo análise efetuada pelo BST	(883)	-
Valor refletido no passivo (Nota 24) e no ativo (Nota 16)	21.191	(1.743)

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número de participantes do Fundo era como segue:

	2015	2014
Empregados no ativo[1]	5.238	5.262
Pensionistas	1.052	1.031
Reformados e reformados antecipadamente	5.325	5.373
	11.615	11.666

[1] Dos quais 236 e 195 empregados pertencem ao plano de contribuição definida em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respetivamente.

As principais alterações demográficas ocorridas nos exercícios de 2015 e 2014 foram as seguintes:

	Activos			
	Plano de contribuição definida	Plano de benefício definido	Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
Número total em 31 de Dezembro de 2013	181	5.228	5.339	996
Saídas:				
. De activos	(11)	(45)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(94)	(31)
Transferências	-	(120)	120	-
Entradas	25	4	8	66
Número total em 31 de Dezembro de 2014	195	5.067	5.373	1.031
Saídas:				
. De activos	(14)	(24)	-	(10)
. Por mortalidade	-	(2)	(101)	(28)
Transferências	-	(43)	43	-
Entradas	55	4	10	59
Número total em 31 de Dezembro de 2015	236	5.002	5.325	1.052

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões do BST durante os exercícios de 2014 e 2015 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2013	840.543

Contribuições do Banco (monetárias)	76.410
Contribuições dos empregados	2.331
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	30.942
. Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	(1.114)
Valores pagos	(38.532)

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2014	910.580

Contribuições do Banco (monetárias)	1.943
Contribuições dos empregados	2.363
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	21.738
. Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	17.675
Valores pagos	(40.095)

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2015	914.204
	=======

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2015 e 2014 ascenderam a 4,33% e 3,55%, respetivamente.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões do BST prevê que a carteira de ativos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rendibilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente ações, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos do Fundo de Pensões do BST em vigor prevê os seguintes limites:

Classe de Ativos	Intervalos previstos
Obrigações	40% a 95%
Imobiliário	0% a 25%
Ações	0% a 20%
Liquidez	0% a 15%
Alternativos	0% a 10%
Commodities	0% a 5%

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição do Fundo de Pensões do BST era como segue:

	2015	2014
Instrumentos de dívida:		
. Rating A	10.605	1.110
. Rating BBB	239.174	106.271
. Rating BB	97.990	170.057
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	46.689	85.396
Fundos de Investimento Imobiliário	196.957	192.145
Fundos de Investimento Mobiliário	180.399	157.337
Depósitos	27.385	94.420
Imóveis:		
. Espaços comerciais	52.060	54.708
. Terrenos	862	860
Instrumentos de capital:		
. Ações portuguesas – cotadas	1.636	3.588
. Ações portuguesas – não cotadas	120	152
. Ações estrangeiras – cotadas	47.968	41.927
Instrumentos financeiros derivados		
. Opções cotadas	852	(790)
Outros	11.507	3.399
	---	---
	914.204	910.580
	======	======

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a metodologia de apuramento do justo valor dos ativos e passivos acima referidos adotada pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do BST, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 42), foi como segue:

	31-12-2015				31-12-2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos de dívida	386.182	-	8.276	394.458	327.908	13.829	21.097	362.834
Fundos de Investimento	153.618	-	223.738	377.356	144.334	2	205.146	349.482
Instrumentos de capital	49.604	-	120	49.724	45.515	-	152	45.667
Instrumentos financeiros derivados	852	-	-	852	(790)	-	-	(790)
Imóveis	-	-	52.922	52.922	-	-	55.568	55.568
	590.256	-	285.056	875.312	516.967	13.831	281.963	812.761

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes ativos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	2015	2014
Imóveis arrendados	15.726	16.509
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	190.563	184.108
	---	---
	206.289	200.617
	======	======

Em 2010 foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida atribuído a diretivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de 4.430 m.euros. Em 2015 e 2014 o prémio pago pelo Banco ascendeu a 148 m.euros e 583 m.euros, respetivamente (Nota 35).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verifiquem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 euros.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estavam abrangidos por este plano 107 e 113 colaboradores, respetivamente.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres do BST foram os seguintes:

	2015	2014
Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00	AMC00/AFC00
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	3,80%	3,60%
Taxa de crescimento salarial	3,40%	3,40%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,00%
Taxa de inflação	2,40%	2,40%

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	2015	2014
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	44.559	42.855
Cobertura – valor patrimonial do Fundo de Pensões	40.125	38.233
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(4.434)	(4.632)

Relativamente ao plano de pensões da Sucursal de Londres, o movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, pode ser detalhado como se segue:

Responsabilidades em 31 de dezembro de 2013	35.037
Custo dos serviços correntes	168
Custo dos juros	1.712
Perdas atuariais	4.622
Valores pagos	(1.139)
Variações cambiais	2.455
Responsabilidades em 31 de dezembro de 2014	42.855
Custo dos serviços correntes	202
Custo dos juros	1.627
Ganhos atuariais	(1.892)
Valores pagos	(857)
Variações cambiais	2.624
Responsabilidades em 31 de dezembro de 2015	44.559

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2013	30.720
Rendimento líquido do Fundo	3.690
Contribuição da Sucursal	2.790
Valores pagos	(1.139)
Variações cambiais	2.162
Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2014	38.223
Rendimento líquido do Fundo	305
Contribuição da Sucursal	113
Valores pagos	(857)
Variações cambiais	2.341
Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2015	40.125

Os custos com o plano de benefício definido da Sucursal de Londres nos exercícios de 2015 e 2014 apresentam o seguinte detalhe:

	2015	2014
Custo dos serviços correntes	202	168
Custo dos juros	1.627	1.712
Rendimento dos ativos apurado com taxa igual à de desconto	(1.447)	(1.559)
	382	321

O movimento ocorrido nos desvios atuariais da Sucursal de Londres nos exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.079
Perdas atuariais com pensões em 2014	4.622
Ganhos financeiros com pensões em 2014	(2.131)
Variações cambiais	297
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Nota 25)	8.867
Ganhos atuariais com pensões em 2015	(1.892)
Perdas financeiras com pensões em 2015	1.142
Variações cambiais	282
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Nota 25)	8.399

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes ativos:

	2015	2014
Instrumentos de dívida	34.374	32.564
Instrumentos de capital	5.677	5.582
Depósitos	74	77
Valor do Fundo	40.125	38.223

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- Risco de investimento – o valor atualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rendibilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.

- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões.

- Risco de longevidade – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.

- Risco de salário - o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, uma análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada a esta data conduziria aos seguintes impactos no valor atual das responsabilidades por serviços passados do Banco (excluindo as relativas à Sucursal de Londres e as associadas ao ex-Banif):

	2015		2014	
	(Redução) / Acréscimo		(Redução) / Acréscimo	
	em %	em valor	em %	em valor
Alteração da taxa de desconto:				
. Acréscimo de 0,5%	(7,3%)	(63.421)	(7,2%)	(65.686)
. Redução de 0,5%	8,1%	70.540	8,2%	74.417
Alteração da taxa de crescimento dos salários:				
. Acréscimo de 0,5%	6,0%	51.995	5,6%	50.729
. Redução de 0,5%	(5,2%)	(45.343)	(4,8%)	(43.462)
Alteração da taxa de crescimento das pensões:				
. Acréscimo de 0,5%	7,9%	68.906	7,5%	67.806
. Redução de 0,5%	(7,4%)	(64.581)	(6,9%)	(62.587)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde (SAMS) decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como se segue:

	2015			2014		
	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.002	42.463	57.905	5.067	40.282	54.930
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	236	250	340	195	190	258
Pensionistas	1.052	5.199	7.089	1.031	5.147	7.019
Reformados e reformados antecipadamente	5.325	80.317	109.525	5.373	82.915	113.065
	11.615	128.229	174.859	11.666	128.534	175.272

As análises de sensibilidade acima apresentadas poderão não ser representativas das alterações que possam vir a ocorrer no futuro no plano de benefício definido em virtude de estarem a ser consideradas isoladamente e algumas delas estarem correlacionadas.

Fundo de Pensões – ex-Banif

Na sequência da medida de resolução do Banif a 20 de dezembro de 2015, foram transferidos para o BST um conjunto de colaboradores do ex-Banif, bem como as correspondentes responsabilidades por serviços passados. Foram igualmente transferidas as responsabilidades com 511 colaboradores reformados, reformados antecipadamente, pensionistas e ex-participantes com direitos adquiridos.

Em 27 de janeiro de 2016 foi solicitada autorização à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para que seja transferida para o BST a posição do Banif como associado do Fundo de Pensões Banif, no plano de pensões de benefício definido, sub - populações A e B, e nos planos de pensões II e III de contribuição definida.

Os colaboradores do ex-Banif estavam abrangidos por diferentes tipos de planos de pensões:

a) O primeiro plano de pensões, de benefício definido, estava subdividido entre a população Banif e a população ex-Banco Banif e Comercial dos Açores (BBCA), com diferentes benefícios:

   - Plano de pensões de benefício definido I – sub-população BANIF: (i) pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, em regime de complementaridade da Segurança Social; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS). Para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a contribuição de 6,5% é efetuada sobre as pensões e para empregados associados a plano de contribuição definida, o benefício é alterado para capital único no momento da reforma, correspondente a 6,5% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições futuras.

- Plano de pensões de benefício definido I – sub-população ex-BBCA (fechado a novas adesões): (i) pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, de acordo com o ACT e os regimes introduzidos pelo Decreto-Lei nº 1-A/2011 de 3 de janeiro e Decreto-Lei nº 127/2011 de 31 de dezembro; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS) com taxa de 6,5% e (iii) subsídio por morte, nos termos do ACTV.

O ex-Banif tinha ainda dois planos de pensões de contribuição definida:

b) Plano de pensões II – contribuição mensal do ex-Banif de 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano que integrava todos os colaboradores admitidos ao serviço do ex-Banif antes de 1 de janeiro de 2007, com exceção dos integrados na sequência da fusão por incorporação do ex-BBCA, que não são abrangidos pelo Acordo Empresa. A contribuição inicial, afeta às respetivas contas individuais, foi calculada em função: (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efetuada pelo Atuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de dezembro de 2006; e (ii) do valor atual das contribuições futuras.

c) Plano de pensões III – contribuição mensal do ex-Banif de 1,5% da remuneração de incidência dos colaboradores admitidos ao serviço ativo após 1 de janeiro de 2007, que não tivessem falecido, passado à situação de reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do Acordo Empresa.

O BST assumiu as responsabilidades do ex-Banif nos três planos de pensões, sendo o detalhe da população transferida apresentada de seguida:

	Sub-população Banif	Sub-população ex-BBCA	Total
Ativos	894	228	1.122
Reformados e pensionistas	90	193	283
Reformados antecipadamente	14	182	196
Ex-participantes com direitos adquiridos	-	32	32
Número total em 31 de dezembro de 2015	998	635	1.633

Plano de pensões de contribuição definida - colaboradores abrangidos	
Plano II	594
Plano III	313
Número total em 31 de dezembro de 2015	907

Com referência a 31 de dezembro de 2015 a estimativa de responsabilidades por serviços passados, assumindo os pressupostos do BST, apresentava o seguinte detalhe para o plano de pensões de benefício definido (considerando ambas as sub-populações ex-Banif e ex-BBCA):

	Responsabilidades			
	Pensões	SAMS	Subsídio por Morte	Total
Ativos	32.982	5.104	104	38.190
Reformados	54.312	5.170	125	59.607
Pensionistas	4.695	670	-	5.365
Reformados antecipadamente	16.005	3.506	167	19.678
Ex-participantes com direitos adquiridos	4.213	-	-	4.213
Total de responsabilidades por serviços passados	112.207	14.450	396	127.053
Valor patrimonial do Fundo de Pensões transferido				117.138
Insuficiência de financiamento				(9.915)

As responsabilidades por serviços passados relativas aos colaboradores do ex-Banif encontram-se reconhecidas da seguinte forma:

Outros ativos (Nota 16)	118.021
Provisões (Nota 22)	9.032

	127.053
	======

Atendendo à análise efetuada pelo BST ao património do fundo de pensões transferido, foi constituída uma provisão de 6.791 m.euros (Nota 22).

A insuficiência de financiamento de 7,8% encontra-se reconhecida na rubrica de outros ativos (Nota 16). Em 2016 o Banco deverá fazer uma contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões para diminuir a referida insuficiência, no montante de 9.900 m.euros.

A carteira do Fundo de Pensões do ex-Banif associada ao plano de pensões de benefício definido apresenta em 31 de dezembro de 2015 o seguinte detalhe por tipologia de ativo:

Ativo	Total	Peso relativo
Instrumentos de dívida	46.205	38,16%
Fundo mobiliário	49.094	40,54%
Fundo imobiliário	3.388	2,80%
Imóveis	18.885	15,60%
Instrumentos de capital	1.332	1,10%
Depósitos	1.314	1,09%
Outros	869	0,72%
	121.087	
Património a transferir	(3.949)	
	117.138	

O valor do património a transferir corresponde ao montante dos ativos da carteira do Fundo de Pensões que irá ser afeto à cobertura das responsabilidades relativas aos colaboradores do ex-Banif que não foram transferidos para o Grupo.

39. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre julho de 2003 e fevereiro de 2011, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de doze operações, cujo montante inicial total ascendeu a 23.250.000 m.euros. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC, à exceção das últimas operações de titularização (Hipototta nº 11 e Hipototta nº 12), em que os créditos foram vendidos à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus). Parte substancial das titularizações foram recompradas pelo BST ao abrigo dos referidos acordos, mantendo-se vivos o Hipototta nº 1, Hipototta nº 4 e Hipototta nº 5.

Em dezembro de 2014, o BST procedeu à liquidação do LeaseTotta nº 1 FTC. A referida liquidação ocorreu através do "Consumer Receivables Retransfer Agreement", mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por 280.175 m.euros.

Os Fundos Hipototta são geridos pela Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navegator). O BST continua a efetuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta todos os montantes recebidos ao abrigo dos mesmos. O Grupo Santander não detém qualquer participação direta ou indireta na Navegator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta PLC com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direção Geral do Tesouro aos Fundos Hipototta PLC efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração. Em 31 de dezembro de 2015, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipottta nº 1 PLC

Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	128.165	A	A1	novembro de 2034	agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	8.264	A-	A3	novembro de 2034	agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	3.642	A-	Baa1	novembro de 2034	agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	1.100.000	140.071						
Classe D	17.600	11.000			novembro de 2034	agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	1.117.600	151.071						

Hipottta nº 4 PLC

Dívida emitida	Montante		Rating Fitch	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual				Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	839.380	A	dezembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%
Classe B	44.240	30.538	A	dezembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%
Classe C	139.720	96.443	CCC	dezembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%
	2.800.000	966.361					
Classe D	14.000	14.000		dezembro de 2048	dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.814.000	980.361					

Hipottta nº 5 PLC								
	Montante		Rating			Data do	Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Moody's	Data de reembolso	reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	739.102	A-	A1	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	A-	Baa1	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	BB+	Baa3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BB+	Ba3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB-	B3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	2.000.000	846.102						
Classe F	10.000	8.461	CCC-	Ca	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.010.000	854.563						

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC e Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de fevereiro, 30 de maio, agosto e novembro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta têm a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos Hipototta nº 1 e nº 4 e as obrigações da classe F, no que se refere ao Hipototta nº 5, constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito titularizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1 e nº 4 PLC correspondia a uma taxa média anual de 1,1% e 0,9%, respetivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 0,9% sobre o valor total da carteira de crédito.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipototta, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados “Swap Agreements” entre o Grupo Santander e os primeiros Hipototta emitidos e entre o BST e os restantes veículos de titularização destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Registo contabilístico

Para as operações de titularização efetuadas anteriormente a 1 de janeiro de 2004, o Banco registou a venda dos créditos cedidos, mantendo um registo em contas extrapatrimoniais por contrato titularizado dos valores em dívida (capital vincendo e vencido), dos juros periodificados relativos a cada contrato e dos montantes de bonificações a receber da Direção Geral do Tesouro (Nota 26).

Os créditos à habitação associados às operações de titularização que ocorreram após 1 de janeiro de 2004 não foram desreconhecidos do balanço, tendo o Banco registado no ativo os créditos concedidos e no passivo o valor recebido equivalente aos créditos titularizados (Notas 9 e 21).

O Banco mantém registadas as provisões calculadas para a totalidade dos créditos cedidos não desreconhecidos de acordo com o Aviso nº 3/2005, de 21 de fevereiro do Banco de Portugal, que alterou o Aviso nº 3/95, de 30 de junho.

Operações de titularização do ex-Banif

Na sequência da medida de resolução aplicada ao ex-Banif, o BST adquiriu um conjunto de operações de titularização emitidas por esta entidade, tendo sido transferidos os correspondentes créditos securitizados e obrigações emitidas.

As operações de titularização adquiridas são apresentadas de seguida:

Atlantes Mortgage nº 1

Operação concretizada em fevereiro de 2003 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos contratos de crédito à habitação. Os créditos foram vendidos a um fundo de titularização de créditos denominado Atlantes Mortgage nº 1 FTC, que emitiu unidades de participação subscritas pela Atlantes Mortgage nº 1 PLC com sede na Irlanda. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage nº 1 PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, consequentemente, de remuneração. Esta operação de titularização é administrada pela Navegator.

Atlantes Mortgage nº 1 PLC						
	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Moody's	reembolso	Remuneração
Classe A	462.500	53.016	A	A3	janeiro de 2036	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	22.500	22.500	BB-	Baa2	janeiro de 2036	Euribor 3 m + 1,3%
Classe C	12.500	12.500	B-	Ba3	janeiro de 2036	Euribor 3 m + 2,6%
Classe D	2.500	2.500	B-	B3	janeiro de 2036	Euribor 3 m + 4,75%
	500.000	90.516				
Classe E	15.400	15.400	NR	NR	janeiro de 2036	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	515.400	105.916				

Azor Mortgage nº 1

Operação concretizada em novembro de 2004 pelo ex-Banif, em que foram cedidos créditos imobiliários originados no anterior BBCA (Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.). Os créditos cedidos foram adquiridos pela Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos (Sagres STC), que emitiu as obrigações Azor Notes, integralmente subscritas pela Azor Mortgages PLC, com sede na Irlanda. Para se financiar, a Azor Mortgages PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração. Em dezembro de 2006, foram transferidos da Sagres para a Gamma Sociedade de Titularização de Créditos (Gamma STC) – sociedade atualmente detida pela Oitante - as Azor Notes e os respetivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento à entidade Azor Mortgages PLC.

Azor Mortgage nº 1

	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Moody's	reembolso	Remuneração
Classe A	253.000	17.398	A	Baa3	setembro de 2047	Euribor 3 m + 0,3%
Classe B	19.000	19.000	BB	Ba1	setembro de 2047	Euribor 3 m + 0,76%
Classe C	9.000	9.000	BB	Ba3	setembro de 2047	Euribor 3 m + 1,75%
	281.000	45.398				
Classe D	10.000	10.000	NR	NR	setembro de 2047	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	291.000	55.398				

Atlantes Mortgage nº 2

Operação concretizada em março de 2008 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 2 Classes A, B, C e D com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 2

	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Fitch	reembolso	Remuneração
Classe A	349.100	184.655	BBB+	A	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,33%
Classe B	18.400	13.817	BB+	BBB	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,95%
Classe C	7.500	5.632	B-	BB	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 1,65%
	375.000	204.104				
Classe D	16.125	16.125	NR	NR	setembro de 2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	391.125	220.229				

Azor Mortgage nº 2

Operação concretizada em julho de 2008 pelo ex-Banif, em que foram cedidos créditos imobiliários originários do anterior BBCA à Gamma STC. Para se financiar, a Gamma STC emitiu obrigações Azor Mortgages nº 2 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Azor Mortgage nº 2						
	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Fitch	reembolso	Remuneração
Classe A	253.500	145.249	A+	A	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,3%
Classe B	46.500	43.080	NR	NR	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,8%
	300.000	188.329				
Classe C	6.750	6.750	NR	NR	dezembro de 2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	306.750	195.079				

Atlantes Mortgage nº 3

Operação concretizada em outubro de 2008 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários do Banif. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 3 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 3						
	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Fitch	reembolso	Remuneração
Classe A	558.600	310.028	A	A +	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,2%
Classe B	41.400	36.211	NR	NR	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,5%
	600.000	346.239				
Classe C	57.668	57.668	NR	NR	agosto de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	657.668	403.907				

Atlantes Mortgage nº 4

Operação concretizada em fevereiro de 2009 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 4 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 4						
	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Fitch	reembolso	Remuneração
Classe A	514.250	355.248	A+	A+	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	35.750	35.750	NR	NR	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,3%
	550.000	390.998				
Classe C	74.250	74.250	NR	NR	dezembro de 2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	624.250	465.248				

Atlantes Mortgage nº 5

Operação concretizada em dezembro de 2009 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 5 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 5						
	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Fitch	reembolso	Remuneração
Classe A	455.000	304.204	A +	A +	novembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	45.000	43.806	NR	NR	novembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,3%
	500.000	348.010				
Classe C	66.250	66.250	NR	NR	novembro de 2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	566.250	414.260				

Atlantes Mortgage nº 6

Operação concretizada em junho de 2010 pelo ex-Banif, na qual foram cedidos créditos imobiliários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 6 Classes A e B com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 6						
	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Moody's	reembolso	Remuneração
Classe A	91.000	50.847	NR	NR	dezembro de 2016	4,50%
	91.000	50.847				
Classe B	22.000	22.000	NR	NR	dezembro de 2016	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	113.000	72.847				

Atlantes Mortgage nº 7

Operação concretizada em novembro de 2010 pelo ex-Banif, na qual foi cedida uma carteira de crédito hipotecário residencial. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 6 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 7						
	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Fitch	reembolso	Remuneração
Classe A	357.300	230.744	A+	A+	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	39.700	38.636	NR	NR	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,3%
	397.000	269.380				
Classe C	63.550	63.550	NR	NR	agosto de 2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	460.550	332.930				

Atlantes NPL nº 1

Operação concretizada em dezembro de 2012, no âmbito da qual o Banif e o Banco Banif Mais (atualmente Cofidis) cederam à Gamma STC uma carteira de crédito imobiliário ou com garantia imobiliária. A operação foi financiada através da emissão das obrigações Atlantes NPL nº 1 Classes A e B com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes NPL nº 1

	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Moody's	reembolso	Remuneração
Classe A	168.000	107.141	NR	NR	dezembro de 2018	6,00%
	168.000	107.141				
Classe B	45.000	45.000	NR	NR	dezembro de 2018	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	213.000	152.141				

Atlantes Finance nº 6

Operação concretizada em dezembro de 2013, no âmbito da qual o Banif e o Banco Banif Mais (atualmente Cofidis) cederam à Gamma STC uma carteira de crédito ao consumo. A operação foi financiada através da emissão das obrigações Atlantes Finance nº 6 Classes A, B, C e S com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Finance nº 6

	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Moody's	reembolso	Remuneração
Classe A	176.800	43.239	A-	NR	março 2033	Euribor 3 m + 2,4%
Classe B	40.100	40.100	NR	NR	março 2033	Euribor 3 m + 3%
	216.900	83.339				
Classe C	10.900	8.334	NR	NR	março 2033	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Classe S	7.400	4.483	NR	NR	março 2033	Sem remuneração
	235.200	96.156				

Conforme referido anteriormente, o Banco apenas dispõe de 22% da *equity piece* (Classe C), pelo que os créditos foram desreconhecidos.

Atlantes SME nº 4

Operação concretizada em setembro de 2014 pelo ex-Banif, no âmbito da qual cedeu à Gamma STC uma carteira de crédito a empresas. A operação foi financiada através da emissão das obrigações Atlantes SME nº 4 Classes A, B, C, D e S com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes SME nº 4

	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Moody's	reembolso	Remuneração
Classe A	465.000	141.425	A	NR	dezembro de 2043	Euribor 3 m + 0,98%
Classe B	55.000	55.000	BB	NR	dezembro de 2043	Euribor 3 m + 1,48%
Classe C	180.000	180.000	BB	NR	dezembro de 2043	Euribor 3 m + 6,00%
	700.000	376.425				
Classe D	186.400	186.400	NR	NR	dezembro de 2043	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Classe S	41.000	23.382	NR	NR	dezembro de 2043	Sem remuneração
	927.400	586.207				

Atlantes SME nº 5

Operação concretizada em julho de 2015 pelo ex-Banif, no âmbito da qual cedeu à Gamma STC uma carteira de crédito a empresas. A operação foi financiada através da emissão das obrigações Atlantes SME nº 5 Classes A, B, C, D e S com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes SME nº 5

	Montante		Rating		Data de	
Dívida emitida	Inicial	Atual	S&P	Moody's	reembolso	Remuneração
Classe A	440.000	365.348	A-	A3	janeiro 2044	Euribor 3 m + 1,2%
Classe B	35.600	35.600	BBB	B1	janeiro 2044	Euribor 3 m + 1,75%
Classe C	164.400	164.400	NR	NR	janeiro 2044	Euribor 3 m + 6%
	640.000	565.348				
Classe D	172.800	172.800	NR	NR	janeiro 2044	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Classe S	33.200	30.333	NR	NR	janeiro 2044	Sem remuneração
	846.000	768.481				

40. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transações no exercício de 2015 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que direta ou indiretamente controlam o Banco	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que direta ou indiretamente são controladas pelo Banco	
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores Financing	Ilhas Cayman
Totta Ireland, PLC	Irlanda
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável Multiobrigações	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Novimovest	Portugal
Banif International Bank, Ltd (Bahamas)	Bahamas
Empresas significativamente influenciadas pelo Banco	
Banco Caixa Geral Totta de Angola	Angola
Benim - Sociedade Imobiliária, SA	Portugal
Partang,SGPS.SA	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal
Entidades de Finalidade Especial que, direta ou indiretamente, são controladas pelo Banco	
Hipototta nº 5 PLC	Irlanda
Hipototta nº 4 PLC	Irlanda
Hipototta nº 1 PLC	Irlanda
Hipototta nº 5 FTC	Portugal
Hipototta nº 4 FTC	Portugal
Hipototta nº 1 FTC	Portugal
Gamma STC [1]	Portugal
Atlantes Mortgage 1 PLC	Irlanda
Atlantes Mortgage 1 FTC	Portugal

[1] A Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. é uma sociedade de titularização de créditos detida atualmente pela Oitante. No âmbito da aquisição de parte significativa da atividade do Banif o BST adquiriu operações de titularização cujos créditos foram originados por este e cedidos à Gamma STC, a qual se financiou através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating para cada operação de titularização. Por simplificação, o Banco considerou estas titularizações no seu conjunto denominando-as "Gamma STC".

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que direta ou indiretamente se encontram sob controlo comum pelo Banco	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
All Funds Bank, SA	Espanha
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, SA SGECR	Espanha
Financiera El Corte Inglés, E.F.C., S.A.	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestaçao de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Asset Management SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Bank A.S.	Noruega
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities,SL	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities,Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Santander UK plc	Reino Unido
Sovereign Bank	EUA
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha
PSA Gestao Comercio&Aluguer Veiculos,SA	Portugal

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transações no exercício de 2014 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que direta ou indiretamente controlam o Banco	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que direta ou indiretamente são controladas pelo Banco	
Totta & Açores Financing, Ltd.	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável Multiobrigações	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Novimovest	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Banco	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Entidades de Finalidade Especial que, direta ou indiretamente, são controladas pelo Banco	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
LEASETOTTA NO. 1 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
LEASETOTTA NO.1 FTC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que direta ou indiretamente se encontram sob controlo comum pelo Banco	
Abbey National Treasury Services, PLC	Reino Unido
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Banco Santander de Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, S.A. S.G.E.C.R.	Espanha
Financiera El Corte Inglés, E.F.C., S.A.	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal - Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	Espanha
Retama Real Estate, SL	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Bank A.S.	Noruega
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities	Espanha
Santander Investment Securities,Inc	Espanha
Santander Investment Securities,Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Santander UK PLC	Reino Unido
Sovereign Bank	EUA
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos e as transações mantidas durante aqueles exercícios com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	2015			
	Empresas que direta ou indiretamente controlam o Banco	Empresas que direta ou indiretamente são controladas pelo Banco e/ou controladas conjuntamente pelo Banco	Empresas significativamente influenciadas pelo Banco	Empresas que direta ou indiretamente se encontram sob controlo comum pelo Banco
Ativos:				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	21.036	-	-	12
Ativos financeiros detidos para negociação	174.230	102	-	4.192
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	255.559	-	400
Aplicações em instituições de crédito	918.085	604.110	1	228.606
Crédito a clientes	-	72.502	39.027	5.879
Derivados de cobertura	127.036	-	-	-
Ativos intangíveis	-	-	-	25.568
Outros ativos	10.505	22	78	22.067
Passivos:				
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.534.391)	-	-	(46.867)
Recursos de outras instituições de crédito	(359.041)	(357.342)	(65.046)	(1.639)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(93.652)	(220.811)	-	(1.100.942)
Responsabilidades representadas por títulos	(1.598)	-	-	(18.095)
Derivados de cobertura	(170.095)	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	(665.815)	-	(4.302)
Outros passivos	(1.023)	(3.943)	-	(1.528)
Demonstração dos resultados				
Juros e rendimentos similares	(188.273)	(12.437)	(23)	(4.411)
Juros e encargos similares	137.672	43.525	30	39.518
Rendimentos de instrumentos de capital	-	(44.232)	(1.515)	-
Rendimentos de serviços e comissões	(231)	(933)	-	(99.907)
Encargos com serviços e comissões	990	8.860	-	-
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	11.679	-	(6.867)	3.858
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	(1.132)	-	-	-
Resultados de reavaliação cambial	(1.794)	-	(1.604)	-
Outros resultados de exploração	-	-	-	(156)
Custos com o pessoal	-	231	-	-
Gastos gerais administrativos	-	3.236	-	48.999
Amortizações do exercício	-	-	-	19.078
Extrapatrimoniais:				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	25.717	3.296	-	13.005
Garantias recebidas	1	300.000	-	1.000
Compromissos perante terceiros	71.074	22.681	3.000	153.768
Compromisso assumidos por terceiros	-	2.011.790	-	-
Operações cambiais e instrumentos derivados	13.642.089	27.836	-	453.067
Responsabilidades por prestações de serviços	15.658.409	432.539	-	2.221.970

	2014			
	Empresas que direta ou indiretamente controlam o Banco	Empresas que direta ou indiretamente são controladas pelo Banco e/ou controladas conjuntamente pelo Banco	Empresas significativamente influenciadas pelo Banco	Empresas que direta ou indiretamente se encontram sob controlo comum pelo Banco
Ativos:				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15.855	-	-	43
Ativos financeiros detidos para negociação	222.816	241.391	35.326	2.669
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	255.207	107	5.189
Aplicações em instituições de crédito	910.261	651.186	826	206.182
Crédito a clientes	-	84.969	35.065	5.569
Derivados de cobertura	190.764	-	-	-
Ativos intangíveis	-	-	-	25.414
Outros ativos	13.396	29.082	56	23.237
Passivos:				
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.912.929)	-	-	(52.546)
Recursos de outras instituições de crédito	(1.118.533)	(379.469)	(101.906)	(3.933)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(88.755)	(92.530)	(11.176)	(1.275.383)
Responsabilidades representadas por títulos	(10.937)	-	-	(33.374)
Derivados de cobertura	(133.100)	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	(929.469)	-	(4.306)
Outros passivos	(1.298)	(6.636)	-	(917)
Demonstração dos resultados				
Juros e rendimentos similares	(201.785)	(16.077)	(60)	(6.264)
Juros e encargos similares	183.776	48.073	290	53.990
Rendimentos de instrumentos de capital	-	(39.178)	(1.215)	-
Rendimentos de serviços e comissões	(189)	(1.045)	-	(101.870)
Encargos com serviços e comissões	256	9.689	-	46
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	632.453	-	(1.848)	4.079
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(1.369)	-	-
Resultados de reavaliação cambial	5	-	-	(51)
Outros resultados de exploração	-	-	-	(207)
Custos com o pessoal	-	240	-	-
Gastos gerais administrativos	-	3.276	-	46.086
e recuperações	-	13.807	-	-
Extrapatrimoniais:				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	19.786	2.864	-	15.249
Garantias recebidas	1	300.000	-	16.000
Compromissos perante terceiros	25.788	21.855	6.829	174.687
Operações cambiais e instrumentos derivados	15.159.296	-	29.744	591.437
Responsabilidades por prestações de serviços	18.201.289	490.222	35.017	2.692.136

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a 554 m.euros e 809 m.euros, respetivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nessas datas 8.078 m.euros e 8.174 m.euros, respetivamente (Nota 35).

O Grupo Santander, no qual está inserido o BST, tem um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial o qual se encontra descrito na Nota 41 e que foi dividido em ciclos. Em 2015 foi aprovado um novo Plano de Incentivos de Longo Prazo Individual enquadrado na remuneração variável plurianual, o que se encontra descrito na Nota 41. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica "Custos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é apresentado de seguida:

	2015	2014
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em julho de 2014	-	7
Plano de Incentivo de Longo Prazo Individual	230	115
	---	---
	230	122
	===	===

Os ciclos do plano de ações vinculado a objetivos dos membros do Conselho de Administração terminaram nas datas abaixo indicadas e foram atribuídas ações aos seguintes valores por ação:

Ciclo	Data de finalização	Número de ações atribuídas	Valor por ação
Primeiro	6 de julho de 2009	97.676	8,49 euros
Segundo	8 de julho de 2010	136.719	8,77 euros
Terceiro	11 de julho de 2011	133.727	7,51 euros
Quarto	9 de julho de 2012	35.850	4,88 euros
Quinto	31 de julho de 2013	--	n/a
Sexto	31 de julho de 2014	--	n/a

Nos exercícios de 2015 e 2014 não foram disponibilizadas ações aos membros do Conselho de Administração na medida em que não foram atingidos os parâmetros mínimos definidos no plano.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Coletivo de Trabalho para o setor bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.2. m).

Em Assembleia Geral de Acionistas do BST de 30 de maio de 2007, foi aprovado o "Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez", aos membros executivos do Conselho de Administração do ex-Totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-Totta. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, atualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades com este plano ascendiam a 20.676 m.euros e 18.381 m.euros, respetivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica "Provisões para pensões e outros encargos" (Nota 22).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

Sociedade de revisores oficiais de contas

Os honorários faturados ou a faturar pela sociedade de revisores oficiais de contas e respetivas empresas da mesma rede relativos ao exercício de 2015, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado, foram os seguintes:

Serviços de Revisão Legal de Contas e Auditoria Externa (a)	622
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade (a)	895
Consultoria Fiscal (b)	105
Outros (b)	1.370

	2.992
	====

(a) Corresponde aos montantes contratados para o exercício de 2015, independentemente da sua data de faturação, sem o impacto do ex-Banif.
(b) Corresponde aos montantes faturados durante o exercício de 2015.

41. PLANOS DE INCENTIVOS - AÇÕES

Por decisão da Assembleia Geral de Acionistas do Banco Santander, S.A., foi aprovado o "Plano de Ações Vinculado a Objetivos do Grupo Santander". Este plano está dividido em ciclos, tendo sido aprovados até ao momento seis ciclos. O BST está também inserido neste plano.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de ações do Banco Santander, S.A.. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de ações definido inicialmente pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander, S.A. comparativamente a outras entidades incluídas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o acionista e o crescimento do lucro por ação para os primeiros três ciclos e o retorno total para o acionista nos restantes ciclos.

As datas de finalização dos ciclos do Plano de Ações Vinculado a Objetivos, o número total de ações atribuídas e o valor por ação, apresentam o seguinte detalhe:

Ciclo	Data de finalização	Número total de ações atribuídas	Valor por ação
Primeiro	6 de julho de 2009	326.681	8,49 Euros
Segundo	8 de julho de 2010	519.471	8,77 Euros
Terceiro	11 de julho de 2011	552.436	7,51 Euros
Quarto	9 de julho de 2012	194.471	4,88 Euros
Quinto	31 de julho de 2013	-	n.a.
Sexto	31 de julho de 2014	-	n.a.

Conforme descrito na Nota 1.2. p), o registo contabilístico dos planos de incentivos de ações consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração de resultados do exercício, na rubrica de "Custos com o pessoal", na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, a cobertura e a execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 2015 e 2014, o custo total dos Incentivos de Longo Prazo para todos os colaboradores do BST abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como se segue:

	2015	2014
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em julho de 2014	-	445
Plano de Incentivo de Longo Prazo Individual	395	224
	---	---
	395	669
	===	===

Em 2015 foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo Individual do Banco, enquadrado na remuneração variável plurianual, para um conjunto restrito de colaboradores. Este incentivo tem em conta o comportamento relativo em 2014 do retorno total do acionista (RTA) do Banco Santander, S.A. por comparação com um grupo constituído de 15 instituições de crédito. O Incentivo de Longo Prazo individual tem por referência o valor de 15% da base do prémio de desempenho do Banco, correspondendo a 100% daquele valor caso o RTA do Banco Santander se situe entre os oito primeiros do grupo de instituições de crédito referidas, a 50 % se situe entre a nona e a décima segunda posição e 0% caso esteja em posição inferior.

A disponibilização das ações está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por ação, bem como a data de disponibilização das mesmas encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de ações	Número de ações	Valor do custo por ação (Euros)	Data prevista de entrega das ações	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
Planos em vigor em 31 de dezembro de 2013:					
PI14	590.678	4,5254	jul-2014	299	2011
Movimento em 2014:					
PI 14 - Ações não Disponibilizadas	(590.678)	-	-	(299)	-

Nos exercícios de 2015 e 2014, não foram disponibilizadas quaisquer ações aos colaboradores do Banco, na medida em que não foram atingidos os parâmetros mínimos definidos no plano.

42. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13

BALANÇO

Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2015				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2.849.363	284.667	-	3.134.030
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	267.479	64.293	-	331.772
Ativos financeiros detidos para negociação	1.746.276	-	-	-	1.746.276
Ativos financeiros disponíveis para venda	9.373.927	-	84.666	(102.641)	9.355.952
Aplicações em instituições de crédito	-	1.844.536	-	-	1.844.536
Crédito a clientes	195.661	32.554.566	-	(830.806)	31.919.421
Derivados de cobertura	130.292	-	-	-	130.292
	11.446.156	37.515.944	433.626	(933.447)	48.462.279
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	4.952.677	-	-	4.952.677
Passivos financeiros detidos para negociação	1.719.380	-	-	-	1.719.380
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.844.090	-	-	3.844.090
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.215.210	24.226.465	47.059	-	27.488.734
Responsabilidades representadas por títulos	16.261	2.768.202	-	-	2.784.463
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	4.917.342	-	-	4.917.342
Derivados de cobertura	170.133	-	-	-	170.133
Outros passivos subordinados	-	670.071	-	-	670.071
	5.120.984	41.378.847	47.059	-	46.546.890

	2014				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	622.460	208.014	-	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	162.493	66.661	-	229.154
Ativos financeiros detidos para negociação	2.210.882	-	-	-	2.210.882
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.322.207	-	20.079	(92.822)	7.249.464
Aplicações em instituições de crédito	-	1.836.610	-	-	1.836.610
Crédito a clientes	37.394	26.569.963	-	(983.027)	25.624.330
Derivados de cobertura	194.644	-	-	-	194.644
	9.765.127	29.191.526	294.754	(1.075.849)	38.175.558
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	4.406.312	-	-	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.995.017	-	-	-	1.995.017
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.419.551	-	-	4.419.551
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.555.668	18.012.056	30.097	-	21.597.821
Responsabilidades representadas por títulos	175.460	1.795.547	-	-	1.971.007
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	1.967.945	-	-	1.967.945
Derivados de cobertura	133.297	-	-	-	133.297
Outros passivos subordinados	-	933.651	-	-	933.651
	5.859.442	31.535.062	30.097	-	37.424.601

Nos exercícios de 2015 e 2014 não ocorreram quaisquer reclassificações de ativos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objeto de correção de valor relativamente ao risco coberto.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2015					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Disponibilidades em bancos centrais, em outras instituições de crédito e aplicações em instituições de crédito	44.262	-	44.262	-	-	-
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	2.069.521	(1.985.055)	84.466	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	346.127	(65.066)	281.061	-	(74.679)	(74.679)
Crédito a clientes	866.765	(330.812)	535.953	-	-	-
Derivados de cobertura	181.697	(129.051)	52.646	-	(22.339)	(22.339)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(24.739)	(24.739)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	52.816	(232.293)	(179.477)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	963	(47.972)	(47.009)	-	-	-
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	(2.231)	(2.231)	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	(38.629)	(38.629)	-	-	-
	3.562.151	(227.662)	706.303	-	(97.018)	(97.018)
Garantias prestadas	18.441	(1.108)	17.333			
Linhas de crédito	3.901	(2.969)	932			

	2014					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Disponibilidades em bancos centrais, em outras instituições de crédito e aplicações em instituições de crédito	51.597	-	51.597	-	-	-
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	1.588.490	(1.831.587)	(243.097)	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	548.166	(208.510)	339.656	549.799	-	549.799
Crédito a clientes	1.014.095	(392.745)	621.350	-	-	-
Derivados de cobertura	360.770	(169.176)	191.594	-	(22.498)	(22.498)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(65.752)	(65.752)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	44.490	(330.781)	(286.291)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	58.678	(97.865)	(39.187)	-	-	-
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	(5.817)	(5.817)	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	(39.189)	(39.189)	-	-	-
	3.666.286	(3.141.422)	524.864	549.799	(22.498)	527.301
Garantias prestadas	20.212	(448)	19.764			
Linhas de crédito	9.269	(3.150)	6.119			

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respetivos instrumentos financeiros que, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de 5.261 m.euros e de 5.591 m.euros, respetivamente (Nota 33).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	2015			2014		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Ativo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	66	-	66	229	-	229
Disponibilidades em outras instituições de crédito	31	-	31	10	-	10
Ativos financeiros disponíveis para venda	157.586	-	157.586	229.718	-	229.718
Aplicações em instituições de crédito	44.165	-	44.165	51.358	-	51.358
Crédito a clientes	614.007	(19)	613.988	706.221	(61)	706.160
	815.855	(19)	815.836	987.536	(61)	987.475
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	(3.247)	(3.247)	-	(20.941)	(20.941)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(21.492)	(21.492)	-	(44.811)	(44.811)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(227.662)	(227.662)	-	(328.949)	(328.949)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(47.972)	(47.972)	-	(48.737)	(48.737)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	(2.231)	(2.231)	-	(5.817)	(5.817)
Outros passivos subordinados	-	(38.629)	(38.629)	-	(39.189)	(39.189)
	-	(341.233)	(341.233)	-	(488.444)	(488.444)
Garantias prestadas	18.037	-	18.037	19.637	-	19.637
Linhas de credito	2.342	-	2.342	4.012	-	4.012

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa de juro efetiva de ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	2015			2014		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Ativo						
Crédito a clientes	35.874	(13.828)	22.046	35.350	(13.958)	21.392
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	45.719	-	45.719	44.490	-	44.490

O Banco reconheceu durante os exercícios de 2015 e 2014 proveitos financeiros referentes a “Juros e rendimentos similares” com operações de crédito vencido, ou em situação de imparidade, nos montantes de 9.777 m.euros e 8.152 m.euros, respetivamente (Nota 27).

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Contabilidade de cobertura

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentavam o seguinte detalhe:

	2015					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	191.785	191.919	3.527	195.446	191.787	(3.792)
Ativos financeiros disponíveis para venda	850.000	887.212	20.761	907.973	850.000	(76.981)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.189.489)	(3.219.633)	4.423	(3.215.210)	3.277.463	19.604
Responsabilidades representadas por títulos	(14.930)	(15.463)	(798)	(16.261)	14.930	1.317
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	2.767.567	2.767.567	-	2.767.567	2.050.000	89.440
Responsabilidades representadas por títulos	794.542	794.542	-	794.542	650.000	(69.429)
	1.399.475	1.406.144	27.913	1.434.057	7.034.180	(39.841)

	2014					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	32.887	33.108	4.246	37.354	32.888	(4.291)
Ativos financeiros disponíveis para venda	200.000	199.529	37.423	236.952	200.000	(40.867)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.508.013)	(3.557.735)	2.067	(3.555.668)	3.511.255	41.824
Responsabilidades representadas por títulos	(167.375)	(173.699)	(1.761)	(175.460)	167.385	8.410
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.207.528	3.207.528	-	3.207.528	2.250.000	124.016
Responsabilidades representadas por títulos	1.005.866	1.005.866	-	1.005.866	650.000	(67.745)
	770.893	714.597	41.975	756.572	6.811.528	61.347

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência dos *cash flows* que afetarão os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	2015					
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	5.131	9.725	11.069	(1.287)	(4.627)	20.011

	2014					
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	27.459	9.076	9.644	24.358	(14.266)	56.271

Os ganhos e perdas financeiras reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	2015			2014		
	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	(719)	719	-	44	(44)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	(16.662)	16.662	-	(188.189)	188.189	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.442	(2.298)	144	(1.833)	3.896	2.063
Responsabilidades representadas por títulos	962	(962)	-	9.549	(11.463)	(1.914)
	(13.977)	14.121	144	(180.429)	180.578	149

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2015		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	3.134.030	3.134.030
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	331.772	331.772
Ativos financeiros detidos para negociação	1.746.276	-	1.746.276
Ativos financeiros disponíveis para venda	9.291.147	64.805	9.355.952
Aplicações em instituições de crédito	-	1.844.536	1.844.536
Crédito a clientes	195.446	31.723.975	31.919.421
Derivados de cobertura	130.292	-	130.292
	11.363.161	37.099.118	48.462.279
Passivo			
Recursos de bancos centrais	-	4.952.677	4.952.677
Passivos financeiros detidos para negociação	1.719.380	-	1.719.380
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.844.090	3.844.090
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.215.210	24.273.524	27.488.734
Responsabilidades representadas por títulos	16.261	2.768.202	2.784.463
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	4.917.342	4.917.342
Derivados de cobertura	170.133	-	170.133
Outros passivos subordinados	-	670.071	670.071
	5.120.984	41.425.906	46.546.890

	2014		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	830.474	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	229.154	229.154
Ativos financeiros detidos para negociação	2.210.882	-	2.210.882
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.236.348	13.116	7.249.464
Aplicações em instituições de crédito	-	1.836.610	1.836.610
Crédito a clientes	37.354	25.586.976	25.624.330
Derivados de cobertura	194.644	-	194.644
	9.679.228	28.496.330	38.175.558
Passivo			
Recursos de bancos centrais	-	4.406.312	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.995.017	-	1.995.017
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.419.551	4.419.551
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.555.668	18.042.153	21.597.821
Responsabilidades representadas por títulos	175.460	1.795.547	1.971.007
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	1.967.945	1.967.945
Derivados de cobertura	133.297	-	133.297
Outros passivos subordinados	-	933.651	933.651
	5.859.442	31.565.159	37.424.601

Os ativos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objeto de correção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o justo valor dos ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	2015					
	Custo de aquisição	Juros corridos	Valias	Correções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
Ativo						
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	1.746.276	-	-	1.746.276
Ativos financeiros disponíveis para venda	9.082.997	125.630	144.539	20.761	(82.780)	9.291.147
Crédito a clientes	191.785	349	-	3.527	(215)	195.446
Derivados de cobertura	-	-	130.292	-	-	130.292
	9.274.782	125.979	2.021.107	24.288	(82.995)	11.363.161
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.719.380	-	-	1.719.380
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.189.489	30.144	-	(4.423)	-	3.215.210
Responsabilidades representadas por títulos	14.930	533	-	798	-	16.261
Derivados de cobertura	-	-	170.133	-	-	170.133
	3.204.419	30.677	1.889.513	(3.625)	-	5.120.984

	2014					
	Custo de aquisição	Juros corridos	Valorização	Correções de valor por operações de cobertura	Imparidade	Valor líquido contabilístico
Ativo						
Ativos financeiros detidos para negociação	241.391	-	1.969.491	-	-	2.210.882
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.913.437	152.129	219.218	37.423	(85.859)	7.236.348
Crédito a clientes	32.887	261	-	4.246	(40)	37.354
Derivados de cobertura	-	-	194.644	-	-	194.644
	7.187.715	152.390	2.383.353	41.669	(85.899)	9.679.228
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.995.017	-	-	1.995.017
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.508.013	49.722	-	(2.067)	-	3.555.668
Responsabilidades representadas por títulos	167.375	6.324	-	1.761	-	175.460
Derivados de cobertura	-	-	133.297	-	-	133.297
	3.675.388	56.046	2.128.314	(306)	-	5.859.442

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados ativos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correções de valor por operações de cobertura, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2015			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Ativo				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.630.888	115.388	1.746.276
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.110.574	120.161	3.060.412	9.291.147
Crédito a clientes	-	195.446	-	195.446
Derivados de cobertura	-	130.292	-	130.292
	6.110.574	2.076.787	3.175.800	11.363.161
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.719.380	-	1.719.380
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.215.210	-	3.215.210
Responsabilidades representadas por títulos	-	16.261	-	16.261
Derivados de cobertura	-	170.133	-	170.133
	-	5.120.984	-	5.120.984

	2014			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Ativo				
Ativos financeiros detidos para negociação	241.391	1.748.194	221.297	2.210.882
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.111.154	320.079	805.115	7.236.348
Crédito a clientes	-	37.354	-	37.354
Derivados de cobertura	-	194.644	-	194.644
	6.352.545	2.300.271	1.026.412	9.679.228
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.995.017	-	1.995.017
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.555.668	-	3.555.668
Responsabilidades representadas por títulos	-	175.460	-	175.460
Derivados de cobertura	-	133.297	-	133.297
	-	5.859.442	-	5.859.442

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros do Banco compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública, alguma dívida privada, fundos de investimento mobiliário abertos e ações.

- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda valorizados com bids indicativos fornecidos por contrapartes externas e a maioria dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de *cash flows* futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo "Black-Scholes" para as opções e produtos estruturados. Os modelos de atualização de *cash flows* futuros ("método do valor presente") atualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxas de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do spread de crédito do emitente ou da entidade com rating similar.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos Credit Value Adjustments e dos Debit Value Adjustments aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes inputs:

- Contrapartes com credit default swaps cotados – Cotações publicadas em mercados ativos;

- Contrapartes sem credit default swaps cotados:
  - Cotações publicadas em mercados ativos para contrapartes com risco similar; ou
  - Probabilidade de default apurada tendo em conta o rating interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x loss given default (específica para clientes de project finance e 60% para outros clientes).

Quando os inputs utilizados na valorização de instrumentos financeiros derivados resultaram de dados observáveis de mercado, o Banco classificou os seus instrumentos financeiros derivados no Nível 2. Quando tal valorização resultou de informação interna preparada pelo Banco, o mesmo classificou aqueles instrumentos financeiros no Nível 3.

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns *inputs* que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificadas, nomeadamente, as obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização de créditos e outros títulos não cotados em mercados ativos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

Nos exercícios de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	2015		
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros detidos para negociação - Derivados	Total
Saldo inicial	805.115	221.297	1.026.412
Aquisições	57.027	8.769	65.796
Alienações	-	(79.842)	(79.842)
Reembolsos	(39.429)	-	(39.429)
Reclassificações	(48.749)	-	(48.749)
Carteira do ex-Banif	2.277.538	-	2.277.538
Alterações de justo valor	8.910	(34.836)	(25.926)
Saldo final	3.060.412	115.388	3.175.800

	2014		
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros detidos para negociação - Derivados	Total
Saldo inicial	1.131.311	106.119	1.237.430
Aquisições	108.861	47.258	156.119
Alienações	(35.041)	(29.492)	(64.533)
Reembolsos	(411.969)	-	(411.969)
Alterações de justo valor	33.499	97.412	130.911
Imparidade reconhecida no exercício	(21.546)	-	(21.546)
Saldo final	805.115	221.297	1.026.412

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as técnicas de valorização, os inputs utilizados e a relação entre esses inputs e o justo valor apurado para os instrumentos financeiros classificados no Nível 3 são como segue:

Instrumentos financeiros	Técnicas de valorização	*Inputs* utilizados	Relação entre os *inputs utilizados* e o justo valor apurado
Ativos financeiros detidos para negociação			
Instrumentos financeiros derivados	Discounted cash flows/ Modelos de valorização	. Probabilidade de *default* (PD) tendo em conta os ratings internos de crédito atribuídos pelo Banco . LGD's específicas	Caso seja utilizada uma probabilidade de *default* ou uma LGD maior, o justo valor do instrumento financeiro virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizada uma probabilidade de default ou uma LGD menor, o justo valor do instrumento financeiro virá aumentado.
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Títulos de dívida	Discounted cash flows	. *Spread* de crédito apurado internamente pelo Banco	Caso seja utilizado um *spread* de crédito maior, o justo valor do título virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizado um *spread* de crédito menor, o justo valor do título virá aumentado.
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respetiva Sociedade Gestora	. Taxas de capitalização . Valor das rendas por m2 . Taxas de ocupação	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m2 ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá diminuído.
Unidades de participação em Fundos de Capital de Risco	Preço divulgado pela respetiva Sociedade Gestora	. Sem informação	Não aplicável.
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização	Discounted cash flows	. *Spread* de crédito apurado internamente pelo Banco	Caso seja utilizado um *spread* de crédito maior, o justo valor do título virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizado um *spread* de crédito menor, o justo valor do título virá aumentado.

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31-12-2015		31-12-2014	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	-0,04%	0,61%	0,02%	0,22%
1 mês	-0,02%	0,57%	0,10%	0,23%
3 meses	-0,02%	0,61%	0,17%	0,26%
6 meses	-0,04%	0,70%	0,17%	0,29%
9 meses	-0,05%	0,78%	0,16%	0,35%
1 ano	-0,06%	0,86%	0,16%	0,44%
3 anos	0,06%	1,42%	0,22%	1,29%
5 anos	0,33%	1,76%	0,36%	1,80%
7 anos	0,62%	1,99%	0,53%	2,09%
10 anos	1,00%	2,22%	0,82%	2,34%

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

	2015		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.134.030	3.134.030	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	331.772	331.772	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	64.805	64.805	-
Aplicações em instituições de crédito	1.844.536	1.865.110	20.574
Crédito a clientes	31.723.975	30.847.070	(876.905)
	37.099.118	36.242.787	(856.331)
Passivo			
Recursos de bancos centrais	4.952.677	4.952.677	-
Recursos de outras instituições de crédito	3.844.090	3.845.849	(1.759)
Recursos de clientes e outros empréstimos	24.273.524	24.346.200	(72.676)
Responsabilidades representadas por títulos	2.768.202	2.772.565	(4.363)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	4.917.342	4.768.055	149.287
Outros passivos subordinados	670.071	647.809	22.262
	41.425.906	41.333.155	92.751

	2014		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	830.474	830.474	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	229.154	229.154	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	13.116	13.116	-
Aplicações em instituições de crédito	1.836.610	1.877.779	41.169
Crédito a clientes	25.586.976	23.775.558	(1.811.418)
	28.496.330	26.726.081	(1.770.249)
Passivo			
Recursos de bancos centrais	4.406.312	4.406.312	-
Recursos de outras instituições de crédito	4.419.551	4.452.318	(32.767)
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.042.153	18.070.675	(28.522)
Responsabilidades representadas por títulos	1.795.547	1.795.697	(150)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	1.967.945	1.700.429	267.516
Outros passivos subordinados	933.651	942.103	(8.452)
	31.565.159	31.367.534	197.625

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, os métodos de valorização utilizados consistiram em técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2015			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo	Outras técnicas de valorização		
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	Total
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	3.134.030	-	3.134.030
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	331.772	-	331.772
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	64.805	64.805
Aplicações em instituições de crédito	-	1.844.536	-	1.844.536
Crédito a clientes	-	-	31.723.975	31.723.975
	-	5.310.338	31.788.780	37.099.118
Passivo				
Recursos de bancos centrais	-	4.952.677	-	4.952.677
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.844.090	-	3.844.090
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	24.273.524	24.273.524
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	2.768.202	2.768.202
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	-	4.917.342	4.917.342
Outros passivos subordinados	-	-	670.071	670.071
	-	8.796.767	32.629.139	41.425.906

	2014			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo	Outras técnicas de valorização		
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	Total
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	830.474	-	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	229.154	-	229.154
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	13.116	13.116
Aplicações em instituições de crédito	-	1.836.610	-	1.836.610
Crédito a clientes	-	-	25.586.976	25.586.976
	-	2.896.238	25.600.092	28.496.330
Passivo				
Recursos de bancos centrais	-	4.406.312	-	4.406.312
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.419.551	-	4.419.551
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	18.042.153	18.042.153
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	1.795.547	1.795.547
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	-	1.967.945	1.967.945
Outros passivos subordinados	-	-	933.651	933.651
	-	8.825.863	22.739.296	31.565.159

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os *cash flows* futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;

- Para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira, o justo valor do crédito concedido a taxa variável foi determinado tendo em consideração o *spread* médio da produção efetuada no último trimestre do ano. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa, os *cash flows* futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do ano;

- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano tendo em conta as diversas tipologias;

- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efetuado o desconto dos *cash flows* futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;

- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos *cash flows* futuros, foram consideradas taxas de juro de mercado praticadas em emissões semelhantes.

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rendibilidade ajustada ao risco respetivo, tanto numa perspetiva global, como dentro de cada área de atividade.

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transações nos mercados financeiros correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transações abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transações, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efetuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a atualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Crédito concedido

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a exposição máxima ao risco de crédito e o respetivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	2015		2014	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.134.030	3.134.030	830.474	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	331.772	331.772	229.154	229.154
Ativos financeiros detidos para negociação	1.746.276	1.746.276	2.210.882	2.210.882
Ativos financeiros disponíveis para venda	9.355.952	9.355.952	7.249.464	7.249.464
Aplicações em instituições de crédito	1.844.536	1.844.536	1.836.610	1.836.610
Crédito a clientes	31.919.421	37.392.998	25.624.330	30.269.054
Derivados de cobertura	130.292	130.292	194.644	194.644
	48.462.279	53.935.856	38.175.558	42.820.282
Garantias prestadas e créditos documentários abertos (Nota 26)	1.695.529	1.695.529	1.303.409	1.303.409

A exposição máxima em "Crédito a clientes" em 31 de dezembro de 2015, incluía 658.347 m.euros e 4.815.230 m.euros referentes a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respetivamente (417.809 m.euros e 4.226.915 m.euros em 31 de dezembro de 2014, respetivamente) (Nota 26).

As divulgações com referência a 31 de dezembro de 2015 com informação sobre a qualidade dos ativos e a gestão do risco de crédito previstas na Carta Circular nº 02/2014, de 15 de janeiro, do Banco de Portugal, são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 euros são efetuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de rating desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de default a um ano que o Banco monitoriza e calibra de forma constante e regular. Em termos concretos o rating é determinado pela análise dos seguintes fatores:

. Procura/Mercado;
. Sócios/Gestão;
. Acesso ao crédito;
. Rentabilidade;
. Geração de fluxos;
. Solvência.

A estes fatores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o setor e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de *rating* interno do Banco pode ser descrito da seguinte forma:

Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascendia a 210.364 m.euros e 263.017 m.euros, respetivamente, e apresentava o seguinte detalhe:

	2015	2014
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 11):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	251.931	271.204
. Unidades de participação	18.663	18.663
. Equipamento	2.254	3.464
Propriedades de investimento (Nota 12)	-	19.000
Outros ativos recebidos em dação em pagamento (Nota 16)	42.478	65.440
Ativos financeiros disponíveis para venda	22.121	22.121
	337.447	399.892
Imparidade para ativos não correntes detidos para venda (Nota 11):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	(89.597)	(92.406)
. Unidades de participação	(4.000)	(4.000)
. Equipamento	(1.640)	(2.499)
Imparidade de outros ativos recebidos em dação em pagamento (Nota 16)	(9.725)	(15.849)
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda	(22.121)	(22.121)
	(127.083)	(136.875)
	210.364	263.017

Crédito reestruturado

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as operações de crédito reestruturado foram identificadas de acordo com a Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal (que substituiu a Instrução nº 18/2012) a qual estabelece a definição de crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente.

De acordo com a referida Instrução, as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respetivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente, devendo para o efeito incluir a menção “crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente”.

Considera-se que um cliente está em situação de dificuldades financeiras quando tiver incumprido alguma das suas obrigações financeiras perante a instituição ou se for previsível, em face da informação disponível, que tal venha a ocorrer.

A desmarcação do crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente apenas se pode verificar depois de decorrido um período mínimo de dois anos desde a data da sua reestruturação, desde que se verifiquem cumulativamente determinadas condições. O Banco até ao momento não procedeu a qualquer desmarcação.

O movimento da carteira de créditos marcados como reestruturados durante os exercícios de 2015 e 2014 foi como segue:

Saldo da carteira de reestruturados (bruto de provisões) em 31 de dezembro de 2013	2.352.993
Créditos reestruturados no exercício	563.837
Juros corridos da carteira reestruturada	(1.192)
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(372.288)
Outros	(23.000)
Saldo da carteira de reestruturados (bruto de provisões) em 31 de dezembro de 2014	2.520.350
Créditos reestruturados no exercício	359.094
Juros corridos da carteira reestruturada	(1.513)
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(477.059)
Outros	(29.006)
Saldo da carteira de reestruturados (bruto de provisões) em 31 de dezembro de 2015	2.371.866

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a carteira de crédito reestruturado apresentava a seguinte composição por medida de reestruturação aplicada:

	2015								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Período de carência	34.899	992.152	(40.787)	7.659	166.422	(122.286)	42.558	1.158.574	(163.073)
Outros	28.632	918.585	(88.846)	7.574	294.707	(209.502)	36.206	1.213.292	(298.348)
	63.531	1.910.737	(129.633)	15.233	461.129	(331.788)	78.764	2.371.866	(461.421)

	2014								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Período de carência	36.117	987.824	61.542	8.751	177.463	153.884	44.868	1.165.287	215.426
Outros	27.987	813.678	89.707	10.875	541.385	254.350	38.862	1.355.063	344.057
	64.104	1.801.502	151.249	19.626	718.848	408.234	83.730	2.520.350	559.483

Ativos onerados

Considera-se um ativo onerado, um ativo explícita ou implicitamente constituído como garantia ou sujeito a um acordo para garantir, colateralizar ou melhorar a qualidade de crédito em qualquer operação da qual não possa ser livremente retirado.

De acordo com os requisitos definidos na Instrução n.º 28/2014, de 15 de janeiro de 2015 do Banco de Portugal, o Banco apresenta de seguida informação relativamente aos ativos onerados.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição dos ativos onerados e não onerados é a seguinte:

	2015			
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Valor justo dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Valor justo dos ativos não onerados
Ativos				
Disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	20.804	-	3.444.998	-
Instrumentos de capital	-	-	374.088	374.088
Títulos de dívida	4.709.344	4.709.344	8.159.262	2.557.010
Crédito a clientes e aplicações em instituições de crédito	10.128.449	-	19.745.238	-
Outros ativos	-	-	3.650.279	-
	14.837.793	4.709.344	35.373.865	2.931.098

	2014			
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Valor justo dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Valor justo dos ativos não onerados
Ativos				
Disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	-	-	851.614	-
Instrumentos de capital próprio	-	-	609.505	609.505
Títulos de dívida	5.294.786	5.294.786	3.963.823	3.963.823
Crédito a clientes e aplicações em instituições de crédito	8.910.901	-	16.131.110	-
Outros ativos	-	-	4.232.685	-
	14.205.687	5.294.786	25.788.737	4.573.328

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o justo valor do colateral recebido onerado é o seguinte:

	2015	
	Valor justo do colateral recebido onerado ou de títulos de dívida própria emitidos	Valor justo do colateral recebido ou de títulos de dívida própria emitidos e oneráveis
Colateral recebido		
Títulos de dívida	503.942	-
	503.942	-

	2014	
	Valor justo do colateral recebido onerado ou de títulos de dívida própria emitidos	Valor justo do colateral recebido ou de títulos de dívida própria emitidos e oneráveis
Colateral recebido		
Títulos de dívida	432.219	-
	432.219	-

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os passivos associados a ativos onerados e a colaterais recebidos são os seguintes:

	2015		2014	
	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não *covered bonds* próprias ou ABS onerados	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não *covered bonds* próprias ou ABS onerados
Quantia escriturada dos passivos financeiros	11.699.085	14.079.149	10.707.880	14.205.687
Outros	665.563	779.449	364.000	432.219
	12.364.648	14.858.598	11.071.880	14.637.906

Instrumentos de dívida

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe por rating externo, de acordo com a notação atribuída pela Standard & Poor`s:

	2015	2014
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P e outros		
A	1.024.484	161.841
BBB	59.455	139.555
BB	6.052.862	5.868.295
B	157.796	111.572
Sem rating externo	1.687.267	600.088
	8.981.864	6.881.351

Para os casos em que o rating da agência Standard & Poor's não estava disponível, foram apresentados os ratings divulgados pelas agências Moody's ou Fitch.

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM),* o Comité de Ativos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de *ALM* são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Banco considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de ativos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à atividade de *funding*.

No âmbito da sua política de liquidez, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco mantém um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN) de 5.000.000 m.euros, do qual estão utilizados 32.300 m.euros em 2015 tal como em 2014.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os *cash flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

	2015							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	284.667	360	1.089	2.891	2.854.750	-	-	3.143.757
Disponibilidades em outras instituições de crédito	331.772	-	-	-	-	-	-	331.772
Ativos financeiros detidos para negociação	1.746.276	-	-	-	-	-	-	1.746.276
Ativos financeiros disponíveis para venda	2	109.695	344.506	1.684.424	2.648.287	6.550.509	374.092	11.711.515
Aplicações em instituições de crédito	999.102	50.369	1.274.668	167.416	2.742	-	-	2.494.297
Crédito a clientes	187.478	6.325.374	4.291.453	5.226.802	5.371.711	13.748.642	-	35.151.460
Derivados de cobertura	130.292	-	-	-	-	-	-	130.292
	3.679.589	6.485.798	5.911.716	7.081.533	10.877.490	20.299.151	374.092	54.709.369
Passivo								
Recursos de bancos centrais	1.406.052	1.100.149	-	2.453.964	-	-	-	4.960.165
Passivos financeiros detidos para negociação	1.719.380	-	-	-	-	-	-	1.719.380
Recursos de outras instituições de crédito	231.287	1.547.175	1.490.185	3.279	3.038	601.900	-	3.876.864
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.912.746	5.199.757	6.809.461	6.035.597	882.479	22.315	-	27.862.355
Responsabilidades representadas por títulos	-	2.535	209.979	1.096.304	1.525.346	-	-	2.834.164
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	108.643	167.876	426.253	557.932	523.065	3.133.573	-	4.917.342
Derivados de cobertura	170.133	-	-	-	-	-	-	170.133
Outros passivos subordinados	-	40.018	613.280	592	592	56.670	-	711.152
	12.548.241	8.057.510	9.549.158	10.147.668	2.934.520	3.814.458	-	47.051.555

	2014							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	208.014	78	238	632	623.094	-	-	832.056
Disponibilidades em outras instituições de crédito	229.154	-	-	-	-	-	-	229.154
Ativos financeiros detidos para negociação	2.210.882	-	-	-	-	-	-	2.210.882
Ativos financeiros disponíveis para venda	2	97.157	445.538	926.682	2.580.246	3.784.004	368.114	8.201.743
Aplicações em instituições de crédito	737.254	77.015	1.246.059	475.129	-	1.782	-	2.537.239
Crédito a clientes	315.067	2.215.727	3.259.231	5.196.012	4.043.301	14.153.730	-	29.183.068
Derivados de cobertura	194.644	-	-	-	-	-	-	194.644
	3.895.017	2.389.977	4.951.066	6.598.455	7.246.641	17.939.516	368.114	43.388.786
Passivo								
Recursos de bancos centrais	3.800.349	-	-	-	609.694	-	-	4.410.043
Passivos financeiros detidos para negociação	1.995.017	-	-	-	-	-	-	1.995.017
Recursos de outras instituições de crédito	408.861	2.872.140	357.196	312.911	13.596	508.765	-	4.473.469
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.228.996	2.704.089	5.106.371	7.530.306	430.517	95.839	-	22.096.118
Responsabilidades representadas por títulos	-	68.237	97.837	1.116.603	774.375	-	-	2.057.052
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	1.271	26.412	82.121	210.480	196.920	1.448.743	-	1.965.947
Derivados de cobertura	133.297	-	-	-	-	-	-	133.297
Outros passivos subordinados	-	467.643	273.339	325.364	763	58.751	-	1.125.860
	12.567.791	6.138.521	5.916.864	9.495.664	2.025.865	2.112.098	-	38.256.803

O apuramento dos *cash flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Banco na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua atividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de ativos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;

- Os instrumentos financeiros classificados como "não estruturais" foram considerados como exigíveis "à vista", com exceção dos instrumentos de capital registados como ativos financeiros disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Ativos e passivos financeiros não estruturais correspondem a ativos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito e instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda) e ativos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Banco considera o justo valor dos ativos e passivos de negociação como o seu valor transacional exigível à vista;

- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;

- Para os passivos subordinados foi considerada a data em que o Banco pode proceder ao reembolso antecipado das obrigações que constituem aquela rubrica;

- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a atividade de negociação do Banco consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos. Esta medida é apenas utilizada na gestão de tesouraria ao nível do Grupo, uma vez que o Banco usa medidas de sensibilidade específicas.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (Stress Testing), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efetuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar as eventuais incidências que possam existir para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objetivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das atividades de derivados, devido ao seu caráter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (Loss Triggers e Stop Losses).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os fatores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado diretamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e *repricing* existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

Risco de taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	2015				
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro		
	Taxa fixa	Taxa variável		Derivados	Total
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2.849.363	284.667	-	3.134.030
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	331.772	-	331.772
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.746.276	1.746.276
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.609.518	3.047.653	698.781	-	9.355.952
Aplicações em instituições de crédito	1.712.139	103.223	29.174	-	1.844.536
Crédito a clientes	3.772.881	28.042.668	103.872	-	31.919.421
Derivados de cobertura	-	-	-	130.292	130.292
	11.094.538	34.042.907	1.448.266	1.876.568	48.462.279
Passivo					
Recursos de bancos centrais	2.446.000	2.500.000	6.677	-	4.952.677
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.719.380	1.719.380
Recursos de outras instituições de crédito	424.306	3.417.829	1.955	-	3.844.090
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.446.318	8.928.089	114.327	-	27.488.734
Responsabilidades representadas por títulos	2.681.343	79.568	23.552	-	2.784.463
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	9.966	4.905.931	1.445	-	4.917.342
Derivados de cobertura	-	-	-	170.133	170.133
Outros passivos subordinados	330.670	339.138	263	-	670.071
	24.338.603	20.170.555	148.219	1.889.513	46.546.890

	2014				
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro		
	Taxa fixa	Taxa variável		Derivados	Total
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	622.460	208.014	-	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	229.154	-	229.154
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	241.391	1.969.491	2.210.882
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.975.522	1.494.687	779.255	-	7.249.464
Aplicações em instituições de crédito	1.535.498	257.458	43.654	-	1.836.610
Crédito a clientes	2.821.845	22.603.428	199.057	-	25.624.330
Derivados de cobertura	-	-	-	194.644	194.644
	9.332.865	24.978.033	1.700.525	2.164.135	38.175.558
Passivo					
Recursos de bancos centrais	4.406.051	-	261	-	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.995.017	1.995.017
Recursos de outras instituições de crédito	3.372.007	1.046.109	1.435	-	4.419.551
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.683.014	5.777.301	137.506	-	21.597.821
Responsabilidades representadas por títulos	1.918.587	31.050	21.370	-	1.971.007
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	9.866	1.956.146	1.933	-	1.967.945
Derivados de cobertura	-	-	-	133.297	133.297
Outros passivos subordinados	594.266	339.138	247	-	933.651
	25.983.791	9.149.744	162.752	2.128.314	37.424.601

Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos ativos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os ativos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respetiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;

- Os ativos e passivos são agrupados em agregados homogéneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;

- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);

- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;

- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;

- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;

- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e

- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos ativos e passivos e por diferença entre os mesmos, o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;

- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e

- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspetiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;

- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os ativos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;

- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva forward subjacente; e

- Características das novas operações "New Business" (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas diretrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Banco a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) para o horizonte temporal de um ano correspondia a:

	2015		2014	
	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.627	83.080	263	9.556
Ativos financeiros disponíveis para venda	(448.121)	462.863	(363.785)	207.800
Aplicações em instituições de crédito	(9.441)	3.299	(11.489)	4.287
Crédito a clientes	(182.489)	109.928	(134.299)	53.336
	(638.424)	659.170	(509.310)	274.979
Derivados de cobertura	22.226	(40.344)	(54.126)	9.259
Passivo				
Recursos de bancos centrais	(68.348)	23.265	(22.764)	6.170
Recursos de outras instituições de crédito	(8.988)	6.266	(10.879)	2.962
Recursos de clientes e outros empréstimos	(533.292)	338.985	(401.775)	136.434
Responsabilidades representadas por títulos	(76.704)	37.708	(57.608)	15.612
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(6.975)	7.761	(4.325)	1.233
Outros passivos subordinados	(3.184)	1.598	(17.077)	16.061
	(697.491)	415.583	(514.428)	178.472

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia;

- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respetivamente, da distribuição de perdas e ganhos);

- Fator de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos fatores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O fator de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela metodologia de Risco de Mercado;

  Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o fator de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e

- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O Var Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos fatores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os fatores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico selecionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respetiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos fatores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o VAR associado ao risco de taxa de juro correspondia a:

	2015	2014
VaR Percentil 99%	(4)	(1)
VaR Weighted Percentil 99%	(25)	(1)

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da Área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes, sendo efetuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

	2015			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.128.133	2.486	3.411	3.134.030
Disponibilidades em outras instituições de crédito	275.625	34.169	21.978	331.772
Ativos financeiros detidos para negociação	1.723.806	21.652	818	1.746.276
Ativos financeiros disponíveis para venda	9.355.952	-	-	9.355.952
Aplicações em instituições de crédito	1.138.722	625.981	79.833	1.844.536
Crédito a clientes	31.599.791	298.341	21.289	31.919.421
Derivados de cobertura	129.584	708	-	130.292
	47.351.613	983.337	127.329	48.462.279
Passivo				
Recursos de bancos centrais	4.952.660	-	17	4.952.677
Passivos financeiros detidos para negociação	1.681.093	37.937	350	1.719.380
Recursos de outras instituições de crédito	3.439.994	392.210	11.886	3.844.090
Recursos de clientes e outros empréstimos	25.657.962	1.610.808	219.964	27.488.734
Responsabilidades representadas por títulos	2.756.565	26.612	1.286	2.784.463
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	4.917.342	-	-	4.917.342
Derivados de cobertura	168.116	2.017	-	170.133
Outros passivos subordinados	339.401	330.670	-	670.071
	43.913.133	2.400.254	233.503	46.546.890

	2014			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	822.545	4.277	3.652	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	169.301	44.603	15.250	229.154
Ativos financeiros detidos para negociação	2.175.499	33.875	1.508	2.210.882
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.249.464	-	-	7.249.464
Aplicações em instituições de crédito	1.467.939	334.985	33.686	1.836.610
Crédito a clientes	25.364.469	236.799	23.062	25.624.330
Derivados de cobertura	193.327	1.317	-	194.644
	37.442.544	655.856	77.158	38.175.558
Passivo				
Recursos de bancos centrais	4.406.263	-	49	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.987.778	7.020	219	1.995.017
Recursos de outras instituições de crédito	3.967.157	425.995	26.399	4.419.551
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.538.133	905.270	154.418	21.597.821
Responsabilidades representadas por títulos	1.969.795	-	1.212	1.971.007
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	1.967.945	-	-	1.967.945
Derivados de cobertura	131.252	2.045	-	133.297
Outros passivos subordinados	637.135	296.516	-	933.651
	35.605.458	1.636.846	182.297	37.424.601

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o VaR associado ao risco cambial correspondia a:

	2015	2014
VaR Percentil 99%	(8)	(8)
VaR Weighted Percentil 99%	(11)	(8)

Risco de cotações de ativos

Instrumentos financeiros - negociação

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco não tinha risco associado a cotações de ativos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor dos instrumentos financeiros derivados, negociados em mercado de balcão, compensados por derivados financeiros relacionados, por tipo de contraparte, é o seguinte:

	2015			
	Ativos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		
Contraparte		Instrumentos financeiros	Colateral em cash recebido como garantia	Valor Líquido
Instituições Financeiras	3.257	-	(3.500)	(243)
Empresas do Grupo	(1.403.158)	-	200.000	(1.203.158)
	(1.399.901)	-	196.500	(1.203.401)

	2014			
	Ativos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		
Contraparte		Instrumentos financeiros	Colateral em cash recebido como garantia	Valor Líquido
Instituições Financeiras	4.271	-	(4.200)	71
Empresas do Grupo	(1.749.115)	-	200.000	(1.549.115)
	(1.744.844)	-	195.800	(1.549.044)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor das operações de venda com acordo de recompra, por tipo de contraparte, é o seguinte:

	2015			
	Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		
Contraparte		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	Valor Líquido
Instituições Financeiras	(2.183.776)	2.183.711	64.508	64.443
	(2.183.776)	2.183.711	64.508	64.443

	2014			
	Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		
Contraparte		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	Valor Líquido
Instituições Financeiras	(2.797.788)	2.796.181	43.734	42.127
	(2.797.788)	2.796.181	43.734	42.127

43. GESTÃO DO CAPITAL

O BST procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de adequação de fundos próprios – relação entre os Fundos Próprios Elegíveis e os ativos ponderados pelo risco – acima de 8%, correspondente ao mínimo legal estabelecido na Diretiva 2013/36/UE (CRD IV) e no Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), ambos do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 e enquadrados num novo Acordo de Basileia (BIS III).

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Banco sustentar o desenvolvimento das suas operações dentro da sua política de riscos.

O BST utiliza o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para a maioria dos segmentos de crédito e o método padrão para leasing, factoring, operações manuais e carteira do ex-Banif.

Em dezembro de 2010, o BST passou a utilizar o método misto para o risco de mercado, nomeadamente modelos internos para a maioria dos derivados de negociação (IRB) e o método padrão para o resto da carteira de negociação.

Em junho de 2012, o BST começou a usar o método padrão para efeitos de apuramento dos requisitos de risco operacional, tendo até então utilizado o método do indicador básico.

A partir de 1 de janeiro de 2014, passou a reportar os rácios de capital de acordo com o novo enquadramento regulatório do BIS III que, embora preveja um período de transição (phasing in), é mais exigente para o rácio core capital (ou Common Equity Tier I, CET1), em particular por via de deduções adicionais e ponderadores mais elevados no cômputo das posições em risco.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do Banco em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (BIS III – Phasing in) :

Valores em milhões de euros

	2015	2014
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	2.473	2.027
Capital Elegível	1.283	984
Reservas e Resultados Elegíveis	1.005	630
Interesses Minoritários Elegíveis	231	475
Deduções aos Fundos Próprios de Base	(46)	(62)
B - FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES (TIER II)	409	309
Passivos subordinados com vencimento indeterminado	286	286
Passivos subordinados com vencimento determinado	53	53
Reservas de reavaliação	70	-
Outros Elementos/ Deduções aos Fundos Próprios Complementares	-	(30)
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	-	-
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	2.882	2.336
E - POSIÇÕES DE RISCOS PONDERADAS	18.923	15.948

RÁCIOS	2015	2014
TIER I (A/E)	13,1%	12,7%
CORE CAPITAL	11,9%	10,0%
TIER II (B/E)	2,2%	1,9%
RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS (D/E)	15,2%	14,6%

44. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A partir do final do primeiro trimestre de 2013 desencadeou-se em Portugal um movimento com projeção pública, na sequência do qual se passou a questionar a validade de alguns contratos de swap de taxa de juro celebrados entre diversas instituições financeiras e várias empresas do setor público, nomeadamente do setor dos transportes ferroviários e rodoviários. Estes contratos foram maioritariamente celebrados até 2008, ou seja, antes de eclodir a última crise financeira e representam para aquelas empresas elevados encargos.

Entre aqueles contratos foram questionados alguns celebrados com o Banco, cujo justo valor positivo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 ascendia a cerca de 1.228.000 m.euros e 1.320.000 m.euros, respetivamente, o qual se encontra refletido no balanço anexo na rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação” (Nota 6). Estes contratos desenrolaram-se sem qualquer incidente até setembro de 2013.

No seguimento do movimento acima referido, na convicção da total regularidade e força vinculante dos contratos celebrados com as empresas do setor público, o Banco tomou a iniciativa de requerer a declaração judicial da sua validade, considerando que era seu dever contribuir, pela via apropriada, para a eliminação de toda e qualquer dúvida sobre a sua validade e força vinculante. Esta iniciativa teve lugar durante o segundo trimestre de 2013, junto de tribunais ingleses, por estes terem sido os escolhidos pelas partes nos termos expressamente estabelecidos nos respetivos contratos.

Em setembro de 2013, já após a instauração das ações judiciais acima mencionadas, as empresas do setor público comunicaram formalmente ao Banco que iriam suspender, a partir dessa data, a liquidação dos juros devidos associados aos contratos de swap até que aquelas ações judiciais fossem julgadas. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica do balanço “Outros ativos – Outros” incluía cerca de 311.000 m.euros e 163.000 m.euros, respetivamente, relativos aos juros não liquidados (Nota 16).

Em novembro de 2013, as empresas do setor público apresentaram junto dos tribunais ingleses a sua contestação às ações interpostas pelo Banco requerendo a nulidade dos contratos e solicitando o ressarcimento dos fluxos líquidos de juros pagos no passado, os quais ascenderam a cerca de 134.000 m.euros.

No dia 14 de fevereiro de 2014, o Banco apresentou junto dos tribunais ingleses a sua resposta à contestação apresentada pelas empresas do setor público, tendo sido apresentadas as réplicas por parte da defesa em 4 de abril de 2014. No dia 16 de maio de 2014, foi realizada a audiência preliminar. As audiências decorreram entre outubro e novembro de 2015, com alegações orais finais em dezembro de 2015.

Em 4 de março de 2016, foi conhecida a sentença do Tribunal Comercial de Londres, a qual deu razão aos pedidos do Banco da declaração da validade dos contratos de *swap* e condenou as respetivas empresas ao pagamento dos fluxos vencidos. Este processo encontra-se em fase de recurso, por iniciativa das empresas de transportes.

Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2014, foram interpostas junto de tribunais portugueses cinco ações judiciais contra o Banco, questionando a validade e a força vinculante de contratos de swap de taxa de juro celebrados com algumas entidades integrantes do Governo Regional da Madeira (entidades incluídas no setor público português), as quais suspenderam igualmente a liquidação dos juros associados àqueles contratos. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o justo valor positivo daqueles swaps ascendia a cerca de 87.000 m.euros e 100.000 m.euros, respetivamente, e encontrava-se refletido no balanço anexo na rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação” (Nota 6). Por outro lado, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica do balanço “Outros ativos – Outros” incluía cerca de 31.000 m.euros e 15.000 m.euros, respetivamente, relativos aos juros não liquidados (Nota 16). Por último, as entidades acima referidas reclamam igualmente a devolução dos juros líquidos pagos por si no passado, os quais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 ascendiam a cerca de 20.000 m.euros. O Banco apresentou a sua contestação a estas ações judiciais. Até à presente data, todas as decisões proferidas nestas ações têm sido favoráveis ao Banco, incluindo decisões de segunda e de terceira instância, estando uma das ações já concluídas a favor do Banco. Em três ações, o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça confirmou as sentenças dos tribunais da primeira instância e para um deles do tribunal da relação de Lisboa (dado que o outro passou diretamente do tribunal de primeira instância para revista do Supremo Tribunal de Justiça), que se declararam incompetentes para julgarem as ações por, aceitando os argumentos do Banco, entenderem que as questões levantadas são da competência dos tribunais ingleses. Para outra ação, o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça decidiu colocar uma questão prejudicial ao Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) sobre a aplicabilidade do artigo 23º do Regulamento nº 44/2001, em relação a se o pacto de jurisdição era suficiente como elemento de estraneidade ou não o sendo, se os outros factos na relação em apreço seriam suficientes. Esta decisão de colocar a questão prejudicial ao TJUE suspendeu a revista em 4 de fevereiro de 2016.

É convicção do Conselho de Administração do Banco, suportado pela opinião dos seus consultores legais ingleses e portugueses, pelo teor da sentença do Tribunal Comercial de Londres e pelas decisões até à data dos Tribunais portuguesas, que o desfecho das ações judiciais em causa lhe será favorável, razão pela qual não foram constituídas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras individuais anexas.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, existia um conjunto de reclamações/ações judiciais interpostas contra o Banco por parte de outros clientes relacionadas igualmente com contratos de swap. Na maioria daquelas reclamações/ações, os clientes solicitam o cancelamento dos contratos de swap celebrados com o Banco, bem como o reembolso dos juros líquidos que pagaram no passado. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os montantes envolvidos naquelas reclamações/ações judiciais eram os seguintes:

	2015	2014
Juros recebidos de clientes	38.308	52.665
Juros pagos a clientes	(6.560)	(8.879)
	31.748	43.786
Juros vencidos não pagos pelos clientes	9.025	10.551
Imparidade registada	(8.879)	(9.624)
	146	927
Mark to Market dos swaps	35	72
Provisões para outros riscos e encargos	(8.522)	(12.390)
Exposição total	23.407	32.395

No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que as provisões constituídas nas demonstrações financeiras anexas são suficientes para fazer face ao eventual desfecho desfavorável das reclamações/ações judiciais acima referidas.

Por último, no exercício de 2014, foram interpostas duas ações judiciais contra o Banco, envolvendo o montante total de aproximadamente 350.000 m.euros, as quais não estão incluídas no quadro acima e que consistem em duas ações Populares instauradas contra o Banco, contra o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e contra o Metro do Porto, S.A.. Estas ações incidem sobre o cancelamento de alguns contratos de swap celebrados entre o Banco e as empresas públicas acima referidas, os quais já são objeto de apreciação pelos tribunais ingleses desde o segundo trimestre de 2013, em consequência da iniciativa do próprio Banco conforme descrito na parte inicial desta Nota.

45. FUNDO DE RESOLUÇÃO

De acordo com um comunicado emitido pelo Banco de Portugal em 3 de agosto de 2014, foi decidido aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. uma medida de resolução que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, criado especialmente para o efeito. De acordo com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei nº 31-A/2012, de 10 de fevereiro. Conforme previsto no referido Decreto-Lei, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o setor bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

No caso concreto da medida de resolução relativa ao Banco Espírito Santo, S.A., para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4,9 mil milhões de euros. Desse montante, 377.000 m.euros correspondem a recursos financeiros próprios do Fundo de Resolução, resultantes das contribuições já pagas pelas instituições participantes e da contribuição sobre o setor bancário. Adicionalmente, foi concretizado um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução de 700.000 m.euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. A participação do BST neste empréstimo foi de 116.200 m.euros. O restante montante necessário ao financiamento da medida de resolução adotada proveio de um empréstimo concedido pelo Estado Português, o qual será reembolsado e remunerado pelo Fundo de Resolução. Quando o Novo Banco for alienado, o produto da alienação será prioritariamente afeto ao Fundo de Resolução.

Em setembro de 2015 o Banco de Portugal interrompeu o processo de venda da participação do Fundo de Resolução no Novo Banco, iniciado em 2014, e concluiu o procedimento em curso sem aceitar qualquer das três propostas vinculativas por considerar que os seus termos e condições não eram satisfatórios. Em comunicado de 21 de dezembro de 2015 o Banco de Portugal divulgou o acordo alcançado com a Comissão Europeia que previa, entre outros compromissos, a extensão do prazo para a alienação integral da participação acionista detida pelo Fundo de Resolução no Novo Banco.

Em 15 de novembro de 2015 o Fundo de Resolução emitiu um comunicado, com o seguinte texto: "esclarece-se ainda que não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. A eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se, desta forma, remota. Deste modo, prevê-se que eventuais défices do Fundo de Resolução sejam financiados através de contribuições periódicas ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de fevereiro, o qual estipula que as contribuições periódicas para o Fundo de Resolução devem ser pagas pelas instituições que nele participam, e que estejam em atividade no último dia do mês de abril do ano a que respeita a contribuição periódica.

Em 29 de dezembro de 2015 o Banco de Portugal emitiu um comunicado sobre a aprovação de um conjunto de decisões que completam a medida de resolução aplicada ao BES. O Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade pelas obrigações não subordinadas por este emitidas e que foram destinadas a investidores institucionais. O montante nominal das obrigações retransmitidas para o BES é de 1.941 milhões de Euros e corresponde a um valor de balanço de 1.985 milhões de Euros. Aquelas emissões foram originariamente emitidas pelo BES e colocadas especificamente junto de investidores qualificados. Para além desta medida, o Banco de Portugal veio também clarificar que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, por via compensatória junto do Novo Banco, os eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências.

Em 31 de março de 2016 o Banco de Portugal emitiu novo comunicado sobre o processo de venda do Novo Banco, dando conhecimento que definiu os termos do novo procedimento de venda na sequência do relançamento do processo de alienação anunciado a 15 de janeiro de 2016.

Até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas pelo Conselho de Administração, o BST não dispõe de informação que lhe permita estimar com razoável fiabilidade os valores potencialmente envolvidos na alienação do Novo Banco. Pelo mesmo motivo, não é possível estimar com razoável fiabilidade se na sequência deste processo de alienação irá existir uma eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução e, caso aplicável, a forma como a mesma será financiada. Desta forma, a esta data não é possível avaliar o eventual impacto desta situação para as demonstrações financeiras do BST, uma vez que eventuais custos a suportar dependem do preço pelo qual venha a ser alienado o Novo Banco e das determinações que venham a ser emanadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

Adicionalmente, em 20 de dezembro de 2015 o Banco de Portugal aplicou uma medida de resolução ao Banif, no âmbito da qual foi criado um veículo de gestão de ativos, a Oitante, detida pelo Fundo de Resolução. A maior parte dos ativos do ex-Banif que não foram objeto de alienação foram transferidos para a Oitante. A Oitante foi constituída com 50 m.euros de capital, tendo ao abrigo da medida de resolução emitido obrigações representativas de dívida por contrapartida dos direitos e obrigações correspondentes a ativos transferidos do Banif. As obrigações foram emitidas por 746.000 m.euros, correspondentes à avaliação provisória realizada aos ativos transferidos nos termos do nº 8 do artigo 145º-H do Regime Geral de Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF). Adicionalmente, foi determinado na medida de resolução que o Fundo de Resolução deveria prestar uma garantia às obrigações emitidas pela Oitante bem como disponibilizar o apoio financeiro para absorção de prejuízos do Banif. A absorção de prejuízos do Banif correspondeu a 489.000 m.euros. As obrigações da Oitante recebidas pelo Banif em contrapartida dos ativos transferidos para a Oitante foram transferidas para o BST. Adicionalmente, as obrigações têm uma contragarantia do Estado português.

O produto da venda dos ativos transferidos do Banif para a Oitante será utilizado para pagamento das obrigações e para reembolso dos montantes adiantados pelo Fundo de Resolução para absorção de prejuízos do Banif. Até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas o BST não dispõe de informação sobre o valor estimado de alienação dos ativos transferidos do Banif para a Oitante e dos custos a incorrer por esta, de forma a analisar eventual impacto ao nível do BST por via do Fundo de Resolução.

46. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2016.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Nota 20)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Total	Taxa	Data de	Data de	Indexante
		Total	Readquirido	Balanço	Total	Balanço	de Juro	Emissão	Vencimento	
ST Diversificação Invest 4º amortização	EUR	23.913	8.983	14.930	532	15.462	Variável	17-mar-2009	28-mar-2017	Cabaz de índices
Valorização Europa GBP	GBP	1.276	-	1.276	-	1.276	Variável	27-jun-2014	27/jun/2017	Índice de ações EURO STOXX 50® Index
Banif OPS 7,5% 2013-2016	EUR	60.311	1.585	58.726	1.884	60.610	7,50%	30-jul-2013	30-jul-2016	Taxa fixa
Banif Sénior Tx Fixa 2015/2018	USD	27.556	-	27.556	243	27.799	2,50%	26-fev-2015	26-fev-2018	Taxa fixa
Banif Tx Fixa 2013/2016	EUR	80.000	212	79.788	89	79.877	5,00%	23-dez-2013	23-dez-2016	Taxa fixa
		193.056	**10.780**	**182.276**	**2.748**	**185.024**				
Obrigações Hipotecárias IX - 2ª tranche	EUR	750.000	750.000	-	-	-	Variável	15-abr-2013	15-abr-2016	Euribor3m+2,25%
Obrigações Hipotecárias X	EUR	750.000	750.000	-	-	-	Variável	26-jul-2013	26-jul-2016	Euribor3m+2,25%
Obrigações Hipotecárias XI - 1ª tranche	EUR	500.000	500.000	-	-	-	Variável	19-dez-2013	19-dez-2016	Euribor3m+1,85%
Obrigações Hipotecárias XI - 2ª tranche	EUR	500.000	500.000	-	-	-	Variável	19-dez-2013	19-dez-2016	Euribor6m+1,85%
Obrigações Hipotecárias XI - 3ª tranche	EUR	750.000	750.000	-	-	-	2,58%	13-jan-2014	13-jan-2017	Taxa Fixa
Obrigações Hipotecárias XII - 1ª tranche	EUR	1.000.000	-	1.000.000	11.219	1.011.219	1,50%	1-abr-2014	3-abr-2017	Taxa Fixa
Obrigações Hipotecárias XIII - 1ª tranche	EUR	750.000	-	750.000	6.812	756.812	1,63%	11-jun-2014	11-jun-2019	Taxa Fixa
Obrigações Hipotecárias XIV	EUR	750.000	750.000	-	-	-	0,75%	4-mar-2015	4/mar/2022	Taxa Fixa
Obrigações Hipotecárias XV	EUR	750.000	-	750.000	1.187	751.187	0,88%	27-out-2015	27-out-2020	Taxa Fixa
Banif Float Out2017 - Hipotecárias (cover bond 3)	EUR	100.000	100.000	-	-	-	Variável	17-jan-2014	30-jan-2017	Euribor3m+1,4%
Banif Float 2014/17 - Hipotecárias (cover bond 4)	EUR	135.000	135.000	-	-	-	Variável	31-jul-2014	31-jul-2017	Euribor3m+1,6%
Banif Float 2014/17 - Hipotecárias (cover bond 5)	EUR	50.000	50.000	-	-	-	Variável	24-out-2014	24-out-2017	Euribor3m+1,6%
		6.785.000	**4.285.000**	**2.500.000**	**19.218**	**2.519.218**				
Certificados de depósito		52.392	-	52.392	796	53.188				
EMTN	EUR	32.300	1.250	31.050	2	31.052				
Despesas com encargo diferido		-	-	-	(4.817)	(4.817)				
Correções de valor por operações de cobertura		798	-	798	-	798				
		7.063.546	**4.297.030**	**2.766.516**	**17.947**	**2.784.463**				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Nota 23)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Montante Emitido	Montante Readquirido	Montante Líquido	Periodificações	Total de Balanço	Taxa de juro		Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
Recursos do BST International Bank, Inc	USD	330.670	-	330.670	64	330.734	Fixa	7,010%	Perpétuas	30 de junho de 2016
Recursos do Totta Ireland	EUR	50.000	-	50.000	1	50.001	Variável	0,562%	Perpétuas	30 de junho de 2011
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	EUR	284.315	13.868	270.447	127	270.574	Variável	1,708%	Perpétuas	22 de junho de 2010
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	EUR	172.833	159.016	13.817	28	13.845	Variável	1,793%	Perpétuas	23 de fevereiro de 2011
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	54.359	50.084	4.275	89	4.364	Variável	1,793%	Perpétuas	23 de fevereiro de 2011
Obrigações Subordinadas MC Factor 08	EUR	2.993	2.394	599	-	599	Variável	2,469%	Perpétuas	
		895.170	**225.362**	**669.808**	**309**	**670.117**				
Despesas com custo diferido		-	-	-	(46)	(46)				
		895.170	**225.362**	**669.808**	**263**	**670.071**				

Relatórios e Pareceres Individuais

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de euros – m.euros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 do Banco Santander Totta, S.A. ("Banco" ou "BST"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 que evidencia um total de 50.232.462 m.euros e capital próprio total de 2.621.463 m.euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 515.438 m.euros, as Demonstrações individuais dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa no exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira individual do Banco, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações no seu capital próprio individual e os seus fluxos de caixa individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou o seu rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspetos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspetos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas-membro e respectivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas-membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da DTTL e suas firmas-membro consulte http://www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | CRC Lisboa, Matrícula e NIPC: 501 776 311
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira individual do Banco Santander Totta, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações no seu capital próprio individual e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 1) e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas diretrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à atividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à atividade individual do Banco, as participações em filiais e associadas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade. O Banco preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, para publicação em separado.

7. Conforme descrito em maior detalhe na Nota 44 do Anexo às demonstrações financeiras individuais, em 2013 o Banco requereu junto do tribunal competente, o Tribunal Comercial de Londres, a declaração judicial da validade de um conjunto de contratos de *swap* de taxa de juro celebrados em exercícios anteriores com empresas de transportes do setor público português. Em março de 2016 foi conhecida a sentença deste Tribunal, a qual deu razão aos pedidos do Banco de declaração de validade desses contratos e condenou as referidas empresas ao pagamento dos fluxos vencidos. Este processo encontra-se em fase de recurso, por iniciativa das empresas de transportes. Por outro lado, em 2014 algumas entidades integrantes do Governo Regional da Madeira propuseram junto de Tribunais portugueses cinco ações judiciais contra o Banco, questionando a validade e o carácter vinculante de alguns contratos de *swap* de taxa de juro celebrados com o Banco em exercícios anteriores. Até à presente data, todas as decisões proferidas nestas ações têm sido favoráveis ao Banco, incluindo decisões de segunda e de terceira instância, estando uma das ações já concluída a favor do Banco. Em 31 de dezembro de 2015, o justo valor positivo de todos os contratos de *swap* em causa, os fluxos cujo pagamento se encontra suspenso e os fluxos já pagos, cuja devolução pedida pelas empresas foi recusada pela sentença proferida pelo Tribunal Comercial de Londres, são apresentados na Nota acima referida. É convicção do Conselho de Administração do Banco, suportado pela opinião dos seus consultores legais ingleses e portugueses, pelo teor da sentença do Tribunal Comercial de Londres e pelas decisões até à data dos Tribunais portugueses, que o desfecho das ações judiciais em causa lhe será favorável, razão pela qual não foram constituídas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras individuais anexas.

8. O resultado na compra de parte significativa do negócio do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif) em 20 de dezembro de 2015 foi determinado com base na estimativa do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ou de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis para alguns ativos e passivos em que aquele não é o princípio de mensuração previsto na *IFRS 3* – Concentração de Atividades Empresariais (Nota 1.3). A sua determinação teve em consideração a informação obtida até à data de aprovação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 pelo Conselho de Administração do Banco, sendo ainda provisória para alguns ativos e passivos. A este respeito são de referir, entre outros, os seguintes aspetos: (i) o "perímetro" da operação, ou seja, os direitos e obrigações que constituem os ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão alienados ao Banco, não está ainda totalmente confirmado pelo Banco de Portugal; (ii) o Banco não reconheceu os impostos diferidos ativos, no montante de 273 milhões de euros, que fazem parte do perímetro que consta do último balanço provisório apresentado pelo Banco de Portugal a 18 de março de 2016 e cuja dedução a lucros futuros do Banco está prevista na *definitive offer* do Banco aceite no âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif, nomeadamente, por não ter obtido ainda a autorização do Ministro das Finanças requerida nos termos do artigo 145º AU do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras; (iii) para alguns ativos e passivos financeiros é ainda necessária mais informação sobre os fluxos de caixa futuros estimados para determinação do seu justo valor à data da compra; e (iv) existem contingências cuja quantificação definitiva requer a obtenção de informação adicional sobre eventos passados. Nos termos da IFRS 3 o Banco tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para obter a informação em falta e eventualmente corrigir de forma retrospetiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, consequentemente, o resultado determinado na compra.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício de 2015 e que o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Banco nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 29 de abril de 2016

Augusta Francisco

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

Santander Totta

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais da sociedade **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2015.

2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão do **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.

3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.

4. O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário e verificou que no mesmo se encontram tratados os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários.

5. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual merece o seu acordo.

6. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras individuais (Balanço em 31 de Dezembro de 2015, Demonstração dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial da sociedade no fim do exercício e como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade nesse período.

L.S.

7. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral do **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.** aprove:

a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas individuais do exercício de 2015;

b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 29 de Abril de 2016

O CONSELHO FISCAL

Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha (Presidente)

Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)